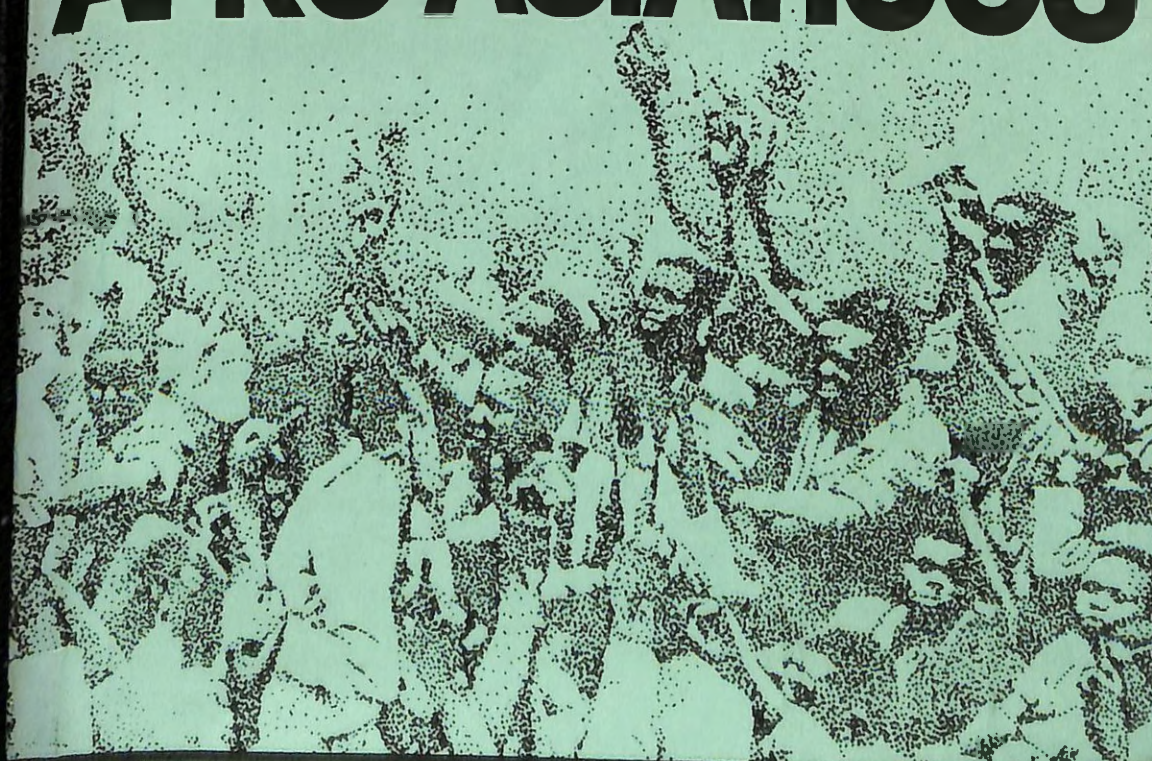


- Cor da pele e segregação residencial no Brasil
- Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho
- Da Flor da Gente à Guarda Negra
- José Bonifácio, o Iluminismo e a emancipação dos escravos
- 'Apartheid' e democracia racial
- Moçambique: desestabilização, Estado, sociedade e espaço

estudos

# AFRO-ASIÁTICOS

24





CADERNOS  
CANDIDO MENDES

Al.

estudos  
**AFRO-ASIÁTICOS** 24

ISSN 0101-546x

**Centro de Estudos Afro-Asiáticos**

*Diretor*  
Candido Mendes

*Vice-Diretor*  
Carlos A. Hasenbalg

estudos  
**AFRO-ASIÁTICOS**

Nº 24 – Julho de 1993

**Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA**  
Conjunto Universitário Candido Mendes

**Diretor**

Candido Mendes

**Editores**

Carlos A. Hasenbalg

José Maria Nunes Pereira

**Conselho Editorial**

Beluce Bellucci, Caetana Damasceno, Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Charles Pessanha, Colin Darch, Denise Ferreira da Silva, Ernani Teixeira Torres Filho, Giralda Seyferth, José Maria Nunes Pereira, Juarez Pinheiro Coqueiro, Kabengele Munanga, Luiz Claudio Barcelos, Marta Aimée Rangel Batista, Nelson do Valle Silva, Olívia Maria Rodrigues Galvão, Olívia Maria Gomes da Cunha, Ronaldo Vainfas, Severino Bezerra Cabral Filho, Tereza Cristina Nascimento Araujo e Yvonne Maggie

**Conselho Consultivo**

Beatriz Góis Dantas, Carlos Moreira Henriques Serrano, Climério Joaquim Ferreira, Clóvis Moura, Eduardo J. Barros, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Lúsa Lobo, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Beatriz Nascimento, Mariana Corrêa, Milton Santos, Octávio Ianni, Roberto Motta e Robert W. Slenes

**Supervisão Gráfica**

Carlos Augusto de Oliveira Lima

**Secretaria de Redação**

Hamilton Magalhães Neto

**Serviços de Tradução**

Anne Marie Millon, Christopher Peterson, Kristine Stensel e Sieni Maria Campos

**Produção Gráfica**

Hamilton Magalhães Neto (coordenador); Luiz Carlos Palhares, Williams Neto e Renata Silva Neto (revisores); Gicélia da Conceição, Sônia Maria e Tarciso Pereira (compositores); Roberto Amêndola de Sá (arte-finalista)

*Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.*

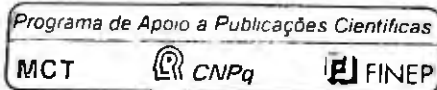
*We ask for exchange*

*Price: Single Copies: US\$ 8.00*

*Annual Subscription (two issues): US\$ 15.00 (air mail)*

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à:  
*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to:* Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos  
Rua da Assembléia, 10/Conj. 501, Tel. (021)531-2000/R. 259, Fax 531-2155  
20119-900 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Estudos Afro-Asiáticos tem o apoio da Fundação Ford e do



## Sumário

**Cor da pele e segregação residencial no Brasil 5**  
*Edward E. Telles*

Investiga a segregação residencial relativamente à cor da pele em 35 das maiores áreas metropolitanas brasileiras, a partir de dados do censo demográfico nacional de 1980, e discute as implicações dos resultados para as relações raciais brasileiras.

**Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho 23**  
*Nadya Araujo Castro*  
*Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*

Questionam sobre quais são as barreiras que se antepõem ao acesso dos negros ao emprego industrial e como se dá sua mobilidade ocupacional nas empresas modernas, a partir dos resultados de 22 *surveys* domiciliares realizados na Região Metropolitana de Salvador e de informações cadastrais sobre os funcionários de duas importantes empresas petroquímicas, uma estatal e uma privada.

**Da Flor da Gente à Guarda Negra: os capoeiras na política imperial 61**  
*Carlos Eugênio Libano Soares*

Busca levantar indícios que iluminem o caráter da participação política dos grupos de capoeiras na corte nos últimos 20 anos do regime monárquico, tendo como referência dois eventos que marcaram a história do Império: a Guerra do Paraguai e a abolição do cativo, em 1888. Procura ainda desvelar uma conexão política que ligaria o Partido Conservador e as malhas de capoeiras que infestavam a cidade do Rio.

Demonstra que as idéias que norteavam o pensamento político de José Bonifácio de Andrada e Silva, no tocante à emancipação dos escravos, obedeciam a uma lógica que aproxima seu pensamento dos ideais do Iluminismo/liberalismo europeu.

Numa perspectiva comparativa, utiliza o conceito de ideologia para interpretar a tentativa de construir a nação na África do Sul e no Brasil e mostra que nos dois casos "raça" foi um conceito central. A razão dessa semelhança estaria mais na origem comum europeia das ideologias do que nas condições específicas dos dois países.

Examina como a estratégia da vizinha África do Sul interagiu com a política do regime de Moçambique posterior à independência para gerar uma situação na qual o Estado moçambicano não pôde exercer a soberania em todo o seu território.

Edward E. Telles\*\*

\* Traduzido do original em inglês "Residential segregation by skin color in Brazil" por Christopher Peterson, originalmente publicado na *American Sociological Review*, vol. 57, de abril de 1992. Recebido para publicação em outubro de 1992.

\*\* Professor assistente de sociologia da Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

A segregação residencial desempenha papel central na literatura sociológica sobre relações raciais e desigualdade racial. Apesar do reconhecimento crescente da importância dos estudos comparativos, não se sabe praticamente nada sobre a segregação residencial de natureza racial fora dos Estados Unidos.

A população brasileira de origem africana é a segunda maior do mundo, depois da nigeriana. Ao contrário dos Estados Unidos, desde a abolição em 1888 o Brasil não teve nenhuma lei de inspiração racial que encorajasse a segregação: entretanto, a segregação pela cor da pele é predominante.

Nosso estudo examina os níveis gerais de segregação entre brancos e pretos, brancos e pardos e pardos e pretos, assim como os padrões de segregação entre grupos de cor, dentro das mesmas faixas de renda. A partir daí, analisa fatores que possam contribuir para a variação entre diferentes áreas metropolitanas brasileiras com respeito à segregação residencial.

## HISTÓRICO

O ressurgimento do interesse acadêmico pelas questões raciais no Brasil tem sido incentivado pela recente disponibilidade de dados estatísticos nacionais, que refletem desigualdades raciais persistentes e generalizadas. Por exemplo, em 1976, no Brasil, a renda média dos homens de origem africana equivalia a 47% da renda média dos homens brancos (Silva, 1985, p. 45).<sup>1</sup> Os pretos e pardos são representados desproporcionalmente entre as classes sociais mais baixas – ao contrário dos brancos, eles auferem renda muito mais baixa, gozam de menor mobilidade social e têm probabilidade maior que os brancos de participarem do mercado informal de trabalho urbano (Oliveira, Porcaro e Araújo, 1985; Silva, 1985; Hasenbalg, 1985; Lovell, 1989; Telles [a], a ser publicado).

Desde a abolição da escravidão em 1888, três fatores importantes têm caracterizado as relações raciais brasileiras: (1) um *continuum* cromático, em vez de uma linha de cor;



(2) uma ideologia racial peculiar ao Brasil; e (3) a omissão do governo brasileiro em relação a qualquer legislação que mencione raça.

Uma diferença importante entre as relações raciais americana e brasileira é que os brasileiros concebem a raça como uma variável cromática contínua, e não categórica (Hoetink, 1967; Skidmore, 1972; Denton e Massey, 1989). Durante todo o período colonial, havia uma proporção muito alta de homens para mulheres na população branca brasileira. Ao mesmo tempo, os homens brancos tiveram acesso praticamente ilimitado às escravas indígenas e, mais tarde, às de origem africana. Esses dois fatores levaram a um alto grau de miscigenação (Degler, [1971] 1986) e até hoje o casamento racialmente misto não é incomum no Brasil (Silva, 1987).<sup>2</sup>

Embora algumas regiões do Brasil reconheçam vários gradientes de cor, todos os brasileiros percebem pelo menos uma distinção cromática tripartite: branco, mulato (pardo) e negro (preto) (Hutchinson, 1957; Degler, 1986). Durante o período escravocrata, a diferenciação pela cor muitas vezes se tornava uma forma de distinção social na qual a prática comum da manumissão dos filhos de homens brancos com mulheres escravas negras levava à predominância dos mulatos dentro de uma categoria social intermediária, enquanto os "pretos" compunham a maior parte da população de escravos (Harris, 1964; Schwartz, 1974). Esse processo apressou a aculturação dos não-brancos e, portanto, atrasou o desenvolvimento de linhas de cor rígidas e legalmente sancionadas tais como emergiram nos Estados Unidos (Schermerhorn, 1978; Degler, 1986). Entretanto, os resultados de investigações nacionais recentes e de dados censitários demonstram que a renda dos mulatos se aproxima muito mais da dos negros que da dos brancos e que as "perdas" de renda devido à discriminação racial muitas vezes são semelhantes para mulatos e negros (Silva, 1985; Lovell, 1989). Por outro lado, os resultados

em relação aos casamentos mistos mostram um *continuum* em que as uniões entre brancos e pardos e entre pardos e pretos são muito mais comuns do que entre brancos e pretos (Silva, 1987; Telles [b], a ser publicado).

A falta de linhas de cor claramente definidas tornou a auto-identificação algo flexível no Brasil e na América Latina como um todo, identificação essa que às vezes varia de acordo com o contexto social (Rodríguez e Cordero-Guzman, a ser publicado; Wood, 1991). As pessoas que se identificam como brancas ou pretas muitas vezes não são "racialmente puras", mas "relativamente brancas" ou "relativamente pretas"; além disso, a pessoa próxima a uma fronteira cromática tende a "passar" para a categoria mais clara (Hutchinson, 1957; Degler, 1986). O alto valor atribuído à cor clara e a persistente importância da categoria "pardo" são resultados principalmente da ideologia brasileira do *embranquecimento*.

O propósito do *embranquecimento* se tornou explícito nos debates da elite brasileira do século XIX em relação às diversas alternativas para substituir a força de trabalho, majoritariamente escrava, que dentro de pouco tempo seria manumissa pela abolição. A elite se preocupava com o prestígio internacional brasileiro, já que o racismo científico da época levava os países europeus a desprezarem a América Latina devido a seus grandes contingentes de africanos e indígenas (Skidmore, 1974). O Congresso brasileiro resolveu incentivar a imigração de trabalhadores europeus para aumentar a proporção de brancos na população. Esperava-se que, com o passar do tempo, esses imigrantes brancos casassem com a população não-branca, criando assim uma população "mais branca" (Degler, 1986; Vainer, 1990). A ideologia do *embranquecimento*, desde então, tem sido incriminada por haver impedido a formação de identidades étnicas com base racial e por haver derrotado as tentativas de formação de uma consciência negra (Skidmore, 1974; Nascimento, 1982).

Outra característica da ideologia racial brasileira que data dos anos vinte é a afirmação da existência de uma democracia racial na qual a questão da raça não faz diferença em termos de oportunidades ou *status*. Gilberto Freyre popularizou essa idéia em seus relatos históricos, enaltecendo as virtudes do sistema racial brasileiro e, ao mesmo tempo, ignorando suas formas sutis de racismo (Freyre, 1933).<sup>3</sup> A idéia de democracia racial foi enxertada na ideologia oficial pela elite majoritariamente conservadora e militar que havia governado o Brasil desde os anos trinta, no intuito de evitar choques raciais e tentar mostrar o Brasil como exemplo positivo de relações raciais aos olhos da opinião pública internacional (Skidmore, 1972).

Com apenas uma exceção, as leis brasileiras pós-abolicionistas não tiveram propósitos nem segregacionistas, nem integracionistas (Eccles, 1991). Além disso, ao contrário dos Estados Unidos e da África do Sul, nunca houve base legal para a categorização racial. Por outro lado, a lei brasileira nunca foi utilizada para encorajar a igualdade racial, provavelmente porque isso significaria reconhecer a existência do racismo e das desigualdades raciais (Skidmore, 1972). A única exceção à regra foi a relutante aprovação da Lei Afonso Arinos em 1951, que caracterizou como contravenção a discriminação racial em lugar público, passível de punição por multa ou prisão (Eccles, 1991). Os raros casos processados com base nessa lei têm sido situações de racismo gritantes, deixando livres de punição ou de reparação as formas institucionalizadas mais sutis de racismo (Skidmore, 1972; Eccles, 1991).

---

#### SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL COM RELAÇÃO À COR DA PELE

---

A literatura sobre a segregação residencial racial no Brasil é escassa. Pierson (1942) investigou a segregação residencial no seu estu-

do clássico em Salvador, na Bahia, cidade predominantemente não-branca no Nordeste do Brasil. Com base em suas impressões de vários bairros da cidade, Pierson observou que a cor da pele dos habitantes variava de acordo com as condições do bairro: as áreas mais pobres e superpovoadas da cidade eram habitadas por negros, mulatos de pele escura e um número limitado de mulatos de pele clara, enquanto os brancos e alguns poucos mulatos claros viviam nas áreas de classe média. O autor, portanto, pintava um quadro de forte segregação residencial por cor, embora tenha concluído que essa segregação existia apenas à medida que a cor e a classe social coincidissem. Observou que, ao contrário dos Estados Unidos, não havia uma tentativa de segregar as raças e que as distinções de classe resultavam do fato de que os afro-brasileiros haviam saído recentemente de seu estado servil.

Durante os anos cinquenta e início dos anos sessenta, uma investigação patrocinada pela Unesco apontava uma segregação residencial substancial no Rio de Janeiro, cidade com uma minoria grande (cerca de 30% de não-brancos), e em Florianópolis, cidade com uma população minoritária pequena (aproximadamente 10% de não-brancos); entretanto, o estudo concluiu que em ambos os casos a segregação era fortemente condicionada pela classe social (Ianni e Cardoso, 1959; Pinto, 1953).<sup>4</sup> Por outro lado, diversos estudos sobre atitudes raciais realizados nos anos cinquenta (o mesmo período) revelaram preconceitos, inclusive a resistência de brancos à possibilidade de terem negros e mulatos como vizinhos (Ianni e Cardoso, 1959; Bastide e Van den Berghe, 1957; Fernandes, 1955). Um estudo histórico recente das duas maiores áreas metropolitanas brasileiras mostrou que a população de origem africana tende a viver em determinados bairros pobres, próximos a outros "co-étnicos" e geralmente próximos a instituições culturais e religiosas afro-brasileiras. Muitos desses



bairros cresceram em torno de antigos bairros de escravos (Rolnik, 1989).

Dois estudos chamaram a atenção para a aparente intensidade da segregação residencial racial no Sul do Brasil (Willems, 1949; Turner, 1985). Os pesquisadores da Unesco e outros sugeriram a existência de variações regionais e metropolitanas com respeito às relações raciais em geral (Degler, 1986). Dados dispersos sugerem que o Nordeste do Brasil, menos desenvolvido e majoritariamente não-branco, tem um sistema de relações raciais particularmente amigável, enquanto o estado de São Paulo e três outros estados do Sul seriam especialmente racistas (Degler, 1986).

Costuma-se dizer que essa variação nas relações raciais dentro do Brasil é o resultado da industrialização local e/ou de influências imigratórias. Bastide e Van den Berghe argumentam que as relações raciais são mais competitivas e o racismo mais acentuado nas regiões mais industrializadas (Bastide e Van den Berghe, 1957). Por outro lado, Fernandes (1969) defendeu a idéia de que, com a industrialização, a importância da questão raça tenderia a diminuir e que, conseqüentemente, o racismo seria atenuado. De acordo com a hipótese da imigração, o fluxo pós-abolicionista de europeus teria afetado as relações raciais nas regiões onde os colonos se fixaram. De acordo com uma variante dessa teoria, os imigrantes italianos e alemães teriam competido com os afro-brasileiros pelos empregos, criando assim um clima de forte animosidade racial (Andrews, 1988). Segundo outra versão, esses imigrantes haviam trazido consigo ideologias mais racistas do que as da cultura luso-brasileira nativa (Frazier, 1942; Willems, 1949). Fernandes (1955) contestou essas teorias com dados que mostram cidades como Campinas, com relativamente poucos imigrantes, claramente mais racistas do que outras cidades paulistas com grandes contingentes de imigrantes.

Outra explicação surge a partir do enfoque de Blau (1977) sobre os efeitos da heterogeneidade racial. A hipótese de Blau é de que as diferenças de grupo social são mais fáceis de serem observadas quando o grupo é numericamente predominante e menos óbvias quando a população é mais heterogênea. Onde houve maior heterogeneidade, as diferenças raciais são menos conspícuas e o intercâmbio racial é menos constrangido. Essa teoria é em especial interessante no Brasil, em função da grande variação do país em termos de composição racial. As cinco áreas urbanas com maior segregação entre brancos e pardos (Salvador, Teresina, Florianópolis, Joinville e Caxias do Sul) também apresentam a menor heterogeneidade, uma vez que os não-brancos são forte maioria nas duas primeiras, enquanto os brancos compõem a grande maioria nas três últimas.

## MÉTODOS E DADOS

Meu estudo se concentra no conceito tradicional utilizado para medir a segregação residencial - uniformidade, isto é, o grau em que membros de grupos minoritários e majoritários são distribuídos uniformemente através de determinada área urbana (Massey e Denton, 1988). A uniformidade é medida através de um índice tradicional de dessemelhança,  $D$ , definido como a proporção de um grupo que teria que mudar de setor censitário para alcançar a mesma distribuição espacial do outro grupo (Duncan e Duncan, 1955).  $D$  é matematicamente independente da composição racial de uma área metropolitana (Massey e Denton, 1988).

O valor de  $D$  varia de 0, onde dois grupos raciais são distribuídos uniformemente através de toda a área urbana, a 1, onde a segregação é completa.

$$D = 0,5 \times \sum |(x_i / X) - (y_i / Y)|, \quad (1)$$

onde  $X$  e  $Y$  são as populações, na área metro-

politana, dos grupos que estão sendo comparados e  $N_i$  e  $n_i$  são suas respectivas populações no setor censitário  $i$ .

Os índices de dessemelhança residencial entre brancos, pardos e pretos em 35 áreas metropolitanas foram computados para a população total e dentro de faixas de renda familiar. O censo demográfico do Brasil de 1980, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a única fonte para o cálculo de índices de segregação com base na cor da pele.<sup>5</sup> Os índices de segregação têm como base os dados de setores censitários da amostra de 25% de domicílios que responderam à versão longa do questionário do censo. As variáveis independentes da análise de regressão também foram calculadas a partir dessa amostra.

As áreas metropolitanas são definidas como áreas urbanizadas contíguas em um ou mais municípios e constam de uma publicação anterior do IBGE (Vetter, 1988). Escolhi 35 das 40 áreas metropolitanas com população acima de 200 mil habitantes em 1980. As cinco áreas excluídas são das regiões Norte ou Centro-Oeste (na fronteira do país), onde uma concentração mais alta de índios e seus descendentes entre pessoas que se identificam como brancos, pardos e pretos sugere um sistema de relações raciais diferente daquele da maior parte do Brasil, marcada por um *continuum* que vai do europeu ao africano. As 35 áreas incluem 36,1% da população total do Brasil em 1980 e 53,5% de sua população urbana.

O estudo da segregação residencial no Brasil tem sido impedido pela falta de dados disponíveis no âmbito de bairro. Uma vez que os únicos dados estatísticos disponíveis se referiam às grandes divisões urbanas, era altamente problemática a investigação da segregação num contexto onde a ocupação por posseiros (em favelas) se misturava frequentemente às áreas residenciais formalmente urbanizadas. Entretanto, esse problema foi solu-

cionado através da concordância do IBGE no sentido de computar os índices de segregação utilizando dados referentes aos setores censitários.

No Brasil, os setores censitários urbanos contêm cerca de 250 a 300 domicílios cada. A cada censo decenal desde 1940, o IBGE vem atualizando as divisas dos setores, no intuito de ajustá-las a essa especificação populacional. Uma política rígida do IBGE no sentido de resguardar a confidencialidade dos dados setoriais impede a instituição de torná-los públicos, mas a equipe do IBGE concordou em computar, ela própria, os índices de segregação, ao mesmo tempo que permitiu que eu monitorasse de perto o processo. Ao comparar esses índices com os de outros países, deve-se levar em conta que a população média de um setor censitário urbano no Brasil é de cerca de 1.150 indivíduos, porque o  $D$  tende a aumentar matematicamente à medida que diminui o tamanho da unidade aerofotogramétrica (Massey e Denton, 1988).

O censo de 1980 pedia aos entrevistados que se identificassem com respeito à sua própria cor. As opções em termos de resposta eram branco, pardo, preto, amarelo e outros. A grande maioria, 99%, se identificou com as primeiras três categorias. Pardo se refere tanto a índios como a pessoas de raça mista, ou seja, aquelas cuja cor se situa entre preta e branca.

Embora a população indígena seja categorizada como parda nesse censo, uma investigação revelou que as pessoas que poderiam identificar-se como índios são uma proporção muito pequena da população nacional, ainda que sejam uma parcela significativa na Amazônia (região Norte) e Centro-Oeste (Oliveira Filho, 1987). Desde o início da colonização europeia, as doenças e guerras levaram a um forte declínio no tamanho da população indígena brasileira (Denavan, 1976; Hemming, 1978). Entretanto, até hoje, muitos brasileiros, incluindo alguns que se identificam como brancos, têm antepassados indígenas escravos



(Monteiro, 1985). A extensão do parentesco indígena da população brasileira é difícil de determinar, a não ser pela auto-identificação.

É possível que os brasileiros, na maioria, se identifiquem como brancos, negros ou mulatos, em vez de como índios ou parcialmente indígenas, porque a miscigenação extensiva com os índios ocorreu predominantemente nos séculos XVI e XVII, comparada com a miscigenação mais recente com os negros (Monteiro, 1985), e devido a uma ideologia racial que enfatiza um *continuum* entre o branco e o negro. A concentração de índios e seus descendentes nas duas regiões fronteiriças do Brasil e a luta atual dos indígenas pelo direito à posse da terra (Oliveira Filho, 1987) contribuíram para um sistema de relações e questões raciais que difere da metade leste do país, onde vivem cerca de 90% da população brasileira. Portanto, os problemas que poderiam surgir ao incluir grandes contingentes de índios junto com a população mulata, e ao classificar como brancas as pessoas com uma mistura indígena, são atenuados ao eliminar da análise as áreas metropolitanas do Norte e Centro-Oeste do país.

## RESULTADOS

### Regiões

No Brasil, os não-brancos são obviamente uma minoria numérica nas regiões mais desenvolvidas do país, enquanto representam a maioria evidente no Nordeste, menos desenvolvido, centro da economia escravocrata até 1888. A Tabela 1 mostra a distribuição dos grupos de cor por região. A maioria dos brancos (53,8%) vive no estado de São Paulo, altamente habitado e relativamente rico, e no Sul, região composta de três estados ligeiramente menos desenvolvidos. Inversamente, cerca da metade dos pardos e um terço dos pretos vivem no Nordeste, pobre e subdesen-

TABELA 1

Distribuição da população total por região, para grupos de cor – Brasil, 1980

REGIÃO	COR			TOTAL
	Br.	Pd.	Pr.	
Nordeste	14,5	49,6	33,2	29,3
RJ, MG e ES	24,0	16,8	33,6	22,5
São Paulo	29,0	11,5	17,9	21,1
Sul	24,8	5,0	8,5	16,0
Norte	1,8	9,7	2,2	4,9
Centro-Oeste	5,7	7,6	4,5	6,3
Total	99,8	100,2	99,9	100,1

Br: Brancos; Pd: Pardos; Pr: Pretos.  
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,  
 1983, Tabela 1.11.

volvido. Os índices de dessemelhança computados por região revelam que os pardos e brancos são muito mais segregados regionalmente entre si ( $D = 0,477$ ) do que os pretos e brancos ( $D = 0,286$ ) ou os pretos e pardos ( $D = 0,268$ ).

### Áreas metropolitanas

A coluna final da Tabela 2 mostra que a composição racial das áreas metropolitanas individuais varia muito, desde Joinville, onde os brancos representam 95,2% da população local, até Teresina, onde são apenas 15%. Os brancos são a minoria em todas as 13 áreas urbanas do Nordeste, menos desenvolvido, mas constituem mais de 80% da população em dez entre 14 das áreas metropolitanas estudadas em São Paulo e no Sul. As duas megalópoles brasileiras – São Paulo e Rio de Janeiro – têm maioria branca (71,5% e 60%, respectiva-

mente), mas cada uma tem população de origem africana superior a três milhões de habitantes.

Comparados com o padrão americano, consideram-se moderados os valores de *D* entre 0,3 e 0,6 (Massey e Denton, 1987). Assim, a Tabela 2 mostra que a segregação residencial por cor no Brasil é moderada – todos os índices de dessemelhança, com apenas uma exceção, são inferiores a 0,6. Um fator que talvez diminua esses índices é o fato de que empregadas domésticas e porteiros e seus familiares, que são predominantemente não-brancos, tendem a viver no mesmo domicílio ou no mesmo prédio com seus patrões. Por outro lado, o menor tamanho médio dos setores censitários brasileiros (1.150 indivíduos, em comparação com quatro mil nos Estados Unidos) pode funcionar no sentido de inflacionar os índices de segregação no Brasil.

A média de segregação de pretos em relação a brancos (0,450) para essas 35 áreas urbanas é apenas ligeiramente mais elevada do que para pardos em relação a brancos (0,397), padrão característico de 29 das 35 áreas urbanas. Nas outras seis áreas, das quais quatro se encontram nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, o índice de segregação entre pretos e brancos era mais baixo do que entre pardos e brancos. A dessemelhança entre brancos e pretos era a mais elevada em todas as áreas metropolitanas do Nordeste.

É interessante notar que o índice médio de segregação entre pardos e pretos (0,407) era maior do que entre brancos e pardos (0,397). O índice de segregação entre pardos e pretos era o mais alto dos três índices em cinco áreas metropolitanas, três das quais no Sul, e o mais baixo em 15 áreas. No Nordeste, a dessemelhança entre pardos e pretos situava-se entre as de brancos/pretos e brancos/pardos, em oito das 13 áreas metropolitanas, enquanto no estado de São Paulo era o mais baixo dos três índices em cinco entre sete das áreas metropolitanas. Entretanto, os índices de segregação

TABELA 2

**Índices de dessemelhança entre brancos, pardos e pretos por área metropolitana – Brasil, 1980**

REGIÃO E ÁREA METROP.	ÍNDICE DE DESSEMELH.			
	Br./Pr.	Br./Pd.	Pd./Pr.	% Br
Nordeste	,509	,405	,434	30,1
Recife	,499	,389	,424	37,1
Salvador	,534	,488	,353	22,8
Fortaleza	,563	,409	,562	30,6
Belém	,495	,376	,431	27,1
João Pessoa	,541	,439	,482	33,0
Natal	,596	,393	,585	47,2
Teresina	,500	,486	,469	15,0
Maceió	,495	,379	,450	36,5
Aracaju	,467	,381	,398	27,0
São Luís	,471	,362	,320	28,0
Feira de Santana	,504	,409	,375	20,5
Campina Grande	,468	,356	,444	45,0
Itabuna	,488	,395	,343	21,1
<b>RJ, MG e ES</b>	<b>,381</b>	<b>,367</b>	<b>,344</b>	<b>61,3</b>
Rio de Janeiro	,427	,383	,312	60,0
Belo Horizonte	,419	,427	,341	54,1
Vitória	,455	,356	,371	48,6
Barra Mansa/ Volta Redonda	,297	,318	,324	65,2
Juiz de Fora	,364	,358	,327	71,1
Ipatinga	,356	,396	,393	50,0
Uberlândia	,381	,388	,363	75,5
Campos	,346	,312	,319	66,0
<b>São Paulo</b>	<b>,402</b>	<b>,380</b>	<b>,364</b>	<b>78,3</b>
São Paulo	,412	,394	,364	71,5
Santos	,441	,424	,369	67,4
Campinas	,429	,412	,359	78,6
S.J. Campos	,370	,332	,389	80,1
Sorocaba	,377	,305	,358	85,5
Ribeirão Preto	,406	,387	,337	82,1
Jundiaí	,378	,405	,369	83,0
<b>Sul</b>	<b>,467</b>	<b>,433</b>	<b>,476</b>	<b>86,4</b>
Porto Alegre	,422	,407	,421	85,3
Curitiba	,477	,417	,467	84,1
Pelotas/R. Gde.	,386	,352	,440	84,6
Florianópolis	,461	,492	,516	91,8
Londrina	,449	,397	,404	74,3
Joinville	,526	,470	,624	95,2
Caxias do Sul	,546	,495	,457	89,2
<b>Média</b>	<b>,450</b>	<b>,397</b>	<b>,407</b>	<b>58,1</b>



entre brancos e pardos (e entre brancos e pretos) talvez sejam baixos apenas na aparência (e, portanto, não seriam comparáveis aos de pardos em relação a pretos), devido à tendência, citada acima, de muitos empregados domésticos residirem no mesmo local de seus patrões brancos de classe média. Contudo, o nível moderado de segregação entre pardos e pretos, de *status* sócio-econômico semelhante, demonstra a importância do *continuum* de cor.

A dessemelhança residencial média por região é mais alta no Nordeste e no Sul, seguidos por São Paulo e, finalmente, por Minas, Rio e Espírito Santo. Estudos anteriores, com base em evidências impressionistas, sugeriam que o Nordeste fosse a menos segregada de todas as regiões brasileiras (Willems, 1949; Turner, 1985). Entretanto, é claramente a mais segregada em termos de dessemelhança residencial entre brancos e pretos. Desde que a segregação não seja extrema, haverá uma presença visível de não-brancos nas áreas residenciais dos brancos no Nordeste, devido ao fato de os não-brancos serem a maioria nessa região. Para o observador casual, isso dá a impressão de que a segregação seja mais baixa no Nordeste.

#### Segregação sócio-econômica

Para poder examinar até que ponto a segregação por cor independe de classe social, compeitei os índices de dessemelhança residencial entre os três grupos de cor, dentro das mesmas faixas de renda domiciliar. Esses índices permitem um controle razoável do efeito do "embranquecimento pelo dinheiro" (se é verdade que a identificação por cor muda à medida que os indivíduos ascendem na escala econômica, a segregação total pode refletir não apenas a desigualdade, como também a informação errônea da própria cor por não-brancos de renda alta).

Os índices de dessemelhança para as respectivas faixas de renda eram calculados utili-

zando-se o domicílio como unidade de análise e definindo como cor a do chefe do domicílio. Os resultados são apresentados na Tabela 3.

Os índices não eram calculados quando havia uma média de menos de três domicílios por setor censitário para qualquer um dos dois grupos de cor numa mesma faixa de renda. Esse procedimento era utilizado para evitar as variações aleatórias em direção contrária à semelhança, que de outra maneira poderiam ocorrer ao usar populações muito pequenas no cálculo de *D*. Como resultado da utilização desse critério, não foi possível calcular os índices de dessemelhança para muitas faixas de renda em muitas áreas urbanas, o que reflete a concentração de não-brancos nas categorias de renda mais baixas. Portanto, o isolamento residencial dos brancos é praticamente assegurado pela ausência de uma classe média não-branca significativa.

A renda domiciliar é medida como o número de "salários mínimos", procedimento comum no Brasil, onde os altos índices inflacionários tornam menos significativos os valores em dólares ou cruzeiros. Em setembro de 1980, quando o censo foi feito, um salário mínimo valia cerca de US\$ 75 por mês. Não foram apresentados os índices para a categoria "menos de um salário mínimo" porque os resultados eram incoerentes com os de outras categorias de renda, sugerindo um alto nível de informação errônea nas categorias de renda mais baixa.

As sete áreas metropolitanas apresentadas na Tabela 3 são aquelas para as quais era possível calcular o maior número de índices, com base no critério citado acima. A Tabela 3 mostra que, nas áreas metropolitanas onde de fato os negros e mulatos estão representados nas diversas faixas de renda, a segregação moderada persiste, independentemente da categoria de renda. Na verdade, os índices de segregação tendem a aumentar junto com a renda. Esse padrão está presente inegavelmente em relação à dessemelhança entre brancos e

TABELA 3

**Índices de dessemelhança entre brancos, pardos e pretos, por faixa de renda familiar: sete áreas metropolitanas brasileiras, 1980**

ÁREA METROP. E FAIXA DE RENDA (Nº DE SAL.MÍN.)	DESSEMELH. ENTRE:		
	Br/Pr	Br/Pd	Pd/Pr
<b>Salvador</b>			
1,01 a 2	,519	,499	,391
2,01 a 3	,547	,519	,411
3,01 a 5	,547	,511	,418
5,01 a 10	,618	,497	,483
10,01 a 20	-	,509	-
20,01 a mais	-	,507	-
<b>Feira de Santana</b>			
1,01 a 2	,514	,468	,348
2,01 a 3	,572	,464	,439
3,01 a 5	,585	,481	,445
5,01 a 10	,615	,465	,549
10,01 a 20	-	,518	-
<b>Rio de Janeiro</b>			
1,01 a 2	,419	,382	,399
2,01 a 3	,456	,389	,424
3,01 a 5	,452	,387	,409
5,01 a 10	,543	,421	,479
10,01 a 20	-	,546	-
<b>Belo Horizonte</b>			
1,01 a 2	,435	,412	,405
2,01 a 3	,450	,419	,437
3,01 a 5	,462	,416	,450
5,01 a 10	,568	,454	,518
10,01 a 20	-	,554	-
<b>Barra Mansa/Volta Redonda</b>			
1,01 a 2	,355	,387	,423
2,01 a 3	,360	,358	,406
3,01 a 5	,377	,362	,422
5,01 a 10	,421	,361	,439
10,01 a 20	-	,549	-
<b>Juiz de Fora</b>			
1,01 a 2	,318	,337	,337
2,01 a 3	,380	,415	,408
3,01 a 5	,410	,436	,449
5,01 a 10	,568	,465	,556
<b>Campos</b>			
1,01 a 2	,377	,335	,376
2,01 a 3	,411	,374	,451
3,01 a 5	,448	,384	,461
5,01 a 10	,618	,450	,604

pretos e é válido também em termos gerais para a segregação entre pardos e pretos e brancos e pardos. Por outro lado, em todas as sete áreas, o aumento da segregação em relação à renda crescente é maior entre brancos e pretos do que entre brancos e pardos, enquanto são intermediários os índices de segregação entre pardos e pretos.

A cidade de Salvador, única área metropolitana com uma elite não-branca significativa, é típica das primeiras quatro cidades da Tabela 3. Embora a segregação entre brancos e pretos na faixa de renda mais baixa (0,519) seja obviamente maior do que a segregação entre pardos e pretos (0,391), os dois índices aumentam de maneira semelhante da primeira para a quarta faixa de renda (ou seja, em 0,092 e 0,099, respectivamente). Por outro lado, embora a segregação entre brancos e pardos na faixa de renda mais baixa seja apenas um pouco menos acentuada do que aquela entre brancos e pretos, esse índice muda pouco até chegar na quarta faixa de renda (0,497). Em Barra Mansa-Volta Redonda, área altamente industrializada, a segregação entre brancos e pardos chega a diminuir ligeiramente à medida que a renda aumenta, até a faixa de renda mais alta, onde o índice pula até um nível relativamente alto (0,549). Esses casos demonstram a importância do *continuum* de cor, no qual o *status* do preto é percebido como inferior ao do pardo e em que até os não-brancos fazem distinção entre o pardo e o preto. O padrão se torna mais evidente à medida que a renda aumenta, tanto é que a segregação é maior para os domicílios de renda alta, onde são maiores as opções residenciais.

Dois áreas urbanas, Juiz de Fora e Campos, apresentam um padrão distinto, onde os índices de segregação para todas as comparações de cor aumentam acentuadamente junto com a renda. Entretanto, a diferença entre as faixas de renda mais baixa e mais alta é maior no caso da segregação entre brancos e pretos (0,250 e 0,241, respectivamente, para as duas

idades), comparada àquela entre pardos e pretos (0,219 e 0,228) e entre brancos e pardos (0,128 e 0,115). A segregação nessas duas cidades é especialmente limitada entre os grupos de menor renda, em que, por exemplo, a segregação entre brancos e pretos se assemelha àquela entre brancos e pardos. No entanto, enquanto o índice de segregação entre brancos e pretos nas outras cinco áreas é o maior dos três índices em cada faixa de renda, no caso de Juiz de Fora e Campos é o maior dos três apenas na faixa de renda mais alta (de 5,01 a dez salários mínimos).

O fato de a segregação residencial por cor ser menos acentuada entre os mais pobres talvez ajude a explicar por que as relações raciais entre eles tenham sido relativamente amigáveis – historicamente, houve pouca violência por motivos raciais no Brasil (Skidmore, 1974). Os baixos níveis de segregação entre os pobres talvez reflitam também as precárias condições de vida nos segmentos mais pobres da população brasileira. As opções residenciais são extremamente limitadas e muitas vezes têm que ser decididas com base nas possibilidades de sobrevivência. Para os pobres, é muito provável que a decisão a respeito de onde morar seja tomada com base em critérios como a possibilidade de caminhar até o trabalho (porque as passagens de ônibus são onerosas) ou o acesso a amigos próximos que possam ajudar com tarefas como o cuidado das crianças ou a construção de casas em mutirão. Muitas vezes isso significa morar ilegalmente, em condições habitacionais improvisadas.

O contexto da miséria extrema e a ausência de pressões sociais esmagadoras no sentido de segregar por cor fazem com que a preocupação com a cor da pele tenha pouca prioridade. Se a segregação tiver que ocorrer num contexto onde não existem padrões residenciais previamente segregados, ou onde a segregação não tem respaldo legal, é mais provável que ocorra em faixas de renda onde são maiores as

opções residenciais e onde a cor possa se tornar um critério na seleção do bairro.

A cidade de Salvador é notável, pelo fato de ter uma classe média mulata significativa (Azevedo, 1953). As Tabelas 2 e 3 mostram que a segregação em Salvador é acentuada entre brancos e pardos e entre brancos e pretos, mas que é relativamente limitada entre pardos e pretos. A segregação relativamente acentuada entre brancos e não-brancos talvez promova a solidariedade social entre pardos e pretos, manifesta espacialmente em Salvador. Outro fator importante nessa cidade é a forte presença de uma cultura e de instituições de origem africana que tende a diferenciar mais ainda a vida social dos afro-soteropolitanos em relação à dos euro-soteropolitanos.

#### A explicação para os padrões interurbanos

As causas da segregação diferencial são testadas por um modelo de regressão OLS que considera os índices de segregação urbana como decorrentes do contexto social, do status sócio-econômico e das variáveis do mercado imobiliário. Os índices de dessemelhança (apresentados na Tabela 2) são transformados em *logits* devido à sua amplitude limitada. As variáveis referentes ao contexto social incluem a industrialização, a influência migratória e a heterogeneidade. A industrialização é o percentual da força de trabalho total empregada no setor industrial. A influência da imigração é estimada através do percentual de indivíduos nascidos na Itália ou na Alemanha entre a população de 60 anos de idade ou mais em 1980, porque essa imigração ocorreu apenas até os anos trinta (Merrick e Graham, 1979). Na ausência de dados étnicos, admite-se que isso seja uma medida aproximada da influência relativa da imigração. A heterogeneidade é calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$H = 1 - (w^2 + m^2 + b^2), \quad (2)$$

onde  $w$  é o percentual de brancos,  $m$  é o de pardos e  $b$  é o de pretos (Gibbs e Martin, 1962).

O *status* sócio-econômico é medido por duas variáveis: (1) os índices de dessemelhança ocupacional masculina entre grupos de cor aferidos em cada área metropolitana e (2) a renda domiciliar média para a população total de cada área. É comum propor que a desigualdade de cor seja a única fonte de segregação residencial no Brasil, onde os mercados imobiliários refletem apenas a divisão social do trabalho e a renda fornece os recursos econômicos que permitem a mobilidade residencial.

Qualquer análise da segregação residencial deve levar em consideração o mercado imobiliário local. Minha análise aponta para três fatores relacionados à questão imobiliária: a rotatividade residencial, a propriedade domiciliar e a densidade.

A rotatividade residencial intensa numa determinada área indica um alto nível de movimento interno e migração. A rotatividade é medida pelo percentual de famílias que residem há menos de dois anos no domicílio atual. Os indivíduos em áreas de alta rotatividade residencial têm mais liberdade para escolher suas residências do que as de mercados imobiliários restritos, característicos de algumas grandes áreas metropolitanas brasileiras. As pessoas que se mudam muitas vezes são canalizadas para bairros relativamente homogêneos, através de redes sociais. Isso pode ter dois efeitos distintos: o aumento do índice de segregação ou o incentivo às áreas crescentes de transição, reduzindo, portanto, a segregação.

O índice de propriedade domiciliar é o percentual de famílias residindo em casa própria. Os proprietários consideram seus imóveis como investimentos a longo prazo, de maneira que têm maior probabilidade do que os inquilinos de se preocuparem com as características dos vizinhos. Quando se prefere a homogeneidade dos vizinhos, é provável que a segrega-

ção seja mais acentuada no caso de um alto índice de propriedade domiciliar.

Finalmente, um determinado nível de segregação é completamente diferente numa área urbana densa, onde as pessoas vivem em proximidade umas com as outras, comparada a áreas onde os domicílios estão mais dispersos. Se os brancos quisessem evitar os não-brancos, estariam mais próximos fisicamente dos vizinhos de origem africana num bairro densamente habitado, o que torna a segregação mais provável em áreas desse tipo. A densidade é medida pelo percentual de domicílios localizados em prédios de apartamentos.

A Tabela 4 mostra os resultados da análise de regressão. Os coeficientes são bastante consistentes em todos os três modelos, embora possam variar os níveis de significância. Em geral, as variáveis que representam o *status* sócio-econômico e o mercado imobiliário são melhores preditores de segregação do que as variáveis referentes ao contexto social. De acordo com minha análise, nenhuma das variáveis de contexto social é significativa. As áreas de maior industrialização, maior influência imigratória e menor heterogeneidade racial tendem a apresentar índices mais altos de segregação, mas essas relações não são significativas.<sup>6</sup>

Como era de se esperar, a dessemelhança ocupacional apresenta uma associação positiva significativa com a segregação entre brancos e pardos e entre brancos e pretos, mas não é significativa para a segregação entre pardos e pretos. Não é surpreendente a falta de associação com a segregação entre pardos e pretos, tendo em vista a pequena diferença de *status* entre os dois grupos. A renda domiciliar média apresenta uma associação negativa significativa com a segregação entre brancos e pretos e entre pardos e pretos; a segregação residencial dos pretos em relação a brancos e pardos é particularmente acentuada nas áreas urbanas de baixa renda.



TABELA 4

Coefficientes de regressão para índices de dessemelhança residencial para variáveis independentes selecionadas: áreas metropolitanas brasileiras, 1980

VARIÁVEL INDEPENDENTE	Br/Pd	Br/Pr	Pd/Pr
<b>Contexto social</b>			
% ocupado no setor industrial	,009 (,006)	,006 (,004)	,008 (,006)
% de brancos $\geq$ 60 anos nascidos na Itália ou Alemanha	,073 (,056)	,006 (,039)	,040 (,061)
Heterogeneidade de cor	-,004 (,005)	-,004 (,003)	-,012 (,006)
<b>Status sócio-econômico</b>			
Dessemelhança ocupacional	,026* (,012)	,027* (,010)	,013 (,022)
Renda domiciliar média	-,032* (-,016)	-,007 (,010)	-,039* (,017)
<b>Mercado imobiliário</b>			
% < 2 anos no domicílio atual	,026* (,009)	,020* (,006)	,028* (,010)
% casa própria	,019* (,008)	,020* (,005)	,013 (,009)
% que reside em apartamento	,012 (,007)	,009 (,004)	,010 (,008)
Intercepção	-2,425	-2,773	-1,196
R <sup>2</sup>	,496	,577	,537
R <sup>2</sup>	,341	,447	,394
Números de casos	35	35	35

\*  $p \leq 0,05$

Obs.: Os números entre parênteses são erros-padrão. Os índices de dessemelhança foram transformados em logit.

As áreas urbanas com alta rotatividade residencial apresentam maior segregação, demonstrada pelos coeficientes positivos significativos em todos os três modelos. As áreas urbanas com índices altos de propriedade domiciliar estão associadas significativamente à maior segregação entre brancos e pardos e brancos e pretos.

## DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Comparada ao padrão americano, a segregação residencial entre os diversos grupos de cor no Brasil é moderada, de maneira geral. A falta de um sistema de segregação legalmente sancionado ao longo da história brasileira moderna talvez explique a ausência de uma segregação extrema no Brasil, tal como se encontra em outras partes do mundo. Entretanto, a segregação é fato na vida urbana brasileira.

Os resultados mostram que a segregação residencial entre os diversos grupos de cor não pode ser explicada pelo *status* sócio-econômico (posição defendida na literatura sobre o tema), porque a segregação residencial moderada por cor ocorre entre membros de uma mesma faixa de renda. Além disso, os níveis de segregação aumentam junto com a renda naquelas áreas metropolitanas com um número substancial de brancos, negros e mulatos nas respectivas categorias de renda. Assim, a classe média afro-brasileira é mais dessemelhante espacialmente em relação aos brancos de classe média do que os afro-brasileiros pobres em relação aos brancos pobres. Entretanto, para a classe média branca na maioria das áreas metropolitanas, a simples ausência de uma classe média significativa de origem africana garante que os bairros de classe média permaneçam como predominantemente brancos. A segregação relativamente limitada por cor entre a grande população urbana pobre sugere que as opções habitacionais extremamente limitadas tornam a questão cromática

pouco prioritária na escolha do lugar da residência.

Apesar de a literatura sugerir que a industrialização e a imigração são essenciais para a compreensão das diferenças regionais nas relações raciais brasileiras (Bastide, 1965; Van den Berghe, 1967; Fernandes, 1969), minha análise mostra que, na melhor das hipóteses, esses fatores têm efeitos fracos. Por outro lado, o *status* sócio-econômico e o mercado imobiliário de uma área estão associados significativamente aos padrões de segregação. As áreas urbanas com desigualdade ocupacional relativamente alta tendem a ser mais segregadas, o mesmo ocorrendo com as de renda alta. Da mesma forma, as áreas urbanas com alta rotatividade ou alto índice de propriedade domiciliar tendem a ser mais segregadas no Brasil.

A hipótese da existência de um *continuum* de cor no Brasil indo do branco, passando pelo pardo, até o preto encontra respaldo no caso da segregação residencial. Os brancos geralmente estão mais segregados dos negros do que dos mulatos, tanto no geral quanto nas faixas de renda específicas. Existe também uma segregação residencial significativa entre negros e mulatos, muitas vezes mais acentuada do que entre brancos e mulatos (porém menor do que entre brancos e negros), sugerindo que os mulatos também desprezam os negros, incentivados presumivelmente por uma ideologia que valoriza o embranquecimento. Portanto, as relações raciais secundárias, incluindo a segregação residencial e os casamentos mistos (Telles [b], a ser publicado), tendem a refletir o *continuum* de cor, enquanto as relações primárias (mercado de trabalho) são mais indicativas de uma linha de cor entre brancos e não-brancos (Silva, 1985; Lovell, 1989). Além disso, o fato de a segregação aumentar mais rapidamente, junto com a renda, entre brancos e pretos e pardos e pretos do que entre brancos e pardos sugere que a cor preta da pele é um fator particularmente relevante para gru-

pos de renda mais alta dentro de uma mesma área residencial. Os resultados bivariados e multivariados também indicam que a segregação dos *pretos* em relação tanto aos brancos quanto aos pardos é claramente mais acentuada do que a segregação entre brancos e pardos nas áreas mais pobres e menos desenvolvidas.

A segregação moderada tem amplas implicações para outras características das relações raciais brasileiras, especialmente quando comparada a outros países com grandes contingentes de descendentes de africanos e europeus. Tais implicações incluem (1) um nível relativamente baixo de consciência racial e de organização entre a população de origem africana e (2) níveis relativamente altos de interação inter-racial.

Enquanto a segregação extrema na África do Sul e nos Estados Unidos tem levado a um alto grau de consciência de raça e de organização corporativa, essas manifestações têm estado relativamente ausentes no Brasil devido à segregação moderada e à ausência de categorias raciais claramente definidas. Junto a uma ideologia que nega o racismo, o fato de negros, mulatos e brancos viverem em bairros semelhantes talvez reforce uma percepção generalizada de que a raça tem pouco ou nenhum efeito sobre as oportunidades de vida, pelo menos para indivíduos da mesma classe social. Nesse sentido, são menos óbvios o racismo e as desigualdades raciais que permeiam a sociedade brasileira.

Da mesma maneira, a ausência de uma segregação extrema no Brasil impediu a formação de instituições paralelas, condição fundamental para a ascensão de movimentos sociais negros na África do Sul e Estados Unidos. Finalmente, a segregação menos extrema no Brasil tem favorecido uma maior exposição inter-racial, revelada por uma prevalência muito maior de amizades e casamentos inter-raciais, pelo menos entre a grande população pobre brasileira.

Matriz de correlação para as variáveis da Tabela 4

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1) Dessemelhança entre brancos e pardos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2) Dessemelhança entre brancos e pretos	,616*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3) Dessemelhança entre pardos e pretos	,446*	,680*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4) % de brancos com 60 anos ou mais nascidos na Itália ou Alemanha	,162	-,158	-,148	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5) % no setor industrial	-,009	-,245	,096	,548*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6) Heterogeneidade de cor	-,304	,012	-,393*	-,345*	-,520*	-	-	-	-	-	-	-	-
7) Renda média	,085	-,369*	-,286	,795*	,531*	-,352*	-	-	-	-	-	-	-
8) Dessem. ocup. entre Br/Pd	,225	,271	-,303	,111	-,450	,431*	,042	-	-	-	-	-	-
9) Dessemelhança ocupacional entre brancos e pretos	,101	,344*	-,149	-,470*	-,792*	,662*	-,554*	,702*	-	-	-	-	-
10) Dessemelhança ocupacional entre pardos e pretos	,056	,371*	,055	-,717*	-,702*	,592*	-,773*	,269	,839*	-	-	-	-
11) % com menos de 2 anos no domicílio anual	,125	,148	,233	-,040	-,027	,069	,025	-,026	-,048	-,031	-	-	-
12) % que reside em apto.	,140	-,134	-,296	,397*	,002	,051	,538*	,284	-,123	-,384*	-,233	-	-
13) % casa própria	,380*	,401*	,374*	-,275	-,241	-,273	-,386*	-,161	,165	,347*	-,403*	-,206	-

\*  $p \leq 0,05$

## NOTAS

● Meus agradecimentos a Arlindo Mello do Nascimento, Luísa Pinheiro Teixeira e Luis Armando de Medeiros Frias, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por haverem fornecido dados do IBGE. Recebi comentários valiosos de Walter Allen, David Lopez, Joe Potter, Donald Treiman, o editor da *American Sociological Review* e revisores anônimos. Os dados foram coletados enquanto eu era *fellow* da Fundação Rockefeller em ciências demográficas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e com o apoio de uma bolsa do Fórum Acadêmico da Ucla.

1. Nos Estados Unidos, em 1979, a renda média dos homens negros era de 61% da renda média dos homens brancos (Farley e Allen, 1989, p. 315).
2. Silva (1987) mostrou que em 1980 cerca de 21% dos casais informavam que se encontravam em uniões racialmente mistas: 16,1% entre brancos e pardos, 3,2% entre pardos e pretos e 1,4% entre brancos e pretos.
3. Freyre deixou o Brasil para estudar no Sul dos Estados Unidos entre 1917 e 1920. É fácil imaginar como o contraste entre os dois sistemas naquela época poderia levá-lo a tais conclusões. Mais tarde, o sociólogo Donald Pierson apoiou os achados de Freyre e, de fato, promoveu a tese da democracia racial na comunidade acadêmica americana (Pierson, 1942). É digno de nota que ambos os estudiosos houvessem tirado suas conclusões do Nordeste brasileiro, predominantemente não-branco.
4. A onda de pesquisas patrocinadas pela Unesco mostrou que o preconceito e a desigualdade raciais eram amplamente disseminados no Brasil, ao contrário dos estudos anteriores de cientistas como Freyre e Pierson, que acreditavam que qualquer preconceito racial pudesse ser atribuído quase inteiramente ao preconceito de classe e que a posição social dos não-brancos fosse resultado da sua recente emergência da escravidão, numa sociedade em que a mobilidade ascendente era bastante limitada para pessoas de qualquer raça (Skidmore, 1974; Degler, 1986).
5. O censo demográfico do Brasil de 1970, o único censo disponível à época com arquivos eletronicamente legíveis, omitiu a questão racial. O censo previsto para 1990 foi realizado, de fato, em setembro de 1991. Skidmore interpreta a falta de dados sobre raça no censo de 1970 como reflexo da preocupação do governo militar de que tais informações pudessem apontar desigualdades raciais e, portanto, incentivar a oposição racial. De acordo com a posição oficial do regime na época, a categoria raça não era estatisticamente significativa.
6. Há evidências de subculturas regionais de racismo que podem não ser detectadas pela industrialização, imigração ou composição racial (Telles [b], a ser publicado). Entretanto, não foram significativas as variáveis *dummy* regionais acrescentadas aos modelos multivariados.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDREWS, George Reid (1988). "Black and White workers: São Paulo, Brazil, 1888-1928". *Hispanic American Historical Review*, 68:491-524.
- AZEVEDO, Thales de (1953). *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*. Paris, Unesco.
- BASTIDE, Roger and VAN DEN BERGHE, Pierre (1957). "Stereotypes, norms and interracial behavior in São Paulo, Brazil". *American Sociological Review*, 22:689-94.
- BASTIDE, Roger (1965). "The development of race relations in Brazil". In: *Industrialization and race relations*. (Edited by G. Hunter.) London, England, Oxford University Press.
- BLAU, Peter (1977). *Heterogeneity and inequality*. New York, The Free Press.



- DEGLER, Carl N. [1971] (1986). *Neither Black nor White: slavery and race relations in Brazil and the United States*. Madison, University of Wisconsin Press.
- DENAVAN, William M. (1976). "The aboriginal population of Amazonia". In: *The native population of the Americas in 1492*. (Edited by W. M. Denevan.) Madison, University of Wisconsin Press.
- DENTON, Nancy and MASSEY, Douglas (1989). "Racial identity among Caribbean hispanics: the effect of double minority status on residential segregation". *American Sociological Review*, 54:790-808.
- DUNCAN, Otis D. and DUNCAN, Beverly (1955). "A methodological analysis of segregation indices". *American Sociological Review*, 20:210-17.
- ECCLES, Peter R. (1991). "Culpados até prova em contrário: os negros, a lei e os direitos humanos no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, (20):135-63.
- FARLEY, Reynolds and ALLEN, Walter (1989). *The color line and the quality of life in America*. New York, Oxford University Press.
- FERNANDES, Florestan (1955). *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. São Paulo, Editora Anhembi Limitada.
- . (1969). *The negro in Brazilian society*. New York, Columbia University Press.
- FRAZIER, E. Franklin (1942). "Some aspects of race relations in Brazil". *Phylon*, 3:287-95.
- FREYRE, Gilberto (1933). *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- GIBBS, Jack P. and MARTIN, Walter T. (1962). "Urbanization, technology and the division of labor". *American Sociological Review*, 26:667-77.
- HARRIS, Marvin (1964). *Patterns of race in the Americas*. New York, Walker and Company.
- HASENBALG, Carlos A. (1985). "Race and socioeconomic inequalities in Brazil". In: *Race, class and power in Brazil*. (Edited by P. M. Fontaine.) Los Angeles, Ucla/Center for Afro-American Studies.
- HEMMING, John (1978). *Red gold: the conquest of the Brazilian indians*. Cambridge, Harvard University Press.
- HOETINK H. (1967). *The two variants in Caribbean race relations*. London, England, Oxford University Press.
- HUTCHINSON, Harry William (1957). *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Seattle, University of Washington Press.
- IANNI, Octávio e CARDOSO, Fernando Henrique (1959). *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1983). *Censo demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade e mortalidade*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vol. 1, ser. 4. nº 1.
- LOVELL, Peggy (1989). "Income and racial inequality in Brazil." Ph.D. dissertation. Department of Sociology, University of Florida, Gainesville.
- MASSEY, Douglas S. and DENTON, Nancy A. (1987). "Trends in the residential segregation of Hispanics, Blacks and Asians: 1970-1980". *American Sociological Review*, 52:802-24.
- (1988). "The dimensions of residential segregation". *Social Forces*, 67:281-315.

- MERRICK, Thomas W. and GRAHAM, Douglas H. (1979). *Population and economic development in Brazil: 1800 to the present*. Baltimore, Johns Hopkins University.
- MONTEIRO, John (1985). "São Paulo in the 17th century: economy and society". Ph.D. dissertation. Department of History, University of Chicago.
- NASCIMENTO, Abdias do (1982). *O negro revoltado*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (1987). *Terras indígenas no Brasil*. São Paulo, Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
- OLIVEIRA, Lucia Elena Garcia de; PORCARO, Rosa Maria; e ARAÚJO, Tereza Cristina N. (1985). *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- PIERSON, Donald (1942). *Negroes in Brasil: a study of race contact at Bahia*. Chicago, University of Chicago Press.
- PINTO, L. A. da Costa (1953). *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- RODRIGUEZ, Clara E. and CORDERO-GUZMAN, Hector (a ser publicado). "Placing race in context". *Ethnic and racial studies*.
- ROLNIK, Raquel (1989). "Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro". *Estudos Afro-Asiáticos*, (17):29-41.
- SCHERMERHORN, R. A. (1978). *Comparative ethnic relations: a framework for theory and research*. Chicago, University of Chicago Press.
- SCHWARTZ, Stuart (1974). "The manumission of slaves in colonial Brazil". *Hispanic American Historical Review*, 54:603-45.
- SILVA, Nelson do Valle (1985). "Updating the cost of not being White in Brasil". In *Race, class and power in Brazil*. (Edited by P. M. Fontaine.) Los Angeles, Ucla/ Center for Afro-American Studies.
- (1987). "Distância social e casamento inter-racial no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, (14):54-84.
- SKIDMORE, Thomas E. (1972). "Toward a comparative analysis of race relations since abolition in Brazil and the U.S.". *Journal of Latin American Studies*, 4:1-28
- (1974). *Black into White: race and nationality in Brazilian thought*. New York, Oxford University Press.
- TELLES, Edward E. (a ser publicado [a]). "Who gets formal sector jobs: determinants of formal-informal sector participation in Brazilian metropolitan areas". *Work and occupations*.
- (a ser publicado [b]). "Racial distance and region in Brazil: the case of marriage among color groups". *Latin American Research Review*.
- TURNER, J. Michael (1985). "Brown into Black". *Race, class and power in Brazil*. (Edited by P. M. Fontaine.) Los Angeles, Ucla/Center for Afro-American Studies.
- VAINER, Carlos (1990). "Estado e raça no Brasil: notas exploratórias". *Estudos Afro-Asiáticos*, (18):103-18.
- VAN DEN BERGHE, Pierre (1967). *Race and racism*. New York, Wiley.
- VETTER, David (1988). *Indicadores sociais: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e municípios com mais de 100 mil habitantes*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

WILLEMS, Emilio (1949). "Racial attitudes in Brazil". *American Journal of Sociology*, 54:402-8.

WOOD, Charles (1991). "Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil". In: *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. (Edited by P. A. Lovell.) Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais/Centro de Demografia e Planejamento Regional.

## SUMMARY

### Residential segregation by skin color in Brazil

I examine residential segregation by skin color in 35 of the largest metropolitan areas in Brazil, using census tract data from the 1980 Brazilian census. Residential dissimilarity among whites, mulattoes (browns) and blacks is only moderate by U.S. standards. White-black dissimilarity is the highest, followed by brown-black and then white-brown dissimilarity. Residential segregation within income groups is lowest for the low income groups and increases with increasing income level. For most of the white middle class, residential separation is ensured by the

concentration of blacks and mulattoes in low socioeconomic classes and in distinct regions. Multivariate analysis reveals that an urban area's socioeconomic status and housing market are strong predictors of overall residential segregation: segregation is significantly higher in urban areas with high occupational inequality, low mean income, high levels of housing turnover, and high homeownership. Measures of industrialization, immigrant influence and color heterogeneity were not significant. Implications for Brazilian race relations are discussed.

## RÉSUMÉ

### Rapports entre couleur de peau et ségrégation résidentielle au Brésil

Cette étude rend compte d'une recherche concernant les rapports entre la ségrégation résidentielle et la couleur de la peau dans les 35 principales concentrations urbaines brésiliennes. Elle prend pour base les données du Recensement Démographique National de 1980. Les dissemblances entre blancs, mulâtres et noirs en ce qui concerne le logement ne sont que modérées si on les compare au modèle américain. Mais elles sont plus accentuées entre blancs et noirs qu'entre mulâtres et noirs. C'est entre blancs et mulâtres qu'elles le sont le moins. Si on considère un même niveau de revenus, la ségrégation résidentielle est plus réduite parmi les groupes à faibles revenus et tend à augmenter parmi les groupes dont les revenus sont plus élevés. Pour la majorité de la classe moyenne blanche, la séparation résidentielle est garantie par le fait que les noirs et les mulâtres se concentrent dans

les classes socio-économiquement basses et dans certaines parties de la ville. L'analyse multivariée montre que le *status* socio-économique et le marché immobilier de chaque partie de la ville constituent de forts indices de ségrégation résidentielle générale: la ségrégation est, de façon significative, plus accentuée dans les quartiers où l'inégalité professionnelle est la plus élevée, le niveau des revenus le plus bas, les niveaux de rotativité résidentielle les plus élevés et où l'on trouve des indices élevés de propriété (un haut pourcentage de familles propriétaires de leurs logements). On ne peut considérer significatifs: les mesures visant à l'industrialisation, le facteur immigration et l'hétérogénéité de couleur. L'article analyse les implications des résultats de cette recherche pour les relations raciales au Brésil.

# Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho\*

Nadya Araujo Castro\*\*  
Antonio Sérgio Alfredo Guimarães\*\*\*

\* Versão revista de comunicação apresentada no XVII Congresso Internacional da Latin American Studies Association (Lasa), realizado entre 24 e 27 de setembro de 1992, em Los Angeles. Recebido para publicação em junho de 1993.

\*\* Doutora em sociologia pela Unam em 1983. Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do CNPq.

\*\*\* Ph.D. em sociologia pela Universidade de Wisconsin em 1988. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do CNPq.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, os estudos sobre desigualdades raciais<sup>1</sup> têm amiúde descrito formas e analisado determinantes da inserção de negros e brancos no mercado de trabalho.<sup>2</sup> Mas é curioso que tenham prestado pouca atenção ao modo pelo qual as pessoas, uma vez inseridas no mercado, constroem, nos locais de trabalho, suas trajetórias profissionais.

Conquanto tenham se tornado abundantes as análises sobre o processo e a organização social do trabalho, a literatura acadêmica quase nada nos informa sobre o papel dos cotidianos fabris na reprodução das desigualdades raciais.<sup>3</sup> Se variáveis como gênero, geração ou experiência migratória têm sido fartamente utilizadas para caracterizar as formas de subordinação no trabalho, o mesmo não se verifica com relação às diferenças sociais de natureza étnico-racial. Carece-se de um esforço que dê continuidade aos estudos do mercado de trabalho que problematizem as barreiras sociais à mobilidade reproduzidas no mi-

croambiente das empresas e que estão fundadas na discriminação racial; menos ainda se sabe sobre as estratégias individuais para ultrapassar essas barreiras.

Por isso mesmo, procuraremos avançar algumas considerações nesse sentido partindo de uma preocupação aparentemente simples: como se opera a seletividade racial tanto no mercado de trabalho quanto nas condições de trabalho na empresa? Vale dizer, quais as barreiras que se colocam num e noutro âmbito? Que linhas de continuidade há entre elas? Quem são os indivíduos que as ultrapassam?

Procuraremos enfocar essas questões a partir da análise de duas bases de dados. Para o estudo da seletividade étnica no mercado de trabalho, utilizaremos os resultados de 22 *surveys* domiciliares, realizados na Região Metropolitana de Salvador entre dezembro de 1987 e setembro de 1989.<sup>4</sup> Para o estudo das trajetórias profissionais e das desigualdades entre grupos raciais no contexto fabril, utilizaremos informações cadastrais sobre os funcionários de duas importantes empresas petroquímicas



brasileiras, uma estatal e uma privada, localizadas em Camaçari (Bahia). Esses dados foram colhidos em várias etapas: para a empresa estatal, a primeira coleta se verificou em 1990, tendo sido posteriormente atualizada em janeiro de 1992; para a empresa privada, sucessivas idas a campo tiveram lugar no período compreendido entre janeiro e setembro de 1992.<sup>5</sup>

Analisar a realidade empírica do mercado e de situações de trabalho na indústria moderna na Bahia apresenta certas vantagens. Em primeiro lugar, porque sua capital é hoje a mais negra das cidades brasileiras, onde não apenas os negros predominam numericamente como também, principalmente, reelaboram com mais pujança suas tradições culturais, caso em que importantes mobilizações político-culturais de negros foram responsáveis por ampla veiculação social dos símbolos étnicos da chamada "negritude". Em segundo, porque a Região Metropolitana de Salvador (RMS) se destaca por sua pobreza e pela instabilidade de seu mercado de trabalho (Fernandes, 1986). E, em terceiro, porque foi uma das cidades brasileiras que se transformou mais profundamente nas últimas décadas; sob o impacto de uma industrialização planejada e fortemente subsidiada pelo Estado (Azevedo, 1975; Castro, 1985 e 1988; Guimarães e Castro, 1988), abriram-se novas oportunidades ocupacionais com chances reais de mobilidade, inclusive para grupos sociais pauperizados predominantemente negros.

Entretanto, vários estudos indicaram que persistiam fortes desigualdades raciais no mercado de trabalho baiano (Bairros, Barreto e Castro, 1992; Castro e Sá-Barreto, 1992). Essas desigualdades, que atingem grandes contingentes, podem ter seus mecanismos bastante iluminados se focalizadas as situações-limite daqueles que logram ultrapassar as barreiras sociais aos grupos racialmente discriminados, acompanhando suas formas de

inserção ocupacional e suas trajetórias profissionais.

A isso nos dedicaremos nas duas partes principais deste texto. Primeiramente, enfocaremos os mecanismos de seleção racial que operam no mercado de trabalho local para, em seguida, analisar a posição e a mobilidade ocupacionais de diferentes grupos raciais em duas empresas petroquímicas, ambas igualmente modernas mas sujeitas a modalidades distintas de gestão do trabalho.

---

#### NEGROS E BRANCOS NO MERCADO DE TRABALHO: EM BUSCA DE POSIÇÕES OCUPACIONAIS SOCIALMENTE VALORIZADAS

---

Abordagens recentes sobre as desigualdades raciais no mercado de trabalho sublinham que a sociedade brasileira, embora tenha realizado a transição para o capitalismo industrial, está longe de haver completado a integração dos negros ao seu mercado de trabalho. Hasenbalg (1985, p. 127), por exemplo, em estudos desenvolvidos nos anos setenta e oitenta, salientou que "as práticas racistas do grupo racialmente dominante, longe de se constituírem em meras sobrevivências do passado, estão funcionalmente ligadas aos benefícios materiais e simbólicos obtidos pelos brancos através da desqualificação dos competidores não-brancos".

Dois ordens de fatores são apontadas como determinantes da reprodução dessas desigualdades. A primeira busca na proletarianização tardia dos negros o principal elemento explicativo da sua exclusão inicial e posterior inclusão subalterna e discriminada no mundo urbano industrial brasileiro. Isso teria ocorrido seja porque os negros tenham ficado segregados "nas regiões predominantemente agrárias e mais subdesenvolvidas do Brasil, onde as oportunidades econômicas e educacionais são muito menores"<sup>6</sup> (Hasenbalg, 1983, p. 180), seja porque, como aconteceu em São Paulo, te-

nham ficando retidos por muito tempo na atividade agrícola, apresentando-se no mercado urbano quando o crescimento industrial já havia sido deflagrado. Não lhes coube, portanto, mais que disputar as franjas desse mercado, isto é, as oportunidades criadas pela mobilidade ascensional dos migrantes europeus ou pela regulamentação institucional do acesso aos postos de trabalho, voltada para beneficiar os nacionais.<sup>7</sup>

Uma segunda ordem de fatores busca explicar a reprodução das desigualdades recorrendo ao plano das representações e da interiorização da dominação. As práticas discriminatórias e a violência simbólica exercidas sobre os negros, reforçando-se mutuamente, impediriam a sua mobilidade ascendente, fazendo com que eles regulassem as "suas aspirações de acordo com o que é culturalmente imposto e definido como o 'lugar apropriado' para as pessoas de cor" (Hasenbalg, 1983, p. 181). Desse modo, a segregação social se complementaria com a "internalização, por parte dos não-brancos, de uma auto-imagem desfavorável" (Hasenbalg, 1985, p. 28).

Na Bahia, representando 84% da força de trabalho que se apresentava no mercado, os negros (pretos e pardos)<sup>8</sup> formavam, entre 1987 e 1989, 83% dos ocupados na indústria local. Esses percentuais expressam, por si só, o grande peso demográfico desse contingente. Entretanto, tão importante quanto essa significação numérica é a singularidade histórica baiana - crescimento industrial intenso, oportunidades ocupacionais em expansão, representações face ao trabalho fabril em mudança, consciência étnica em progressiva expansão e conseqüente positividade na valorização dos sinais da identidade negra. Isso mostra uma situação bastante diversa daquela freqüentemente registrada pelos estudiosos do caso paulista.

De fato, quando o surto industrial foi deflagrado na Bahia nos meados do século XX, já se havia consolidado um mercado urbano de

trabalho, respondendo à vocação comercial e financeira da ex-capital colonial; nele, os negros não apenas já se faziam presentes como eram, de longe, majoritários. Desse modo, o crescimento econômico da Bahia nos anos sessenta e oitenta não apenas expandiu as atividades terciárias já estabelecidas no mercado urbano de trabalho, como criou canais reais de mobilidade graças às novas oportunidades ocupacionais geradas pelo crescimento industrial. Como, então, a condição racial dos indivíduos interferiu nas suas chances de acesso a essas novas oportunidades?

Observamos que uma forte seletividade particulariza o mundo da indústria emergente, exercida tanto a partir de características adscritas (decorrentes da condição racial, de sexo e de geração), como a partir de características adquiridas (como escolaridade e experiência urbana). Considerando-se em particular a condição racial, observa-se que, na moderna indústria baiana, é forte a seletividade dos indivíduos segundo as marcas físicas da cor. Enquanto oito em cada dez trabalhadores industriais são negros (relação similar à que prevalece na PEA como um conjunto), essa proporção reduz-se para sete em cada dez em se tratando da petroquímica, carro-chefe da economia e do ideário local da modernidade. Mais ainda, essa seletividade parece tender a se acentuar: observando-se os que chegam ao mundo industrial, quanto mais recente o tempo de residência do trabalhador na Região Metropolitana de Salvador, maior o peso relativo dos brancos e menor o dos negros (esmagador entre os que sempre moraram ali).

No Quadro 1, pode-se observar como são quase perfeitamente antepostas as tendências expressas por brancos e pretos ocupados na indústria no que se refere ao tempo de experiência de vida metropolitana. E a tendência ao branqueamento da força de trabalho que se expressa no conjunto da indústria é também claramente perceptível na petroquímica. Isso

## QUADRO 1

## Migração e branqueamento na indústria – RMS/Bahia – dez. 87-set. 89

	TEMPO DE RESIDÊNCIA NA RM SALVADOR				
	ATÉ 2	2-5	5-10	10 E +	SEMPRE
Branços	23,9	21,3	23,7	19,6	12,1
Pardos	43,2	45,3	43,4	44,3	40
Pretos	32,9	33,4	32,9	36,1	47,9
Total	100	100	100	100	100

*Chi-quadrado: 165, 12842; significância: plena.*

*Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego, Sutrab/Dieese/Seade/Sine/UFBA, dez. 87-set. 89.*

## QUADRO 2

## Migração e branqueamento na petroquímica – RMS/Bahia – dez. 87-set. 89

	TEMPO DE RESIDÊNCIA NA RM SALVADOR				
	ATÉ 2	2-5	5-10	10 E +	SEMPRE
Branços	34	43,3	23,4	30,8	23,2
Pardos	49,1	28,3	47,7	43,4	39
Pretos	17	28,3	28,9	25,8	37,8
Total	100	100	100	100	100

*Chi-quadrado: 29,02308; significância: 99,99%.*

*Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego, Sutrab/Dieese/Seade/Sine/UFBA, dez. 87-set. 89.*

se depreende muito facilmente da comparação entre os Quadros 1 e 2.

No entanto, a condição racial é um mecanismo de discriminação que opera tanto no momento do estabelecimento da relação de compra-venda da força de trabalho (no mercado), quanto na oportunidade da absorção dos indivíduos pela estrutura ocupacional (no emprego). Esse mecanismo se mostra tanto

mais efetivo quanto mais evidentes as marcas físicas da negritude.

De fato, os brancos – e significativamente, embora em menor medida, também os pardos – não apenas dispõem de um leque mais amplo de ocupações pelas quais circulam,<sup>9</sup> como se concentram em nichos formados por funções de comando, que expressam sempre poder e, em alguns casos, revelam a posse de meios de

produção: são as atividades hierarquicamente superiores do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, as de propriedade ou direção de empresas, ou ainda aquelas profissões de natureza científica ou técnica. Contingentes significativos de negros são encontrados quando muito em funções de supervisão intermediária do trabalho mais subordinado; na verdade, o seu nicho se localiza prioritariamente nas ocupações manuais da produção, particularmente naquelas que requerem esforço físico (Castro e Sá-Barreto, 1992, p. 6-7).<sup>10</sup>

Nesse sentido, é significativo que, dos cerca de 130 mil indivíduos pesquisados nas 22 amostras coletadas, perto de nove mil estiveram ocupados na indústria, dos quais apenas cerca de 900 exerciam atividades na petroquímica. Observando o topo da hierarquia dos assalariados desse ramo, apenas 45 ocupavam a disputada função de engenheiros, 75% dos quais (34) eram brancos, 20% (nove) pardos e apenas 4% (dois) pretos. Esses números testemunham de modo eloquente as sucessivas barreiras que se colocam para os negros que disputam, no mercado de trabalho, o acesso a posições socialmente valorizadas na atividade industrial de ponta.

Cabe, então, investigar os mecanismos específicos pelos quais tal discriminação se exerce, identificando as diferentes barreiras que se apõem ao movimento dos indivíduos tanto no mercado de trabalho quanto no emprego. A nosso juízo, a condição racial determina de modo complexo e mediado a inserção ocupacional: ela abre um leque de possibilidades, variável de indivíduo para indivíduo conforme a combinação entre as marcas da cor e de outras características, igualmente adscritas (como sexo, idade e naturalidade) ou adquiridas (como escolaridade), características materiais (e que se expressam em marcas de corpo, como o sexo e a idade) ou culturais (expressando-se em atitudes ou comportamentos, em marcas de distinção social). Uma e outras estão prenhes de significado simbólico e susten-

tam sua eficácia (enquanto mecanismo de seleção social) na exata medida em que se constituem em representações coletivamente partilhadas.

Dentre esses mecanismos mediadores da seletividade racial no mercado de trabalho, a condição de gênero é um dos de maior destaque. De fato, observando as razões de masculinidade dos ocupados na indústria moderna, recolhemos a evidência de que, na petroquímica, não apenas o acesso é mais difícil para mulheres que para homens, *como ele se torna quase proibitivo quando se trata de mulheres pretas*: são cerca de seis homens para cada mulher branca ou parda, relação que cresce para quase 11 por um em se tratando das pretas, justamente aquelas que são portadoras das marcas raciais mais evidentes.<sup>11</sup> A eloquência desse resultado sugere que aí se encontra uma nova barreira social: a condição de sexo parece agir como um elemento mediador da exclusão racial.

Sandoval (1991) alude para uma possível explicação. Analisando histórias de vida colhidas entre trabalhadores paulistas em diferentes situações ocupacionais e em vários setores de atividade, verificou que a discriminação nos locais de trabalho atinge com mais força aquelas ocupações em que o exercício da atividade obriga negros a interagirem com altos escalões de chefia ou com importantes clientes brancos. A dificuldade persiste, conquanto em menor escala, quando se trata do acesso a postos de mando, onde se deve supervisionar outros trabalhadores, bem como atender a demandas da alta administração.

Ora, no caso das mulheres negras, a condição feminina as impede de exercer tarefas na produção direta, dado o regime de trabalho no sistema de revezamento de turnos, enquanto a condição racial lhes diminui as chances de ascensão a funções qualificadas de nível superior ou mesmo a postos administrativos e de escritório.



Para melhor visibilidade dessas barreiras, selecionamos dentre as ocupações mais frequentes no ramo da petroquímica aquelas que são coletivamente representadas como alvos de mobilidade por distintas classes sociais: os operadores e os trabalhadores administrativos e de escritório, entre as camadas de mais baixa renda, e os engenheiros, entre as camadas de renda mais alta. Para contrastar, introduzimos os dados relativos aos serventes.<sup>12</sup>

Verificando a composição por cor e sexo dessas ocupações, observamos que, num total de 58 pretos trabalhando em empresas petroquímicas, apenas 12 (20%) eram mulheres, das quais nada menos que dez (83%) se ocupavam como serventes, seguramente subcontratadas a empresas prestadoras de serviços; uma (8%) exercia função administrativa e de escritório; e uma (8%) trabalhava como engenheira. Já entre as 11 brancas, mais de 50% delas (seis) alcançavam o trabalho de escritório, 25% (três) atuavam como engenheiras e apenas 18% (duas) se empregavam como serventes.

Numa direção inversa parecem interagir os atributos de idade e cor. Em se tratando da indústria como um conjunto, o Quadro 3 indica a existência de uma clara relação entre ambos.

Na petroquímica, todavia, essa associação carece de significação estatística.

No conjunto da indústria, tanto quanto no seu ramo mais moderno, pretos e pardos parecem ingressar mais cedo no trabalho, muitas vezes antes da maioridade. Entretanto, a tendência à estabilização da força de trabalho na petroquímica ultrapassa as diferenças raciais, contrariando a tendência particularista manifestada pela média do setor, que retém proporcionalmente mais os brancos.

Na petroquímica, diferentemente da indústria como um conjunto, é como se a barreira estivesse antes no acesso ao emprego que na permanência neste. Os dados do Quadro 4 parecem sugerir que, uma vez ingressado, prevalecem princípios universalistas de gestão que requerem a estabilização daquela mão-de-obra tecnicamente confiável, seja ela preta, parda ou branca.<sup>13</sup>

A escolaridade é a última das características às quais faremos referência. Por um lado, ela se constitui numa barreira ponderável ao acesso à indústria. O Quadro 5 permite refletir sobre os padrões de escolaridade que prevalecem entre sexos em cada um dos grupos raciais na indústria como um conjunto. Vemos

QUADRO 3

Cor e idade na indústria - RMS/Bahia - dez. 87-set. 89 (Em %)

	10-19	20-29	30-39	40-49	50 +	TOTAL
Branco	4,6	35,7	35,1	16,4	8,1	100
Pardo	7,1	41,1	33,0	13,1	5,6	100
Preto	12,1	39,0	30,1	13,5	5,4	100
Total	8,8	39,3	32,1	13,8	5,9	100

Chi-quadrado: 101, 01894; significância: plena.

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego, Sutrab/Dieese/Seade/Sine/UFBA, dez. 87-set. 89.

## QUADRO 4

## Cor e idade na petroquímica – RMS/Bahia – dez. 87-set. 89 (Em %)

	10-19	20-29	30-39	40-49	50 E +	TOTAL
Branços	1,1	38,7	45,2	11,5	3,5	100
Pardos	2,5	39,7	36,5	17,5	3,8	100
Pretos	2,7	40,3	39	13,3	5,9	100
Total	2,2	39,6	39,6	14,5	4	100

*Chi-quadrado: 13,66582; significância: 68%.*

*Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego, Sutrab/Dieese/Seade/Sine/UFBA, dez. 87-set. 89.*

## QUADRO 5

## Escolaridade, sexo e cor na indústria – RMS/Bahia – dez. 87-set. 89 (Em %)

	HOMENS				MULHERES			
	NENHUM	1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU	NENHUM	1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU
Branços	4,6	41,3	35,1	19	3,4	33,1	39,8	23,7
Pardos	6,3	59,2	29	5,5	4,8	58,1	31,2	5,9
Pretos	8	71,7	19,2	1,1	7,1	64,9	26,6	1,3
Total	6,8	61,7	25,8	5,8	5,4	55,9	31,1	7,6

*Homens – Chi-quadrado: 544,97071; signif.: plena.*

*Mulheres – Chi-quadrado: 149,59137; signif.: plena.*

*Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego, Sutrab/Dieese/Seade/Sine/UFBA, dez. 87-set. 89.*

que é incontestável a associação entre graus completos e condição racial: embora majoritários na força de trabalho industrial, os homens pretos são muito pouco escolarizados (oito em cada dez ou não lograram completar qualquer grau escolar ou apenas concluíram o 1º grau), o oposto do que acontece com os brancos de sexo masculino (perto de seis em cada dez têm pelo menos o 2º grau completo, sendo que dois deles já concluíram o 3º grau).

Já quando se observa o contingente feminino, destacam-se os ganhos de escolaridade. Eles são tão significativos entre as mulheres brancas que a sua distribuição segundo graus completos tem a feição bastante equilibrada, se comparada aos demais grupos. Isso não se apresenta quando se observa a distribuição daquelas que completaram o 3º grau em cada grupo racial: em cada cem, apenas seis pardas e uma preta lograram fazê-lo, contra 23 bran-

cas. É como se o acesso ao ensino superior indicasse com muita clareza a confluência entre as diferenças étnicas e de classe. Assim, muito embora as estratégias femininas assegurem em geral maior escolarização, o diploma universitário só se torna verdadeiramente significativo entre mulheres brancas.

A escolarização não somente parece atuar como um discriminante das possibilidades de mobilidade profissional entre grupos raciais, como se torna um verdadeiro mecanismo de seleção (por atributos como sexo e cor) para o acesso a posições de mando (no mundo administrativo ou técnico-operacional) da indústria. De qualquer sorte, são visíveis os ganhos relativos de escolarização das mulheres ocupadas na indústria, especialmente nos graus mais avançados.

Mas é na indústria moderna, aqui tipificada pela petroquímica, onde esses ganhos se tornam mais significativos. Aí, muito embora (como indicamos acima) as mulheres sejam absorvidas em proporção menor que na média da indústria, e conquanto as desigualdades de gênero retenham-nas em nichos ocupacionais ainda mais restritos (eliminando-as, por meio

da regulamentação do trabalho, das tarefas de produção direta, como a de operadores, ou por meio da discriminação de gênero, das tarefas tidas como "masculinas", como as de engenheiros), há pouco mais que duas mulheres para cada homem com nível superior completo na petroquímica (Quadro 6).

A comparação entre a realidade do conjunto da indústria e a do seu ramo mais moderno parece induzir-nos, então, à hipótese de que a posse de credenciais escolares, preferencialmente bastante elevadas, pode se constituir numa estratégia de inclusão, isto é, num mecanismo de contorno de que lançam mão as mulheres num mundo onde o poder (político, das gerências e direções superiores, ou técnico, dos quadros qualificados) emana de indivíduos brancos e do sexo masculino. É como se a sobreescolarização as qualificasse a se inserir nesse mundo, mesmo em posições para as quais níveis tão elevados de escolarização não se constituam em requisitos formais universalizados.<sup>14</sup>

Assim concebida, a escolaridade se revela a um só tempo mecanismo de discriminação (uma barreira à mobilidade) e instrumento de

QUADRO 6

Escolaridade, sexo e cor na petroquímica - RMS/Bahia - dez. 87-set. 89 (Em %)

	HOMENS				MULHERES			
	NENHUM	1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU	NENHUM	1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU
Branco	4,5	17	37	40,6	2,7	8,1	32,4	56,8
Pardos	6,8	39,8	43,3	10,1	3,4	34,5	25,9	36,2
Pretos	8,8	53,8	32,6	4,8	7,4	59,3	18,5	14,8
Total	6,8	38,2	38,4	16,5	4,1	32	26,2	37,7

Homens - Chi-quadrado: 544,97071; signif.: plena.

Mulheres - Chi-quadrado: 161,89253; signif.: plena.

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego, Sutrab/Dieese/Seade/Sine/UFBA, dez. 87-set. 89.

contorno em face do risco da exclusão. Nesse último caso, os ganhos de escolaridade, vistos da perspectiva das posições ocupacionais em que se encontram as mulheres, são indicativos de uma sobrescolarização feminina, ou seja, do recurso a um mecanismo compensatório ao despartido da condição de gênero. Se isso for verdade, esperamos encontrar ganhos de escolarização ainda maiores entre as mulheres negras ocupadas na petroquímica. E isso é o que efetivamente indicam os dados do Quadro 6.

Se apenas uma em cada cem pretas ocupadas na indústria tinha o 3º grau completo, essa relação cresce nada menos que 14 vezes quando se observa esse mesmo contingente nas empresas petroquímicas. Ora, considerando que o leque ocupacional que lhes está aberto nesse ramo é sensivelmente *menor* que na média da indústria; considerando, ainda, as barreiras de gênero que lhes são interpostas para acesso a ocupações que requerem grau universitário completo, tudo leva a crer que nesse caso a elevação da escolarização esteja funcionando de modo ainda mais nítido como uma sobrecredencial compensatória da dupla discriminação, pela cor e pelo sexo.

Na verdade, essa hipótese só poderá ser avaliada com mais rigor ao analisarmos os dados de posição e mobilidade profissional na empresa, que compõem a parte subsequente do texto, aprofundando os indícios detectados pelas evidências empíricas recolhidas ao nível do mercado de trabalho.

os cargos ocupados anteriormente, o número de promoções e os intervalos entre elas, e o número de cargos hierárquicos ocupados pelos empregados de duas fábricas petroquímicas, uma estatal e outra privada. Os dados são de janeiro de 1992, no primeiro caso, e de setembro do mesmo ano, no segundo.

A empresa estatal empregava então 845 pessoas, das quais 16,9% eram brancos, 24,2% morenos, 21,1% mulatos e 37,6% pretos. Desse universo, 212 eram mulheres, o que representava apenas 21,5% do total, como se pode ver no Quadro 7. Esses percentuais praticamente não haviam se alterado desde 1987, data de outro levantamento feito na empresa, apesar do número total de empregados ter diminuído em 20,88% no período, em decorrência de uma política de enxugamento de pessoal baseada em demissões voluntárias e na não-reposição de empregados aposentados.

A empresa privada era de menor porte: empregava, na data da pesquisa, 401 pessoas, das quais 28% eram brancos, 22,2% morenos, 16,5% mulatos e 33,3% pretos. Havia apenas 53 (13%) mulheres empregadas, contra 348 (87%) homens. Essa empresa estava passando por forte reestruturação organizacional, numa tentativa de fazer face à crise que atingiu a indústria em 1990. Em nome desse esforço, já havia despedido um número considerável de empregados.<sup>16</sup>

A empresa estatal seguia uma política de gestão bastante burocratizada, formal e universalista que favorecia o ingresso, a permanência e a carreira de grupos socialmente subordinados, como os pretos e as mulheres.<sup>17</sup> Como mostra o Quadro 7, os pretos estavam em maioria nessa fábrica, tanto entre a população masculina quanto entre a feminina, havendo (como indica o chi-quadrado) pouca desigualdade na distribuição dos grupos de cor por sexo. Os homens superavam as mulheres em apenas 1% nos grupos moreno e mulato e essa diferença se ampliava apenas entre brancos e pretos: as mulheres sendo mais brancas

---

#### GESTÃO DO TRABALHO, DESIGUALDADE DE ACESSO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM EMPRESAS PETROQUÍMICAS DE CAMAÇARI

---

Para verificar os mecanismos de discriminação tal como operam através de políticas de gestão e de organização do trabalho, examinaremos dados estatísticos sobre a cor,<sup>15</sup> o sexo, a idade, o ano de admissão, o cargo atual e

QUADRO 7

## Composição por sexo e cor dos empregados em duas empresas

COR	EMPRESA ESTATAL			EMPRESA PRIVADA		
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL
Branco	103	40	143	83	28	111
lin %	72,0	28,0	100,0	74,8	25,2	100,0
col %	15,6	22,0	17,0	24,1	54,9	28,0
Moreno	162	42	204	74	14	88
lin %	79,4	20,6	100,0	84,1	15,9	100,0
col %	24,5	23,1	24,2	21,4	27,5	22,2
Mulato	141	37	178	61	4	65
lin %	79,2	20,8	100,0	93,8	6,2	100,0
col %	21,3	20,3	21,1	17,7	7,8	16,4
Preto	255	63	318	127	5	132
lin %	80,2	19,8	100,0	96,2	3,8	100,0
col %	38,6	34,6	37,7	36,8	9,8	33,3
Total	661	182	843	345	51	396
col %	78,4	21,6	100,0	87,1	12,9	100,0

Estatual – Chi-quadrado: 4,22373; signif.: 76%.  
Privada – Chi-quadrado: 28,4312; signif.: plena.  
Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

que os homens em 6% e estes, mais pretos que as mulheres em 4%.

O mesmo Quadro 7, entretanto, salienta os impactos da forma privada de gestão do trabalho sobre o recrutamento de negros e mulheres para a indústria. Vê-se nesse quadro que o número de mulheres empregadas pela firma privada é sensivelmente mais baixo do que na estatal, enquanto o número de brancos é consideravelmente maior. Do mesmo modo, o chi-quadrado indica maior desigualdade na distribuição por sexo e cor.

A maior presença de homens em detrimento de mulheres pode ser atribuída quase exclusivamente ao fato de que na empresa pri-

vada são consideravelmente menores os setores administrativos, justamente aqueles onde o trabalho feminino é mais utilizado. Isso se confirma quando observamos o Quadro 8, no qual se vê que as mulheres, embora tenham peso maior em todos os grupos ocupacionais na área industrial, estão claramente desfavorecidas no tocante ao pessoal administrativo, notadamente aquele de nível médio.

A maior preferência por brancos é evidente na empresa privada e se expressa de modo generalizado, abrangendo quase todos os grupos ocupacionais do Quadro 8. Se isso os torna ainda mais fortemente dominantes nas funções qualificadas de nível universitário, acarreta,

QUADRO 8

## Percentual de empregados, de mulheres e de brancos em duas empresas

	% EMPREGADOS		% DE MULHERES		% DE BRANCOS	
	ESTATAL	PRIVADA	ESTATAL	PRIVADA	ESTATAL	PRIVADA
Área Industrial	55,8	63,8				
engenheiros	9,9	8,2	6,0	9,1	33,3	62,5
trab. qual. ind.	38,1	39,9	2,5	6,9	15,2	20,8
trab. s/qual. ind.	7,8	15,7	3,0	0,0	6,1	6,3
Área Administrativa	44,1	36,2				
adm-adv-eco-med	5,1	5,5	30,2	27,3	27,9	52,4
outros profis.	5,2	6,2	36,4	36,0	22,7	48,0
trab. qual. adm.	28,0	17,5	54,0	31,4	15,3	35,3
trab. s/qual. adm.	5,8	7,0	20,4	7,1	8,2	25,0

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

igualmente, o branqueamento de funções subalternas, seja na administração seja na produção, atingindo até mesmo o trabalho semiqua-  
lificado de escritório.

As desigualdades entre os grupos de cor e entre os sexos ficam, entretanto, ainda mais evidentes, mesmo na empresa estatal, quando estudamos a composição dos grupos ocupacionais, como faremos a seguir.

## Hierarquia, grupos ocupacionais e cor nas empresas

Um dos fundamentos da forma de gestão que mais influem sobre as relações sociais na petroquímica é a rígida separação entre portadores de diplomas universitários, por um lado, e técnicos, "oficiais" e trabalhadores especializados, por outro (a designação de "técnicos" é reservada àqueles que possuem formação técnica de 2º grau – ou curso de especialização

que exija escolaridade correspondente – e a de "oficiais", àqueles que têm formação técnica de 1º grau – Senai – ou o domínio prático de um ofício). Revelando a barreira representada pela escolaridade, os cargos e postos de trabalho são usualmente classificados em dois tipos: os de nível superior e os de nível médio. Consideremos cada um desses dois segmentos *de per se*.

Entre os primeiros, sobressaem os engenheiros (químicos, mecânicos, elétricos e civis); mais numerosos, eles monopolizam os postos técnica e hierarquicamente mais importantes. Em seguida, encontram-se algumas profissões de grande prestígio, exercidas em departamentos especiais – advogados, médicos, administradores e economistas. Por fim, outras profissões de apoio às áreas-meio da fábrica – contadores, bibliotecários, enfermeiros, nutricionistas, analistas de sistemas –, além de um grupo residual cuja identidade universitária é tão pouco relevante que se dilui

na designação genérica e comum de "profissional".<sup>18</sup>

Entre os cargos de nível médio, sobressaem as ocupações que exigem formação escolar correspondente ao 2º grau (análise química, desenho industrial, instrumentação, mecânica, eletromecânica, contabilidade, secretariado, inspeção de equipamentos) ou cursos de especialização (operação de processo petroquímico, segurança industrial).<sup>19</sup> As demais ocupações de nível médio exigem menor escolaridade: trata-se seja de "ofícios" valorizados pela indústria (mecânicos, soldadores, eletricitistas, lubrificadores), seja de "ofícios complementares" (carpinteiros, pintores).

Com base nessas informações, formamos os seguintes grupos ocupacionais, que utilizaremos nas análises subseqüentes: (1) engenheiros; (2) advogados, auditores, médicos, administradores e economistas; (3) outras profissões universitárias; (4) trabalhadores qualificados da área industrial; (5) trabalhadores qualificados de escritório; (6) trabalhadores semiquualificados da área industrial; (7) trabalhadores semiquualificados da área administrativa.

Analisando a escolaridade média de cada um dos postos de trabalho assim agrupados, constatamos a força da escolarização formal como requisito ocupacional: só muito raramente ele é quebrado, acontecendo apenas em carreiras menos valorizadas na hierarquia de prestígio ocupacional da fábrica (como o grupo residual de "profissionais" e os analistas de sistemas, entre as de nível universitário, e os operadores de movimentação e alguns ofícios, entre as de nível médio).

Uma vez criados os grupos ocupacionais, passaremos a verificar, em primeiro lugar, qual o padrão de distribuição das pessoas por esses grupos, quando controlamos a cor. A esse respeito, o Quadro 9 nos indica um fenômeno muito interessante: na empresa estatal, embora a maioria da população empregada seja preta (37,7%), os pretos são maioria ape-

nas nas ocupações de nível médio. A distribuição é, pois, enviesada no sentido de privilegiar os brancos e morenos, mais presentes nas ocupações de maior prestígio social e onde se concentram os cargos de comando. Isso se faz em detrimento dos pretos, mais numerosos nas atividades menos qualificadas e mais subalternas. Os mulatos estão, *grosso modo*, bem distribuídos por todos os grupos. Tal lógica de distribuição não é específica dessa empresa. Ao contrário, ela parece congruente com o que se passa na sociedade baiana em geral, tal como descrevemos na parte inicial do texto, observando a seletividade ocupacional no mercado de trabalho.

Na empresa privada, contudo, é visível a maior presença dos brancos, em detrimento dos demais (Quadro 10). A esse respeito, o exame da composição racial dos grupos ocupacionais nos indica que o privilegiamento dos brancos não pode ser atribuído a um mecanismo casual, como o tamanho relativo dos setores de atividade, posto que em praticamente todos os grupos, com exceção do trabalho manual de produção, o número de brancos é de um terço a um triplo superior ao encontrado na empresa estatal (Quadro 8). Ora, a razão para isso só pode ser encontrada em mecanismos informais presentes nos processos de recrutamento e seleção, os quais serão explorados mais adiante.

Em ambas as empresas, a distribuição desigual dos indivíduos pelas classes de ocupação (expressa pela magnitude dos valores obtidos para o chi-quadrado) não parece atingir do mesmo modo todos os grupos raciais. Onde, pois, traçar a linha demarcatória dessa desigualdade? Entre brancos e não-brancos, conforme sugerem algumas análises recentes dos dados de mercado de trabalho (Hasenbalg, 1979; Silva, 1980)? Entre claros (brancos e morenos) e escuros (mulatos e negros), como sugerem os estudos que privilegiam o gradualismo das relações raciais no Brasil? Ou entre os pretos e os outros grupos? Para responder a



QUADRO 9

**Distribuição do pessoal por classes de ocupação e cor na empresa estatal**

GRUPOS OCUP.	BRANCO	MORENO	MULATO	PRETO	TOTAL
Engenheiros	28	34	17	5	84
lin (%)	33,3	40,5	20,2	6,0	100,0
col (%)	19,6	16,7	9,6	1,6	10,0
Adm-adv-eco-med	12	16	8	7	43
lin (%)	27,9	37,2	18,6	16,3	100,0
col (%)	8,4	7,8	4,5	2,2	5,1
Outros profis.	10	20	5	9	44
lin (%)	22,7	45,5	11,4	20,5	100,0
col (%)	7,0	9,8	2,8	2,8	5,2
Trab. qual. ind.	49	61	69	143	322
lin (%)	15,2	18,9	21,4	44,4	100,0
col (%)	34,3	29,9	38,8	45,0	38,2
Trab. qual. adm.	36	62	58	79	235
lin (%)	15,3	26,4	24,7	33,6	100,0
col (%)	25,2	30,4	32,6	24,8	27,9
Trab. s/qual. ind.	4	6	13	43	66
lin (%)	6,1	9,1	19,7	65,2	100,0
col (%)	2,8	2,9	7,3	13,5	7,8
Trab. s/qual. adm.	4	5	8	32	49
lin (%)	8,2	10,2	16,3	65,3	100,0
col (%)	2,8	2,5	4,5	10,1	9,6
Total col (%)	143	204	178	318	843
	17,0	24,2	21,1	37,7	100,0

*Chi-quadrado: 123,00557; significância: plena.  
Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 1992.*

## QUADRO 10

## Distribuição do pessoal por classe de ocupação e cor na empresa privada

GRUPOS OCUP.	BRANCO	MORENO	MULATO	PRETO	TOTAL
Engenheiros	20	9	1	2	32
lin (%)	62,5	28,1	3,1	6,3	100,0
col (%)	18,0	10,2	1,5	1,5	8,1
Adm-adv-eco-med	11	7	2	1	21
lin (%)	52,4	33,3	9,5	4,8	100,0
col (%)	9,9	8,0	3,1	0,8	5,3
Outros profis.	12	7	1	5	25
lin (%)	48,0	28,0	4,0	20,0	100,0
col (%)	10,8	8,0	1,5	3,8	6,3
Trab. qual. ind.	33	33	29	64	159
lin (%)	20,8	20,8	18,2	40,3	100,0
col (%)	29,7	37,5	44,6	48,5	40,2
Trab. qual. adm.	24	19	14	11	68
lin (%)	35,3	27,9	20,6	16,2	100,0
col (%)	21,6	21,6	21,5	8,3	17,2
Trab. s/qual. ind.	4	8	15	36	63
lin (%)	6,3	12,7	23,8	57,1	100,0
col (%)	3,6	9,1	23,1	27,3	15,9
Trab. s/qual. adm.	7	5	3	13	28
lin (%)	25,0	17,9	10,7	46,4	100,0
col (%)	6,3	5,7	4,6	9,8	7,1
Total col (%)	111	88	65	132	396
	28,0	22,2	16,4	33,3	100,0

Chi-quadrado: 86,56911; significância: plena.

Fonte: Trabalho de campo realizado em setembro de 1992.

essa questão, calculamos índices de disparidade entre diversas classificações raciais (ver Quadro 11).<sup>20</sup>

A análise desses índices nos indica que, na empresa estatal, sem sombra de dúvidas, os pretos formam o grupo de cor sujeito às maiores desigualdades de posição ocupacional, as quais se manifestam justamente entre brancos e pretos, morenos e pretos e, obviamente, claros e pretos. Os mulatos ocupam, nesse terreno, uma posição intermediária, sendo equivalente à desigualdade que os separa seja dos brancos, seja dos morenos, seja dos pretos. É interessante observar que nessa firma a dis-

tância entre os morenos (possivelmente "brancos da terra", como se dizia na Bahia antigamente) e os mulatos e pretos é maior do que entre estes e os brancos, possivelmente porque os brancos estão em minoria no mercado de trabalho local. Convém repetir que a desvantagem dos pretos é muito bem demarcada em relação a todos os demais grupos. Esse padrão de diferenciação faz com que a clivagem mais importante, em termos de classificação agregada, seja entre pessoas claras e pretas (Quadro 11).

Na empresa privada, todavia, o privilégio negativo dos pretos em relação aos ou-

## QUADRO 11

## Índices de disparidade entre grupos de cor no acesso aos grupos ocupacionais segundo o tipo de propriedade da empresa

	ESTATAL	PRIVADA
Branco/Moreno	6,95	14,99
Branco/Mulato	19,50	36,09
Branco/Preto	30,08	47,70
Branco/Escuros*	25,24	33,57
Branco/Não-branco	18,92	40,20
Moreno/Mulato	17,46	21,10
Moreno/Preto	33,26	33,33
Moreno/Escuros*	23,75	25,83
Preto/Mulato	18,01	15,55
Preto/Não-pretos	23,69	30,17
Claro*/Mulato	17,73	28,50
Claro*/Preto	31,38	40,38
Claro*/Escuros*	23,47	32,88

(\*) Claros: brancos e morenos; Escuros: mulatos e pretos.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

tros grupos de cor é agravado pelo ostensivo privilegiamento positivo dos brancos, resultado, muito provavelmente, da preferência da empresa por recrutar fora da Bahia. Nesse sentido, chama a atenção o fato de que a distância entre brancos e morenos seja equivalente à distância entre mulatos e pretos, fazendo com que a clivagem entre claros e pretos seja equivalente àquela entre brancos e não-brancos. Isto é, na empresa privada a polaridade entre brancos e pretos é muito demarcada, enquanto o padrão de disparidade dos morenos com relação aos outros grupos é bastante semelhante nas duas fábricas.

Esses dados indicam, portanto, que uma gestão do trabalho mais universalista e burocratizada produz diferenças mais gradualizadas, conquanto ainda deixe os pretos em posição desvantajosa. A gestão mais livre de regras formais de ingresso enseja, por outro lado, um maior privilegiamento dos brancos em relação aos outros grupos de cor (mesmo os chamados "brancos da terra"), ao mesmo tempo em que acentua a desvantagem dos pretos.

QUADRO 12

## Matriz de correlação

	EMPRESA ESTATAL		EMPRESA PRIVADA	
	OCUPAÇÃO	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	ESCOLARIDADE
Ocupação	1,0000	-	1,0000	-
Escolaridade	,7765**	1,0000	,6342**	1,0000
Cor	-,3502**	-,3301**	-,3256**	-,3855**
Sexo	,0785*	,1807**	,0803	,2967**
Ano de admissão	,1419**	,2431**	,1307*	,4463**

Significativos a: (\*) ,01 (\*\*) ,001.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

## Cor e escolaridade

A que atribuir a desigualdade de posição dos pretos? Uma resposta quase óbvia consiste em atribuí-la a diferenças de escolaridade, posto que os grupos ocupacionais, como vimos, têm na formação escolar um fator demarcatório. Analisando a matriz de correlação entre variáveis (Quadro 12), vemos que tal suspeita se confirma pela alta correlação entre escolaridade e grupos ocupacionais.

A esse respeito, é interessante notar que na empresa privada existe uma tendência ao aumento da escolaridade nos anos mais recentes, em consequência de uma política de modernização e racionalização que se manifesta na correlação razoável entre escolaridade e ano de admissão; do mesmo modo, a escolaridade feminina é também mais acentuada nessa empresa. As correlações razoáveis, obtidas para ambas as empresas, entre cor e ocupação e entre cor e escolaridade mostram que a cor funciona como barreira de acesso através da baixa escolaridade da população negra. É, no

entanto, provável que a desigualdade racial na composição dos grupos ocupacionais reflita mais que a simples desigualdade de educação formal, embora seja esse o fator mais importante.

De fato, observando-se a escolaridade dos grupos de cor (Quadros 13 e 14), vemos que os pretos apresentam uma educação formal

menor que os outros grupos. No entanto, a linha demarcatória das desigualdades é fixada entre claros e escuros; as diferenças entre brancos e morenos, por um lado, e pretos e mulatos, por outro, são mais atenuadas. Isto é, as desigualdades de acesso à educação são menores do que as desigualdades de acesso ao emprego industrial mais valorizado, especial-

QUADRO 13

## Escolaridade por grupos de cor na empresa estatal

ESCOLARIDADE	BRANCO	MORENO	MULATO	PRETO	
1 <sup>o</sup> grau incompleto	1	5	5	34	4
lin (%)	2,2	11,1	11,1	75,6	100,0
col (%)	,8	2,9	3,5	13,2	6,5
1 <sup>o</sup> grau completo	6	4	6	18	3
lin (%)	17,6	11,8	17,6	52,9	100,0
col (%)	5,1	2,3	4,3	7,0	4,9
2 <sup>o</sup> grau incompleto	1	3	13	19	36
lin (%)	2,8	8,3	36,1	52,8	100,0
col (%)	,8	1,7	9,2	7,4	5,2
2 <sup>o</sup> grau completo	42	74	67	124	307
lin (%)	13,7	24,1	21,8	40,4	100,0
col (%)	35,6	42,3	47,5	48,1	44,4
Sup. incompleto	15	14	19	29	77
lin (%)	19,5	18,2	24,7	37,7	100,0
col (%)	12,7	8,0	13,5	11,2	11,1
Sup. completo	53	75	31	34	193
lin (%)	27,5	38,9	16,1	17,6	100,0
col (%)	44,9	42,9	22,0	13,2	27,9
Total	118	175	141	258	692
lin (%)	17,1	25,3	20,4	37,3	100,0
col (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	

Chi-quadrado: 102,80617; significância: plena.

Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 1992.

QUADRO 14

## Escolaridade por grupos de cor na empresa privada

ESCOLARIDADE	BRANCO	MORENO	MULATO	PRETO	
1º grau incompleto	2	2	7	17	10
	7,1	7,1	25,0	60,7	100,0
	1,9	2,4	10,8	13,2	2,6
1º grau completo	6	12	14	30	62
	9,7	19,4	22,6	48,4	100,0
	5,7	14,1	21,5	23,3	16,1
2º grau incompleto	2	2	2	3	9
	22,2	22,2	22,2	33,3	100,0
	1,9	2,4	3,1	2,3	2,3
2º grau completo	40	35	32	65	172
	23,3	20,3	18,6	37,8	100,0
	38,1	41,2	49,2	50,4	44,8
Sup. incompleto	12	6	4	2	24
	50,0	25,0	16,7	8,3	100,0
	11,4	7,1	6,2	1,6	6,3
Sup. completo	43	28	6	12	89
	48,3	31,5	6,7	13,5	100,0
	41,0	32,9	9,2	9,3	23,2
Total	105	85	65	129	384
lin (%)	27,3	22,1	16,9	33,6	100,0
col (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	

Chi-quadrado: 74,73542; significância: plena.

Fonte: Trabalho de campo realizado em setembro de 1992.

mente quando se trata de um empregador privado, o que vale para todos os grupos raciais e especialmente para os acima citados.

Tal padrão de desigualdade, todavia, é mais pronunciado entre os homens que entre as mulheres. No caso da firma estatal, observa-se maior escolarização das mulheres pretas que das mulatas; já no caso da firma privada, ao contrário, verifica-se uma pequena escolarização das pretas, por contraste com todos os outros grupos. Podemos concluir, portanto, que a escolaridade se constitui, de fato, numa barreira para as pessoas de cor, tendo em vista a sua distribuição pelas ocupações mais

bem-remuneradas e com maior poder na empresa. Isso não elimina, entretanto, o fato de poder haver um componente racial e sexual nas desigualdades, seja de *status* ocupacional, seja de escolaridade. Que mecanismos reproduzem essas desigualdades? Estará a desigualdade restrita ao acesso e à progressão dos grupos raciais no sistema escolar, sendo, portanto, externa à fábrica, ou será também reforçada por mecanismos que operam nos locais de trabalho?

Uma primeira maneira de responder a essas indagações é examinar a diferença existente entre educação formal e posto ocupado na in-

QUADRO 15

## Índices de disparidade entre grupos de cor por escolaridade segundo o tipo de propriedade da empresa

	POPULAÇÃO TOTAL		MULHERES	
	ESTATAL	PRIVADA	ESTATAL	PRIVADA
Branco/Moreno	3,99	9,86	2,31	15,38
Branco/Mulato	22,93	31,72	42,46	28,85
Branco/Preto	31,74	31,65	27,38	40,00
Branco/Escuro	28,62	31,67	33,28	22,22
Branco/N-branco	20,53	24,46	21,53	9,79
Moreno/Mulato	20,87	23,71	44,77	44,23
Moreno/Preto	29,68	23,64	29,69	40,00
Moreno/Escuro	26,56	23,76	35,59	35,90
Preto/Mulato	10,50	3,45	17,46	55,00
Preto/N-preto	23,46	20,89	16,51	40,00
Claro/Mulato	21,70	28,14	43,73	33,97
Claro*/Preto	30,51	28,07	28,65	40,00
Claro/Escuro*	27,40	28,09	34,55	25,64

(\* ) Claros = brancos e morenos; Escuros = mulatos e pretos.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

dústria. Para isso trabalharemos com o conceito de atributo de escolaridade (normalidade, sub ou sobrescolaridade) tal como definido no Quadro 16. Estudaremos apenas a sobrescolaridade, ou seja, a situação em que os empregados apresentam maior escolaridade que a requisitada pela sua ocupação.

Sobrescolaridade: subutilização ou estratégia de mobilidade?

A situação de sobrescolaridade (indicada pela forma reduzida *sobre*) na empresa estatal, em 1992, era a seguinte: sobre-A, 18 indivíduos (13,4%); sobre-B, 3 (2,2%); sobre-C, 0; sobre-D, 74 (55,25%); e sobre-E, 39 (29,1%). Já na empresa privada encontramos os seguintes valores: sobre-A, 31 casos (10%); sobre-B, 1 (0,3%); sobre-C, 0; sobre-D, 31 (6,1%); e sobre-E, 20 (6,5%). Verificamos nesses dados que as situações de sobrescolaridade são, em geral, muito mais frequentes na empresa estatal que na privada; além do mais, outra diferença separa essas duas modalidades de gestão: o significado dos tipos D e E de sobrescolaridade é ponderável no caso da firma estatal e desprezível na firma privada.

Tomemos, então, a sobrescolaridade do tipo E, ou seja, aquela relativa a pessoas com diplomas universitários ocupando cargos de nível médio.<sup>21</sup> Os Quadros 17 e 18 sinalizam que esse tipo de sobrescolaridade não é específico de um grupo racial, muito embora seja mais intenso entre os brancos, no caso da empresa estatal, e entre os morenos, no caso da firma privada. Podemos, portanto, descartar a hipótese de que essas empresas sejam impermeáveis à escolaridade dos pretos, posto que inexistente uma subutilização sistemática da mão-de-obra preta mais qualificada.

Ao contrário, esses resultados, conjuntamente com aqueles mostrados no Quadro 19, parecem revelar seja (a) uma estratégia razoavelmente difundida entre os trabalhadores qualificados, independentemente da cor, de usar a educação universitária como instrumento de mobilidade ocupacional e social, seja (b) uma sobrequalificação do segmento feminino da força de trabalho. De fato, esse tipo de sobrescolaridade é um atributo principalmente dos trabalhadores administrativos, cujas chances de mobilidade ocupacional pela via da qualificação escolar formal parecem ser mais factíveis; mas é também um recurso utilizado pelas mulheres, que usam a educação superior

QUADRO 16

## Definição dos atributos de escolaridade

REQUISITO DE ESCOLARIDADE	NÍVEL DE ESCOLARIDADE			
	PRIMÁRIO	COLEGIAL	SUP. INCOMPL.	SUP. COMPL.
Primário	normal A	sobre-A*	sobre-B	sobre-C
Colegial	sub-A*	normal B	sobre-D	sobre-E
Superior	sub-B	sub-C	sub-D	normal C

\* Leia-se assim: sobrescolaridade do tipo A e subescolaridade do tipo A.

QUADRO 17

## Sobrescolaridade do tipo E por grupos de cor na empresa estatal

ATRIBUTO DE ESCOLARIDADE	BRANCO	MORENO	MULATO	PRETO	TOTAL
Sobre-E	9	10	5	15	39
lin (%)	23,1	25,6	12,8	38,5	100,0
col (%)	18,0	12,5	7,5	11,5	11,9
Normal	41	70	62	115	288
lin (%)	14,2	24,3	21,5	39,9	100,0
col (%)	82,0	87,5	92,5	88,5	88,1
Sobre/Normal	,21	,14	,08	,13	
Total	50	80	67	130	327
col (%)	15,3	24,5	20,5	39,8	100,0

Chi-quadrado: 3,07047; significância: 62%.

Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 1992.

QUADRO 18

## Sobrescolaridade do tipo E por grupos de cor na empresa privada

ATRIBUTO DE ESCOLARIDADE	BRANCO	MORENO	MULATO	PRETO	TOTAL
Sobre-E	5	6	2	6	19
lin (%)	26,3	31,6	10,5	31,6	12,0
col (%)	12,8	18,2	7,1	10,3	
Normal	34	27	26	52	139
lin (%)	24,5	19,4	18,7	37,4	88,0
col (%)	87,2	81,8	92,9	89,7	
Sobre/Normal	,15	,22	,07	,11	
Total	39	33	28	58	158
lin (%)	24,7	20,9	17,7	36,7	100,0

Chi-quadrado: 1,99137; significância: 43%.

Fonte: Trabalho de campo realizado em setembro de 1992.

QUADRO 19

## Sobrescolaridade por sexo segundo o tipo de empresa

ATRIBUTO DE ESCOLARIDADE	EMPRESA ESTATAL			EMPRESA PRIVADA		
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL
Sobre-E	20	19	39	11	8	19
lin (%)	51,3	48,7	100,0	57,9	42,1	100,0
col (%)	7,9	25,3	11,9	7,9	42,1	12,0
Normal	233	56	289	128	11	139
lin (%)	80,6	19,4	100,0	92,1	7,9	100,0
col (%)	92,1	74,7	88,1	92,1	57,9	88,0
Sobre/Normal	,08	,33	,13	,08	,73	,14
Total	253	75	328	139	19	158
col (%)	7,1	22,9	100,0	88,0	12,0	100,0

Estatual – Chi-quadrado: 15,15020; signif.: 99,99%.

Privada – Chi-quadrado: 15,38065; signif.: 99,99%.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

como forma de compensar o *handicap* que representa a condição de gênero nesses contextos de trabalho.

No entanto, até que ponto estaremos diante de uma estratégia de mobilidade ocupacional, ou até que ponto se trata de mera “subutilização” de mão-de-obra, principalmente feminina? Ou seja, a sobrescolaridade pode significar tanto uma estratégia de usurpação de lugares (se for de algum modo eficaz), como pode também expressar a dificuldade de realizar essa usurpação (se carecer de eficácia, mantendo “subutilizados” aqueles que a ela recorrem).

Para lançar alguma luz sobre essa questão, examinaremos a população de nível superior que exerce cargos de nível superior, mas que ingressou em cargos de nível médio, provavelmente com o 2º grau de escolaridade. Ou

seja, examinaremos uma população que foi bem-sucedida em tal estratégia.

A composição por sexo e cor desse grupo de indivíduos nas duas empresas (Quadros 20 e 21) mostra que são as mulheres e os pretos os que se utilizam mais generalizadamente dessa estratégia. No caso da firma estatal, a razão entre aquelas mulheres que ingressam em cargos de nível médio e aquelas que já ingressaram com curso superior atinge 0,62.<sup>22</sup>

Na firma privada, a mesma razão calculada para os pretos sugere que os que ingressaram com nível médio representam o dobro dos demais. Nos dois casos, parece então claro tratar-se de uma estratégia típica de grupos negativamente privilegiados seja em termos educacionais, seja em termos da aceitação social de seus atributos culturais. É interessante observar, entretanto, que esses mesmos dados

QUADRO 20

## Distribuição dos ocupantes de cargo de nível superior por nível do cargo de ingresso e sexo, segundo o tipo de empresa

NÍVEL DE INGRESSO	EMPRESA ESTATAL			EMPRESA PRIVADA		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Superior	88	16	104	51	11	62
Médio	15	10	25	7	5	12
Total	103	26	129	58	16	74
Médio/Superior	,17	,62	,24	,14	,45	,19

Estatual – chi-quadrado: 6,13616; significância: 98,7%.

Privada – chi-quadrado: 2,13083; significância: 98,7%.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

QUADRO 21

## Distribuição dos ocupantes de cargo de nível superior por nível do cargo de ingresso e sexo, segundo o tipo de empresa

NÍVEL DE INGRESSO	BRANCO		MORENO		MULATO		PRETO		TOTAL	
	EST.	PRIV.	EST.	PRIV.	EST.	PRIV.	EST.	PRIV.	EST.	PRIV.
Superior	33	37	43	18	17	4	8	2	101	61
Médio	7	5	10	3	3	0	3	4	23	12
Total	40	42	53	21	20	4	11	6	124	73
Médio/Superior	,21	,14	,23	,17	,17	-	,37	2,0	,22	,20

Estatual – chi-quadrado: ,75354; significância: 14%.

Privada – chi-quadrado: 12,50621; significância: 99,4%.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.



indicam que tais empresas são permeáveis a essas estratégias de mobilidade.

Resta-nos observar essas distribuições por sexo e cor, controlando também o ano de admissão (Quadros 22 e 23). Ao fazê-lo, verificamos que nos primeiros dez anos de funcionamento das fábricas, quando as estruturas de organização e poder estavam menos consolidadas, o êxito de tal estratégia de mobilidade ocupacional era muito mais provável que nos dez últimos anos. Isso é verdadeiro para os dois sexos e para todos os grupos de cor indistintamente. Acrescente-se, ainda, que todos os dados apontam que houve uma mudança na política de recrutamento e seleção nos últimos anos no sentido de favorecer o ingresso de pessoas com escolaridade mais alta. Na firma privada, por exemplo, enquanto a média de escolaridade de ingresso, nos cinco primeiros anos de implantação, era equivalente ao 1º grau incompleto, nos últimos anos era superior ao 2º grau completo. Esses resultados sugerem:

a) que nos últimos dez anos as empresas puderam contar com uma oferta de força de

trabalho formalmente mais educada que nos primeiros dez anos de sua instalação, tendo, portanto, ampliado de fato os requisitos de escolaridade formal para postos semiqualeificados e auxiliares;

b) que foram sobretudo as mulheres as que melhor reagiram à elevação da escolaridade;

c) que os pretos, mais que os outros grupos de cor, sentiram dificuldades em acompanhar esse aumento real;

d) que a escolaridade pode, portanto, funcionar simultaneamente como uma barreira para o acesso dos pretos e como passaporte para a entrada de mulheres nas empresas.

A progressão nas carreiras entre pessoas de diferentes grupos de cor e sexo

Verifiquemos agora uma outra forma possível de discriminação: aquela que se exerce não pelo fechamento de certas ocupações por barreiras de escolaridade, mas pela velocidade diferencial entre brancos e negros na progressão nas carreiras. Para tal, considerare-

QUADRO 22

Distribuição dos ocupantes de cargo de nível superior por nível do cargo de ingresso e por sexo, controlando-se o período de ingresso e o tipo de empresa

NÍVEL DE INGR. E SEXO	EMPRESA ESTATAL			EMPRESA PRIVADA		
	71-81	82-92	TOTAL	75-85	86-92	TOTAL
Superior	33	71	104	19	43	62
Médio	8	7	25	7	5	12
Médio/Superior	,54	,09	,24	,36	,12	,19
Masculino	40	63	103	23	39	62
Feminino	11	15	26	6	12	18
Feminino/Masc.	,25	,23	,25	,26	,31	,29

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

QUADRO 23

Distribuição dos ocupantes de cargo de nível superior por nível do cargo de ingresso, controlando-se os grupos de cor, o período de ingresso e o tipo de empresa

COR	EMPRESA ESTATAL								
	71-81			82-92			TOTAL		
	SUP.	MED.	%	SUP.	MED.	%	SUP.	MED.	%
Branco	19	5	,26	21	2	,09	40	7	,17
Moreno	20	8	,40	33	2	,06	53	10	,18
Mulato	4	1	,25	16	2	,12	20	3	,15
Preto	6	2	,33	5	1	,20	11	3	,27

COR	EMPRESA PRIVADA								
	75-85			86-92			TOTAL		
	SUP.	MED.	%	SUP.	MED.	%	SUP.	MED.	%
Branco	12	2	,16	25	3	,12	37	5	,13
Moreno	4	1	,25	14	2	,14	18	3	,16
Mulato	1	0	-	3	0	-	4	0	-
Preto	1	4	4,0	1	0	-	2	4	2,0

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

mos, primeiramente, uma carreira técnica – os operadores de processo – e observaremos a distribuição das pessoas nos cargos segundo a cor (Quadro 24).

Não encontramos, como se vê, nenhuma relação relevante entre cargo ocupado e a cor do ocupante. Note-se, porém, que na firma privada existe uma predominância dos brancos nos cargos de chefia, conquanto os pretos estejam também bem representados nesses cargos. De todo modo, essa é uma ocupação eminentemente preta, pois em todos os postos de carreira pelo menos 30% são pretos.

Se nos voltarmos para a análise da progressão dos trabalhadores, tomando como indicadores o número médio de promoções e o intervalo médio (em anos) entre elas, pode-

mos observar, no entanto, um fenômeno muito curioso (Quadro 25). A estruturação da carreira de operador tanto quanto o padrão de progressão são muito similares nas duas firmas, o que fica evidenciado nas semelhanças entre as médias totais seja de progressão, seja de intervalo entre elas; apesar disso, vemos que na firma privada esse intervalo é sensivelmente menor entre os operadores brancos que entre os outros grupos de cor. É como se esses brancos, concentrados (como vimos) em cargos de chefia, não só progredissem mais rapidamente, como já ingressassem em postos avançados da carreira.

Verificando a naturalidade desses brancos, encontramos que a metade deles (seis em 12) é natural de estados do Sudeste e que seu padrão

QUADRO 24

## Operadores de processo por cargos e grupos de cor, segundo o tipo de empresa

CARGO	BRANCO		MORENO		MULATO		PRETO		TOTAL	
	EST.	PRIV.	EST.	PRIV.	EST.	PRIV.	EST.	PRIV.	EST.	PRIV.
Operador I	15,2	12,5	16,5	20,8	21,5	25,0	46,8	41,7	100,0	100,0
Operador II	22,2	-	20,0	20,5	13,3	23,1	44,9	56,4	100,0	100,0
Operador III	14,3	16,1	17,9	22,6	35,7	16,1	32,1	45,2	100,0	100,0
Téc. operação	20,0	40,0	26,7	10,0	13,3	20,0	40,0	30,0	100,0	100,0
Total	17,7	11,5	18,6	20,2	21,0	21,2	43,1	47,1	100,0	100,0

Estatual – chi-quadrado: -10,44954; significância: 42%.

Privada – chi-quadrado: -14,84037; significância: 91%.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

QUADRO 25

## Número de promoções e intervalos médios de promoção entre operadores e trabalhadores de escritório, segundo a cor e o tipo de empresa

COR	OPERADORES DE PROCESSO				TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO			
	INTERV. MÉDIOS		Nº PROGRESSÕES		INTERV. MÉDIOS		Nº PROGRESSÕES	
	EST.	PRIV.	EST.	PRIV.	EST.	PRIV.	EST.	PRIV.
Branco	2,59	1,49	2,07	1,50	0,59	4,16	0,93	1,25
Moreno	2,41	2,29	2,16	1,14	2,09	5,15	0,75	0,95
Mulatos	2,30	2,76	2,03	1,32	1,68	6,10	0,87	1,00
Pretos	2,11	2,79	1,86	1,67	1,12	6,93	0,79	1,18
Total	2,29	2,56	1,98	1,47	1,37	5,26	0,82	0,85

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

de progressão se faz muito mais rápido que entre os baianos ou nordestinos (Quadro 26). Esse padrão privilegiado dos brancos também se reflete entre os trabalhadores qualificados de escritório da firma privada. Todavia, o mesmo não ocorre na estatal. Ainda que o número médio total de promoções nas duas empresas seja semelhante também para os trabalhadores qualificados de escritório, na estatal voltamos a encontrar um padrão não-discriminatório de raças. Acrescente-se, contudo, que, no caso dos trabalhadores de escritório, os brancos que não são naturais da Bahia são numericamente pouco significativos, o que parece indicar que é através da cor, e não somente da naturalidade, que opera o fator discriminador (Quadro 26).

No caso da empresa estatal, a observação dos dados chega a ser surpreendente. Se o ritmo da progressão fosse afetado pela cor no sentido esperado (ou seja, quanto mais preto, pior o desempenho), deveríamos encontrar uma relação que se manifestaria em médias crescentes, no caso dos intervalos de tempo, e decrescentes, no caso do número de promo-

ções. Ora, o que observamos entre os operadores da firma estatal é uma relação *inversa* entre cor e intervalos médios de promoções, isto é, quanto mais escuro, *menores* os intervalos de tempo entre as promoções. Apenas no número médio de promoções observa-se que mulatos e pretos têm pior desempenho que brancos e morenos.<sup>23</sup>

Da análise dos dados referentes às carreiras de nível médio, podemos concluir, portanto, que na empresa estatal não há discriminação racial seja nos critérios de promoção, seja nos de encareiramento. Os sinais de discriminação parecem antes “externos” às carreiras seja em termos de acesso, através de requisitos de escolaridade, ou de seletividade preferencial, através de atributos físicos socialmente (des)valorizados. Quanto à empresa privada, parece claro que os privilégios dos brancos não se limitam ao acesso aos melhores postos, mas se estendem aos critérios de promoção e encareiramento.

Essa última observação pode ser usada para sintetizar a análise dos dados referentes ao pessoal de nível superior. No caso da empresa

QUADRO 26

## Tempo médio entre progressões de operadores e trabalhadores de escritório por naturalidade na empresa privada

NATURALIDADE	OPERADORES DE PROCESSO		TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO	
	INTERVALOS	CASOS	INTERVALOS	CASOS
Salvador	2,4874	33	4,7640	27
RMS e Recôncavo	2,9543	21	5,4159	5
Interior BA	2,5411	15	5,2121	15
R. Nordeste	2,8863	2	9,9644	3
R. Sudeste	1,5884	6	4,9635	3

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

estatal, a distribuição dos grupos de cor pelas três classes de ocupações (hierarquizadas a partir do prestígio social das diferentes profissões) nos indica que os pretos estão localizados, ainda que em minoria, nas ocupações menos prestigiosas (Quadro 27). No entanto, uma vez adentrados em tais profissões, os dados sugerem que já não podemos mais falar em discriminação ao nível do encarreiramento. Na firma estatal, pretos e brancos apresentam desempenhos que, embora diversos, são relativamente próximos não apenas em termos de velocidade de progressão, como, até mesmo, no que concerne à ocupação de cargos de comando. A maior diferença encontrada foi aquela entre o número de promoções de brancos (2,33) e o de mulatos e morenos (1,15 e 0,89, respectivamente). Aliás, entre os profissionais de nível superior, os pretos têm desempenho de carreira (número de promoções e posições hierárquicas ocupadas anteriormente) melhor que os mulatos e até mesmo que os morenos.

Fica patente, assim, que na empresa estatal não se encontra o padrão esperado de associação entre cor e carreira. A maior prevalência

de regras formais de mobilidade parece proteger os indivíduos socialmente discriminados por sua cor.

No caso da empresa privada, entretanto, tudo se passa diferentemente. Apesar de os pretos apresentarem um número de promoções maior, o intervalo médio entre essas promoções é bastante mais longo que o dos outros grupos raciais; ademais, o número de cargos de chefia ocupados é a metade dos mulatos, quase um terço dos morenos e perto de um quarto dos brancos. Por sua vez, os brancos dominam o acesso aos postos hierárquicos em ambas as fábricas, conquanto na firma privada essa situação de privilégio seja ainda mais evidente. Isso sugere que naquelas posições mais vulneráveis a critérios arbitrários e discricionários em termos de nomeação e indicação – como parece ser o caso dos cargos hierárquicos – a desigualdade de acesso de não-brancos se torna maior.

As desigualdades de gênero têm também um caráter geral, independentemente do tipo de gestão. Por isso mesmo, é nas estruturas hierárquicas das empresas onde se nota melhor as marcas da discriminação sexual sob o im-

pacto de uma barreira de poder. E não apenas no pequeno número de engenheiras, mas no fato de que o número médio de postos hierárquicos ocupados por homens é mais que o triplo do ocupado por mulheres.

Verificando a composição sexual e por cargos das ocupações de nível superior, descobrimos que, na empresa estatal, apenas quatro mulheres em 26 (15%)<sup>24</sup> exerciam funções em cargos hierárquicos (e, mesmo assim, como meras chefes de seção), contra 34 dos cem homens. Estes ocupavam 89% das posições de chefia, com a presença acentuada dos engenheiros, monopolizadores dos cargos de mando (Quadro 28). Mas não param aí as desigualdades. Mesmo na fábrica estatal é possível observar um fenômeno ainda mais grave: as mulheres demoram em média um ano a mais que os homens nos intervalos entre promoções ao longo da carreira. Portanto, ao que tudo indica, a diferença de poder entre homens e mulheres, embora se espelhe preferencialmente nos cargos reservados aos engenheiros, perpassa todos os escalões dirigentes da fábrica.

Também na fábrica privada se observa a desvantagem feminina: apenas 6% delas estão

em cargos de chefia, o número de suas progressões é sempre inferior ao dos homens e o intervalo médio entre essas progressões é ligeiramente maior que o do masculino.

#### Raça, gênero e salário

Numa empresa capitalista, o salário de um empregado é, sem dúvida, o índice mais sintético do reconhecimento conferido pela organização à sua importância e competência profissionais, sendo, por consequência, um bom indicador do seu poder relativo. Concluiremos, portanto, a nossa análise tratando dos diferenciais salariais existentes entre os empregados da firma privada, para a qual dispomos dessa informação. Em dólares americanos da época da coleta, os valores médios eram os seguintes: brancos, US\$ 1,312,09; morenos, US\$ 1,071,01; mulatos, US\$ 830,55; pretos, US\$ 827,17; homens, US\$ 1,026,79; e mulheres, US\$ 957,26. Destaca-se, de imediato, a relação inversa existente entre o gradiente salarial e os gradientes de cor, por um lado, e de diferenciação de gênero, por outro.

QUADRO 27

Número de promoções, intervalos médios de promoção e número de posições hierárquicas ocupadas pelo pessoal de nível superior, segundo a cor

COR	EMPRESA ESTATAL			EMPRESA PRIVADA		
	INTERV. PROMOÇÃO	NÚMERO PROMOÇÃO	NÚMERO HIERARQ.	INTERV. PROMOÇÃO	NÚMERO PROMOÇÃO	NÚMERO HIERARQ.
Branco	3,98	1,33	2,33	3,15	1,46	0,93
Moreno	4,17	0,81	1,44	2,55	1,78	0,70
Mulato	3,39	0,52	1,18	3,54	1,00	0,50
Preto	4,70	1,12	1,87	5,45	2,25	0,25

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

QUADRO 28

Posições hierárquicas, tempo médio entre progressões e número de progressões por sexo em cargos de nível universitário, segundo o tipo de empresa

C/CHEFIA	EMPRESA ESTATAL				EMPRESA PRIVADA			
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES	
	TEMPO	Nº	TEMPO	Nº	TEMPO	Nº	TEMPO	Nº
	89,2		10,8		93,9		6,1	
Engenheiros	2,63	1,01	0,61	0,50	2,18	4,40	2,80	4,00
Adv-med-adm.	2,63	1,32	4,26	1,32	2,14	4,88	1,16	4,00
Outros prof.	2,13	1,25	3,06	1,08	3,25	5,25	3,54	4,00
Total	2,53	3,89	3,42	4,62	2,44	4,74	2,62	4,00

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

Começamos, então, por nos perguntar pelos determinantes do nível salarial. O Quadro 29 apresenta a matriz de intercorrelações entre as variáveis utilizadas, as quais foram escolhidas entre as que ressaltaram das etapas anteriores da análise, a saber: posição na hierarquia dos grupos ocupacionais ("cargo"), tempo de empresa ("estabilidade"), tipo de função exercida, se de chefia ou não ("hierarquia"), grau escolar completo mais elevado ("escolaridade"), "idade", "sexo", "cor" (se branco ou não-branco, clivagem que se destacou nas análises anteriores) e "naturalidade" (se nascido em estados do Sudeste, Sul, se estrangeiro, ou se natural da Bahia).

A determinação dos salários por essas variáveis pode ser sinteticamente visualizada na equação de regressão abaixo:

$$\log(\text{salário}) = 2,971250 - ,081725(\text{cargo}) + ,011708(\text{estab.}) - ,164172(\text{hier.}) + ,032656(\text{escolar.}) + ,005327(\text{idade}) - ,052038(\text{sexo}) - ,024034(\text{cor}) - ,030755(\text{natural.})$$

A ordem de importância de tais variáveis e sua significância estatística depreendem-se do Quadro 30.

A variável decisiva é, sem dúvida, o tipo de grupo ocupacional, que explica 53% do salário; a segunda mais importante é o tempo de empresa; a terceira é o tipo de função exercida, se de chefia ou não; a quarta é a escolaridade; a quinta é a idade; a sexta é o sexo; a sétima, a cor; e a última a naturalidade (se nascido em estados do Sudeste, do Sul ou no exterior ou não). Entretanto, como se pode ver na progressão do  $R^2$  ajustado (primeira coluna do Quadro 30), as cinco primeiras variáveis são as verdadeiramente ponderáveis: elas explicam 73,78% da variação salarial, numa equação que explica um total de 74,27% dessa variação.

Esse grupo de variáveis pode ser dividido, a princípio, em dois tipos: aquelas neutras em relação à raça ou ao gênero e as que, ao con-

QUADRO 29

## Matriz de intercorrelações entre as variáveis independentes\*

	ESTAB.	HIERAR.	ESCOLAR.	IDADE	SEXO	COR	NAT.
Cargo	,16	-,30	,52	-,13	-,09	-,02	-,15
Estabilidade		,03	,35	-,53	,04	0	-,11
Hierarquia			,17	,29	-,08	-,12	-,15
Escolar.				,05	-,21	,08	-,002
Idade					,02	-,08	,16
Sexo						,15	,07
Cor							-,21
Natural.							

(\* Os valores de Cargo variam de 1 (engenheiro) a 7 (trabalhador industrial semiqualeficado) e os de Escolaridade de 2 (primário incompleto) a 9 (superior completo); as dummy variáveis Sexo, Cor, Naturalidade e Hierarquia foram codificadas como 0 (para homens, brancos, de regiões mais desenvolvidas e chefes) e 1 (mulheres, não-brancos, baianos ou nordestinos e não-chefes).

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

QUADRO 30

**R<sup>2</sup>, correlações parciais e outras estatísticas da equação de regressão**

AdjR <sup>2</sup>	VARIÁVEL	CORREL.	COR PRETA	PARCIAL	F	SIGN. F
,53	Cargo	-,73	-,36	-,58	191,73	,0000
,63	Estabilidade	,21	,18	,34	49,40	,0000
,70	Hierarquia	-,64	-,17	-,32	43,17	,0000
,72	Escolaridade	,47	,15	,28	31,82	,0000
,74	Idade	,28	,12	,23	21,11	,0000
,74	Sexo	-,02	-,06	-,13	6,38	,0119
,74	Cor	-,24	-,04	-,08	2,34	,1272
,74	Naturalidade	-,35	-,04	-,07	2,10	,1473
	(Constante)				1.416,33	,0000

Fonte: Trabalho de campo realizado em 1992.

trário, estão negativamente associadas a eles. No primeiro caso, figuram o tempo de empresa e a idade, indicadores de senioridade; no segundo caso, o grupo ocupacional, a escolaridade e a função hierárquica, que, como vimos na análise que desenvolvemos até aqui, atuam como mecanismos de discriminação racial e sexual. Os primeiros seriam critérios universalistas, enquanto os segundos estariam mais sujeitos a influências particulares.

Essa intuição é, *grosso modo*, verdadeira, desde que feita a seguinte ressalva: o tempo de serviço e a idade podem esconder alterações na política de recrutamento. No caso sob exame, verificamos que a população recrutada tende, ao longo dos anos, a ser mais clara e a ter menor razão de masculinidade, provavelmente em virtude de uma política de recrutamento que enfatiza a seleção de pessoas um pouco mais maduras e com maior escolari-

dade. Isso significa, portanto, que os pretos e mulatos tendem a ter mais tempo de serviço e, portanto, ganhar um salário maior do que aquele que ganhariam se fossem recrutados hoje. As mulheres, ao contrário, são prejudicadas por todas as variáveis que influenciam a determinação dos salários.

Parece-nos, assim, que a equação de regressão a que chegamos sintetiza o caráter propriamente discriminatório da raça e do gênero. Eles aparecem na empresa privada menos por si mesmos e mais mediados por via de qualidades explicitamente valorizadas: a escolaridade, que garante o acesso a cargos que só podem ser exercidos através da obtenção de diplomas universitários; a coragem e a força física, considerados atributos masculinos; a experiência industrial, a inteligência e a disciplina, pensados como atributos culturais mais próprios de brancos e de pessoas de regiões mais desenvolvidas.

## CONCLUSÕES

Podemos concluir, a partir da exposição desses dados, que a empresa estatal estudada apresentava formas de discriminação racial bastante brandas, atribuíveis antes a práticas existentes na sociedade envolvente que às suas próprias práticas organizacionais. A forma mais eficaz de exercício dessa desigualdade se revelou no efeito de restringir o acesso de homens pretos a postos ocupacionais mais qualificados e melhor remunerados, uma discriminação fortemente associada ao nível de escolaridade desses homens. Ainda assim, no entanto, quando comparada a outras empresas do ramo, a estatal demonstrava maior permeabilidade aos negros e às mulheres. Do mesmo modo, o desempenho dos negros (pretos e mulatos) ao longo de suas carreiras demonstrou claramente que as normas organizacionais de admissão e promoção vigentes na empresa estatal eram muito pouco discriminatórias em termos raciais. Na empresa privada, ao contrário, encontramos não apenas barreiras de acesso aos pretos mas também mecanismos que entravavam a sua mobilidade ocupacional.

Vistos em seu conjunto, nossos dados apontam, entretanto, que a forma mais gritante de discriminação atingia a mobilidade ocupacional de mulheres na empresa estatal e de mulheres e pretos na empresa privada, o que sugere a presença generalizada, na prática empresarial e organizacional, de forte padrão discricionário no tratamento da condição de sexo.

Um dos nossos achados mais importantes foi o de que a desigualdade dos pretos em relação aos outros grupos de cor é um fator marcante da forma como tal discriminação opera. Quando uma política mais universalista vigora, encontramos um melhor desempenho,

principalmente dos mulatos e dos morenos, numa tendência evidente de *embranquecimento*, no sentido que Thales de Azevedo (1956) e Oracy Nogueira (1955) emprestaram ao termo. Mas, mesmo nesse caso, os pretos permanecem bastante inferiorizados. Quando, ao contrário, vigoram políticas mais arbitrárias, menos reguladas, os privilégios dos brancos aumentam consideravelmente em relação aos outros grupos de cor. No entanto, ainda que a distância que separa brancos e morenos, de um lado, e pretos e mulatos, de outro, se amplie e se equivalha uma à outra, são os pretos mais que todos os outros grupos os que sofrem mais fortemente as conseqüências dessas políticas.

Apontemos, por fim, outro resultado de importante conseqüência teórica. As regras universalistas e burocráticas que impedem a operação de discriminadores raciais são inoperantes para barrar os discriminadores sexuais. Por quê? Provavelmente porque sexo e raça sejam princípios classificatórios e discriminatórios diferentes por sua natureza e forma de operação.

Diríamos, seguindo Da Matta (1985), que a classificação racial brasileira parece seguir um princípio que, ao invés de separar e hierarquizar conjuntos de *individuos* (brancos, negros, asiáticos, hispânicos etc.), absorve *pessoas* e as hierarquiza num todo único (brancos, morenos, mulatos e pretos; claros e escuros). Ao invés de uma noção abstrata de raça, empregam-se indicadores concretos, fisionômicos e fenotípicos (cor da pele, lisura do cabelo, espessura dos lábios, formato do nariz etc.). São esses traços, e não a pertinência a uma raça, que formam irremediavelmente, para sempre, o capital racial de um brasileiro. Capital esse que estará em estreita relação com outras propriedades adscritas (traços físicos como sexo, idade, altura, corpulência e "normalidade"),



confluindo para formar o capital fenotípico geral. A esse se associam qualidades adquiridas, das quais duas sobressaem – a “boa educação” e a “rede de relações”<sup>25</sup> – para constituir, afinal, o capital social geral da pessoa. Teriam razão, então, os estudiosos que apontaram para o fato de que os grupos raciais no Brasil funcionam principalmente como *grupos de prestígio*.

Isto é, a avassaladora presença de *pessoas* e não de *indivíduos* no nosso sistema de referência cultural faria com que a raça ou a etnia de origem fossem desconstruídas em seus elementos fenotípicos e culturais originais para serem diluídas entre outras características físicas e culturais. O racismo estaria, portanto, no fato de que aos traços negróides e à herança cultural africana (iletrada) são atribuídos sinais negativos nesse somatório de capital, enquanto os sinais positivos estão associados aos traços arianos e à cultura européia (letrada).

Tal tese se adapta bem aos resultados que encontramos na empresa organizada sob uma gestão universalista do trabalho. Nela não podemos discernir a operação de mecanismos discriminatórios entre os grupos de cor no interior das carreiras, mesmo que tenhamos podido demonstrar que a cor representa uma vantagem ou um *handicap* para o acesso a essas carreiras. É como se houvesse algumas ocupações mais pretas e outras mais brancas. Mas, intermediando o acesso a todas elas, encontramos a escolaridade, que sumaria o capital de cada um e reunifica todos numa mesma posição, ao menos na indústria.

Tudo leva a crer, portanto, que a diluição dos traços de raça em traços fenotípicos de um sistema classificatório mais inclusivo iniba a operação de discriminadores raciais ao nível do processo de trabalho quando se tem regras de recrutamento, encarecimento, progressão

e critérios de avaliação explícitos e de aplicação universal. A única evidência que encontramos em contrário – a concentração de brancos (em detrimento de morenos, mulatos e negros) em cargos hierárquicos da empresa estatal – parece antes uma exceção a confirmar a regra. Em primeiro lugar, porque é provável que se trate de cargos pouco burocratizados, pouco sujeitos a regras universalistas de acesso; e, em segundo, porque é também provável que, nesses cargos, se concentrem os engenheiros mais antigos, entre os quais é maior a presença de indivíduos provenientes de outras regiões do Brasil, nas quais os brancos são menos “morenos”.

Já as mulheres, ao contrário, mesmo quando inseridas num ambiente altamente regulado, progredem mais lentamente e têm menos promoções que os homens, independentemente da sua cor. Por quê? Provavelmente porque, ao contrário da *raça*, os *gêneros* são social e culturalmente construídos a partir de princípios abstratos que reorganizam as diferenças de sexo e aos quais os agentes podem se remeter livremente, matizando a operação de regras universais sobre a organização do trabalho: tais ou quais atividades são ou não apropriadas às mulheres; tais ou quais qualidades são ou não *femininas*; merecem ou não ser consideradas como critérios promocionais; tais ou quais qualidades *masculinas* se adequam melhor a determinados postos etc.

Bem assim, ao contrário do que ocorre com as diferenças de cor – em que a desigualdade de escolaridade justifica a desigualdade das posições –, no caso da relação de trabalho entre homens e mulheres é a desigualdade de escolaridade que fundamenta a igualdade de posições entre os sexos. É como se as mulheres, para compensar a sua subordinação de gênero, precisassem de mais capital escolar que os homens.

## NOTAS

● Os dados aqui analisados foram recolhidos no âmbito do projeto "Classes, etnias e mudanças sociais na Bahia", financiado pela Fundação Ford. Agradecemos também o apoio financeiro do Orstom e do CNPq, aos quais os autores se vinculam como pesquisadores. Dedicamos este texto a Elisa Amélia Souto Rocha, *in memoriam*.

1. Os termos "raça" e "racial" são usados aqui no sentido "de grupos ou quase-grupos a que são atribuídas características de comportamentos comuns" (Rex, 1988), identificados por fenótipos, o principal dos quais é a cor, e não apenas por traços culturais (etnia). Usamos, com o mesmo sentido, o termo "grupos de cor". Concretamente, os termos serão usados com referência à relação entre euro-brasileiros e afro-brasileiros.
2. Ver principalmente Hasenbalg (1979, 1983, 1985 e 1991); Silva (1980); Oliveira, Porcaro e Araújo (1981, 1987a e 1987b); Bairros (1987 e 1991); Porcaro (1988); Chaia (1989); Sandoval (1991); Bairros, Barreto e Castro (1992); Castro e Sá-Barreto (1992).
3. Uma das poucas exceções é o recente trabalho de Silva (1993).
4. Trata-se da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), simultaneamente conduzida em algumas áreas metropolitanas brasileiras com base numa metodologia comum, definida pela Fundação Seade e pelo Dieese (Troiano, 1985). A PED foi realizada na Região Metropolitana de Salvador unicamente no período compreendido entre dezembro de 1987 e setembro de 1989; ela é uma pesquisa domiciliar voltada para captar as tendências conjunturais do emprego e do desemprego. O cuidado na coleta do quesito "cor" e, sobretudo, a disponibilidade dessa informação num estudo conjuntural do emprego fizeram dessa base de dados um importante instrumento para a pesquisa sobre as desigualdades raciais no acesso ao trabalho.
5. Para a empresa estatal, foi possível dispor de dois detalhados estudos de caso sobre a organização e a gestão do trabalho na fábrica, realizados por Guimarães (1988) e por Rocha (1991) e cujas hipóteses foram largamente utilizadas em apoio às nossas análises. Dispusemos, ainda, da base de dados cadastrais levantada por Elisa Amélia Rocha, em 1991.
6. Tal seria o caso do Nordeste: em 1950, ali trabalhavam 51,2% dos negros brasileiros; após 30 anos de intensas transformações na sua estrutura ocupacional, em 1980 lá estavam ainda 43,6% (Porcaro, 1988, p. 177).
7. Conforme Hasenbalg (1991, p. 9), no início do século os estrangeiros monopolizavam 90% dos postos de trabalho da indústria de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nos anos quarenta, os números, conquanto menores, ainda eram eloquentes: em São Paulo, os negros ocupavam apenas 10% dos postos ocupados na indústria; sete em cada dez deles ainda se mantinham presos ao trabalho agrícola. Mesmo considerando o Distrito Federal – onde a quase totalidade do emprego já se localizava nos mercados urbanos –, os brancos ocupavam 67% dos postos na indústria.
8. Na análise dos dados relativos ao mercado de trabalho, usaremos a classificação dos grupos raciais adotada pela PED – "brancos", "pardos" e "pretos" –, similar à empregada nas estatísticas oficiais brasileiras. A categoria "negros" é o agregado de "pretos" e "pardos", o qual tende a apresentar características opostas às dos "brancos" (Silva, 1980). Na PED, a coleta do quesito "cor" resulta da classificação efetuada pelo entrevistador.
9. Analisando os diferenciais de permanência dos grupos raciais no mercado, encontramos que são os brancos, mais que os negros, os primeiros a se retirarem quando é maior a adversidade; por isso mesmo, podem exprimir taxas de participação que variam mais sensivelmente sob o impacto dos movimentos de conjuntura. A análise da sua inserção na estrutura ocupacional mostra que, dispoendo de mais alternativas de posição e, logo, de maior comando sobre as suas condições de sobrevivência, podem se manter temporariamente no aguardo de posições mais favoráveis. Já os negros ali permanecem sujeitos a toda adversidade ocupacional, engrossando o enorme contingente de desocupados ou subocupados (Bairros, Barreto e Castro, 1992).
10. Trabalhando com uma escala simples, tricotônica, de prestígio ocupacional, encontramos que apenas entre os brancos são importantes as ocupações de alto prestígio; para os não-brancos são ponderáveis as de baixo prestígio, especialmente quando se trata dos classificados como pretos (Castro e Sá-Barreto, 1992).

11. Essa diferença é notável e, observe-se, não pode ser atribuída apenas à legislação que, no Brasil, veda à mulher o trabalho em regime de turnos. Se assim fosse, os dados evidenciariam uma redução do peso do emprego feminino entre *todos* os grupos raciais. Diferentemente disso, eles apontam para a presença muito desigual de mulheres conforme a sua cor: enquanto brancas e pardas participam de modo equivalente na petroquímica, perfazendo 14% dos seus respectivos grupos raciais, apenas 9% dos pretos que logram penetrar nesse ramo da indústria moderna são de sexo feminino (Castro e Sá-Barreto, 1992).

12. Convém observar que essas quatro ocupações alcançam pouco menos que 20% do total de entrevistados que se declararam ocupados em empresas petroquímicas; nesse total se incluem tanto os diretamente contratados quanto os trabalhadores de empreiteiras. Entretanto, a esse nível de desagregação apresentam-se problemas de representatividade, dado o desenho amostral. Assim, é prudente que se evite inferências desse grupo para o conjunto dos ocupados no ramo.

13. A verificação mais cuidadosa dessa hipótese será objeto da segunda parte do texto, à luz dos dados mais precisos sobre o acesso e os padrões de mobilidade ocupacional dos grupos raciais nas duas empresas selecionadas para estudo de caso.

14. Novamente aqui a verificação dessa hipótese tem nos dados dos estudos de caso as condições ideais para o teste empírico.

15. O dado de cor foi coletado através do exame de fotografias do cadastro de pessoal de cada uma das empresas estudadas, seguindo a seguinte classificação: brancos, morenos, mulatos e pretos. Para classificar, observou-se alguns traços fisionômicos: cor da pele e forma do nariz, dos lábios e dos cabelos. Os morenos se distinguem dos mulatos por terem esses traços mais brancóides; os mulatos, por sua vez, se distinguem dos pretos por terem a pele mais clara. Agradecemos a Genice Batista de Araujo pelo levantamento desses dados.

16. Não temos dados, todavia, para avaliar se algum grupo racial ou sexual foi particularmente atingido por esse *enxugamento*.

17. Uma descrição detalhada da política de pessoal dessa empresa pode ser encontrada em Guimarães (1988, caps. 4 e 6).

18. Todos os cargos de nível superior estão organizados em carreiras cujos degraus crescentes são designados pelos algarismos romanos I, II, III, e IV.

19. Os indivíduos portadores desses diplomas estão dispostos em carreiras curtas de dois degraus (auxiliar técnico e técnico) ou carreiras mais longas (quatro degraus), cujo ápice recebe a designação de "técnico" ou "assistente": analista I, II, auxiliar técnico de laboratório e técnico de laboratório; operador I, II, III, técnico de operação; mecânico I, mecânico II, auxiliar técnico de manutenção e técnico de manutenção, por exemplo.

20. O índice de disparidade (ou de dissimilaridade) que utilizamos é uma medida de distância social ou de desigualdade entre populações ou grupos sociais (no nosso caso, grupos raciais) no que concerne à sua distribuição em termos de variáveis determinadas (como, no nosso caso, posição na hierarquia ocupacional, grau de escolarização, salário, indicadores de mobilidade ocupacional etc.). Ele varia de 0 (perfeita igualdade) a cem (total dessemelhança) e é calculado somando-se os valores absolutos das diferenças na distribuição da variável escolhida nos grupos em análise e dividindo-se o resultado por dois (Andrews, 1992). No nosso caso, ele indica o percentual de indivíduos que teria que transitar de uma categoria para outra da variável sob análise de modo a se estabelecer uma situação de perfeita equidade entre as distribuições nos grupos raciais.

21. O tipo D de sobrescolaridade reflete, na verdade, uma tentativa de transitar para a situação E; provavelmente ele será tanto maior quanto mais elevadas as chances de mobilidade ocupacional por efeito de sobrescolarização, a qual discutiremos adiante.

22. Sobre os pretos, entretanto, não podemos fazer atribuições que sejam estatisticamente significativas.

23. Excetuada apenas a relação inversa à esperada que encontramos entre brancos e morenos.

24. Significativamente, tratava-se de uma administradora, uma contadora, uma economista e apenas uma engenheira.

25. Ver, sobre esse último aspecto, Da Matta (1985).

## BIBLIOGRAFIA

- ANDREWS, G. R. (1992). "Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística". *Estudos Afro-Asiáticos*, (22):47-83, setembro de 1992.
- AZEVEDO, J. S. G. (1975). "Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica". Tese de mestrado em economia, Salvador.
- AZEVEDO, Thales (1956). "Classes e grupos sociais de prestígio". *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BAIROS, L. (1987). "Pecados no paraíso racial: o negro na força de trabalho na Bahia, 1950-1980". Dissertação de mestrado em ciências sociais, Universidade Federal da Bahia, mimeo.
- (1991). "Mulher negra: o espaço da subordinação". In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, Cedeplar, p. 177-93.
- BAIROS, L.; BARRETO, V.; CASTRO, N. A. (1992). "Negros e brancos num mercado de trabalho em mudança". *Ciências Sociais Hoje*. Rio de Janeiro, Anpocs, 1992.
- CASTRO, N. A. (1985). "O emprego não-agrícola no estado da Bahia (1950-1980): algumas considerações a partir dos censos econômicos". *Força de Trabalho e Emprego*, 1(3):12-22.
- (1988). "Novo operariado, novas condições de trabalho e novos modos de vida nas fronteiras do moderno capitalismo industrial brasileiro". In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais*. Belo Horizonte, Abep, v. 2, p. 437-82.
- CASTRO, N. A. e GUIMARÃES, A. S. A. (1992). "Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho: examinando a indústria moderna em Salvador, Bahia". Comunicação apresentada ao XVII International Congress of the Latin American Studies Association, 24-27.9.92, Los Angeles.
- CASTRO, N. A. e SÁ-BARRETO, V. (1992). "Os negros que dão certo: mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades raciais". Encontro Nacional da Anpocs, 16. Grupo de trabalho Temas e Problemas da População Negra. Caxambu, 28 p.
- CHAIJA, M. (1989). "Os negros e a discriminação racial no mercado de trabalho". *Mercado de trabalho na Grande São Paulo: pesquisa de emprego e desemprego/Seade-Dieese*. São Paulo, Seade.
- DA MATTA, R. (1985). *A casa e a rua*. São Paulo, Brasiliense.
- FERNANDES, F. (1986). "Mercado de trabalho na Bahia: um diagnóstico". *Força de Trabalho e Emprego*, 1(7):19-34.
- FRY, P. (1991). "Politicamente correto num lugar, incorreto noutra (relações raciais no Brasil, nos Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue)". *Estudos Afro-Asiáticos*, (21):167-77.
- GUIMARÃES, A. S. A. (1988). "Factory regime and class formation: the petrochemical workers in Brazil". Tese de doutorado, University of Wisconsin, Madison, 546 p.
- (1992). "Relações de trabalho e de gênero na fábrica dos homens". Salvador, CRH/UFBA, série Toques, nº 2, 24 p.
- GUIMARÃES, A. S. e AGIER, M. (1990). "Identidades em conflito: técnicos e peões na petroquímica da Bahia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (13):51-68.
- GUIMARÃES, A. S. e CASTRO, N. A. (1990). "Espaços regionais de construção da identidade: a classe trabalhadora no Brasil pós-77". *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Anpocs/Vértice.

- (1990). "Classes, regimes fabris e mudança social no Nordeste brasileiro". In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E (eds.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. Rio de Janeiro, Nobel, p. 148-67.
- HASENBALG, C. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- (1983). "1976: As desigualdades raciais revisitadas". In: MACHADO DA SILVA, L. A. *et alli*. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, Anpocs (*Ciências Sociais Hoje*, 2), p. 179-97.
- (1985). "Race and socioeconomic inequalities in Brazil". In: FONTAINE, P. M. (org.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles, Univ. of California, Center for Afro-American Studies.
- (1991). "O negro na indústria: proletarização tardia e desigual". Encontro Anual da Anpocs, 15. Grupo de trabalho Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais. Caxambu, 15 a 18 de outubro, 30p.
- NOGUEIRA, O. (1955). "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem". XXXI Congresso Internacional de Americanistas. *Anais*, São Paulo, Anhembi, v. 1.
- OLIVEIRA, L. H. G.; PORCARO, R. M.; ARAUJO, T. (1981). *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- (1987a). "Repensando o lugar da mulher negra". *Estudos Afro-Asiáticos*, (13):87-109.
- (1987b). "Efeitos da crise no mercado de trabalho urbano e reprodução da desigualdade racial". *Estudos Afro-Asiáticos*, (14):98-107.
- PORCARO, R. M. (1988). "Desigualdade racial e segmentação do mercado de trabalho". *Estudos Afro-Asiáticos*, (15):171-207.
- REX, J. (1988). *Raça e etnia*. Lisboa, Editorial Estampa.
- ROCHA, E. A. S. (1991). "Processo de trabalho e desgaste operário: um estudo de caso". Dissertação de mestrado em ciências sociais. Salvador, UFBA.
- SANDOVAL, S. (1991). "Los mecanismos de discriminación racial en el mercado de trabajo en el caso del Brasil urbano". *Estudios Sociológicos*, 9(25):35-60.
- SILVA, N. V. (1980). "O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10(1):21-44.
- SILVA, P. C. (1993). "Negros à luz dos fornos: representações do trabalho e da cor entre metalúrgicos da moderna indústria baiana". Dissertação de mestrado em ciências sociais. Salvador, UFBA.
- TROYANO, A. A. *et alli* (1985). "A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa Fundação Seade/Dieese". *São Paulo em Perspectiva*, 1(1): 2-6.

## SUMMARY

### Racial inequality in the job market and in job locations

In this article the authors address two main questions: which barriers do Blacks face when looking for industrial employment, and what is the pattern of occupational mobility for Blacks in modern industry.

Data for their analysis came from two data-bases, one encompassing the results of 22 domestic surveys taken in the metropolitan region of Salvador, Bahia between December 1987 and September 1989, and the other

registering information on workers from two important petrochemical companies located in Camaçari, one state-owned, and one in the private sector. They conclude that Blacks and women encounter definite discrimination when seeking access to jobs in modern industry. It is, however, discrimination which frequently operates through other variables, the principal of which being educational level. The analysis of

occupational mobility in different types of work situations demonstrates, further, that universalistic and normative personnel policies may reduce racial discrimination, without however eliminating the disadvantage of Blacks in relation to other racial groups. More particular and less normative approaches, on the contrary, elevate the advantages of Whites in relation to other racial groups.

## RÉSUMÉ

### Les inégalités raciales sur le marché de l'emploi et sur les lieux de travail

Les auteurs de cet article se posent essentiellement deux questions: quelles sont les barrières que rencontrent les noirs lorsqu'ils veulent accéder à un emploi dans l'industrie? et quelles sont les caractéristiques de la mobilité occupationnelle des noirs dans les entreprises modernes? Ils utilisent pour cela deux bases de données: les résultats de vingt-deux enquêtes domiciliaires réalisées entre décembre 1987 et septembre 1989 sur l'agglomération de Salvador, d'une part, et, d'autre part, les informations fournies par le cadastre sur le fonctionnement de deux importantes entreprises pétrochimiques situées à Camaçari, dont une appartient à l'État et l'autre au secteur privé. Ils en concluent qu'ils existe une forte discrimination dans l'ac-

cès des noirs et des femmes aux emplois industriels modernes. Cette discrimination est la conséquence de plusieurs variables dont la principale est le niveau de scolarité. L'analyse de la mobilité occupationnelle concernant plusieurs types de gestion du travail démontre en outre que quand la politique de personnel d'une entreprise assume des formes universalistes et normatisées, elle peut réduire la discrimination raciale sans toutefois éliminer le handicap des noirs face aux autres groupes raciaux. Une politique plus particulariste et moins normatisée tend au contraire à augmenter l'avantage des blancs par rapports aux autres groupes raciaux.

# Da Flor da Gente à Guarda Negra: os capoeiras na política imperial\*

Carlos Eugênio Líbano Soares\*\*

\* Texto produzido durante pesquisa para produção de tese de mestrado em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Recebido para publicação em junho de 1992.

\*\* Mestrando em história pela Unicamp.

*Para que tanto barulho e aparato  
Se as cartas estão em minha mão?  
A Flor da Gente algum dia teve medo  
De vencer outra vez a eleição?*

(*Gazeta de Notícias*, 20 de janeiro, 1878.)

A participação dos capoeiras na vida político-partidária da cidade do Rio durante o Segundo Reinado não foi omitida pela tradição cronística e folclórica do século XX e final do XIX. O primeiro representante dessa tradição, Alexandre Mello Moraes Filho, destaca em seu famoso trabalho sobre tradições populares:

*À semelhança dos boxers na Inglaterra, tivemos excelentes capoeiras nas eminências da política. (...) Ao seu ombro tisonado escorou-se até há pouco tempo o Senado e a Câmara, para onde, à luz da navalha, muitos dos que nos governam subiram.* (Moraes Filho, s/d., p. 459.)

De certa forma, Moraes Filho conformaria um padrão que seria seguido pelo correr do

século XX. Anos mais tarde, em 1907, Vieira Fazenda relataria, em sua coleção de crônicas sobre a história da cidade do Rio, a história de Gato, um capoeira que era

*valente cabo-de-guerra eleitoral. Apesar de quebrantado pelos anos, em ocasião de sarriho mostrava suas habilidades. Quando desconfiava do voto de algum eleitor, punha-se a berrar: é phospi! é phosphi!<sup>1</sup> dava principio ao rolo e o sujeito não votava.* (Fazenda, 1923.)

Manuel Querino (1946, p. 163), para a Bahia, e Francisco Augusto Pereira da Costa (1908), para Pernambuco, confirmam a importância dos capoeiras nas renhidas disputas eleitorais do século. E Sílvia Romero, na *Revista Brasileira*, assim se referiu aos capoeiras:

*Consta serem uma instituição política, e sob as ordens de grandes magnatas. Com eles é que se veda o ingresso dos adversários nas matrizes em dias de eleições e obtém-se a vitória nas urnas.* (Romero, 1879.)



A tradição conservou a primeira ocorrência política dos capoeiras, ocorrida na cidade do Rio, quando da revolta dos soldados estrangeiros em 1828. Roberto Macedo (s/d, p. 136-7), Angenor Lopes de Oliveira (1951) e atualmente Ruth Kato (1988, p. 100-41) corroboram a hipótese de utilização de escravos-capoeiras, instigados pelo governo, como braço armado clandestino na repressão aos soldados mercenários irlandeses e alemães, em rebelião aberta contra os maus-tratos e desmandos da oficialidade nativa, entre os dias 9 e 12 de junho de 1828. Esse teria sido o primeiro momento em que os capoeiras teriam tomado parte nas lutas sociais do período sob evidente influência política.

O ponto comum de todas essas análises é a visão dos capoeiras como um "exército de rua" à disposição dos conflitos políticos de ocasião, mobilizado unicamente pelas pagas que grupos quaisquer poderiam fornecer, além de instrumentos dóceis manipulados para fins estritamente eleitorais por esses mesmos grupos, fossem liberais ou conservadores ou de quaisquer outras posições ideológicas.

Este texto tem o objetivo de contestar essa visão simplista e *primitivista* da participação política de elementos das chamadas classes subalternas na vida política da corte durante a segunda metade do século XIX, através de dados e análises que corroborem a hipótese de que a participação político-partidária desses grupos era fruto de uma opção política — mesmo que não seja entendida como uma opção ideológica formal — construída durante décadas de experiência cultural e convívio social no centro urbano por excelência do país: a corte, capital imperial. Acreditamos que essa participação política era alimentada por uma sede de atuação no processo, ao contrário do que descrevem não somente as narrativas do século XX sobre os feitos dos capoeiras do século XIX, mas também toda uma corrente historiográfica muito recente, que vê um crescente *progressismo* na atuação política de ne-

gros e escravos no processo histórico em curso, abstraindo das visões da época sobre a questão. Visões que se reificam numa conexão, uma aliança entre grupos ou maltas de capoeiras e o Partido Conservador que atravessa 20 anos da vida política do país (1870-1890), culminando na chamada Guarda Negra, e que desmorona com o fim do regime, levando uma parcela importante da história política do Brasil ao esquecimento.

As décadas de 1850 e 1860 foram plenas de mudanças na cidade do Rio. O fim do tráfico negreiro, a chegada em massa de imigrantes portugueses, os investimentos pesados em infra-estrutura e as novas atribuições enfeixadas por um Estado centralizador em processo de consolidação transformam a face do velho império colonial, que era a capital do império. Para os escravos ou homens livres que participavam das "malts de capoeiras", os novos tempos vieram na forma de mais intensa repressão, punições mais severas e maior risco para aqueles encontrados nas ruas em "capoeiragem" (Beaurepaire-Roham, 1956, p. 72).

Os últimos anos da década de 1850 e os primeiros da década seguinte foram particularmente pródigos em prisões de capoeiras. Pelos relatórios do chefe de polícia da corte, vemos que só nos anos de 1858, 1859 e 1861 foram presos, respectivamente, 200, 367 e 407 capoeiras.<sup>2</sup>

A época, que passou para a história como o período da conciliação, também registrou uma menor tensão interpartidária, fruto do acordo entre liberais e conservadores na consolidação do novo sistema parlamentar gestado na década anterior. A capoeira atravessou essas décadas de transformações rápidas em todos os campos sob relativo controle, resultado da maior atenção dedicada pelo governo central à segurança individual e coletiva na cidade do Rio, conforme dá notícias a documentação policial e jornalística, que fragmentariamente cita a existência da capoeira na cidade.

A situação começa a mudar com a repentina eclosão da guerra do Paraguai, em fins de 1864. O Exército brasileiro vinha sendo desde 1831, pelo menos, relegado a segundo plano nas prioridades militares do governo. A Guarda Nacional era o instrumento privilegiado de contenção das revoltas internas, que marcaram a história política do país pelo menos até 1849, mas era ineficiente para dar conta dos conflitos externos, pelo fato de estar entregue aos chefes políticos do interior e ser formada basicamente por elementos oriundos das camadas privilegiadas da sociedade (Castro, 1977; Uricochea, 1978; Rodrigues, 1981). Os aliados uruguaios e argentinos não estavam preparados para um conflito externo de grandes proporções em virtude de suas divisões internas. A consequência é que foi nos ombros do Exército brasileiro que recaiu o maior peso do conflito. Com seus efetivos dramaticamente reduzidos, foi necessário, antes de partir para a ofensiva, levar a efeito uma feroz campanha de recrutamento em todos os cantos do país para formar os batalhões de "voluntários" da pátria.

No Rio de Janeiro a campanha foi ainda mais voraz. Qualquer homem em idade mínima, saúde regular e de nacionalidade brasileira podia ser preso, detido e obrigado a assentar praça no Exército ou na Armada. Mesmo simples escravos nas ruas trabalhando para seus senhores podiam ser arbitrariamente presos e recrutados:

*Tendo o pardo Herculano, escravo do desembargador Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, feito as declarações constantes do termo junto, das quais se depreende ter sido na tarde de 23 do mês corrente recrutado por duas praças do Corpo Policial, que o conduziram na direção do Quartel dos Barbonos, sendo solto na esquina da dita rua por ter aparecido um cabo que disse conhecê-lo como escravo, deliberei mandar apresentar o dito pardo à V. Ex. para dar*

*quaisquer esclarecimentos que julgue ainda necessários para esclarecer a verdade, fazendo-o retirar logo depois para a casa de seu senhor. (Arquivo Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, 31<sup>o</sup> de Voluntários, Assuntos diversos.)*

A promessa de alforria dos escravos engajados na guerra transformou os quartéis militares em pontos finais das rotas dos cativos que fugiam das fazendas do interior, o que se refletiu nos anúncios de captura no Vale do Paraíba fluminense:

*Fugiu no dia 14 do corrente o preto Antonio, Creoulo, escravo de Inocêncio Gomes de Assunção, morador na Freguesia de Santo Antônio da Encruzilhada (...) este escravo disse que havia de fazer o possível para ir ao Paraguai; por isso pede-se aos srs. pedestres toda a vigilância, a fim de ser capturado (...). (O Parahybano, 23 de janeiro de 1867).*

No último ano da guerra, 1869, ainda se recrutavam capoeiras, como os quatro soldados da Guarda Nacional presos por fazerem parte de uma malta de capoeiras que na noite de 29 de agosto "praticou distúrbios no Largo da Lapa" (citado em Holloway, 1989).

Sintomaticamente, os registros de prisão da Polícia da corte, de 1866 à 1871, deixaram pela primeira vez de registrar o motivo "por capoeiras" (ver nota 2). A tradição, no entanto, guardou as façanhas dos capoeiras em terras paraguaiás:

*Durante a Guerra do Paraguai, por ocasião do assalto final e tomada da ponte de Iitororó, os soldados cariocas constituintes do legendário 31<sup>o</sup> Corpo de Voluntários da Pátria (Polícia Militar da Corte), que seguiram na vanguarda, sob o comando do Coronel Assunção, dessa milícia, seguidos pelos Zuavos Baianos, sob o controle do*

*Dr. Marcolino de Moura e Albuquerque, vendo esgotadas as munições em pleno combate corpo a corpo, ao ultrapassarem a fatídica ponte, retiraram os sabres baionetas e jogaram fora as inúteis espingardas, lançando-se com ímpeto irresistível contra as trincheiras inimigas e atacando os seus defensores à arma branca e golpes de capoeiragem. (Oliveira, 1951.)*

Negros capoeiras da Bahia (Querino, 1946; Costa, 1908)<sup>3</sup> e de Pernambuco (Costa, 1908, p. 242) também participaram da guerra, destacando-se igualmente por bravura e determinação.

A guerra do Paraguai mudou a face do Exército. Afora o aumento tremendo de recursos à disposição da corporação, o prestígio alcançado pela força militar diante da sociedade civil após a década de 1870 era impensável antes do conflito. Transformados em heróis do dia, os soldados sobreviventes voltaram para uma sociedade sensivelmente mudada. Muitos deles seriam marcados pelo conflito para sempre. A crônica do tempo guardou a lembrança do príncipe Obá II, ou Candido Fonseca Galvão, um negro baiano que se tornou alferes na guerra e depois encarnou o papel de monarca dos negros e negras da corte, exibindo seu conhecimento de figuras destacadas da vida política do império conseguido nos campos do Paraguai, sendo filiado ao Partido Conservador e chegando a desfrutar da amizade do próprio imperador Pedro II (Morais Filho, s/d, p. 557). A guerra do Paraguai politizou os oficiais, reza a historiografia tradicional. Pensamos que politizou também os soldados.

Os anos do imediato pós-guerra não foram tranquilos na corte. Afora a agitação política, a questão de uma massa enorme de soldados desengajados, vagando pelas ruas, sem ocupação, e predispostos à turbulência, reconstruindo novas identidades grupais com os antigos companheiros de malta, preocupava as autoridades policiais:

*Anteontem, às 10 horas da noite, foi encontrado na rua dos Andradas, ferido no ventre com uma facada, um preto de nome José. Sendo transportado para a Santa Casa da Misericórdia, declarou que fora ferido por dois soldados de linha, na Ladeira da Conceição. (A República, 3 de setembro de 1872.)*

*FALTA DE POLÍCIA. Anteontem à tarde, cinco soldados do 1º Batalhão de Infantaria vagavam por algumas ruas da cidade, provocando as pessoas que encontravam, atirando ao chão as amostras das casas de negócios e praticando mil desacatos. Os urbanos, tão prontos a espancar pessoas indefesas, não viram estes desmandos, talvez porque se tratassem de soldados de linha, com os quais eles receiam travar conflito. (A República, 6 de agosto de 1872.)*

No mesmo momento o problema da capoeira voltava aos arquivos policiais com toda força. Pela primeira vez desde 1850, o chefe de polícia da corte se refere textualmente a eles em seu relatório:

*Vem a propósito rememorar não só que a quase totalidade dos crimes contra a pessoa tem sido perpetrados por indivíduos da ínfima classe, cativos, estrangeiros, proletários e desordeiros, vulgarmente conhecidos por capoeiras (...). (Relatório do Chefe de Polícia da Corte, 1870.)*

Os capoeiras inauguram a década de 1870 em grande estilo. No dia 18 de abril, quando batalhões desfilavam sob as vistas dos moradores da cidade, uma malta se aproveita da reunião popular para fazer "correrias" e feridos, ou receber os antigos companheiros:

*Do Campo da Aclamação até o Quartel do Cortume, isto é, no espaço que foi percorrido pelos bravos defensores e mártires*

*da pátria, correu sangue inocente (...) pelas mãos assassinas desses malfeitores sem coração e sem alma, conhecidos pelos nomes de capoeiras (...).* (*Jornal do Commercio*, 22 de agosto de 1870.)

O ano de 1870 também foi incomumente marcado por assassinatos. Em poucos meses importantes chefes de malta são eliminados, no que aparentemente teria sido um rearranjo das posições em consequência talvez do retorno dos que assentaram praça (Abreu, s/d.)<sup>4</sup> O Relatório do Chefe de Polícia da Corte é bastante claro em 1871, quando afirma:

*É pois evidente a dificuldade que encontra a autoridade de proceder contra eles [capoeiras] principalmente por não poderem ser em generalidade considerados como vagabundos, por serem Guardas Nacionais, praças escusas, ou reformadas do exército e armada, artífices dos arsenais de Marinha e Guerra, e nesta qualidade reclamados pelos respectivos comandantes.*

*Tenho, entretanto, exercido sobre estes turbulentos, na órbita das minhas atribuições, e continuo a exercer a mais severa vigilância, a mais decidida perseguição, a despeito de mil contrariedades, e sobretudo da exigüidade da força policial à minha disposição.* (Relatório do Chefe de Polícia da Corte, 1871.)

A partir de 1870 o país vive nova conjuntura política. Os liberais, despejados do poder em 1868 por pressão do duque de Caxias, e a bem do andamento da guerra, apagam as últimas lembranças conciliatórias e partem para a oposição aberta. Um braço do partido funda a cisão republicana. A guerra provoca uma crise econômica sem precedentes, enfraquecendo ainda mais as finanças do Estado. A cafeicultura fluminense entra num período de estagnação, perdendo espaço junto ao círculo político da corte. Os novos plantadores paulistas, cap-

tando escravos de todas as províncias, assumem a frente da agroexportação. Rebeliões escravas e quilombos sacodem as regiões cafezeiras do Sudeste, assustando a classe senhorial. A pressão internacional força o governo a lançar mão da Lei do Ventre Livre, perdendo apoio de importante parcela das camadas proprietárias. A hegemonia da fração conservadora dirigente do Estado estava em perigo. Urgia recorrer a novos expedientes para manter o barco no rumo planejado.

---

### AS ELEIÇÕES DE SANGUE

---

No dia 6 de fevereiro de 1873 o plenário da Câmara dos Deputados estava especialmente tenso, como resultado do acalorado debate sobre as eleições de agosto do ano anterior. O deputado Martinho Campos, de São Paulo, em nome da bancada liberal, lança seu mais contundente ataque:

*MARTINHO CAMPOS: A verdade é esta: os nobres ministros entregaram a Corte, a capital do Império, durante muitos dias, às navalhas da Flor da Gente.*

*VOZES: De que gente?*

*MARTINHO CAMPOS: E as baionetas do governo intervieram em toda parte para auxiliarem as navalhas dos capoeiras contra o cidadão brasileiro inerte. É esta a verdade, é este o espetáculo que a Corte do Império do Brasil nunca tinha presenciado, no meio de todas essas reações por que têm passado as províncias. A presença do soberano impunha aqui aos governos uma certa reserva. Receava-se e respeitava-se o inglês (risadas). O que se fazia nas províncias não se ousava fazer na Corte (...) As navalhas dos capoeiras e as baionetas dos soldados vindo em seu auxílio não dilaceraram só as carnes dos liberais e conservadores nas igrejas da Corte; roubadas, substituídas e desmoralizadas não foram somente os ma-*

ços de lista das urnas, as eleições da Corte.

*Estas navalhas e estas baionetas dilaceraram ao mesmo tempo alguma coisa que era obrigação rigorosa do novo presidente do Conselho preservar e defender. (Apartes se cruzam.)*

**PRES. DO CONSELHO:** *O que dependia do governo para prevenir esses fatos? Seja justo em reconhecer a responsabilidade de dos dois partidos militantes.*

**M. CAMPOS:** *Dizia-se, quando contavam-se os excessos e horrores de algumas eleições de províncias – recorram os nobres deputados – “Isto não se faz na Corte”, e hoje lamenta-se o triste espetáculo e o papel passivo e criminoso da autoridade na capital (...).*

**PRES. DO CONSELHO:** *Admiro que V. Ex. venha dizer que o monarca tem perdido prestígio pelo que fazem os capoeiras.*

**M. CAMPOS:** *Não censuraria a polícia se tivesse viva e legalmente cuidado da paz e da segurança pública, tomando providências legais contra os capoeiras, impotentes e aniquilados quando à testa da polícia se achavam Eusébio e Siqueira, sempre lembrados (...). (Anais da Câmara dos Deputados, 6 de fevereiro de 1873.)*

As eleições de 1872 foram um marco na vida política do Segundo Reinado. A vitória do projeto da Lei do Ventre Livre havia precipitado a crise do Gabinete Rio Branco. O governo não contava mais com a confiança plena do Parlamento. A bancada liberal, apoiada por parcela expressiva dos conservadores, obstruía os trabalhos e projetos do governo. A instabilidade acaba levando o imperador a pedir a dissolução da Câmara, de forma a marcar eleições e decidir em definitivo o destino do Gabinete Rio Branco.

As eleições são marcadas para agosto. Pela Constituição haveria dois turnos. No primeiro seriam eleitos os eleitores, pelo chamado “círculo maior”, e em seguida os deputados gerais

propriamente ditos. Aquela seria também a eleição com maior percentagem de participação popular de toda a história do Segundo Império.<sup>5</sup> Estava montado o cenário para o confronto. A eleição final e decisiva estava marcada para 20 de agosto. Conforme os relatos de época, as igrejas da cidade foram transformadas em campos de batalha:

*As lutas eleitorais, que são em toda parte do mundo causa frequente da perturbação da ordem, não deixam de produzir em nós seus desastrosos efeitos. (Relatório do Ministro da Justiça, 1872.)*

As primeiras referências documentais sobre a Flor da Gente datam das eleições de 1872. Citada pela tradição literária como a malta que dominava a freguesia da Glória, teve sempre referências esparsas e mesmo truncadas:

*Escolas como a de que foi chefe célebre político que tinha a Flor de sua Gente bem disciplinada e pronta para o que desse e viesse. (Fazenda, 1923, p. 75.)*

Em março de 1906, a revista *Kosmos* registrava:

*Esta última, na sua época áurea, a mais terrível, teve foros de verdadeira instituição política. Célebre parlamentar, hoje falecido, chamava-a mesmo a Flor da minha gente e nela tinha, sob sua chefia, um terrível exército eleitoral.*

Gustavo Bandeira de Mello (1926, p. 345) confirma:

*A capoeiragem, com suas numerosas maltas, que um grande parlamentar da época classificou em discurso célebre como a “Flor da minha gente”.*

Esse misterioso político era Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira, membro do Partido

Conservador desde 1863 e, no dizer de um biógrafo, um "dos mais firmes baluartes deste partido" (Pederneiras, 1946), várias vezes eleito juiz de paz, deputado provincial e deputado geral em quatro legislaturas. Coelho Neto, ao traçar seu perfil, declara:

*Dessa geração celeberrima fizeram parte vultos eminentes na política, no professorado, no exército, na marinha, como Duque-Estrada Teixeira, cabeça cutuba<sup>6</sup> tanto na tribuna da oposição como no mastigante de algum parola que se atrevesse a enfrentá-lo à beira da urna (...). (Neto, 1928, p. 135.)*

Filho dileto da elite política fluminense que dominou a corte nos meados do século, e entusiasta da capoeira desde os tempos de estudante da Faculdade de Direito de São Paulo (Nogueira, 1907, p. 201-9), Duque-Estrada Teixeira, apesar de sempre ter sido filiado ao Partido Conservador, manteve uma carreira política relativamente autônoma em relação à chefia do partido.<sup>7</sup> Mesmo tendo apoiado a volta dos conservadores ao poder em 1868, discordou da forma como foi administrado politicamente o projeto da Lei do Ventre Livre, fazendo parte do grupo conservador chamado "Dissidência", liderado pelo conselheiro Paulino Soares de Souza.

Com a subida do Gabinete Caxias, em 1875, Duque-Estrada Teixeira voltou ao grupo governamental. Invariavelmente ganhava as eleições que disputava, com o apoio da malta da freguesia da Glória, a sua "Flor da Gente" (a nata, a elite, os melhores). Personalidade contraditória, e ao mesmo tempo representante de seu tempo, Duque-Estrada era a um tempo o parlamentar conservador que se impunha aos caciques do partido e um amigo dedicado e afetuoso do jornalista negro abolicionista Ferreira de Menezes, fundador da *Gazeta da Tarde*, jornal em que se inicia a campanha pela abolição (*Gazeta de Notícias*, 10 de

setembro de 1884). Em 1878 sua reeleição foi impedida pela chegada dos liberais ao poder, que utilizaram o Exército para barrar sua entrada na matriz.

A crônica sobre a Flor da Gente reiteradamente realça suas relações amistosas com a monarquia:

*A festa da Glória era por eles [capoeiras] preferida. Dom Pedro II dedicava especial carinho a essa romaria, comparecendo anualmente com todas as formalidades e intercedendo sempre pela liberdade dos que porventura fossem dela privados durante os festejos. Resultado: os capoeiras viam um campo propício para suas proezas e praticavam toda sorte de iniquidades, que a polícia não coibia para não desagradar o soberano, a quem todos rendiam verdadeiro culto. (Vida Policial, 21 de março de 1925.)*

A velha questão da popularidade da monarquia entre a população negra e mestiça do Rio de Janeiro ainda carece de estudos mais aprofundados. Mas não resta dúvida de que a figura do imperador gozava de relativa admiração diante da parcela mais humilde da sociedade fluminense, resultado ou de sua ausência das mesquinhas disputas políticas de então, ou do infalível indulto dos escravos condenados à pena máxima, seu papel na promulgação do "Ventre Livre", sua inclinação por medidas claramente populares, como a abolição, ou mesmo sua respeitabilidade e despojamento, suas atividades assistencialistas etc. Sua figura, na realidade, podia ser entendida como um símbolo de um Estado cada vez mais intervencionista nas relações senhor-escravo, intervencionismo que explica o crescente número de cativos que recorrem à Polícia ou à Justiça para dirimir conflitos com seus senhores no pós-1871.<sup>8</sup>

Quanto aos capoeiras, ex-soldados na campanha do Paraguai, a guerra pode ter representado para os livres e libertos uma expecta-

tiva de prestígio social e conhecimento pessoal que raramente seriam concretizados na paz. Para os escravos fugidos havia a esperança da alforria, que realmente se efetivou para muitos, e talvez uma nova etapa de uma política escrava, que foi brilhantemente sintetizada por um jovem historiador:

*A participação de escravos no exército garantiu, pelo menos à parcela da população envolvida, algum tipo de reconhecimento e mesmo um lugar de interlocução. Sua incorporação num projeto de realização hegemônica da Coroa e da classe dominante implicava necessariamente assimilar alguns de seus próprios interesses a esse projeto. Assim é que a alforria do escravo combatente tinha dois lados: encobrir o fato de a civilização escravista fundar parte da sua glória nos campos de batalha num segmento da população não reconhecido como portador de seus padrões morais e culturais, e ao mesmo tempo incorporar e atender um interesse imediato desses setores, a liberdade. (Salles, 1990, p. 74).*

As relações entre a Flor da Gente e seu chefe ainda permanecem nebulosas. Mas existem indícios de uma troca de "favores" que fragmentariamente é registrado na imprensa:

*MANUMISSÃO. Informa-nos que ontem uma parda cativa apresentou-se ao sr. Duque-Estrada Teixeira e, felicitando-o pelo triunfo que ele acabava de alcançar no pleito eleitoral, pediu que a auxiliasse no empenho de libertar-se. Aquele não foi surdo a este pedido e libertou-a. (A República, 19 de setembro de 1972.)*

Nos períodos eleitorais, a malta se acercava do local de votação (a matriz da Glória) e hos-

tilizava os votantes sabidamente adversários, numa atuação claramente preestabelecida. Em tempos normais, a malta podia contar com a proteção do seu chefe político para suas atividades, como o controle informal de áreas da freguesia, ou o uso da violência em conflitos pendentes. Em janeiro de 1873, por exemplo, Duque-Estrada pronunciou discurso na Câmara contra a atuação da polícia da corte, que havia detido diversos "cidadãos", possivelmente membros do seu grupo (Anais da Câmara dos Deputados, 16 de janeiro de 1873).

Também há farta documentação iconográfica sobre a Flor da Gente. As revistas ilustradas da época, como *Vida Fluminense* e *O Mosquito*, de agosto e setembro de 1872, trazem curiosas charges retratando Duque-Estrada e sua "Gente", geralmente negros empunhando navalhas.

De qualquer forma, a Flor da Gente foi um produto do pós-1870, uma conjuntura de tensão política cada vez maior e de acirramento do "não quero" dos escravos, o que aponta para novas formas de cooptação e incorporação de setores "subalternos" ao círculo de influência das camadas dirigentes. A crescente autonomia da vida escrava no meio urbano e o reiterado problema do "disciplinamento" dos livres e libertos no pós-1870, abordados por Sidney Chalhoub (1990), reforçam a tese de a participação política desses grupos ser ditada por uma opção moldada na própria experiência, referenciada na guerra do Paraguai, e dirigida por um cotidiano politizado, na feliz expressão desse autor.

Faltam estudos mais aprofundados que possam dar um perfil melhor elaborado desses grupos, mas não restam dúvidas de que expressões como "manipulação do negro" ou "instrumentalização pura e simples" não podem mais dar cabo da complexa realidade, cuidadosamente oculta por seus contemporâneos.

## NO REINADO DA MASORCA

A noite de 27 de fevereiro de 1873 prenunciava tormentosos acontecimentos. O Carnaval ainda lançava frêmitos de desordem pelas ruas. Nas véspera, um vapor tinha aportado na corte trazendo a notícia da queda da monarquia e da proclamação da República na Espanha. Tudo isso, somado aos recentes eventos da questão religiosa e às acaloradas discussões sobre as eleições passadas, intensificava o clima de boataria costumeiro da Rua do Ouvidor, espécie de fórum político da cidade.

Os republicanos, que desde 1870 tinham seu jornal, *A República*, ali localizado, planejaram um grande desfile para saudar os "sucessos ocorridos na Espanha". O chefe de polícia negou a licença. Mas autorizou uma comemoração interna, nos espaços da redação do jornal. Foi iluminada a frente do edifício. Bandeiras de nações republicanas foram hasteadas nas sacadas. No centro do balcão foi colocado um retrato do novo líder na Espanha, o primeiro-ministro Emílio Castellar. E uma versão republicana da bandeira nacional, sem os braços monárquicos, foi colocada no centro do balcão do velho sobrado de três andares.

No entardecer de 27 de fevereiro, republicanos fundadores e liberais históricos se encontravam no prédio, entre eles Quintino Bocaiuva, Rodrigo de Oliveira Filho, Henrique Brown, Daniel Terra Cardoso, Salvador de Mendonça, José Lopes da Silva Trovão, Saldanha Marinho e outros (Boehrer, 1973, p. 42-6). Do lado de fora uma pequena multidão assistia ao sarau republicano, enquanto no Largo de São Francisco se postavam policiais.

Entusiasmado, Quintino tentou proferir discursos da sacada. Ao mesmo tempo, um grupo de populares gritou palavras-de-ordem em ataque ao orador:

– *Viva a monarquia! Abaixo a república!  
Viva o sábio Visconde do Rio Branco! Viva o grande Imperador Pedro II!*

Francisco Cunha também se dispôs a falar, mas foi igualmente vaiado, enquanto a celebração prosseguia no interior da sede. O grupo da rua, encabeçado pelo filho de um senador do império não identificado (Boehrer, 1973, p. 42), começou então a atirar pedras contra as janelas do edifício. Durante duas horas os elegantes militantes republicanos e suas esposas ficaram sob a mira da "escória das ruas", até que a polícia dispersasse os populares sem prender ninguém:

*REGIMES DE TERROR. Estamos em pleno domínio da masorca.<sup>9</sup> As apreensões que manifestamos quando vimos as urnas entregues às navalhas dos capangas vão recebendo inteira e tristíssima confirmação.*

*A Flor da Gente adquiriu consciência da sua força, e agora reúne-se à luz do dia, combina planos, assalta estabelecimentos tipográficos [grifo nosso] e a polícia desfardada pactua com ela, enquanto a polícia fardada assiste com um sorriso de escárneo a esses infames espetáculos.*

*O governo, que há pouco insultava o povo decente das galerias da Câmara dos Deputados, qualificando-o de CANALHA, agora insulta toda a população honesta do Rio de Janeiro, dizendo ser o povo fluminense o autor dos atos de incrível vandalismo praticados contra os estabelecimentos do A República. Temos agora nesse momento à vista dois artigos asquerosos, um do "jornal da Corte" e outro da Nação Restaurada, em que, ao passo que defendem o pudor de Isabel II de Espanha, aplaudem a atitude da polícia e dos capangas (...). (Trochim, 1988, e A República, de 2 de março de 1873.)*

No dia seguinte, os republicanos resolveram marcar novo *meeting* na redação do jornal, dessa vez em protesto contra o ataque. Novo ajuntamento de rua e a repetição das cenas da véspera, com o acréscimo de um mole-



que da turba ter subido a sacada para pintar de negro a tabuleta do jornal:

*A NOITE DE ONTEM E A BERNARDA DO SR. RIO BRANCO: Ontem repetiram-se em maior escala as cenas indignas e canibais que a população desta cidade presenciara na véspera em frente ao edifício onde funciona o A República e sua tipografia. Desde as 7 horas começaram a aglomerar-se na vizinhança da referida casa alguns magotes de pessoas suspeitas, pela mor parte CAPOEIRAS maltrapilhos e vagabundos, e logo depois principiou uma cantilena infernal de VIVAS A MONARQUIA, ABAIXO A REPÚBLICA, VIVA O SÁBIO VISCONDE DO RIO BRANCO, VIVA O PATRIÓTICO MINISTÉRIO DE 7 DE MARÇO, VIVA O GRANDE IMPERADOR PEDRO II. Imediatamente apareceram uns delegados de polícia, os srs. Benevides e Figueira de Mello (...) Todos eles porém conservaram-se na maior inércia, deixando que o grupo desordeiro se excedesse não só em manifestações injuriosas a um partido político, como também fizesse da casa do A República pontaria para o jogo de pedras e outros meios destruidores (...) Houve quem tivesse e realizasse a idéia de subir a tabuleta do jornal para cuspir sobre ela e cobri-la de tinta (...). (A República, 3 de março de 1873.)*

*INDECÊNCIAS: Ontem o sr. Ludgero (Chefe de Polícia), depois de haver passado a noite assistindo o apedrejamento do A República pelos urbanos e heleguins policiais, recebeu as honras de desembargador por esses serviços e pelos que tem prestado em prol dos turbulentos e CAPOEIRAS de Agosto e Setembro. (A República, 3 de março de 1873.)*

A revista *O Mosquito*, de 8 de março de 1873, registrou com sarcasmos a cena:

*Quando o sr. Ludgero viu que o povo não o ajudava a proporcionar a V. M. uma ovação monarquista, só achou uma saída para não falhar o espetáculo. Improvisou um povo com a Flor da Minha Gente que encontrou a mão (...) Este povo, ao qual se juntaram alguns especuladores – O sr. Teixeira, o Sr. Sayão e outros – que têm ganho, ganham ou esperam ganhar com os governos de V. M. (...).*

Os conflitos de 27 e 28 de fevereiro de 1873 marcaram na realidade o início de uma longa guerra de ruas entre republicanos e capoeiras, uma guerra que só veio terminar com o eclipse da monarquia, em novembro de 1889, 15 anos depois. Além disso, marcaram também o surgimento de um padrão – um padrão de conflito que vai se repetir na próxima década: ataques contra manifestações republicanas em momentos de reunião pública, aos olhos do conjunto da sociedade; exibição aberta das posições políticas da malta agressora; ataques organizados sempre em grupos, de preferência à noite, quase sempre nas áreas mais centrais da cidade, pontos nervosos do debate político das ruas. Diferentes, portanto, do capangismo clássico, em que o agressor geralmente se oculta, age em pequenos grupos, ou isolado, e parte para a intimidação individual.

A hostilidade entre capoeiras e republicanos nessas duas décadas tem uma relação direta com a participação de capoeiras nos conflitos eleitorais. É preciso ter claro que republicanos e liberais têm uma mesma origem, uma proximidade que remonta aos idos de 1868, quando houve o impasse militar decorrente da dissolução do Gabinete Zacarias, no momento em que os melhores capoeiras da corte recebiam os “louros da vitória”, sob o comando do conservador Caxias.

O uso de capangas, e mesmo capoeiras, não é, evidentemente, um privilégio de conservadores. Os jornais da época, no relato dos con-

flitos eleitorais, sobejamente demonstram isso. O que queremos argumentar é a participação junto com os conservadores de um tipo especial de capangismo, historicamente datado (o período após a guerra do Paraguai), em que a figura do matador, do intimidador, é ofuscada pela malta, pelo grupo. Um grupo que, pelo menos no caso da Glória, era formado principalmente de desertores e escravos fugidos:

*IMPORTANTE DILIGÊNCIA. Constando ao Dr. Chefe de Policia que no lugar denominado Jardim das Laranjeiras se homiziavam desertores e escravos, incumbiu o subdelegado da freguesia da Glória de capturá-los e livrar o distrito de sua jurisdição de semelhantes fregueses. Assim, ontem de madrugada, o subdelegado, acompanhado de uma escolta do Corpo Militar de Policia, dirigiu-se ao referido lugar e capturou Antonio Feliciano Lopes, Joaquim Sarapião e Virgílio Martins de Souza, e muitos escravos que sem autorização de seus senhores ali habitavam em cortiços (...). (Diário do Rio de Janeiro, 27 de março de 1872.)*

Em tal grupo, a circularidade de valores culturais entre livres e escravos dissimulava e indiferenciava. Ele não existia só em função da eleição, mas agia em qualquer momento, controlando partes da cidade, sua freguesia, vingando afrontas contra seus membros, com o beneplácito do seu "protetor".

Nesse grupo se destacam as características de ação autônoma que Sidney Chalhoub relacionou para escravos e negros livres dentro da "Cidade Negra": viver "sobre si" (longe do senhor, ou patrão, se auto-sustentando); trabalhar em serviços ocasionais fora da vigilância de um patrão, de preferência na rua; contar com laços de solidariedade do grupo, do cortiço, ou do quiosque; usufruir de canais de ascensão social ligeiros e eventuais, como em épocas eleitorais.

Tais características se articulam com a existência da malta, que, pela lógica, pode optar pelo melhor protetor político, na medida em que não fica sob a vigilância dele, principalmente se o chefe é um político renomado, um parlamentar envolvido com afazeres mais "nobres". E, de acordo com o que foi levantado, os conservadores tiveram mais êxito que os liberais em arrematar os "serviços" das maltas.

Os conflitos de fevereiro de 1873 não redundaram em nada. Na Câmara dos Deputados, o ministro da Justiça foi interpelado por diversos parlamentares. No Senado, o visconde de Rio Branco conseguiu ter mais sucesso em refutar as acusações da oposição. O incidente com o jornal *A República*, que só retoma sua tiragem normal em 16 de abril de 1873, revela o quanto a atuação dos capoeiras iria interferir na política nacional, cujo palco primordial era a corte.

A década de setenta quase toda foi de plena hegemonia conservadora. E os jornais se enchem de reclamações contra os capoeiras:

*AO DIGNÍSSIMO CHEFE DE POLÍCIA DA CORTE: Pede-se que V. Ex. lance suas vistas sobre o companheiro inseparável de um pardinho que se acha preso, de alcunha o Brasileirinho, pois que são dois capoeiras e ameaçadores que assustam os cidadãos pacíficos. Um cidadão ameaçado pelos mesmos espera que V. Ex. tome providência. (Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1873.)*

Em 1878 a virada política pega os conservadores na contramão. Exaustos após dez anos de governos ininterruptos, o partido da ordem é alijado pela mão do imperador e sobe o gabinete liberal Sinimbu.

Para os capoeiras, os tempos que se anunciam são tempestuosos. O ministro da Justiça agora é Lafayette Rodrigues Pereira, republicano histórico, assinante do manifesto de

1870. Seu chefe de polícia da corte é Tito Augusto de Matos. Logo nos primeiros dias da nova administração policial, é anunciado o objetivo primeiro dos novos responsáveis pela segurança pública: *limpar* a cidade, prendendo os capoeiras. Numa ofensiva policial não vista desde a guerra do Paraguai, os capoeiras são presos aos magotes e enviados para a Casa de Detenção. A *Gazeta de Notícias*, de 25 de janeiro de 1878, faz paródia do fato:

*Raiou no mês de janeiro  
o sol tão forte e quente  
que desde o dia primeiro  
fez murchar a flor da gente.*

Os jornais se enchem de notícias dando conta de prisões diárias. O ministro da Justiça dirige constantes ofícios ao ministro da Guerra, informando sobre as antigas ligações entre as maltas de capoeiras e praças de linha:

*Transmito à V. Ex., para seu conhecimento e fim conveniente, cópia do ofício em que o Chefe de Polícia da Corte comunica os distúrbios praticados na rua da Conceição por praças de linhas reunidos a uma malta de capoeiras, e pede providências para que tais fatos não se repitam. (AN II6 22, Ministro da Justiça - Avisos, 8 de fevereiro de 1878.)*

Claro está que a perseguição aos capoeiras em 1878 foi parte das represálias dos liberais contra os desmandos dos antigos donos do poder e uma forma de retirar dos conservadores uma reserva de força que ameaçava a plenitude do novo governo. A conotação político-partidária da perseguição aos capoeiras em 1878 não foi omitida pela imprensa contemporânea. Junto com os "navalhistas", legiões de funcionários públicos são sumariamente demitidos.

A perseguição chega ao auge em finais do mês de fevereiro, com mais de 235 capoeiras

sendo presos desde 18 de janeiro. Mas Tito de Matos encontra seu adversário mais temível no dia 23 de fevereiro, em pleno Carnaval, data marcada para as eleições da Câmara Municipal. Tropas do Exército marcham para a igreja da Glória, o "Quartel da Flor", para manter a ordem, "de costume alterada na dita freguesia por eleição". O relatório do comandante das tropas oferece um singular testemunho dos métodos e táticas usados pela malta da Glória para garantir a vitória de seu chefe (AN II1 1106, Ministro da Guerra - Avisos, 24 de fevereiro de 1878).

De qualquer maneira, os tempos áureos da Flor da Gente estavam chegando ao fim. Em agosto o candidato às eleições gerais pelo Partido Conservador para o município neutro, o próprio Duque-Estrada Teixeira, era barrado na porta da matriz por soldados enviados pelo governo e sente o gosto amargo da derrota.

Os capoeiras mantiveram suas hostilidades aos republicanos durante o predomínio liberal. Aparentemente eles dominavam um mecanismo que mantinha aberto canais de participação no aparato policial. Ficou célebre nesses tempos o Corpo de Secretas, que era uma espécie de polícia política clandestina do regime formada exclusivamente por capoeiras recrutados nas prisões e que vigiava aqueles opositores mais tenazes, mantendo o chefe de polícia informado. Um dos mais famosos era Clímaco dos Reis, que conseguiu a confiança dos próprios republicanos e participava da redação do *A República*, sendo desmascarado em fevereiro de 1873, antes do ataque. Mesmo no governo liberal, republicanos e liberais ainda tiveram de enfrentar nas ruas o "punhal assassino" dos capoeiras.

Em 1879 eles voltariam com força total. No dia de Reis, uma grande malta fez "correrias" na Rua do Carmo, deixando vários feridos (Lima, 1943, p. 99). Em fevereiro é novamente a Rua do Ouvidor palco de conflitos entre capoeiras e republicanos, aqueles comandados por Juca Reis ou José Elísio dos

Reis, filho do visconde de Matosinhos, num momento de aparição pública do conselheiro Gaspar Silveira Martins, célebre político liberal (Lima, 1943, p. 99).

O ano de 1881 traz novos embates. Em 30 de outubro estava marcado um comício de Lopes Trovão para a Praça da Constituição (*O Bonde*, 2 de novembro de 1881). Antes da hora marcada, capoeiras, chefiados novamente por Juca Reis, desbarataram o *meeting*, expulsando o orador aos gritos de "Morrão os republicanos!". No correr do tumulto, foi empastelado o jornal *O Corsário*, jornal sensacionalista que atacava com frequência os políticos conservadores, e Lopes Trovão toma o caminho do exílio, que só terminará às vésperas da República, em 1889.

#### CORRERIAS ABOLICIONISTAS

Por volta do início da década de 1880, a capoeira estava profundamente arraigada na prática política da corte. A Revolta do Vintém, de janeiro de 1880 – quando populares irados iniciam um formidável quebra-quebra pelo Centro velho, em protesto contra mais uma taxa no transporte público –, revelou não somente a existência de um forte movimento de opinião pública contra os desmandos do governo liberal, mas uma "política da rua" que poderia se tornar perigosa ameaça à práxis dos "políticos de gabinete". É evidente que os capoeiras eram a vanguarda mais perigosa dessa "política de rua".

A campanha da abolição, ao deixar, pela voz de José do Patrocínio, o comportamento ambiente das platéias parlamentares e se derramar pelas ruas turbulentas, haveria inevitavelmente de construir um *modus vivendi* com as maltas que infestavam a cidade. Embora existam poucas referências à participação de capoeiras nas atuações públicas armadas pelos abolicionistas, podem ser relacionados alguns chefes de malta entre os simpatizantes do mo-

vimento abolicionista, como Boca-Queimada, Dégas, Joaquim da Ponte e Cá-te-Espero, ou José Joaquim Monteiro Sodré, morador à Rua do Hospício, 180, e chefe da malta do Campo de Santana (Duque-Estrada, 1918, p. 100).

Não por coincidência o primeiro conflito envolvendo capoeiras e abolicionistas foi iniciado com um embate entre duas maltas, a do Campo de Santana e a da freguesia de Santa Rita, que acabou resvalando para a redação da *Gazeta da Tarde*, dirigida por José do Patrocínio e que era a vanguarda da campanha abolicionista na imprensa:

*Ontem, pelas 3 horas da tarde, foi a casa da Gazeta da Tarde invadida por um grupo de capoeiras que vinham em perseguição de vários vendedores desse jornal, que uns com os outros repetiam ainda uma vez aquelas antigas lutas pela preponderância na capadoçagem, aos gritos de "Entra Sant'Anna" e "Encosta Santa Rita". Ao chegarem à Gazeta os pequenos refugiaram-se ali, e os outros precipitaram-se atrás deles, agredindo o pessoal da casa, que se quis opor àquela agressão (...). (Folha Nova, 5 de janeiro de 1885.)*

Não fica difícil intuir que os menores que vendiam jornais formavam maltas de capoeiras, uma forma de se defender dos ataques das maltas rivais.

A aliança ocasional entre capoeiras e abolicionistas era, evidentemente, algo comprometedor para os líderes da campanha, razão por que foi cuidadosamente oculta nas descrições e nas biografias dos contemporâneos. O que fica mais em evidência são os conflitos, marcadamente durante os comícios e aparições públicas, entre maltas de capoeiras e militantes da causa da abolição.

O grupo conservador que chega ao poder em agosto de 1885, liderado pelo barão de Cotegipe, via a causa da abolição como caso de polícia. Ao mesmo tempo, políticos liberais

na Câmara denunciavam as "tropelias" das maltas em benefício da nova ordem conservadora:

*Quando, [no] ano passado (1885), operou-se a evolução política que fez subir à governação do estado o partido conservador, de que o ilustre presidente da casa é um dos ornamentos, coincidiram com o aparecimento da nova política essas correrias vandálicas que ensangüentaram a cidade. (Anais da Câmara dos Deputados, 17 de setembro de 1886.)*

Ao mesmo tempo a maioria dos presos como capoeiras pelo novo chefe de polícia era formada de vendedores de jornais, de acordo com Marcus Bretas em seu artigo sobre a campanha policial de Sampaio Ferraz. Mesmo um projeto de lei reprimindo a atuação das maltas foi elaborado pelo Gabinete Cotegipe na Câmara, o que desencadeia violentas discussões entre parlamentares dos dois partidos principais.

No final da década de oitenta, a capoeira, ou as maltas de capoeira, participavam ativamente dos conflitos políticos da cidade do Rio, sendo elemento decisivo nas eleições o antagonismo que dividia os diferentes grupos. À época da abolição eles chegaram ao auge, mas ao mesmo tempo iniciaram seu rápido declínio.

## A GUARDA NEGRA

Os capoeiras tiveram papel saliente na queda do Gabinete Cotegipe, que foi o segundo mais longo da história parlamentar do Império. Na noite de 27 de fevereiro de 1888, um oficial de marinha, o capitão-tenente Antonio José de Leite Lobo, foi preso na estação policial da Rua Luiz de Camões por ordem do alferes José Rodrigues Batista, um antigo cultor da capoeiragem (*Vida Policial*, 27 de março de

1925). O capitão foi espancado pelos policiais, o que provocou ácidas críticas dos jornais e desatou os inconformismos da questão militar:

*Despertou, ao mesmo tempo, o sempre inflamável "espírito de classe", soprado por um grupo de oficiais da marinha, à cuja frente estava Eduardo Waldenkolk. Daí resultou que bandos de marinheiros, ajudados por capoeiras, começaram a atacar as estações policiais e as praças de serviços na cidade. (Morais, 1987, p. 148).*

A crise precipitou o fim da era Cotegipe e, de resto, da instituição escravista.

O gabinete seguinte, de João Alfredo, ficou lembrado por dois momentos marcantes da história brasileira: o 13 de maio de 1888 e a Guarda Negra. João Alfredo era ministro do Império quando do ataque ao *A República* em 1873. Foi acusado de cumplicidade no atentado. Era amigo pessoal de Duque-Estrada Teixeira e antes fora chefe de polícia em Pernambuco. Era homem de confiança do visconde de Rio Branco e emancipacionista histórico. Participava do grupo de conservadores mais próximo do abolicionismo. Sua presença é para nós decisiva.

Não pretendemos repetir a crônica dos conflitos havidos entre a Guarda Negra e os republicanos, mas relacionar os paralelos entre a Guarda Negra e os capoeiras da década de setenta, reconstruindo uma tradição de ação política que via o republicanismo como alvo primeiro dos embates de rua.

As diversas análises da Guarda Negra na historiografia pontuam em linhas paralelas. Osvaldo Orico (1953) e Raimundo Magalhães Júnior (1969), biógrafos de José do Patrocínio, realçam a Guarda como produto específico da conjuntura pós-13 de maio e relacionam sua trajetória com o papel de jornalista de Patrocínio. Rebeca Bergstresser (1973) enumera a questão da emergência de um movimento político negro como consequência da



luta pela abolição e, em sua continuidade, traça os liames com outras organizações, como os Clubes de Libertos, realçando o intrincado arranjo político da corte entre 1888 e 1889. Mais recentemente, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci (1990) reforça a visão de manipulação e instrumentalização do negro como fatores explicativos da Guarda. Michel R. Trochim (1988) entende a Guarda Negra como um canal de expressão política próprio dos negros no Brasil da época, cujas raízes repousam nas irmandades negras dos tempos coloniais e que se afirmaram em vários pontos do país, além do Rio, tendo, em cada região, significados próprios.

Por último, Flávio dos Santos Gomes (1991) reconstrói o tecido de significados e símbolos que o debate na imprensa entre José do Patrocínio e Rui Barbosa revela sobre os conflitos entre a Guarda e militantes republicanos nas ruas da corte que ocorriam no mesmo momento, traçando as linhas que podem levar à reconstrução do imaginário político dos libertos de 1888.

Acreditamos que, na corte, a Guarda Negra representou a retomada de uma tradição política ligada aos capoeiras da Flor da Gente cujas motivações mais profundas continuam obscuras. Mas, para penetrarmos nesse universo, precisamos tentar remontar à visão que esses setores "subterrâneos" da sociedade mantiveram sobre o republicanismo.

A visão político-partidária dessa época estava imersa em conjunturas locais e pessoais, tanto no mundo rural como na corte. Em outras palavras, o universo da política se limitava a um espaço restrito, da freguesia ou da cidade, e a uma variedade de relações pessoais que alguém podia ter. Partindo daí, os partidos nacionais do Império, na verdade, eram uma ficção jurídica que se dividia em vários grupos regionais, segundo o imaginário da época, como os saquaremas da província fluminense.

Nesse sentido, fica fácil ver o Partido Republicano como um partido paulista, um parti-

do de fazendeiros, aferrados ao regime da escravidão como nenhum outro. A repulsa que escravos de diversas províncias nesse tempo demonstravam ao serem vendidos para São Paulo revela uma opinião nada otimista sobre a "modernidade" desses senhores. E a quantidade de revoltas escravas na província paulista pelas décadas de setenta e oitenta (Machado, s/d) reflete que o "baluarte do escravismo", no dizer de Patrocínio, tinha fama muito plausível de "inferno dos negros".

O Partido Republicano sempre teve uma forte ligação com os cafeicultores paulistas. Desde os primeiros tempos da Convenção de Itu, o republicanismo se tornou, na verdade, porta-voz dos anseios da cafeicultura do Oeste Novo paulista, como o imigrantismo, cujos defensores pleiteavam, todo o tempo, o apoio do governo. As bases ideológicas do imigrantismo eram permeadas do racismo renitente do final do século XIX, expresso na visão segundo a qual os negros e mestiços libertos eram incapazes de se adequarem ao novo sistema de trabalho, agravado pela violenta confrontação que marcava a relação senhor-escravo na província. Tais conflitos recrudesceram com a Lei do Ventre Livre, em 1871, e traçam uma relação sensível com os eventos que desembocam no 13 de maio de 1888. Constituiriam esses eventos uma aliança entre escravos e a família real, dirigida contra os fazendeiros paulistas, pelo fim do regime do cativo? O que se assemelha a um delírio colocado na cabeça dos negros de 1888 poderia ter suas raízes em 1871? É o que sugere a denúncia de uma revolta escrava abortada em Campinas em janeiro de 1872, em que os ingredientes foram misturados por um tal Vespasiano, funcionário do governo imperial:

*Boatos aterradores terão af chegado acerca de uma insurreição que devia ter lugar aqui em dias deste mês, projetada por um célebre Vespasiano, condutor de cargas da nação para Mato Grosso. (...) Vespasia-*

*no recolhia escravos em sua casa no subúrbio da cidade, à noite, e lhes mostrava grande quantidade de armamento que tinha, chegando a abrir os caixões para esse fim, bem como todo o cartuxame e tudo o mais que tinha para conduzir a Mato Grosso, dizendo que o referido armamento era para os armar, a fim de poderem assim tratar de sua liberdade, do que estava encarregado pelo Príncipe Conde d'Eu. Dizia-lhes mais, que o Conde d'Eu já dera liberdade aos seus filhos, e que eles agora tratassem da sua, à qual só se opunham os senhores fazendeiros etc. etc. (...) (A República, 10 de janeiro de 1872.)*

As diversas leituras que o conjunto dos escravos pudesse fazer da legislação emancipadora teriam, sem dúvida, reflexo no seu comportamento social e na sua política particular, influenciando os homens livres que com eles convivessem. A hostilidade aos políticos republicanos possivelmente era canal de expressão desses setores contra a classe dos fazendeiros escravagistas, hostilidade que pode ter sido aproveitada por grupos poderosos do regime, principalmente nos momentos em que esses grupos administravam a emancipação "lenta e segura", como na Lei do Ventre Livre e na abolição.

A idéia de uma conexão ministerial ser o fio condutor dessa hostilidade não pode ser descartada. João Alfredo era o representante de um grupo específico dentro do Partido Conservador, que via no aliciamento de negros e mestiços de classe baixa um importante instrumento de legitimação política.

A cidade do Rio desde longa data foi ponto final das rotas de escravos fugidos, da província do Rio, e até do país inteiro. A "Cidade Negra" retinha canais de solidariedade que devem ter tido efeito sobre escravos em fuga. Nos cortiços, nos quartéis, nas vendas, nas ocupações de rua, o fugido possivelmente encontraria meios de se ressocializar. E, logica-

mente, nas maltas de capoeiras, onde se forjavam poderosos laços de companheirismo e solidariedade, baseados na autoproteção do grupo. Sintomaticamente, no debate sobre repressão à capoeira de 1886, a questão foi abordada de modo direto:

*Dentro de breve prazo, quase um milhão de pessoas, que tem vivido no cativeiro, há de invadir as cidades e povoações do Império. Com que meios se impedirá a ociosidade dessa gente, que não tendo experimentado os benefícios da liberdade, por motivos que se compreende, e que são naturais, a quererá sorver a longos tragos, com sério perigo para a ordem pública? (Anais da Câmara dos Deputados, 18 de setembro de 1886.)*

Mas a Guarda Negra tinha elementos que a diferenciava dos capoeiras da década de setenta. O principal deles era a participação dos libertos. É revelador que a Guarda Negra tivesse seu primeiro registro no dia 28 de setembro de 1888, aniversário da Lei do Ventre Livre, assinada pela mesma princesa Isabel, e assegurada sua viabilidade pelo mesmo grupo político. De certo, o encontro na redação de *A Cidade do Rio*, jornal de Patrocínio, tinha como pano de fundo a retomada de uma tradição ligada ao Ventre Livre de 1871.

É possível pensar a Guarda Negra como um agrupamento de libertos que, chegado à corte, fosse arregimentado por antigos capoeiras, participasse das maltas, mobilizado com discreto patrocínio oficial e, ao mesmo tempo, tivesse suas próprias idéias políticas, determinando rumos que talvez não fossem aqueles planejados por seus chefes. Pensamos que existiam dois projetos de Guarda Negra em curso à época: o primeiro é o de José do Patrocínio, que, afirmando lealdades com a monarquia "redentora" e inquietação com os "republicanos escravocratas", na verdade pretendia a criação de um partido político negro que fosse instrumento da luta pela cidade-

nia, nos moldes institucionais vigentes, cuidando do que seria a educação política dos libertos para sua integração na "boa sociedade"; o outro projeto, que talvez tenha sido o que vingou, se destinaria à formação de um braço armado defensor da monarquia que fizesse calar os republicanos pela força.

A Guarda Negra foi também uma pedra no sapato do Gabinete João Alfredo. Seus ataques indiscriminados contra encontros republicanos invariavelmente levavam a opinião pública a se voltar contra o governo, criando a incômoda pecha de "protetores da navalha". De qualquer maneira, o prestígio político dos republicanos aumentou bastante entre 1888 e 1889, principalmente junto às camadas médias. A monarquia, que nunca tinha sido tão popular na corte como nos meados de 1888, perde-se pelo imobilismo.

De uma forma ou de outra, a Guarda Negra entra em ocaso quando João Alfredo é deposto do cargo de primeiro-ministro, abrindo caminho para o melancólico retorno dos liberais ao Paço. Sua ausência nesses meses corrobora nossa hipótese de conexão partidária. Só restam casos isolados, como o atentado contra Castro Soromenho, redator-proprietário do *Arquivo Contemporâneo Ilustrado*, em agosto de 1889 (Moura, 1985, p. 86).

O golpe militar de 15 de novembro de 1889 teve os capoeiras entre suas primeiras vítimas. O novo chefe de polícia, Sampaio Ferraz, paulista de Campinas, era um republicano histórico. Como promotor público na corte, atuou em vários processos envolvendo capoeiras. Esteve presente quando do conflito da Travessa do Barreira, em 30 de dezembro de 1888, o primeiro entre republicanos e a Guarda Negra, e na pancadaria de 14 de julho de 1889, na Rua do Ouvidor. Conhecia de longa data os capoeiras mais temíveis da corte. Acompanhando pessoalmente as diligências, prendia arbitrariamente aqueles que tinham pertencido à Guarda ou eram capoeiras. Em 23 de janeiro de 1890, aportava em Fernando

de Noronha a primeira leva de 59 capoeiras presos pelo novo regime, possivelmente os mais temíveis. Em 1 de maio embarcava num vapor, rumo ao presídio, José Elísio dos Reis, ou Juca Reis, inimigo histórico dos republicanos.

A capoeira no Rio não acabou em 1890, como pretenderam alguns cronistas. Mas, sem dúvida, ela virou uma página de sua história. A conexão política do "Império da Navalha e da Rasteira" desaparecia para sempre (Bretas, 1989). Não por coincidência, em julho de 1890 falecia o "Príncipe Obá II, d'África, rei de todos os negros e negras da Corte do Rio de Janeiro". Era uma cidade que morria.

---

## CONCLUSÃO

---

O uso, por interesses políticos das classes conservadoras, de indivíduos das camadas mais pobres não é uma novidade na história. As "Turmas de Igrejas e Rei", de Thompson, representam apenas um exemplo disso (Thompson, 1987, p. 80).

Mas o que não foi até agora questionado foi o pensamento político desses indivíduos que atuam como braço forte do sistema ou de algum prócer. Dos capoeiras do Rio o que nós até agora levantamos aponta para um raciocínio político referenciado pela experiência concreta desses grupos e uma vontade coletiva de participar de um processo do qual, de outra forma, eles estariam alijados. Uma consciência integrada aos grandes temas da política formal, mesmo que mediada pela violência, a qual, aliás, nunca esteve alheia ao processo político brasileiro.

A violência eleitoral não é uma invenção dos negros e mestiços capoeiras, mas um instrumento recorrente da luta pelo poder desde os tempos coloniais. E, mesmo hoje, faz parte do cotidiano dos que fazem política. Os capoeiras do Partido Conservador podem nos ensinar que dar a volta por cima muitas vezes significa andar no fio da navalha.



NOTAS

1. "Phosphi" era a denominação dada ao desordeiro de eleição e seu grito era a palavra-de-ordem para a rixa ter início.
2. Os dados constam do "Mapa Demonstrativo do Movimento de Presos Recolhidos ao Xadrez da Polícia com Especificação das Autoridades e à Ordem de Quem Foram Recolhidos", Relatório do Chefe de Polícia da Corte, 1858, 1859, 1861.
3. COSTA (1908, p. 242) cita os nomes de Cesário Álvaro da Costa, cabo do 7º Batalhão de Caçadores do Exército, "condecorado com o hábito da Ordem do Cruzeiro pelo Marechal Conde d'Eu", e Antonio Francisco de Mello, que "era o único oficial capaz de conter a soldadesca desenfreada nos dias de pagamento de soldo".
4. Abreu relata que nos primeiros meses de 1870 ocorreram diversos assassinatos de chefes de malta, entre eles o célebre Francez, chefe de São Domingos Gusmão, e Pinta Preta da Lapa, chefe da malta da Glória.
5. De acordo com Carvalho (1988, p. 141), só em 1945 vai ser superada a proporção de votantes no conjunto da população da eleição de 1872.
6. Conforme Raul Pederneiras, "cutuba" significa saliente, destacado, valente.
7. Nogueira (1907, p. 205) afirma que "desde a Academia era o Duque apologista dos exercícios da capoeira. (...) Conhecia todas as regras da arte e as aplicava com extrema agilidade e necessário atrevimento".
8. Um dos grandes motivos da prisão na Casa de Detenção era por "ir apadrinhar-se com Chefe de Polícia", o que indica a tentativa de mediação, pelo escravo, da polícia para seus conflitos domésticos (Relatório do Chefe de Polícia da Corte, 1874).
9. "Masorca", de acordo com Trochim (1988), era o grupo organizado pelo ditador argentino Rosa para finalidades terroristas.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Plácido (s/d). *Os capoeiras*. Rio de Janeiro, Tip. da Escola Seraphin Alves de Britto.
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de (1956). *Dicionário de vocábulos brasileiros* (2ª ed.). Salvador, Edit. e Livraria Progresso, p. 72.
- BERGSTRESSER, Rebeca (1973). "The movement for the abolition of slavery in Rio de Janeiro, Brazil 1880-1889". Stanford, Stanford University Press, mimeo.
- BOEHRER, George C. (1973). *Da monarquia à república: história do Partido Republicano no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- BRETAS, Marcos (1989). "A queda do império da navalha e da rasteira". Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, mimeo.
- CARVALHO, José Murillo de (1988). "Eleições e partidos: o erro de sintaxe política". In: *Teatro de sombras*. Rio de Janeiro, Hucitec.
- CASTRO, Jeanne Berrance de (1977). *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo, Ed. Companhia Nacional/INL, Col. Brasileira, nº 359.
- CHALHOUB, Sidney (1990). *Visões da liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras.

- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1908). "Folk-lore pernambucano". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 69(70):641-3.
- DUQUE-ESTRADA, Osório (1918). *Abolição: esboço histórico*. Rio de Janeiro, Ed. Leite e Ribeiro.
- FAZENDA, Vieira (1923). "Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 93(147):5-165.
- GOMES, Flávio dos Santos (1991). "No meio das águas turvas (racismo e cidadania no alvorecer da república: a Guarda Negra na corte - 1888-1889)". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (21):75-96, dezembro.
- HOLLOWAY, Thomas H. (1989). "A healthy terror: police repression of capoeiras in nineteenth-century, Rio de Janeiro". *Hispanic American Historical Review*, 69(4):637-76 (cita o documento: Arquivo Nacional, U6 19, Polícia-Avisos, 4.9.1869).
- KATO, Ruth (1988). "Três revoltas populares no Rio de Janeiro: 1821, 1828, 1831". Rio de Janeiro, UFRJ, mimeo.
- LIMA, Hermeto (1943). *História da Polícia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. A Noite.
- MACEDO, Roberto (s/d). *Notas históricas*. Rio de Janeiro, s/ed., p. 136-7.
- MACHADO, Maria Helena P. T. (s/d). "Negros e cometas: movimentos sociais na década da abolição". Tese de doutorado apresentada à USP, mimeo.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (1969). *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Ed. Sabiá.
- MELLO, Gustavo Moncorvo Bandeira de (1926). *História da Polícia Militar do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Tip. da Polícia Militar.
- MORAIS, Evaristo de (1987). *A campanha abolicionista*. Brasília, Ed. UNB.
- MORAIS FILHO, Alexandre Mello (s/d). *Festas e tradições populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro.
- MOURA, Jair (1985). "Evolução, apogeu e declínio da capoeiragem no Rio de Janeiro". *Cadernos Rioarte*. Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.
- NETO, Coelho (1928). *Bazar*. Porto, Livraria Chardron.
- NOGUEIRA, Almeida (1907). *A Academia de S. Paulo: tradições e reminiscências*. São Paulo, s/ed. (capítulo V: "A Turma Acadêmica de 1854-1858).
- OLIVEIRA, Angenor Lopes de (1951). "Os capoeiras" (memória apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Folclore - Demonstrações Folclóricas). In: *Brasil Policial*. Rio de Janeiro, 5 de outubro.
- ORICO, Osvaldo (1953). *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional.
- PEDERNEIRAS, Raul (1946). *Geringonça carioca: verbetes para um dicionário da glória*. Rio de Janeiro, Ed. F. Briguiet, 2ª ed. revista e aumentada.
- QUERINO, Manuel (1946). "A combuca eleitoral". *A Bahia de outrora*. Salvador, Edit. e Livraria Progresso.
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel (1990). *Guarda Negra: perfil de uma sociedade em crise*. Campinas.
- RODRIGUES, Antonio E. M. (1981). *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PUC, série Estudos.

ROMERO, Sílvio (1879). *Revista Brasileira*, nº 1.

SALLES, Ricardo (1990). *A guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

THOMPSON, E. P. (1987). *Formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, vol. 1.

TROCHIM, Michael (1988). "The Brazilian Black Guard: racial conflict in post-abolition Brazil". *The Americas*, janeiro, vol. XLIV, nº 3.

URICOECHEA, Fernando (1978). *O minotauro imperial*. Rio de Janeiro, Difel.

## SUMMARY

### From 'Flor da Gente' at 'Guarda Negra': capoeira groups in imperial politics

The conflicts between republican militants and members of the so-called *Guarda Negra*, a group of former slaves, freed by Abolition on May 13, 1888 and defenders of the monarchy, cannot be understood merely by looking at the events which occurred between the abolishment of slavery and the proclamation of the Republic.

They should be seen in a wider and more long-term context which goes back to the beginning of the 1870's, at which time the first conflict between the "capoeira gangs" and the republicans took place, in the attempt to raid the newspaper *A República*, in February of 1873. In tracing this conflict, which turned into a chronic antagonism reflected in repeated confrontations over a period of 20 years, it is necessary to reconstruct the fragmented and hazy political scenario which framed the actions of poor free-men and slaves in the urban setting.

This article sheds light on the indicators characterizing the political participation of the *capoeira* groups in the Court during the last 20 years of the monarchy, using as a reference two events which marked the history of the Empire: the War with Paraguay, and the Abolition of Slavery, in 1888. It further reveals the political connections which articulated the actions of the different participants in the political intrigues of the Court during the Second Reign: the connection between the Conservative Party and the *capoeira* gangs which infested the city of Rio de Janeiro.

The author's objective is to reveal this complex trama of relations, an intricate web of converging and conflicting interests which, as she sees it, marked the relations between the so-called "subordinate" urban population and the agents of party politics in the least years of the Empire.

## RÉSUMÉ

### De la 'Flor da Gente' à la Garde Noire: les 'capoeiras' dans la politique impériale

Les événements qui se sont produits entre l'abolition de l'esclavage et la proclamation de la République ne suffisent pas, à eux seuls, à expliquer les conflits ayant opposé des militants républicains et la Garde Noire, un groupe d'esclaves affranchis lors du 13 mai 1888 qui défendaient la monarchie.

Il faut les relier à une conjoncture qui se situe dans une perspective de durée et qui remonte au début des années 70 du XIX<sup>ème</sup> siècle. C'est vers cette époque que surgit le premier des conflits qui opposèrent les "bandes de *capoeiras*" aux républicains et qu'eut lieu,

en février 1873, une tentative de destruction de la typographie du journal *A República*. La reconstitution de la suite des événements met en évidence un antagonisme permanent qui se traduit par des conflits répétés. Elle exige la reconstruction de l'imaginaire politique fragmenté et nébuleux qui présidait aux modes d'agir des hommes pauvres libres et des esclaves en milieu urbain.

L'auteur de cet article s'efforce de mettre à jour des indices permettant d'éclairer le caractère de la participation politique des groupes de *capoeiras* dans

la capitale, lors des vingt dernières années du régime monarchique. Il prend comme point de repère deux événements qui ont marqué l'histoire de l'Empire: la guerre du Paraguay et l'abolition de l'esclavage en 1888. Il tente aussi de dévoiler l'alliance politique qui a rendu possible, selon lui, l'articulation des différentes parties engagées dans le jeu politique dont la Cour était le théâtre sous le second empire. Cette al-

liance était celle du Parti Conservateur et des bandes de *capoeiras* qui infestaient la ville de Rio. Il a par là pour but d'indiquer des signes permettant de dévoiler une trame complexe de relations, un tissu intriqué d'intérêts convergents et de conflits qui, selon lui, ont marqué ces rapports entre ce que l'on appelle les couches urbaines "subalternes" et les agents de la politique des partis lors des dernières années de l'Empire.



# José Bonifácio, o Iluminismo e a emancipação dos escravos\*

Gislene Santos\*\*

\* Este artigo é um capítulo da dissertação de mestrado "As luzes e a representação do negro no Brasil", desenvolvida para o Departamento de Filosofia da USP. Recebido para publicação em março de 1993.

\*\* Mestranda em filosofia pela USP.

## INTRODUÇÃO

Michèle Duchet (1975) considera o ideário filosófico iluminista europocêntrico, pois visava civilizar os selvagens, libertar os negros e proteger os índios com fins neocolonialistas, representando o interesse burguês. Entretanto, não se pode ignorar que as críticas feitas pelos pensadores da Ilustração ao colonialismo mercantilista e ao absolutismo serviram de espelho a várias revoluções e a vários movimentos emancipacionistas como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, e a abolição da escravatura (para falarmos apenas do Brasil).

As obras de Diderot, Voltaire, Raynal, Montesquieu e outros eram presenças constantes entre os ilustrados nacionais, que buscavam nelas inspiração para a luta contra o sistema colonial e seus desdobramentos e importavam, dessa forma, suas contradições e ambigüidades. Assim, podia-se, ao mesmo tempo, lutar contra o escravismo em nome da igualdade de direitos e desprezar os negros,

alegando sua inferioridade biológica e cultural, ou lutar pela emancipação nacional, desejando-se, simultaneamente, limitar a participação popular. Tudo isso refletia o pensamento político brasileiro: contraditório e ambíguo. Por isso, recorrer ao Iluminismo não era simplesmente adequado, mas necessário.

José Bonifácio sempre se colocou entre a elite ilustrada brasileira, representando, ele próprio, as mesmas ambigüidades da filosofia à qual se reportava e outras mais oriundas de sua origem aristocrática. Defendia princípios conservadores ligados à monarquia (era ministro de Pedro I) e condenava o absolutismo e as pretensões nobiliárquicas dos grandes proprietários rurais brasileiros; condenava a democracia, perseguia os republicanos e defendia a emancipação gradual dos escravos, a igualdade de direitos políticos e civis; defendia o trabalho assalariado, a educação; e condenava os maus-tratos aos escravos, mas difundia um profundo preconceito contra os negros e mestiços. Suas idéias tornam evidente o caráter do movimento emancipacionista ligado aos inte-

resses da elite burguesa e distante dos verdadeiros ideais populares.

No texto que vamos analisar, um dos primeiros a expressar os ideais liberais no Brasil com tanta clareza e radicalidade, podemos verificar a presença de vários elementos que se repetirão nas obras de outros emancipacionistas e abolicionistas como Louis Couty, André Rebouças, Joaquim Nabuco, por exemplo, demonstrando a filiação de todos eles à mesma escola européia e representando a forma e as razões que fizeram com que parte da elite intelectual brasileira se opusesse à escravidão.



O texto *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*, escrito por José Bonifácio de Andrada e Silva no ano de 1823, é o espelho mais perfeito da influência das reflexões dos pensadores iluministas da Europa no Brasil pré-abolição.<sup>1</sup>

Partindo do princípio de que o novo Império não poderia prosperar sem que houvesse a abolição da escravatura, José Bonifácio procurou demonstrar a necessidade da emancipação dos escravos e propôs nova lei para seu comércio.

São poucos os parágrafos, mas apresentam enorme densidade. A complexidade do texto pode ser percebida pela própria forma como Bonifácio o organiza. Num primeiro momento, mostra a escravidão como o grande problema nacional e em seguida considera e critica os argumentos convencionais que a justificam do ponto de vista ético, econômico e jurídico, apresentando, por fim, propostas para sua gradual extinção:

*Como Cidadão livre e Deputado da Nação dois objetos me parecem ser, fora a Constituição, de maior interesse para a prosperidade futura deste Império. O 1º é um novo regulamento para promover a ci-*

*vilização geral dos Índios no Brasil, que farão com o andar do tempo inúteis os escravos, cujo esboço já comuniquei a esta Assembléia. 2º Uma nova lei sobre o Comércio da escravatura e tratamento dos miseráveis cativos. Este assunto faz o objeto da atual Representação. Nela me proponho mostrar a necessidade de abolir o tráfico da escravatura, de melhorar a sorte dos atuais cativos e de promover a sua progressiva emancipação. (Souza, 1965, p. 30.)*

Percebe-se que Bonifácio demonstra preocupação com a construção do Estado brasileiro, para o qual a escravidão é grande problema. Caberia aos parlamentares de um país que acabara de sair das malhas do despotismo português, seguindo o exemplo de outras nações independentes, colaborarem para a formação da nação e de seus cidadãos. E pergunta:

*Mas como poderá haver uma constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos? (Souza, 1965, p. 31.)*

O princípio do liberalismo adotado por várias nações européias e pelo qual clama José Bonifácio prescreve que deveria haver um Estado forte e cidadãos plenos em direitos e deveres. Como os escravos não eram cidadãos, contrariariam, portanto, a adoção de uma constituição liberal.

Entretanto, antes de apontar os caminhos para a construção do liberalismo nacional, Bonifácio percorre outras veredas, demonstrando por que a escravidão era tão nociva a esse mesmo liberalismo, o que, conseqüentemente, já se constituía numa proposta política. Seus argumentos éticos condenam a versão comum que se dá à necessidade e utilidade da escravidão. Bonifácio pondera:



(...) diz que é um ato de caridade trazer escravos d'África, porque assim escapam esses desgraçados de serem vítimas de despóticos Régulos; diz igualmente que, se não viessem esses escravos, ficariam privados da luz do Evangelho, que todo cristão deve promover e espalhar; diz que esses infelizes mudam de um clima e país ardente e horrível para outro doce, fértil e ameno; diz, por fim, que, devendo os criminosos e prisioneiros de guerra serem mortos imediatamente pelos seus bárbaros costumes, é um favor, que se lhes faz, comprá-los, para lhes conservar a vida, ainda que seja em cativo.

*Homens perversos e insensatos!*

(...) Fala pois contra vós a justiça e a religião, e só vós podeis escorar no bárbaro direito público das antigas Nações, e principalmente na farragem das chamadas leis Romanas: com efeito, os apologistas da escravidão escudaram-se com os Gregos, e Romanos, sem advertirem que entre os Gregos e Romanos não estavam ainda bem desenvolvidos e demonstrados os princípios eternos do Direito natural, e os divinos preceitos da Religião; e, todavia, como os escravos de então eram da mesma cor e origem dos senhores, e igualmente tinham a mesma, ou quase igual civilização que a de seus amos, sua indústria, hom comportamento e talentos os habilitavam facilmente a merecer o amor de seus senhores e a consideração dos outros homens; o que de nenhum modo pode acontecer em regra aos selvagens africanos. (Souza, 1965, p. 32-3.)<sup>2</sup>

Podemos concluir, então, que Bonifácio nos diz que o liberalismo se faz com liberdade e igualdade, pautadas pelo direito natural, fato que não ocorre num país de escravos diferenciados de seus senhores não só pela sua condição social, como também pela condição física e cultural, estabelecendo não a homogeneidade necessária a toda nação, mas a fragmentação e subordinação.

Ainda conforme seus argumentos éticos, Bonifácio atribui à escravidão a culpa pela decadência moral dos brasileiros em geral e do clero em particular.

Em continuidade, seus argumentos econômicos apresentam a possibilidade de desenvolvimento através da introdução de novas técnicas para a produção e introdução de mão-de-obra qualificada. Demonstra que a importação de escravos africanos não aumentava a população,<sup>3</sup> visto que muitos morriam ou pela miséria ou desespero e que, não obstante, ainda restaria o ônus da aquisição aos seus senhores. A escravidão também impedia o desenvolvimento industrial porque lançava os senhores numa grande inércia e desinteresse pelo aperfeiçoamento<sup>4</sup> quer das técnicas de produção, quer da mão-de-obra em si mesma. Em consequência, temos a destruição das matas e do solo e um enorme prejuízo para toda a nação.

*A lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos, não dá os lucros com que homens ignorantes e fanáticos se iludem. Se calcularmos o custo atual da aquisição do terreno, os capitais empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais com que deve trabalhar cada um destes escravos, sustento e vestuário, moléstias reais e afetadas, e de seu curativo, as mortes numerosas, filhas do mau tratamento e da desesperação, as repetidas fugidas aos matos, a quilombos, claro fica que o lucro da lavoura deve ser muito pequeno no Brasil, ainda apesar da prodigiosa fertilidade de suas terras, como mostra a experiência. (...) Eu desejaria, para bem seu, que os possuidores de grandes escravaturas conhecessem que a proibição do tráfico de carne humana os fará mais ricos; porque seus escravos atuais virão a ter então maior valor, e serão por interesse seu mais bem tratados; os senhores promoverão então os casamentos, e estes a população. Os forros aumentados, para ganharem a*

*vida, aforarão pequenas porções de terras descobertas ou taperas, que hoje nada valem. Os bens rurais serão estáveis e a renda da terra não se confundirá com a do trabalho e indústria individual. (Souza, 1965, p. 36-7.)*

A segunda tese de Bonifácio, portanto, nos faz crer que o liberalismo coincide com o desenvolvimento industrial e melhor capacitação da mão-de-obra.

Num terceiro momento, apresentam-se os argumentos filosóficos segundo os quais o Estado liberal pode ser construído. Embora se encontrem quase no final do texto, são o ponto de partida da reflexão de Bonifácio, por sintetizarem o pensamento iluminista e orientarem a filosofia liberal. Bonifácio considera que:

*A sociedade civil tem por base primeira a justiça e por fim principal a felicidade dos homens; mas que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem e, o que é pior, dos filhos deste homem e dos filhos destes filhos? Mas dirão talvez que se favorecerdes a liberdade dos escravos será atacar a propriedade. Não vos iludais, Senhores, a propriedade foi sancionada para bem de todos, e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais, e se tornar de pessoa a coisa, na frase dos Jurisconsultos? Não é pois o direito de propriedade, que querem defender, é o direito da força, pois que o homem, não podendo ser coisa, não pode ser objeto de propriedade. Se a lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não pode ser propriedade de ninguém, sem atacar os direitos da Providência, que fez os homens livres, e não escravos; sem atacar a ordem moral das sociedades, que é a execução estrita de todos os deveres prescritos pela Natureza, pela Religião e pela sã Política: ora, a execução de todas estas obrigações é*

*o que constitui a virtude; e toda Legislação e todo Governo (qualquer que seja a sua forma) que a não tiver por base é como a estátua de Nabucodonosor, que uma pedra desprendida da montanha a derribou pelos pés; é um edifício fundado em areia solta, que a mais pequena borrasca abate e demorona. (Souza, 1965, p. 37-8.)<sup>5</sup>*

O problema fundamental que se apresentava à época é o do direito natural à propriedade (entendendo-se o escravo como propriedade) e o do desenvolvimento nacional. Podemos ver um exemplo no caso de uma escrava que deseja comprar sua liberdade dos herdeiros de seu senhor, acompanhado pelo conselheiro Macedo Soares. Seguem-se alguns trechos do caso:

#### *Petição*

*Ilm. Sr. Dr. Juiz municipal do termo de Saquarema – Diz o bacharel Antonio Joaquim de Macedo Soares (...) que a parda Silveira, escrava na fazenda de Ipitanga (...), pertencente aos herdeiros do finado comendador Leandro Antonio Ferreira, desejando libertar-se, e tendo em si quantia suficiente para cobrir o preço que razoavelmente se lhe possa dar, pretende que V. S. se digne mandar que respondam os herdeiros suplicados se convêm na liberdade da escrava (...)*

#### *Resposta dos Herdeiros (...)*

*Não consentimos no pedido da suplicante, não só porque ao escravo não assiste o direito de libertar-se contra a vontade de seus senhores, como também não sendo os abaixo assinados senão meros usufrutários dos serviços da suplicante, que pertence aos seus herdeiros, não podem alienar o que lhes não pertence.*

*(...) o usufruto é desmembração do direito de propriedade; para o usufrutário apenas passam o jus utendi e o jus fruendi; quanto ao jus abutendi, que destacado dos*

outros não é senão a sua propriedade (...), fica reservado ao proprietário da coisa.

*Petição*

1º. O escravo não é coisa – No estado atual do nosso direito o escravo é pessoa com capacidade jurídica, mas limitada ao ponto de ser coagido, pelos costumes tolerados pela lei, a prestar a outro homem serviços gratuitos (...).

2º. O senhor não tem propriedade ou domínio sobre o escravo.

O domínio recai sobre as coisas (...) e o escravo, a suplicante acaba de demonstrar, não é coisa.

O domínio compreende o jus utendi e o jus abutendi: (...) e o senhor não tem sobre o escravo o jus abutendi, que compreende não só o direito de alienar, como o de cada um fazer da sua coisa o que tiver por bem (...).

(...) Que direito de propriedade, é, pois, este, que domínio que não compreenda em si o jus abutendi em toda a sua plenitude legal? Não; o senhor não tem propriedade sobre o escravo, nem usufruto, que é uma desmembração do domínio; tem somente o uso ou gozo dos serviços forçados e gratuitos do escravo, segundo a lei que lh'o tolera. (Soares, 1938, p. 85-115.)<sup>6</sup>

Os abolicionistas, como Bonifácio, questionavam, por um lado, a idéia de que a escravidão estivesse em acordo com o direito natural de propriedade e, por outro, que ela fosse útil à economia nacional. Os escravistas, por sua vez, encaravam o fim da escravidão como a ruína nacional e apregoavam que o sistema escravista era justo e em acordo com o direito natural.

Como se pode notar pelo texto de Bonifácio, os argumentos que envolvem o direito natural à propriedade do escravo e o do desenvolvimento nacional sempre surgem expressando a crença numa interligação e dependência entre eles. Preservar ou se desfazer da mais cara das propriedades, o escravo, impli-

cava diretamente o desenvolvimento nacional e a construção da nação brasileira nos moldes do liberalismo europeu. Portanto, não se discutia mais o direito natural à propriedade; o que se perguntava, e é o que fez Andrada, era:

(...) se os negros são homens como nós, e não formam uma espécie de brutos animais; se sentem e pensam como nós, que quadro de dor e de miséria não apresentam eles à imaginação de qualquer homem sensível e cristão? (Souza, 1965, p. 32.)

E mais: se eram homens como podiam ser tratados como coisas, escravizados e transformados em propriedade? O que justificaria a escravização eterna de uma raça? É nesse sentido que o conselheiro Macedo Soares contesta a compreensão do escravo como coisa e não como pessoa e o direito de propriedade sobre eles.

Outro jurista, Perdígão Malheiros, observava que, dentre todos os modos de ser escravo constituídos pelos romanos (ao todo nove), apenas um resistia em seu tempo – o *partus sequitur ventrem*, que prescrevia que o filho da escrava também fosse escravo. E considerava que se

(...) o escravo é reputado coisa, sujeito ao domínio (dominium) de seu senhor, é por ficção da lei subordinado às regras gerais da propriedade. Enquanto homem ou pessoa (acepção lata), é sujeito ao poder do mesmo (potestas) com suas respectivas consequências. – Em todos os países assim tem sido. E os Romanos nos fornecem uma abundante fonte de determinações a respeito. (Malheiros, 1944, vol. 1, p. 70.)

A querela jurídica circunda em torno dos antigos argumentos escravistas herdados da tradição aristotélica, somados aos novíssimos problemas do liberalismo.<sup>7</sup> O mesmo Perdígão Malheiros apresenta esta contestação em seu texto:

*Felizmente, a questão — se a escravidão é autorizada pela lei natural — é hoje meramente especulativa; a negativa prevaleceu, e é o fato. A demonstração da afirmativa é um esforço supremo da inteligência humana, da investigação sofisticada de certos espíritos, mesmo teológicos, que remontando a Platão, Aristóteles, Epicuro, Zeno e outros, bem como ao Velho e Novo Testamento, o pretendem sustentar, confundindo destarte o que é instituição humana com o que é lei natural ou do Criador, abandonando a questão propriamente filosófica, abstrata, absoluta, para descerem ao fato e constituí-lo ou metamorfoseá-lo em direito (...).*

*A filosofia, o Direito Natural e o das Gentes (...) pregavam e têm pregado contra ela, mostrando: 1º. que à natureza do homem repugna a escravidão, por aniquilar-lhe todos os direitos, toda a sua personalidade, o espírito, aquilo que de mais elevado recebeu do Criador, que o fez à sua imagem, degradando-o por essa forma à condição dos irracionais e contradizendo o fim da sua criação, o seu destino; 2º. que é até instintiva essa repugnância; bastando para convicção disto que cada um, com a mão na consciência, se dirija a si próprio a pergunta — se quer ser escravo? — a resposta é um brado prontamente negativo; 3º. que ninguém tem o direito de matar, nem de escravizar o inimigo prisioneiro; 4º. que não é ilícito a qualquer reduzir-se à escravidão ainda voluntariamente, nem obrigar-se à servidão ou serviço perpétuo; 5º. que seria e é um contrato reprovado pela lei natural e, portanto, radicalmente nulo; 6º. e com muito maior razão, sendo contra vontade ou forçada; 7º. que essa desigualdade real entre os homens, tanto nas qualidades físicas como nas intelectuais e morais, formando a beleza das sociedades pela diversidade como em todos os demais seres criados na terra ou no espaço celeste, não legitima todavia nem autoriza aquele fato; se o destino*

*do homem é o seu aperfeiçoamento, outros são os meios de aproveitar e melhorar esses mesmos infelizes menos dotados de habilitações, e jamais agravar-lhes a sorte reduzindo-os a uma condição muito mais degradante; 8º. que, enfim, não há fundamento algum, de ordem material ou espiritual, que dê ao homem o direito de reduzir-se ao cativo, e muito menos de a ele reduzir um outro homem, seu semelhante, seu igual. (Malheiros, 1944, vol. 2, p. 21-4)*

O ponto de partida desses pensadores é de que a liberdade é a mais cara das propriedades humanas e faz parte daquilo que pode ser considerado inalienável.<sup>8</sup> Dessa forma, qualquer acordo ou tratado que envolvesse a alienação da liberdade deveria ser desconsiderado. Essa idéia, desenvolvida através de longos anos, ganha força através de John Locke, que, segundo Davis (1970), foi grande estimulador dos pensadores antiescravistas do século XVIII.

A filosofia de Locke aponta para uma sociedade composta por indivíduos soberanos, proprietários de suas próprias pessoas. Numa sociedade assim não poderia haver homens escravos, pois ou os escravos eram animais e, portanto, não poderiam estabelecer contrato com seu amo, ou eram homens que haviam sido escravizados à força, antinaturalmente, e teriam, por conseguinte, garantido o direito natural da autodefesa, lutando contra seus senhores. Dessa forma, nada poderia legitimar a escravidão.

As investigações biológicas do século XVIII, apesar de todas as ressalvas, provaram, definitivamente, a humanidade dos negros africanos. Sendo homens, poderiam e deveriam lutar pela conquista de sua liberdade.

Mas a outra face do problema se encontra na questão da utilidade. Os pensadores iluministas justificavam diferenças sociais em nome da utilidade e ela também é evocada para justificar a escravização. De um lado, temos o

direito natural condenando a escravidão e, do outro, a utilidade requerendo-a. Tratava-se, agora, de provar que a escravidão violava não só as leis da natureza (o direito natural), como também as leis da utilidade. Não era o caso de opor a natureza à utilidade, mas de conciliá-las.

Ora, se o direito natural prescreve uma igualdade humana e um igual acesso à felicidade através do uso das faculdades racionais, esses mesmos direitos não podem ser negados socialmente.

Davis (1970) considera, entretanto, que a Ilustração simultaneamente desenvolveu argumentos que poderiam ser utilizados tanto contra quanto a favor da abolição quando, entre outras coisas, constata que a igualdade é natural, mas a desigualdade, necessária.<sup>9</sup> O problema entre interesse individual e benefício geral se coloca novamente.

Ao longo da história, desejou-se demonstrar que a escravidão coincidia com o interesse dos escravos em serem escravos, com as leis da natureza e com a utilidade, mas agora essa cadeia de argumentos era contestada. Estamos diante da questão de como os iluministas resolviam suas contradições sociais – e as respostas são outras contradições.

Se o direito natural é direito de ter algo, é uma posse (posse de si mesmo, de sua liberdade, do fruto do trabalho de seu corpo), é direito de felicidade, então a utilidade que determina a escravidão é contra a natureza e, como a natureza determina a organização social, também é contra a sociedade. Mas, não é em nome da ordem social que se estabelecem utilidades? O útil se confunde com o melhor e o justo no século XVIII.

Montesquieu foi o primeiro filósofo que utilizou as ferramentas da Ilustração para tratar o problema da escravidão. Ele considerou que a abolição da escravatura requeria uma legislação em que a lei positiva fosse guiada por um sentido de utilidade social e bem-estar público. A utilidade e a lei natural deveriam

coincidir. Dessa forma, as leis deveriam ser feitas em consonância com as forças do clima, solo, geografia, que determinam o comportamento de cada povo e mantêm as instituições ajustadas à lei natural. A utilidade social também deve partir do sentimento moral oriundo desse meio e originar leis. Da característica de um país se origina o tipo de lei própria a ele. Para a produção das leis agem três forças: o direito natural, a natureza dos governantes e causas físicas e morais. Há, portanto, valores universais relativos interagindo o tempo todo.<sup>10</sup>

Todavia, a observação de que as leis devem ser pautadas na configuração de cada local – e a partir da constatação do que é útil para cada sociedade –, ao mesmo tempo que concilia direito natural e utilidade, serve tanto para condenar como para justificar a escravidão.<sup>11</sup> Ora, se as leis estão em acordo com a natureza, não há por que considerá-las injustas.

Montesquieu, entretanto, funda o direito natural não na natureza humana, mas na razão. O direito natural é o fundamento do direito das sociedades humanas; é um conjunto de princípios que permite julgar as próprias leis e pode ser expresso por leis que garantem a existência da sociedade, que são: a necessidade de obedecer às próprias leis; a obediência aos pais e a proteção das crianças; a lei de reciprocidade.<sup>12</sup> Para Montesquieu não existem valores absolutos, tudo é relativo às leis naturais e condições geográficas, climáticas etc., desde que em acordo com os princípios racionais – estes, sim, universais.

Temos, portanto, as teorias do direito de propriedade e da liberdade individuais, da autoconservação e a lei de reciprocidade, todas fortes armas contra a escravização. Assim, o verbete escravidão da *Encyclopédie* aplica a filosofia do direito natural à escravidão e serve de luz aos abolicionistas do século XIX:

*De modo que não há nenhuma só dessas desventuradas almas que, o sustentamos, não são senão escravas que não tenha o di-*

*reito de ser declarada livre, posto que nunca perdeu sua liberdade, posto que lhe era impossível perdê-la, e posto que nem seu governante, nem seu pai, nem nenhum outro teriam o direito de dispor de sua liberdade; conseqüentemente, a venda de sua pessoa é nula e não tem nenhum efeito: esse negro não dispõe e, por certo, não pode dispor-se, sob nenhuma condição, de seus direitos naturais (...).* (citado por Davis, 1970.)

Há a conciliação definitiva entre utilidade e direito natural. A lei civil não pode ultrapassá-lo e o desenvolvimento das sociedades só pode ocorrer em acordo com ele. Assim, é compreensível que o texto de Bonifácio lance mão de todos esses recursos no desmonte da escravatura. Ele evoca a lei da reciprocidade quando diz:

*(...) não se trata somente de sermos justos, devemos também ser penitentes; devemos mostrar, à face de Deus e dos outros homens, que nos arrependemos de tudo o que nesta parte temos obrado há séculos contra a justiça e contra a religião, que nos bradamos acordem que não façamos aos outros o que queremos que não nos façam a nós.* (Souza, 1965, p. 31.)

Bonifácio exalta a humanidade dos negros, condena os argumentos tradicionais que justificam a escravidão e, principalmente, demonstra sua inutilidade e baixa lucratividade.

Se as metas do liberalismo eram o interesse individual em acordo com o interesse coletivo, a utilidade em consonância com o direito natural e a garantia de estabilidade econômica em acordo com os ideais de liberdade, caberia demonstrar, como fez Bonifácio, que, em primeiro lugar, a escravidão não estava em acordo com o interesse individual; em segundo, que era contrária ao direito natural e inútil e, em terceiro, que destruía a economia nacional.

Perdigão Malheiros também faz questão de demonstrar a inutilidade da escravidão:

*Mas não é só uma injustiça clamorosa e notória a escravidão; ela é também da maior inconveniência para a sociedade, para o escravo, para o próprio senhor. Prescindindo mesmo da questão filosófica, humanitária e de direito, defendida pela escola espiritualista (Montesquieu), e descendo à utilidade, a decisão é favorável à liberdade.*

*(...) A escravidão é elemento corrosivo das sociedades em que ela existe, impede o desenvolvimento moral do escravo, o seu aperfeiçoamento, embrutece o homem e obsta a que ele preste toda utilidade e proveito, que, sendo livre, poderia dar; prejudica o senhor, quer na ordem moral, quer na ordem econômica; representa valores perecíveis e deterioráveis, quando tais valores poderiam ser mais produtivos empregados de outro modo; prejudica a sociedade, já pelos males que lhe acarreta na moral pública e privada, já pelas graves perturbações na ordem social que exigem e demandam medidas e leis excepcionais.* (Malheiros, 1944, vol. 2, p. 133.)

Bonifácio conclui seu texto apresentando as medidas necessárias para a emancipação dos escravos e edificação da nação liberal brasileira. Mostra, mais uma vez, sua veia ilustrada, a exemplo de Raynal, Burke e outros que também desejaram respeitar o ideal da liberdade individual e com ela a abolição. Evidentemente, sem ferirem os interesses do equilíbrio social, que, ao menos no caso de Andrada, significava a ascensão de uma elite esclarecida ao poder, o controle da participação popular na política e o impedimento de manifestações de caráter jacobino, ou seja, a construção de uma sólida monarquia constitucional (ver também nota 9). Sugere, para tal, a melhoria no trato dos escravos, a gradual emancipação, a instru-



ção religiosa dos escravos e, por fim, elabora todo um projeto de lei para extinguir definitivamente a escravidão. Encerra dizendo:

*Generosos Cidadãos do Brasil, que amais a vossa Pátria, sabeis que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional, e seguirá e defenderá a sua liberal Constituição; nunca aperfeiçoará as raças existentes, e nunca formará, como imperiosamente o deve, um exército brioso e uma marinha flo-*

*rescente. Sem liberdade individual não pode haver civilização nem sólida riqueza; não pode haver moralidade e justiça; e sem estas filhas do Céu não há nem pode haver brio, força e poder entre as Nações.* (Souza, 1965, p. 46-7.)

As contradições de José Bonifácio são, em parte, as contradições do pensamento liberal no Brasil do Império e nos auxiliam a entender como e por que alguns abolicionistas podiam defender a libertação dos escravos sem, entretanto, pleitear que eles obtivessem uma cidadania plena.

## NOTAS

● Agradeço ao professor Octávio Ianni pela leitura e observações feitas ao texto

1. Este texto, que não chegou a ser apresentado à Assembléia, porque ela havia sido dissolvida por Pedro I nesse mesmo ano, foi publicado primeiramente em 1825.
2. Sabemos que esses argumentos foram utilizados ao longo da história para justificar a escravização dos povos, desde Aristóteles (argumentos políticos usados contra os bárbaros) passando por Sepúlveda (argumentos políticos e religiosos usados contra os índios), padres da Igreja (argumentos religiosos contra os mouros e judeus), Las Casas (contra os negros) até os espanhóis e portugueses, em defesa do tráfico de escravos negros. Perdigão Malheiros apresenta todos os argumentos retirados do direito antigo, e preservados com modificações ou não, para legislar sobre a escravidão no Brasil em seu livro *A escravidão no Brasil* (Malheiros, 1944).
3. É sabido que vários pensadores, entre eles Buffon, consideravam o número de habitantes de uma região como fator de extrema importância ao seu desenvolvimento e civilização.
4. A noção de aperfeiçoamento era fundamental para os pensadores iluministas. Negar a crença na capacidade humana de aperfeiçoamento era negar a própria razão e preferir as trevas da ignorância e o retrocesso – o que ocorria no país de então.
5. Não trataremos da idéia de que a sociedade tem por fim a felicidade dos homens, totalmente iluminista, mas da questão que envolve o direito natural como direito à propriedade e à liberdade.
6. Embora esse texto seja posterior ao de José Bonifácio, mantém a mesma problemática. Para a compreensão dos termos jurídicos, ver Perdigão Malheiros (1944).
7. Segundo a tradição aristotélica, o escravo era considerado coisa e perdia todos os seus direitos. Os romanos mantiveram esse conceito, que ganhou várias interpretações ao longo da história sem perder, no entanto, sua essência, que é a da caracterização do escravo como desprovido de direitos concedidos aos homens em geral.
8. A constituição da liberdade como propriedade humana inalienável foi desenvolvida ao longo da Renascença e nos séculos seguintes passou a se configurar como algo incontestável (Tuck, 1979).
9. O texto a seguir, sobre a posição política dos deputados constituintes de 1822, é bastante esclarecedor a respeito da faceta liberal (ilustrada) dos pensadores brasileiros. "A maioria da Assembléia assumiria, em relação ao princípio da soberania do povo, a perspectiva restrita de Benjamin Constant, separando soberania da nação,



do poder, identificados em Rousseau, dando ao conceito de soberania da nação uma interpretação toda particular (...). Para a maioria, os direitos naturais seriam segurança social, liberdade individual, propriedade; a igualdade concebida como igualdade de júri, mas não de fato. Identificando a liberdade à ordem, a vontade geral do povo à da monarquia, a soberania do povo à soberania da nação, entendida às vezes como a reunião dos súditos e do soberano, no qual este é a cabeça e a nação o corpo que obedece, a maioria dos deputados optaria por uma solução monárquica constitucional, baseada na representação popular fundada em critério censitário, da qual ficaria excluída a maioria da população, composta de escravos, 'moradores' e agregados de fazenda (...). Era o ponto de vista de José Bonifácio" (Costa, 1977, p. 70).

10. Cabe lembrar que, para Montesquieu, as leis naturais se igualavam a instintos (religiosos, biológicos de conservação, sociais).

11. Não podemos esquecer que os argumentos climáticos foram amplamente utilizados em defesa do tráfico e escravização dos africanos.

12. Esta última permite condenar a escravidão, pois garante que se dê o bom ao bom e o mau ao mau.

## BIBLIOGRAFIA

COSTA, Emília Viotti da (1977). *Da monarquia à república*. São Paulo, Ed. Grijalbo.

DAVIS, D. B. (1970). *The problem of slavery in Western culture*. Londres, Pelican Books.

DUCHET, Michèle (1975). *Antropologia e história en el siglo de las luces*. México, Ed Siglo Veintiuno.

MALHEIROS, A. M. P. (1944). *A escravidão no Brasil*. São Paulo, Edições Cultura, vol. 1 e 2.

SOARES, A. J. M. (1938). *Campanha jurídica pela libertação dos escravos*. Rio de Janeiro, José Olympio.

SOUZA, O. T. (1965). "Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa no Império do Brasil sobre a escravatura". In: *O pensamento vivo de José Bonifácio*. São Paulo, Martins Fontes.

TUCK, Richard (1979). *Natural rights theories*. New York, Cambridge University Press.

## SUMMARY

### José Bonifácio, Illuminism and the emancipation of the slaves

From its beginning, the Brazilian intellectual elites' interest in the movement for Emancipation followed the logic of European Illuministic and Liberalistic ideas. In the name of equal rights, liberty and a free economy, many thinkers condemned the colonial system and slave labor, seeking to put the country on an equal par with the developed nations of Europe. This article outlines the ideas which guided the political thought of José Bonifácio de Andrada e Silva, who blamed slavery for Brazil's backwardness and underdevelopment. Ideals such as "each man owns him-

self", "freedom is an unalienable right" and "there can be no nation without equal rights, the concern for the well-being of the people and the bettering of the means of production and of the workers" are found in this author's work, as well as are sentiments (explicit or not) of disdain of workers of black or mixed blood. Within this profile of José Bonifácio we find the basis upon which the majority of Brazilian abolitionists and their reference groups assumed the role of spokesmen for the slaves.

## RÉSUMÉ

**José Bonifácio, la Philosophie des Lumières et l'émancipation des esclaves**

Lorsque l'élite intellectuelle brésilienne se prit d'intérêt pour l'émancipation des esclaves, ce fut, dès le départ, selon des modes de pensée proches des idéaux de la Philosophie des Lumières et du libéralisme européen. C'est au nom de l'égalité des droits, de la liberté, de l'économie libérale, que de nombreux penseurs condamnaient le système colonial et le régime du travail esclave. Il cherchaient par là à mettre leur pays au diapason des nations les plus développées de l'Europe.

Cet article met en évidence les idées qui guidaient la pensée politique de José Bonifácio de Andrada e Silva lorsqu'il accusait l'esclavage d'être le responsable du retard pris par le payset de son sous dévelop-

pement. Au long de son oeuvre il expose des thèses selon lesquelles "tout homme est propriétaire de soi-même", "la liberté est un bien inaliénable", "il ne peut exister de nation quand l'égalité des droits, le souci du bien-être du peuple, l'amélioration des moyens de production et des producteurs font défaut". On y trouve aussi (de façon plus ou moins explicite) un mépris constant pour les travailleurs noirs et métis. Tous ces facteurs démontrent combien José Bonifácio était proche de la Philosophie des Lumières. Celle-ci offrait en effet un cadre de référence à la plupart des abolitionnistes brésiliens lorsqu'ils assumaient le rôle de porte-parole des noirs en quête de liberté.

**ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES  
RACIAIS NO BRASIL  
- CADASTRO DA PRODUÇÃO  
INTELECTUAL (1970-1990)**

**Um importante instrumento  
de pesquisa para os estudiosos.**



**São cerca de 2.500  
referências classificadas  
tematicamente, com  
destaque para teses  
de mestrado e doutorado.**

**À VENDA  
NO CEAA (US\$ 10.00)  
RUA DA ASSEMBLÉIA, 10/501  
TEL. 221-3536  
FAX (021)507-1155**

# 'Apartheid' e democracia racial: raça e nação no Brasil e na África do Sul\*

Fernando Rosa Ribeiro\*\*

\* Recebido para publicação em abril de 1993.

\*\* Pesquisador visitante do Centre for African Studies, University of Cape Town, África do Sul.

Este ensaio tem por objetivo utilizar o conceito de ideologia para interpretar a tentativa de construir a nação na África do Sul e no Brasil.<sup>1</sup> Nele se tentará mostrar que nos dois países a nação foi construída ideologicamente com base em premissas semelhantes que, contudo, se desenvolveram de maneira diferente. Além do mais, também deixará claro que nos dois casos "raça" foi um conceito central. A razão dessa semelhança estaria mais na origem comum, européia, das duas ideologias do que nas condições específicas dos dois países. Finalmente, este ensaio é uma tentativa de compreender tanto o caso sul-africano como o brasileiro numa perspectiva plenamente comparativa pela qual um caso ajude a iluminar o outro.

## I

A história da idéia de nação é curiosa porque poucas idéias foram tão inteiramente naturalizadas e essencializadas.<sup>2</sup> Temos tendência a pensar uma nação como algo profundamente enraizado na história e nos sentimentos.

Na realidade, é só quando tentamos definir o que é nação que percebemos que se trata de um conceito historicamente bem delimitado que mal tem 200 anos de idade. Como mostra Hobsbawm (1990), apesar de se apresentar como entidade com raízes profundas no passado e numa comunidade de língua, sentimento e mesmo raça, a nação é de fato uma idéia poderosa construída no Ocidente a partir do século XVIII.

Citando Gellner, Hobsbawm comenta sobre o fato de que a nação é um construto social que surge historicamente bem antes de sua forma atualizada, isto é, da nação-Estado:

*(...) não considero a "nação" como uma entidade social primordial ou imutável. A "nação" pertence exclusivamente a um período histórico específico e recente. É uma entidade social somente quando vinculada a uma certa forma de Estado territorial moderno, a "nação-Estado": não tem sentido discutir nação e nacionalidade fora dessa relação. Além disso, juntamente com Gell-*

ner, eu daria ênfase ao elemento de artefato, de invenção e engenharia social que entra na construção de nações. "Compreendidas como maneiras naturais e divinas de classificar os homens, como destino político (...) inerente, as nações são um mito; às vezes o nacionalismo toma as culturas preexistentes e as transforma em nações, outras vezes as inventa e frequentemente as oblitera; e é isso que é real." Em uma palavra, para propósitos de análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam Estados e nacionalismos, mas são formadas por estes (...)<sup>3</sup>

Dá o caráter artificial de qualquer nação, já que ela é construído que postula um grupo social que não a funda mas sim é fundado por ela. Essa é a razão pela qual o nacionalista italiano Massimo d'Azeglio pôde fazer sua famosa declaração ante o primeiro parlamento italiano reunido após a unificação da Itália: "L'Italia è fatta; or bisogna far gli italiani" ("A Itália está feita: agora é preciso fazer os italianos").

Tendo indicado a "artificialidade" da idéia nacional, passemos à maneira como a nação foi construída.<sup>4</sup> O grande precursor nesse caso foi sem dúvida Herder, embora a maior parte de suas idéias já existisse bem antes dele, como nota Berlin (1976). Contudo, foi Herder mesmo quem expôs essas idéias tais quais as conhecemos hoje, mesmo que ignoremos suas origens nos seus trabalhos. Sua noção mais crucial é a de que a humanidade está dividida em comunidades que um antropólogo moderno chamaria de "culturas". Para Herder, esses grupos humanos são o produto do clima, da geografia e da necessidade física e biológica, tanto quanto são um produto cultural ou histórico (citado em Berlin, 1976, p. 149). Essa unidade, naturalmente dada, tem um profundo valor moral. Nas palavras de Herder, o que a natureza dividiu pela língua, pelos costumes, pelo caráter, não deve ser artificialmente uni-

ficado pelo homem (Berlin, 1976, p. 145). Cada cultura – que ele denomina de *Volk* – é um todo separado cujo valor só pode ser auferido nos seus próprios termos.

Para Herder, o consenso não era a base da sociedade, como o era na visão universalista francesa do século XVIII, já que o consenso poderia conduzir ao uso da força e à dominação. Segundo ele, o fundamento das relações humanas seriam o respeito, a afeição, o parentesco e a igualdade. Os homens deveriam viver em "unidades naturais", isto é, em comunidades unidas por uma cultura comum. Além disso, a natureza cria nações e não Estados (os Estados, portanto, seriam criações artificiais).<sup>5</sup> Herder considerava todos os *Völker* como iguais, abominava a dominação de um *Volk* pelo outro e condenava o colonialismo.

No século XIX, a noção herderiana de *Volk* como uma comunidade natural de língua e sentimento foi vinculada à noção de Estado, dando origem à idéia de nação-Estado (idéia alheia ao pensamento herderiano). Hobsbawm menciona inúmeros exemplos europeus dessa passagem do que ele denomina de "protonacionalismo" – isto é, a criação romântica de uma cultura específica enraizada no folclore, na história, nas tradições locais e, sobretudo, num vernáculo – para o nacionalismo *de per se*. Em todos os casos, embora vínculos e sentimentos preexistentes tenham sido usados, a questão nacional foi primeiramente construída por uma elite intelectual antes de se difundir entre as massas sob a forma de uma reivindicação de autonomia ou de uma existência separada.

Como veremos mais adiante, foi a vinculação da idéia de nação, já difundida fora da Europa pela segunda metade do século XIX, com a noção de Estado que originou a configuração moderna de valores em que encontramos o essencialismo sob a forma que conhecemos hoje. Contudo, antes de continuar, temos de voltar momentaneamente à França do começo do século XVIII.<sup>6</sup>

## II

No início do século XVIII, o conde de Boulainvilliers considerava a história da França como sendo a história de dois povos diferentes – um povo germânico, que foram os conquistadores, e os gauleses, que eram os conquistados. A nobreza descenderia do primeiro, enquanto o *Tiers État* descenderia do segundo. Face ao crescente poder político do *Tiers État*, Boulainvilliers propôs que a nobreza se dissociasse do povo francês, negando a origem comum dos dois grupos.<sup>7</sup> De acordo com ele, os nobres deveriam ressaltar seus laços comuns com a nobreza alemã e desse modo se dissociarem da França, que estava se transformando em uma nação.

Na origem, a teoria de Boulainvilliers não era racista: ela menciona povos e não raças, enquanto o direito dos nobres de governar se basearia num fato supostamente histórico – a conquista – e não num elemento físico, embora, como mostra Arendt, o fato histórico fosse já compreendido como o resultado das qualidades naturais dos conquistadores. A partir de Boulainvilliers, contudo, todas as teorias racistas francesas sustentaram a idéia de uma superioridade germano-nórdica. Assim, foram os nobres franceses que insistiram na noção de superioridade germânica, bem antes que os ingleses e alemães adotassem suas idéias. Por volta da época do conde Montlosier, no começo do século XIX, que desprezava os franceses por serem um povo misto que descendia de escravos, a teoria “histórica” de Boulainvilliers tinha-se tornado racista.

Diferentemente da ideologia francesa (que poderíamos denominar de uma ideologia antinacional criada pela nobreza), a ideologia alemã se desenvolveu após a invasão francesa dos Estados germânicos no início do século passado. Era uma ideologia profundamente nacional – em lugar de ser um instrumento de dissensão, como no caso francês, a ideologia alemã, construída por liberais e intelectuais, tinha

como objetivo a unificação do povo alemão. O primeiro elemento unificador foi a língua – os grupos de língua alemã espalhados por toda a Europa, que nunca haviam vivido sob um mesmo Estado no passado (um possível requisito do nacionalismo, como indica Hobsbawm), foram pensados como tendo uma origem comum por partilharem a mesma língua. Desse modo, no início, o pensamento nacional alemão não era racial, assim como a teoria de Boulainvilliers dos dois povos na França tampouco o era.

Contudo, a partir de 1814, a origem comum de todos os grupos germânicos passa a ser descrita em termos de “parentesco”, laços de família, unidade tribal e uma origem pura, como, por exemplo, nos trabalhos de Moritz, Arendt e de Jahn. Arendt relata que isso tinha de acontecer porque o nacionalismo político, baseado na idéia de consenso, como na França, não era possível para grupos que não tinham lembranças históricas comuns. Além do mais, a língua como idéia unificadora não havia conseguido juntar os alemães. Desse modo, Goerres declara em 1814 que “cada raça é um todo separado e completo” e que assim os alemães constituiriam também um *Volk* separado.

Outro elemento importante no pensamento nacional alemão dessa época foi a idéia romântica de “personalidade inata”, como indica Arendt. Essa noção foi criada pelos intelectuais alemães na sua luta contra a nobreza e se tornou muito comum entre a nascente burguesia alemã. Dizia-se que a personalidade inata (isto é, a personalidade inerentemente nobre) era adquirida ao nascer, da mesma maneira pela qual os títulos nobiliárquicos eram adquiridos pelo nascimento na classe dos *Junkers*. Desse modo, através dessa noção, escritores e artistas passaram a se pensar como sendo os “verdadeiros nobres”, negando assim, em última instância, a nobreza dos *Junkers*.

A idéia das origens tribais comuns como essência da nacionalidade e a ênfase na personalidade inata e na nobreza "natural" se tornaram os fundamentos do pensamento nacionalista alemão. Contudo, o homem que aproximaria essas duas noções não era alemão mas, uma vez mais, francês. Arendt considera Gobineau, que escreveu seu *Essai sur l'inégalité des races humaines* em meados do século XIX, como o último herdeiro da tradição intelectual da nobreza francesa, que começara com Boulainvilliers um século antes. Aceitando a teoria deste último quanto às origens romano-gaulesas da burguesia e do povo e as origens diferentes (germânicas) da nobreza, Gobineau recuperou a antiga noção agostiniana da decadência gradativa e do desaparecimento da humanidade. No entanto, para ele a derrocada da civilização se deve à degeneração racial. Esta, por sua vez, é causada pela mistura de sangue porque, qualquer que seja a mistura, é sempre a raça inferior que leva a melhor. Essa concepção se tornaria comum por volta do final do século passado e neste século. Além disso, ela seria vinculada à noção da sobrevivência dos mais fortes: estes seriam uma nova raça de nobres que tomaria o lugar da nobreza tradicional.

A idéia alemã de personalidade inata entra aqui: seria o surgimento de uma aristocracia natural (cujos membros seriam as "personalidades inatas" do romantismo alemão) que impediria que as classes não-arianas dominassem através do sistema democrático. Dessa maneira, a noção de um povo superior de Boulainvilliers se manteve, vinculando-a a um grupo social específico. Do mesmo modo que em alguns credos protestantes no que diz respeito à noção de eleição e *calling*, nesse pensamento quaisquer homens excepcionais poderiam se tornar os "verdadeiros remanescentes (...) dos merovíngios", os "filhos de Deus". Essa idéia de uma aristocracia racial inata que estaria aberta a todos os homens brancos proeminentes se tornaria uma noção

importante na ideologia européia, particularmente após a Primeira Guerra Mundial.<sup>8</sup>

O início do racismo inglês se dá no tempo da Revolução Francesa e no impacto que ela teve no trabalho de Edmund Burke, que considerava também existirem na Inglaterra os princípios e direitos advogados pela Revolução Francesa como direitos do homem, embora na Inglaterra, diferentemente, eles não existissem como direitos universais. Burke diz que a "política constante de nossa constituição tem sido afirmar e assegurar nossas liberdades como uma herança fixa que recebemos de nossos ancestrais e que temos de legar à nossa posteridade como um patrimônio pertencente especificamente ao povo deste reino, sem nenhuma referência a qualquer outro direito anterior ou mais geral" (citado em Arendt, 1973, p. 176). Isto é, as liberdades e direitos que os franceses consideravam como universais, Burke estabeleceu como sendo especificamente ingleses. Desse modo, ele tomou o conceito feudal de liberdade, vista como a somatória dos privilégios herdados das classes abastadas, e o expandiu para nele incluir toda a nação inglesa, elevando-a a uma posição nobre entre as nações. Nesse sentido, os direitos do homem para Burke só tinham sentido como "direitos dos ingleses".

Assim como na Alemanha, na Inglaterra o nacionalismo não surgiu como uma ameaça às antigas classes privilegiadas. Antes, a "mentalidade feudal" (como Arendt a denomina) influenciou, em última instância, as idéias políticas de todas as classes e desse modo contribuiu poderosamente para a formação de um sentimento nacional inglês baseado na noção de uma herança comum que se aplicava a toda a nação.

### III

As primeiras nações portadoras da versão moderna do essencialismo que se defrontaram com o problema de conviver em pé de igual-



dade com outras “raças” não-européias foram a Inglaterra e os Estados Unidos.<sup>9</sup> Não tratarei do caso americano aqui.<sup>10</sup> Quanto à Inglaterra, a abolição da escravidão por todo o império em 1834 não foi acompanhada de uma reelaboração dos direitos dos ingleses em termos de direitos do homem. Durante algum tempo, houve incerteza ideológica, da qual surgiram várias teorias essencialistas. As tendências teóricas que viriam a se tornar dominantes eram similares às da Alemanha: o verdadeiro aristocrata não era membro da nobreza, mas sim um dos “grandes homens” das classes médias, que eram vistos como os verdadeiros representantes da “raça”. O objetivo último era transformar toda a nação inglesa em aristocratas ou heróis “naturais”, alguns dos quais se tornariam “gênios” (os “gênios da raça”).

A consequência dessas opiniões ficou clara no começo deste século, quando um escritor declarou que o inglês é o Super-Homem e a história da Inglaterra é a história de sua evolução (citado em Arendt, 1988, p. 211). O pensador mais importante aqui era Carlyle – de acordo com Arendt, ele era mais um reformador social do que o “pai do imperialismo britânico”, como veio a ser conhecido depois. Carlyle glorificou a grandeza inata do caráter individual, independentemente do meio social. Como na Alemanha, a noção de evolução biológica foi vinculada à noção de personalidade inata para criar, por volta do final do século, a ideologia racista tal como a conhecemos hoje – esta seria depois empregada nas colônias para justificar a diferença de tratamento.

Confrontada com a tarefa de estender seu sistema político de modo a abranger a Índia, a Inglaterra criou um sistema administrativo que separava o governo da Índia do sistema político na Inglaterra (Disraeli foi a mente por trás dessa criação). Enquanto a democracia era possível até certo ponto na metrópole, na Índia o governo utilizava medidas administrativas decretadas por um corpo de funcionários que agia com grande independência de qualquer

controle parlamentar em Londres. Esse sistema de duas caras viria a predominar em todas as colônias britânicas não-brancas e se baseava no essencialismo: o fato de que os indianos e os africanos pertenciam a raças diferentes da raça branca explicava satisfatoriamente as diferenças no sistema de governo entre metrópole e colônia. De outra maneira, não haveria saída, ideologicamente falando, se considerarmos que após Herder e a Revolução Francesa o colonialismo foi condenado, já que implicava dominação e todos os homens eram supostamente iguais e livres. Desse modo, ao construir a noção de raças separadas e ao dar valores diferentes a cada raça (por exemplo, de acordo com seu nível evolutivo), a dominação poderia ser justificada dentro da configuração moderna de valores libertários e igualitários. Portanto, de certa maneira, o racismo não constituiu uma contradição na ideologia moderna, pois foi o modo que a sociedade ocidental encontrou para manter valores essencialistas no interior da ideologia moderna.

#### IV

Até aqui tenho seguido os dados de Arendt sobre racismo e imperialismo e a análise de Dumont do racismo dentro da configuração moderna de valores. Arendt mostra como a experiência inglesa na África (especialmente na África do Sul) foi instrumental na criação e consolidação do imperialismo e seu concomitante, o racismo, na configuração que veio a ser conhecida como o *imperial factor* (o fator imperial): isto é, a dissociação entre os governos metropolitano e colonial. A análise de Arendt da ideologia imperial britânica é muito relevante para mostrar essa dissociação e também a justificativa essencialista, na qual ela se baseava. Não obstante, como sua análise da África do Sul deixa muito a desejar, decidi não utilizá-la.<sup>11</sup>

Na colônia do Cabo, como em outras partes, foi a concessão de algumas medidas igua-

litárias, ou a retirada de medidas restritivas, que levou aparentemente ao surgimento de atitudes e medidas discriminatórias. Tenho em mente em particular aquelas medidas da segunda metade do século XVIII tomadas contra a categoria intersticial dos negros livres e libertos, categoria essa que não estava prevista no sistema jurídico tradicional da colônia. No final do século XVIII, ocorreram numerosos casos de discriminação contra negros e *khoi-khoi* que não haviam sido tão comuns antes. Na colônia do Cabo, no Brasil e nos Estados Unidos, a perspectiva de igualdade (já que os negros livres podiam ganhar dinheiro e subir na escala social) levou a comportamentos discriminatórios e a medidas especiais para assegurar que a desigualdade permaneceria. Desse modo, no Cabo, o essencialismo silenciado pela desigualdade embutida no sistema jurídico (este estabelecia os direitos de cada categoria de pessoas) surgiu sob a forma de racismo, particularmente quando o sistema começou a ser alterado na primeira metade do século XIX por medidas como o *Circuit Court* (tribunal itinerante que regulava questões trabalhistas entre fazendeiros e seus trabalhadores e escravos), a *Ordinance 50* (decreto proibindo os maus-tratos de escravos) e finalmente a abolição da escravidão em 1834.<sup>12</sup>

Contudo, uma ideologia que incluísse tanto o conceito de nação como o de raça só viria a emergir na segunda metade do século passado. Embora seja mencionado o nome do reverendo S. J. du Toit como sendo o precursor relevante aqui – foi aparentemente ele quem primeiro criou a tráfada de língua, etnicidade e calvinismo, que deveria se tornar mais tarde o fundamento de uma corrente poderosa do pensamento nacional africâner neste século –, creio que uma figura mais importante é o historiador anglo-canadense Theal. É nele que encontramos sob forma elaborada opiniões e pontos de vista que viriam a predominar posteriormente na interpretação dos sul-africanos

brancos sobre a história do país, tanto entre intelectuais como entre leigos.

Theal sustentava a opinião comum na segunda metade do século passado na Inglaterra que dizia serem os negros uma raça distinta e bárbara que se encontrava em um estágio mais baixo de evolução.<sup>13</sup> Ao contrário de opiniões sustentadas na época, contudo, Theal não acreditava que os negros estivessem condenados a desaparecer ante o avanço da civilização branca e nem mesmo que permaneceriam necessariamente como uma raça inferior para sempre. Mesmo assim, para ele, levaria muito tempo para que os negros alcançassem o nível de civilização dos brancos: além do mais, isso dificilmente aconteceria sem tutela branca.

Outro aspecto importante das opiniões de Theal é a noção de que os brancos e os “bantos” haviam imigrado ao mesmo tempo para a África do Sul, sendo os sans os únicos habitantes originais do país.<sup>14</sup> Desse modo, tanto os “bantos” como os brancos originalmente teriam direitos iguais à terra, mas como os brancos podiam fazer melhor uso dela do que os negros – que eram vistos como preguiçosos, atrasados e indignos de confiança – legitimou-se assim a propriedade da terra por parte dos brancos.<sup>15</sup> Theal queria ver uma África do Sul unida no futuro (isto é, que unisse tanto os descendentes dos holandeses como os ingleses). Suas opiniões – inferioridade negra, chegada concomitante dos negros e brancos, a necessidade de tutela branca para os negros – foram posteriormente retomadas por, entre outros, historiógrafos africâneres neste século e se tornaram parte da ideologia sul-africana branca.<sup>16</sup>

Embora o nacionalismo africâner tenha suas raízes no final do século XIX, o pensamento nacional africâner, tal qual veio a ser conhecido, só tomou forma aparentemente após o grande conflito interétnico representado pela guerra anglo-bôer, ou guerra sul-africana de 1899-1902. Desse modo, uma ideologia africâner exclusivista se estabeleceria so-

mente neste século, claramente relacionada com a guerra e a campanha de anglicização subseqüentemente levada a cabo por Milner.<sup>17</sup>

Os elementos principais da identidade são a exclusividade étnica (que leva ao racismo e à discriminação contra aqueles que são percebidos como sendo diferentes, como costuma acontecer até certo ponto em toda ideologia nacional), a língua (o *afrikaans*) e a religião.<sup>18</sup> O modelo seguido foi o alemão, que era talvez o mais adequado à situação africâner, já que, à maneira dos alemães na Europa Central e do Leste, originalmente a população que viria mais tarde a se pensar como africâner estava espalhada por quase toda a África Austral, sem quase nada que a unisse. Intelectuais africâneres como Meyers e Diederichs estiveram na Alemanha durante os anos vinte e trinta e elaboraram uma ideologia de *Volk* muito semelhante às da Europa. Era uma ideologia de caráter bastante herderiano mas, como em outros nacionalismos europeus, acrescentou, aos conceitos de uma comunidade essencialista “natural” de raça, língua e (nesse caso específico) religião (calvinismo), a idéia estatal (que, como mostra Berlin, Herder abominava) – daí a procura de um Estado africâner (ou, pelo menos, controlado por africâneres).

De acordo com esse modo herderiano de pensar, a África do Sul não era vista como uma nação, mas como uma mistura (*mengelmoes*) de comunidades essencialistas, isto é, como um grupo de *Völker*. Isso era visto como um problema que tinha de ser remediado. Como no pensamento de Herder, o ideal era que cada *Volk* vivesse de acordo com sua própria natureza (*eie*) e se desenvolvesse de acordo com suas próprias tendências. No pensamento de Gert Cronjé (o ideólogo do *apartheid*), a única maneira de impedir que um *Volk* dominasse o outro era separá-los, de modo que cada um pudesse se desenvolver de acordo com sua própria essência. Nisso Cronjé também segue Herder, para quem se deveria permitir que cada *Volk* vivesse de acordo com seus próprios

costumes, sem qualquer interferência externa. Embora a África do Sul nesse sentido possa ser considerada como um caso extremo, esse tipo de isolacionismo é parte integral da ideologia moderna.<sup>19</sup>

No pensamento de Cronjé, em lugar da idéia de dominação, encontramos a idéia de tutela, que nos recorda a idéia de Theal, mas com um forte sabor herderiano – os negros teriam de ser reconduzidos a seus próprios valores culturais e ao cultivo de sua própria cultura, da qual eles tinham sido afastados por uma política colonial injusta e mal direcionada.<sup>20</sup> Sob a tutela africâner, o *apartheid* seria assim a única solução justa para o *mengelmoes* (mistura de *Völker*) sul-africano, e para afastar os riscos inerentes à situação de mistura: isto é, a poluição (contaminação do sangue) e dominação de um *Volk* pelo outro. Desse modo, embora baseado em termos igualitários, tal qual a concepção de Herder da humanidade como sendo uma comunidade de *Völker* (onde todos os *Völker* estariam em pé de igualdade, sem nenhum *Favoritvolk*, como na ideologia alemã posterior), o pensamento de Cronjé aceitou a noção de tutela, uma noção que Theal não teria desaprovado, já que este último propunha em seu tempo um governo sul-africano forte ao sul do Zambézi como a única maneira de assegurar o futuro dos brancos. Sob a tutela africâner, os bantos se elevariam ao nível dos *Völker* brancos, mais avançados, e em última instância também viriam a dar sua contribuição para a humanidade. Assim, existe no pensamento de Cronjé, como no pensamento de Theal, a possibilidade de progresso para os negros, a despeito de se considerar que estes últimos estivessem num nível evolutivo baixo.<sup>21</sup>

A consequência lógica desse tipo de pensamento seria a política das *homelands* ou bantustões, durante e após o governo de Verwoerd: cada *Volk* deveria ter seu próprio país e, portanto, como a África do Sul era considerada uma sociedade multi-*Volk*, haveria

territórios adequados para cada um dos *Völker*.<sup>22</sup> Daí a tentativa sisifista, após o governo ter imposto aos negros e a todos os que não eram brancos uma identidade étnica arbitrária, de confinar a população negra em seus próprios "países", ou *homelands*, isto é, em territórios arbitrariamente demarcados para eles, geralmente em terras de pouco valor. Nesse pensamento, idealmente, os *coloureds* (mestiços) e indianos também teriam suas próprias *homelands*; embora isso nunca tenha sido efetivado, eles tiveram de viver em áreas residenciais segregadas. Houve até discussões sobre um território só para os brancos.<sup>23</sup> Seguindo essa linha de raciocínio às suas últimas consequências, a África do Sul se tornaria um país só para brancos controlado por africanos.<sup>24</sup> Bem sabemos que nada disso funcionou, embora tenha sido feito um esforço enorme de engenharia social para implementar o sistema que tem poucos equivalentes no mundo, se é que tem algum.

Contudo, embora o *apartheid* tenha sido desmantelado como sistema político-jurídico, o referencial essencialista embutido no sistema não desapareceu realmente: continua lá, buscando novos modos de articulação em nível político. Isso era de se esperar, considerando a história do mundo ocidental até hoje – sociedades inteiras que tentam seguir os valores da democracia e igualdade, ao mesmo tempo que dão continuidade ao pensamento essencialista.<sup>25</sup>

É difícil prever a direção que a África do Sul tomará agora que todo o edifício do *apartheid* está sendo demolido. Contudo, é possível que existam aqueles que venham a especular sobre a possibilidade de uma confluência com o caso brasileiro.

## V

A ideologia nacional brasileira é uma versão de uma ideologia que, na realidade, podemos encontrar por toda a América Latina: trata-se

de um pensamento que vê a nação como o resultado de um amálgama complementar (miscigenação) de uma variedade de alteridades.<sup>26</sup>

No que diz respeito ao caso brasileiro, a melhor exposição dessa ideologia está no conhecido trabalho de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*. Podemos considerar essa obra como um mapa mítico da ideologia nacional. Embora a obra tenha sido criticada nas últimas décadas tanto no Brasil como no exterior, foi por muito tempo – e ainda é – a exposição mais popular e aceita da ideologia nacional brasileira. A razão de sua popularidade está em que apresenta sob a forma de uma narrativa mitológica elaborada (proposta pelo autor como história factual) o que Roberto da Matta (1981) denomina de "a fábula das três raças": as três raças míticas das quais surgiu a nação brasileira são – como todos aprendemos na escola – o índio, o branco e o negro. Geralmente, faz-se referência a essas raças no singular e elas são representadas na narrativa como *Völker* diferentes, cada um dos quais contribuiu de maneira importante para a criação da nacionalidade brasileira. Poderíamos dizer que nessa perspectiva o Brasil também é visto como um *mengelmoes*, uma mistura de *Völker*, da maneira como Cronjé via a África do Sul nos anos quarenta. Contudo, o quadro que emerge do *mengelmoes* para Freyre é diferente do que emerge para Cronjé na África do Sul: em lugar de *apartheid*, temos a democracia racial.

Expressando o ponto de vista de Freyre resumidamente, misturar-se era muito bom; Freyre se deleita com detalhes saborosos das relações entre escravos e senhores, elogiando o machismo (embora não use este termo) do colonizador português e o que ele considera como sendo a ausência de quaisquer preconceitos por parte deste. Como Freyre nos diz, isso se deve a que, sendo fundamentalmente um povo misto do sul da Europa, que recebeu através dos séculos boas infusões de sangue africano, mouro, judeu e germânico, a "raça" portu-

guesa pôde se adaptar e se misturar com mais êxito nos trópicos que qualquer outra raça européia. Através das uniões, primeiramente entre o colonizador e as Índias (que são candidamente representadas como abrindo as pernas para se oferecerem assim que os colonizadores desembarcavam) e posteriormente entre o colonizador e suas escravas, os portugueses (que eram então, Freyre nos assegura, uma raça nobre e empreendedora, ao contrário de seus descendentes atuais), embora fossem um grupo pequeno, conseguiram povoar um país imenso e “novo” e fixar assim os alicerces da futura nação brasileira:

*Pelo intercuro com mulher Índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação – contra o que não o indispunham, aliás, escrúpulos de raça, apenas preconceitos religiosos – foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. (Freyre, 1987, p. 13.)*

Embora se cometessem atrocidades em nome do estabelecimento de uma posição segura num continente “novo” e em nome da fundação de um novo país, a sociedade colonial foi a longo prazo essencialmente tolerante e benigna: não havia xenofobia como nas colônias espanholas, pelo menos não até Portugal e o Brasil serem encampados pela coroa espanhola em 1580, e certamente não havia preconceitos raciais. Tudo o que se pedia a um estrangeiro europeu e aos escravos recentemente chegados era sua conversão ao catolicismo (e Freyre nos garante que esse era o único preconceito que os portugueses abrigavam: um preconceito de ordem religiosa). Embora condenada, a escravidão era em realidade necessária, pois sem ela a nação não teria surgido, já que os portugueses necessitavam tanto

de trabalho quanto de gente para criar uma nação no “novo” continente. Contudo, longe de serem meramente uma raça inferior, os negros (em particular os sudaneses, que Freyre considerava como sendo superior aos bantos) desempenhavam, na verdade, um papel indispensável:

*Os escravos vindos da área de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravo. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenhavam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os Índios, e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda. (Freyre, 1987, p. 37.)*

A última sentença merece um comentário detalhado: ela expressa a noção, fundamental na ideologia brasileira, da complementaridade entre as raças. Os negros seriam a mão direita e os Índios e os portugueses a mão esquerda. Roberto da Matta menciona o fato de que, como a ideologia brasileira não se baseia na igualdade, mas na hierarquia, não há necessidade de segregar negros e Índios, porque estes têm seus próprios nichos, que lhes foram designados dentro de uma totalidade complementar pensada como sendo presidida pelos brancos. Daí a ênfase no contato e na proximidade entre os senhores e escravos no trabalho de Freyre. Matta (1981, p. 75) diz:

*Aqui o senhor não se sente ameaçado ou culpado por estar submetendo um outro homem ao trabalho escravo, mas, muito pelo contrário, ele vê o negro como seu complemento natural, como um outro que se dedica ao trabalho duro, mas complementar às suas próprias atividades que são as do espírito. Assim, a lógica do sistema de relações sociais no Brasil é de que pode*

*haver intimidade entre senhores e escravos, superiores e inferiores, porque o mundo está realmente hierarquizado, tal e qual o céu da igreja católica, também repartido e totalizado em esferas, círculos, planos, todos povoados por anjos, arcanjos, querubins, santos de vários méritos etc., sendo tudo consolidado na Santíssima Trindade, todo e parte ao mesmo tempo; igualdade e hierarquia dados simultaneamente. O ponto crítico de todo nosso sistema é a sua profunda desigualdade. (Grifos do próprio original.)*

Matta contrasta esse sistema com o sistema americano: como este último postula a igualdade entre todos, a segregação surge como um passo lógico – desse modo, todos são separados mas iguais. Isto é, a segregação é necessária para manter os valores essencialistas. A complementaridade é pouco enfatizada na ideologia americana, não se dá pouca ênfase à idéia de que da mistura surgirá um todo uniforme. Como Dumont (1966, “Appendice A”) e outros mostraram, essa foi a única maneira de manter a discriminação num sistema que se pensa como igualitário. Dada a base essencialista e a noção dominante de igualdade (uma noção que, em comparação com o caso americano, é pouco enfatizada na ideologia brasileira), a segregação foi a única saída nos Estados Unidos, do ponto de vista ideológico. O caso sul-africano, que podemos considerar como o padrão americano levado às suas últimas conseqüências, segue a linha americana – a diferenciação –, com uma variação importante e vital: a igualdade não se dá entre cidadãos individuais como no sistema americano, mas primordialmente entre *Völker*. A ideologia postulava que no futuro todos os *Völker* na África do Sul estariam em pé de igualdade um com o outro, sob a forma de nações separadas. Essa noção de igualdade não é enfatizada no sistema brasileiro como valor dominante ou primordial.<sup>27</sup>

Outro elemento interessante é a noção de tutela: ela existiu tanto nos Estados Unidos quanto na África do Sul como um meio de obter a igualdade no futuro. Isto é, os negros ficariam sob a tutela branca até que pudessem se defender por conta própria. No Brasil, a tutela branca está no ápice do triângulo racial, cuja base é a linha que vai do negro ao índio: isto é, a tutela é parte integral do sistema, e não somente um passo transitório em direção à emancipação futura, como na África do Sul e nos Estados Unidos.

Desse modo, na sociedade brasileira, os valores fundamentais são tradicionalmente a hierarquia e o contato, em lugar da igualdade e da separação. Num sistema assim existe todo tipo de gradação, compromisso e exceção.<sup>28</sup> Essa ductilidade pode ser simbolizada pelos fenótipos múltiplos e variados dos brasileiros – isto é, as inúmeras gradações de cor da população brasileira podem servir de metáfora para os valores brasileiros.

Embora o sistema jurídico seja ocidental (e bastante sofisticado), Matta (1981, p. 75) comenta:

*Ninguém é igual entre si ou perante a lei; nem senhores (diferenciados pelo sangue, nome, dinheiro, títulos, propriedades, educação, relações pessoais passíveis de manipulação etc.), nem os escravos, criados ou subalternos, igualmente diferenciados entre si por meio de vários critérios. (...) Todo o universo social, então, acaba pagando o preço de sua extrema desigualdade, colocando tudo em gradações.*

*Neste sistema, não há necessidade de segregar o mestiço, o mulato, o índio e o negro, porque as hierarquias asseguram a superioridade do branco como grupo dominante.*

É isso o que realmente significa a democracia racial de Freyre: pode haver democracia ou igualdade porque a todos e a cada um é designado um lugar no sistema.

Desse modo, o essencialismo, que está muito claro nos casos sul-africano e americano, no Brasil, em comparação, está como que encoberto por uma ideologia de contato, complementaridade e miscigenação. Essa forma incomum (para padrões norte-europeu, americano e sul-africano) do essencialismo deu lugar tanto na imaginação popular quanto nos círculos acadêmicos no Brasil e no estrangeiro à imagem de um paraíso racial no Brasil. Essa imagem foi consolidada pela visão de Freyre de uma democracia racial na sua obra principal, cuja atração primeira parece estar no fato de que, ao mesmo tempo que emprega as mesmas categorias usadas pelo discurso acadêmico europeu da época – em particular gênero e raça –, Freyre pinta uma realidade que parece tudo menos européia: assim, a obra foi construída numa linguagem que pode ser compreendida por outros ocidentais, ainda que descreva uma realidade que parece exótica aos olhos estrangeiros.<sup>29</sup>

Não obstante, como no caso do *apartheid* sul-africano, todo o arcabouço imponente da democracia racial foi construído com base em premissas essencialistas. Para notar isso, contudo, é necessário retornar ao século XIX, visando expor o essencialismo claramente em funcionamento na construção da nação brasileira, especialmente nas décadas que antecederam a abolição da escravatura em 1888.

## VI

A historiografia das duas últimas décadas do século XIX no Brasil tem-se fundamentado, até o aparecimento do trabalho de Celia Marinho de Azevedo (1987), num pressuposto que, mesmo hoje, é pouco contestado: a premissa de que os negros, libertados gradualmente nas décadas anteriores à abolição, foram marginalizadas não devido à raça, mas sim ao fato de terem sido em sua maior parte tra-

balhadores não especializados durante o período da escravidão.<sup>30</sup> Isto é, devido à natureza supostamente pré-capitalista da escravidão, os ex-escravos e libertos eram de certa forma inadequados para se tornar trabalhadores assalariados no sistema capitalista que estava nascendo em algumas áreas rurais da província de São Paulo, nas últimas décadas do século passado. Desse modo, os grandes latifundiários teriam tido de importar da Europa uma força de trabalho adequada: isto é, uma força de trabalho que houvesse incorporado a lógica de produção do sistema capitalista.

Florestan Fernandes foi e é o proponente mais conhecido dessa perspectiva em seu *A integração dos negros na sociedade de classes* (1965). A análise de Fernandes sobre o assunto é a mais importante desde o trabalho de Freyre nos anos trinta. Contudo, em lugar de pôr de lado a perspectiva de Freyre, e embora aponte para o preconceito contra os negros enraizado na sociedade brasileira, sua teoria foi incorporada à ideologia brasileira apenas como um adendo. Isto é, fundamentalmente, o Brasil não é uma sociedade racista: os negros são discriminados por pertencerem em sua maior parte à classe trabalhadora e por terem sido escravos. Para Fernandes, assim, o “isolamento” cultural, social e econômico do negro foi produto de sua relativa “incapacidade” de pensar e agir como um homem livre (citado em Marinho de Azevedo, 1987, p. 23).

Celso Furtado segue a mesma linha de raciocínio em seu clássico *Formação econômica do Brasil*, publicado nos anos cinquenta. Marinho de Azevedo menciona que para Furtado também a população livre negra foi segregada após a abolição devido a seu “atraso” como força de trabalho. Furtado chega a dizer que essa população teria retrasado o desenvolvimento brasileiro.<sup>31</sup> É importante notar a continuidade entre essa perspectiva e a perspectiva que veio a predominar entre os grandes proprietários rurais de São Paulo no final do século passado, no sentido de que os negros e



a população racialmente mista da província e do país não poderiam se tornar uma força de trabalho adequada e nem verdadeiros cidadãos. Contudo, embora no caso do trabalho de Florestan Fernandes o essencialismo esteja oculto sob uma análise em termos de classe, no caso dos discursos e artigos dos proprietários rurais paulistas analisados por Marinho de Azevedo, o essencialismo está bastante evidente.

No século XIX, entre as elites brancas do país como um todo punha-se o problema de construir a nação: o Brasil era visto como um país sem um povo "adequado". Isso estava relacionado com o "problema" posto pela enorme população de cor do país (de acordo com o censo de 1872, mais de 70% da população livre). A divisão clara entre brancos e não-brancos em termos de riqueza e o fato de que havia mais negros, mulatos e índios que brancos eram vistos como uma ameaça. O que era percebido como sendo a heterogeneidade da população impediria a criação de uma nação adequada (isto é, homogênea) – desse modo, a heterogeneidade tinha de ser suplantada. Além do mais, havia um fator adicional que se tornou cada vez mais importante, em particular na província de São Paulo: o número crescente de levantes e revoltas de escravos em que às vezes famílias inteiras de proprietários rurais eram dizimadas. O termo "haitização" estava no ar: temia-se que o Brasil seguisse o que era considerado como o destino terrível do Haiti.<sup>32</sup> Esse perigo era considerado particularmente iminente na província de São Paulo, para a qual estavam sendo enviados em número cada vez maior escravos vindos das áreas economicamente decadentes do Nordeste.

Todavia, mesmo antes da independência em 1822, já havia a busca de uma base para a nova nacionalidade.<sup>33</sup> A escravidão foi condenada em várias memórias apresentadas ao governo real e mais tarde ao governo imperial. Para os autores dessas memórias, sem a abolição da escravatura uma nação homogênea e unificada

não seria possível e o espectro da sublevação haitiana assombraria para sempre o Império. Esses memorialistas de então acreditavam que os negros, embora estivessem num nível mental baixo devido à sua vida "selvagem" na África, poderiam ser integrados na nação pouco a pouco, através da abolição gradual da escravidão e de programas especiais de treinamento. O mais famoso expoente dessa perspectiva foi José Bonifácio de Andrade e Silva.

Mais tarde, as vozes que clamavam por uma solução se tornaram ainda mais clamorosas. Em 1837, Burlamarque publicou uma memória na qual propunha como única solução a expulsão dos negros do Brasil: de outra maneira, alegava, não seria possível construir uma nação homogênea a partir de raças que eram estranhas uma à outra (Marinho de Azevedo, 1987, p. 43). Interessantemente, isso lembra a "solução" americana de enviar os negros "de volta" à África, implementada parcialmente por volta da mesma época com a compra da Libéria e o "repatriamento" de alguns negros para lá. O ponto de vista de Burlamarque é um sinal da seriedade com a qual o problema era encarado pela elite branca nessa época. Contudo, os autores de meados do século passado em geral propunham uma solução menos radical: acreditavam que os negros pudessem ser libertados e educados para se tornar cidadãos e uma força de trabalho dócil.

Na segunda metade do século, contudo, o que eram então as teorias raciais científicas da Europa começaram a influenciar o pensamento das elites brasileiras: a opinião anterior de que os negros poderiam ser transformados em cidadãos pela educação e treinamento adequados se tornou cada vez mais insustentável, à medida que começou a se enraizar a noção de uma diferença radical e insuperável separando a população negra e mestiça dos brancos. Ademais, começou a surgir – em contradição ao temor de uma tomada de poder negra – a noção do Brasil como paraíso racial. É interessante notar que foi um francês residente no

Rio, o médico Louis Couty, quem aparentemente postulou essa noção. Foi ele quem ajudou a elaborar uma imagem que seria mais tarde retomada e reelaborada por Freyre neste século. Ela já existia anteriormente como uma possibilidade nos escritos de alguns dos primeiros abolicionistas, mas Couty parece ter sido o primeiro a postular o paraíso como uma realidade concreta numa sociedade onde a escravidão era fenômeno comum. Para Couty, contudo, o futuro estava nas mãos das populações "avançadas" da Europa, pois ele considerava os negros preguiçosos. Assim, em suas obras encontramos os elementos contraditórios de que precisamos para compreender os desenvolvimentos posteriores na configuração ideológica brasileira: a noção da ausência de racismo; a inferioridade dos negros; a necessidade de cidadãos provenientes de um continente imigratório europeu.<sup>34</sup>

Na Assembléia Legislativa da província de São Paulo, já estavam ocorrendo há alguns anos os debates entre os políticos que acreditavam que melhorar a população livre ou liberta era possível e desejável e aqueles que acreditavam que somente os imigrantes europeus criariam um corpo de cidadãos adequado. Marinho de Azevedo devota o segundo capítulo de sua obra ao mapeamento dessa discussão longa e importante. Para nossos propósitos, notaremos apenas que aqueles que lutaram para melhorar as condições da população existente perderam gradualmente terreno para os que favoreciam a imigração. Assim, bem antes da abolição em 1888, os primeiros imigrantes italianos já estavam chegando a vários latifúndios no interior de São Paulo e antes da virada do século a perspectiva imigrantista tinha já tomado o campo de batalha ideológico.

A prevalência dessa perspectiva encontra uma ilustração enfática num romance de Graça Aranha publicado em 1901: *Canaã*. Nele Aranha conta a história de dois imigrantes alemães - Milkau e Lentz - no interior do estado do Espírito Santo. Num longo diálogo

entre os dois no segundo capítulo, Aranha apresenta uma visão da terra no interior do Brasil como sendo uma Canaã onde uma vigorosa raça estrangeira (no caso, os alemães) suplantariam uma raça velha e decadente (os luso-brasileiros) para criar assim uma nação revigorada. Como Alberto Torres viria a dizer alguns anos mais tarde, nessa perspectiva os brasileiros (incluindo a própria elite que patrocinava a política imigratória) eram vistos como canaanitas que seriam expulsos da terra prometida por um povo mais forte, a fim de se criar uma nação "adequada" e poderosa (Torres, 1982, p. 65).

A visão "canaanita" (como Torres a denominou) foi uma posição extrema e radical no debate da nacionalidade e que seria mais tarde abandonada ou, mais exatamente, submergiria para se tornar o outro lado da moeda da democracia racial. Isto é, embora a perspectiva imigrantista fosse gradualmente colocada de lado em favor da noção de democracia racial, restaria dessa perspectiva anterior um pressuposto subjacente e a respeito do qual se silencia: a valorização do branco europeu e a conseqüente noção de que o branco brasileiro não é tão puramente branco quanto o branco estrangeiro. Existe um sentimento generalizado de que, devido ao modelo relacional adotado no Brasil (com ênfase no contato e na complementaridade), em lugar do modelo segregacionista, o branco brasileiro estaria de algum modo "maculado" devido a seu contato íntimo com o negro.<sup>35</sup>

A transição da visão imigrantista da virada do século para a perspectiva de Freyre nos anos trinta foi feita, entre outros, por autores como Alberto Torres, cujo *O problema nacional brasileiro* foi publicado em 1912. Nessa obra ele critica a perspectiva "canaanita" e acentua a igualdade moral e intelectual de todas as raças. Contudo, ele já expressa a idéia da complementaridade entre as raças, ao apregoar que se permitisse à seleção natural fazer seu trabalho e dar assim a cada raça seu pró-

prio lugar na rede complexa da atividade social. Ou seja, embora de início alegue que todas as raças são iguais, em seguida reconhece o modelo relacional, ao sugerir que cada raça teria seu próprio lugar (Torres, 1982, p. 72).

Ainda hoje nós, brasileiros, tendemos a pensar no racismo como algo que se aplica em parte ou no todo à situação americana ou sul-africana, pois o racismo é considerado entre nós como sendo a compartimentalização rígida do pensamento segregacionista, que deixa pouco espaço para uma perspectiva relacional ou de complementaridade. Nessa linha de raciocínio, somente as pessoas que segregam ou se interessam "demasiado" pelas diferenças raciais são vistas como racistas (os brasileiros dos estados do Sul, por exemplo, que são muitas vezes descendentes de imigrantes europeus - entre outros, de alemães - e que seguem por vezes a versão segregacionista do essencialismo, em lugar daquela centrada na complementaridade, são às vezes acusados de racismo pelo resto do país). Desse ponto de vista tipicamente brasileiro, aqueles que admitem a complementaridade e o contato não podem ser chamados de racistas.<sup>36</sup>

Resta uma observação importante a ser feita: o papel do mestiço nas duas sociedades. Os *coloureds* (mestiços) sul-africanos foram pensados na África do Sul como sendo um *Volk* separado, com identidade própria: isto é, eram considerados como apenas mais um *Volk* entre outros *Völker* sul-africanos. No Brasil, o mestiço teve um *status* muito especial na ideologia: em lugar de ser apenas mais um *Volk* ou apenas uma das raças fundadoras, ele seria o *Volk* brasileiro por excelência. Isto porque ele é considerado como o produto final da miscigenação, isto é, ele é o *Volk* brasileiro homogêneo do futuro. No modelo relacional brasileiro - que Matta visualizou como um triângulo com os brancos no ápice -, mestiço é o ponto no qual as três raças (branca, negra e índia) se encontrariam e desapareceriam, amalgamando-se numa única nação.<sup>37</sup> Isto é,

na figura do mestiço todas as diferenças desapareceria com o tempo e só a homogeneidade permaneceria.

## VII

Ao compararmos a África do Sul com o Brasil, uma diferença importante ressalta aos olhos: a matriz religiosa das respectivas ideologias. Embora os dois países apresentem diversas religiões e grupos religiosos, os valores relevantes para a ideologia da miscigenação vieram do catolicismo e para o *apartheid*, do calvinismo. Entendo essa matriz religiosa da ideologia no sentido em que Bellah (1988) construiu o conceito de religião civil para explicar certos aspectos da ideologia americana. Uma religião civil não é necessariamente a religião que a maioria da população pratica em dada sociedade. Como Bellah mostra, o presidente Kennedy era católico mas, mesmo assim, tomava parte na religião civil americana, que tem uma origem protestante puritana. Na realidade, uma religião civil é um conjunto de valores de origem religiosa que são incorporados com alguma alteração numa ideologia nacional.

Essa diferença em termos de religião civil entre o Brasil e a África do Sul explica a diferença de totalização e, até mesmo, poderíamos dizer, de "sanha", na implementação dos respectivos modelos ideológicos. Menciona-se muitas vezes a engenharia social no que diz respeito à África do Sul, dificilmente no que diz respeito ao Brasil. Além disso, a discriminação no Brasil parece limitada e hesitante, em comparação com as medidas de *apartheid* na África do Sul. Afinal de contas, nunca houve no Brasil as *pass laws* (leis de controle de movimento da população negra), nem as *group areas* (áreas racialmente delimitadas) e muito menos *homelands*, apesar de ter sempre havido um controle da população por forças policiais e por meio do uso forçado de uma série de documentos, além de existirem modos informais

de segregação residencial que têm certo conteúdo racial. Essa diferença não pode ser explicada satisfatoriamente somente pelo caráter mais totalitário do regime sul-africano em comparação com os regimes que prevaleceram no Brasil. Trata-se, mais que tudo, de uma diferença do que estou denominando de totalização na implementação do modelo ideológico e que se fundamenta na diferença de matrizes religiosas.

Como Weber (1958) mostra em seu trabalho clássico, o puritanismo, o pietismo e o calvinismo tentam criar entre os homens, aqui na terra, a sociedade ideal do céu, enquanto no catolicismo a vida pia está concentrada em grupos seletos de fiéis devotos, clérigos, monges e freiras, o resto da sociedade se contentando, em maior ou menor grau, com compromissos (simbolizados pela possibilidade de confissões contínuas e do arrependimento dos pecadores). Isto é, comparativamente falando, o puritanismo e o calvinismo não deixaram muito espaço para compromissos ou "inconsistências": a tentativa de implementar o modelo ideal aqui na terra deveria ser tão completa quanto possível, caso se quisesse ser digno da eleição divina, enquanto, poderíamos dizer, no catolicismo se enfatizou tradicionalmente uma religiosidade menos terrena e menos imediata.

Com suas remoções forçadas de comunidades inteiras, a era Verwoerd na África do Sul é um testemunho pujante dessa diferença entre a sociedade sul-africana e a brasileira: na primeira, a sociedade perfeita seria construída aqui e agora e não poderia permanecer somente como um ideal a ser alcançado (caso o fosse) num futuro distante, assim como o foi a nação completamente miscigenada no Brasil. Desse modo, o catolicismo que permeia a ideologia brasileira permitiu um maior espaço para o compromisso e a ambigüidade do que existiu alguma vez na África do Sul. Na realidade, poderíamos dizer que a própria ideologia do branqueamento da população pela mestiça-

gem com europeus já constitui em si um compromisso ideológico.

Essa diferença de religião civil explica por que os brasileiros acreditam que seu caso não pode ser adequadamente comparado ao sul-africano ou americano: acreditamos que não somos "rígidos" ou "inflexíveis", ao contrário dos brancos sul-africanos e americanos, que, em comparação, parecem se apegar com afinco à sua moral e a seus valores. Como Matta (1981, p. 75) mostra, o modelo relacional brasileiro permite, bem catolicamente, todo tipo de compromisso, pois o essencialismo, embora presente, encontra aqui um espaço de manobra comparativamente amplo. Desse modo, no Brasil, alguém pode ser visto diversamente como mulato ou branco (ou mulato ou negro), dependendo das circunstâncias, ou pode até passar completamente de uma categoria para a outra, por exemplo, simplesmente mudando de uma região do país para outra, já que existem enormes diferenças regionais de classificação racial informal. Além disso, alguns negros podem renegociar seu *status*, mesmo aqueles popularmente conhecidos como "pretos retintos": nesse caso, diz-se deles, naquela frase racista tipicamente brasileira, que são "pretos de alma branca". Esse tipo de "encombrimento" do essencialismo é a característica principal da ideologia brasileira.<sup>38</sup>

## VIII

Prolonguei minha discussão do caso brasileiro tanto porque ele é mais familiar a mim quanto porque tem sido mal compreendido no Brasil e no exterior. Apesar do termo ter sido rejeitado já há alguns anos, a ideologia da democracia racial permanece como fundamento do discurso ideológico até mesmo no ambiente acadêmico. Ainda hoje, existe a opinião geral de que a *solução* brasileira é de certo modo privilegiada em comparação com outras alternativas.<sup>39</sup> É somente quando cotejamos o caso

brasileiro com o sul-africano ou outros casos que podemos perceber os contornos do primeiro sem ficar demasiado preso na própria ideologia.

Hoje, poderíamos dizer que, de certo modo, o Brasil está-se aproximando da posição sul-africana tradicional, sob pelo menos um aspecto importante: a clara ênfase na diferenciação entre as raças ou grupos étnicos.

Temos de retornar no tempo para compreender isso, tomando o censo no Brasil como caso ilustrativo. Houve até hoje dez censos, desde o primeiro em 1872. O censo de 1890 levou em consideração a raça, mas não os de 1900 e 1920. Na realidade, a raça só reapareceria, temporariamente, nos censos de 1940 e 1950. Durante quase 50 anos após a abolição, portanto, a raça não entrou no censo. Ora, esse é exatamente o período quando a ideologia da miscigenação tomou conta do campo ideológico e ocorreu uma imigração européia em massa, com o objetivo de branquear o país. Ademais, entre 1950 e 1976 (quando foram publicados alguns dados sobre raça) houve uma ausência quase total de informação precisa nessa área. Essa atitude oficial descuidada e parcial com relação à classificação racial é quase certamente um índice do triunfo da democracia racial: como as diferentes raças se davam muito bem e como a miscigenação estava a caminho de transformar inteiramente a paisagem humana da nação, não havia necessidade de distinguir entre os grupos raciais. Em contraste nítido com essa atitude oficial com relação à raça no Brasil, na África do Sul o governo nacionalista passou em 1950 o *Population Registration Act*, a Lei de Registro da População, que tornava obrigatória a classificação oficial da população inteira em categorias etnoraciais. Desse modo, ao passo que a África do Sul passava a uma segregação mais totalizadora, o Brasil preferia não fazer abertamente uma distinção entre as raças.<sup>40</sup>

Podemos considerar a situação atual no Brasil e na África do Sul como pólos opostos.

A diferença sempre foi explicitamente marcada na África do Sul: o problema sul-africano atual consiste em encontrar um denominador comum para todos os grupos que foram diferenciados, isto é, o problema consiste em criar algum tipo de nacionalidade comum a partir de uma diversidade profundamente enraizada e segregada.<sup>41</sup> O problema brasileiro é começar a fazer abertamente (e oficialmente) distinções que permaneceram mais ou menos encobertas durante décadas, de modo a tornar possível uma política de proteção e ajuda direcionada a grupos raciais historicamente desfavorecidos. As vezes que mais clamam por essa diferenciação clara são as dos movimentos negros. Entre outras, algumas instituições negras estiveram por trás da campanha nacional em 1991 para assegurar que as pessoas declarassem ao censo sua verdadeira cor, agora que pela primeira vez em décadas o censo levou em consideração cinco categorias raciais: branco, preto, amarelo, pardo e indígena. O ataque contra a ideologia da democracia racial exige que se saiba quantas pessoas no país podem ser consideradas negras sem ambivalência.<sup>42</sup>

Outro sinal de mudança no Brasil é o surgimento, nos últimos anos, de vários movimentos negros que não existiam em décadas passadas porque, já que as diferenças raciais são secundárias ou irrelevantes, de acordo com a ideologia, fica difícil, para não dizer impossível, reunir as pessoas em torno de uma categoria encoberta ou mesmo inteiramente negada.<sup>43</sup> Embora pequenos e vinculados por vezes a partidos políticos importantes para os quais a questão racial é secundária,<sup>44</sup> esses movimentos negros tiveram contudo um grande impacto na opinião pública brasileira, simplesmente por terem levantado o problema racial e desse modo abalado os fundamentos da ideologia. Para um país que por longo tempo se acreditou livre de problemas raciais, maiores e menores, tem sido um choque saber que esse não é o caso.

## IX

Um exame mais profundo e amplo da genealogia do *apartheid* e da democracia racial seria necessário, caso quiséssemos ampliar a comparação tentada aqui. Contudo, é importante ressaltar que, embora as duas ideologias pareçam muito diferentes, ambas surgiram da mesma fonte e têm um fundamento semelhante, que é o essencialismo. Naturalmente, também se faz necessária uma análise mais completa do desenvolvimento do essencialismo na Europa. Apesar de tudo que se escreveu até hoje sobre o racismo e as teorias racistas, resta fazer ainda um trabalho mais profundo. Os acontecimentos na África do Sul e no continente americano não podem ser compreendidos adequadamente sem referência às raízes e história do essencialismo na Europa. Ademais, a história da Europa de hoje apresenta fenômenos que têm relevância para uma compreensão da situação fora do continente europeu – esse fato é no mais das vezes negligenciado ou ignorado.

Outro ponto importante é a necessidade de uma crítica mais ampla da ideologia moderna. O antropólogo Louis Dumont é um pioneiro importante nesse sentido: contudo, resta muito a fazer nessa área também. Tenho em mente particularmente a forte tendência moderna de considerar a economia e a política como as realidades últimas: as pessoas têm interesses,

querem maximizar seus recursos e adquirir mais riqueza e mais poder. Trata-se de um truísmo fundamental da mente moderna, tanto para o estudioso acadêmico quanto para o leigo. Temos de retornar aos séculos XVII e XVIII, e à Renascença, para ver como essas noções, que hoje são lugar-comum, eram então novas e peculiares. Existe um referencial de origem religioso que permanece oculto na ideologia moderna – isto é, um referencial que costumava ser religioso e tornou-se para nós econômico e político. As pessoas não almejam adquirir riqueza e *status* como ponto pacífico e indiscutível – há uma perspectiva mais ampla subjacente que não nos é aparente porque naturalizamos completamente o *poder* e o *interesse*. Somente se voltarmos no tempo e recuperarmos um ponto de vista histórico é que poderemos interpretar com acuidade questões como desigualdade e racismo, ou idéias subjacentes de pureza ou poluição do sangue. Caso contrário, teremos de nos contentar sempre com a superfície, que é o que chama a atenção no mais das vezes e nos interessa mais de perto. Estou consciente de que o que proponho aqui dificilmente poderia ser recomendado como linha de ação política, particularmente nos contextos da África do Sul ou do Brasil. Contudo, se considerarmos o que vemos sem um exame mais aprofundado, estaremos sempre negligenciando o problema de compreender de modo mais amplo e criativo as sociedades em que vivemos.

## NOTAS

• Este ensaio deve sua existência a Mireya Suárez, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Foi em conversas com ela que desenvolvi as idéias apresentadas aqui. Além disso, suas sugestões com relação à bibliografia e pontos teóricos mais intrincados foram fundamentais.

1. Aqui emprego "ideologia" mais em seu sentido antropológico amplo do que somente em sua conotação política – isto é, no sentido de "configuração de idéias e valores comuns a uma dada sociedade" (Dumont, 1984, p. 23, tradução minha, assim como as demais a seguir, exceto quando indicada a tradução brasileira). Os valores em questão são particularmente aqueles valores básicos que permeiam todos os aspectos de uma sociedade. Não é minha preocupação aqui desvelar a ideologia apenas como um instrumento de poder ligeiramente encoberto.

Ao contrário, preocupo-me em investigar a ideologia na tentativa de descobrir os fundamentos últimos da prática social. Contudo, nessa perspectiva, "idéias" e "valores" não devem ser considerados separadamente da prática social.

2. O essencialismo é um modo de pensar profundamente enraizado na tradição ocidental. Suas origens estão no pensamento e filosofia gregos e possivelmente remontam ao pensamento indo-europeu (ou, mais exatamente, iraniano-europeu). Na filosofia ocidental, a noção de essência surge junto à de existência. Poderíamos dizer, para dar uma definição simplista, que o essencialismo postula a primazia da essência (o que uma coisa é) sobre a existência (o fato de a coisa ser – ver Mora, 1961, p. 558). Nessa perspectiva, o fato de que uma coisa ou ser é torna-se um mero predicado de sua essência, isto é, do *que* essa coisa ou ser é. Raça e nação são desenvolvimentos modernos desse tipo de pensamento (uma outra é, por exemplo, o gênero). A definição de Crapanzano (1986, p. 19) em seu trabalho sobre os brancos sul-africanos é concisa e útil:

*O apartheid sul-africano, entendido aqui no seu sentido mais amplo, é um caso extremo da predisposição ocidental de classificar e categorizar tudo em termos essencialistas. Nessa perspectiva, uma vez que um objeto ou ser é classificado torna-se para sempre aquele objeto ou ser: isto é, ele tem uma identidade, partilha de uma essência específica, está sujeito a certas regularidades, que são compreendidas como leis da natureza, e tem um lugar próprio dentro de uma configuração específica do universo, um pouco à maneira de uma peça de um quebra-cabeça. A classificação essencialista é estática. Qualquer mudança de identidade, essência, regularidade ou lugar coloca um problema (...).*

Desse modo, para dar um exemplo aproximado, o fato de que alguém é negro ou branco, japonês ou alemão (isto é, sua *classificação* de acordo com raça ou nação) é muito mais significativo nesse tipo de pensamento do que sua existência concreta como um ser em mutação possuidor de múltiplas possibilidades.

3. Hobsbawm, 1990, p. 9-10 do original em inglês. A literatura sobre a história da idéia de nação é um tanto ampla. Hobsbawm fornece alguns títulos essenciais (p. 4-5). Acrescento à sua lista o clássico de Marcel Mauss, "La nation", e o terceiro capítulo em Dumont, 1983.

4. Para Hobsbawm, as comunidades concretas são as comunidades de pensamento, língua e sentimento, concebidas por Herder no século XVIII como sendo as mônadas "naturais" da sociedade, nas quais a comunicação não exige nenhum tipo de tradução. Essas comunidades teriam sido suprimidas ou sufocadas pelo nacionalismo. No que me diz respeito, essas comunidades supostamente homogêneas e naturais, vivendo separadamente umas das outras, são tão "concretas" ou "naturais" quanto as nações. Isto é, são também construções. Creio que Hobsbawm foi vítima do essencialismo em seu exame da idéia nacional e seu desenvolvimento na Europa. O essencialismo postula que aquilo que existe é aquilo que é natural, ou dado, e daí Hobsbawm procurar uma comunidade natural. Minha interpretação se baseia na premissa de que, no que diz respeito ao mundo social, tudo é uma construção metafórica historicamente criada. Portanto, não sou de opinião que devemos necessariamente condenar a idéia de nação por sua suposta "artificialidade" e em seguida buscar algo concreto que também se mostrará ser em última instância uma construção. Ademais, não compartilho da opinião de que identidades étnicas ou nacionais possam ser satisfatoriamente reduzidas a um tipo de ideologia política baseada em interesses de grupo ou que o Estado é a coisa concreta com a qual devemos realmente nos preocupar (como exemplo dessa posição no que diz respeito à África do Sul, ver Bonzaier & Sharp, 1988, em especial o artigo de Sharp: "Ethnic group and nation: the apartheid vision in South Africa").

5. Berlin, 1976, p. 146-7. Na linguagem de Herder, *Volk* pode significar cultura, sociedade, comunidade ou nação.

6. O trecho que segue se baseia na exposição de Arendt, 1989, p. 190-214 (uma ou duas vezes, porém, utilizo-me da edição americana de 1973). Contudo, uso seus dados mas não sua análise, que se fundamenta no conceito de classe.

7. Isso viria a acontecer de fato após a Revolução Francesa, quando os nobres emigraram e se reuniram no exílio em torno da idéia de que o povo francês era um povo estrangeiro que havia sido escravizado.

8. Naturalmente, vêm à mente o nazismo e sua ideologia de uma aristocracia restrita (que excluiria até a maior parte do povo alemão – ver Dumont, 1983, capítulo sobre Hitler). Contudo, como mostra Arendt, essas



idéias atraíram diversos grupos e intelectuais importantes no período entre as duas guerras na Europa. Nesse sentido, a atração geral que o nazismo exercia na época era uma indicação da importância dessas idéias nesse período.

9. Entre nós, como veremos adiante, não havia uma ideologia igualitária.

Já deve estar claro a essa altura que "raça" é uma *construção* historicamente circunscrita e somente como tal existe no plano do real e do concreto. Estritamente falando, não tem sentido falar em "raça" como falamos sobre um planeta ou sobre um vírus. Quem quer que ainda tenha alguma dúvida sobre o valor epistemológico de "raça" pode recorrer, por exemplo, ao artigo de Ashley Montagu (1950). Além do mais, deveria ficar claro que o essencialismo como racismo não é somente uma ideologia política. Na perspectiva que estou propondo aqui, não se pode ser ou deixar de ser essencialista como podemos ser ou deixar de ser social-democratas, comunistas ou mesmo católicos ou protestantes. O essencialismo é uma ideologia profundamente enraizada na Europa e suas ex-colônias. Trata-se de uma ideologia que é parte integral de nossa maneira de pensar – crescemos em seu seio e a possuímos por causa de suas raízes profundas na tradição e pensamento ocidentais. Somos muitas vezes emocionalmente prisioneiros do essencialismo e profundamente comprometidos com ele, mesmo quando não temos consciência de seu poder real sobre nós. Não podemos nos livrar dele através de um simples ato de vontade consciente, seja no nível do indivíduo ou da sociedade – o que explica a tenacidade histórica do essencialismo onde quer que tenha se enraizado. Desse modo, só poderemos escapar dele através de um exame profundo e de uma reelaboração de suas premissas. Repito que não estou falando da institucionalização do essencialismo na esfera política, como, por exemplo, no sistema de *apartheid*, mas do essencialismo como um modo de pensamento que pode naturalmente ser institucionalizado de muitas maneiras diferentes. Steve Biko (1988) tinha razão em mostrar o absurdo, em termos conceituais, da noção de "liberal White" ("branco liberal") na África do Sul. Como ele bem observou, "White liberalism" ou a simpatia de alguns brancos pela situação difícil dos negros é mais uma manobra consciente do que uma "orientação profunda do espírito".

10. Apesar de sua especificidade, ideologicamente considero o caso americano como apenas uma variação ou rebento do essencialismo da Europa do norte, que combina elementos das tradições inglesa, francesa e alemã. Que eu saiba, não existe nenhum estudo importante que trate do essencialismo americano em termos históricos, vinculando-o à ideologia ocidental em geral. Contudo, Dumont (1966, "Appendice A") tem um ensaio interessante que lida com a questão do racismo em geral e do racismo americano em particular, escrito de uma perspectiva inovadora. Ele elucida o paradoxo aparente (mencionado também por Arendt) representado pelo fato de que o sistema escravagista não tenha originado realmente nenhuma teoria racista tal como a conhecemos hoje. Isso se deve a que, assim como a desigualdade jurídica que unia e ao mesmo tempo separava os senhores feudais e seus servos, a desigualdade jurídica, representada pela escravidão, impedia o aparecimento de teorias racistas mais elaboradas. É somente quando essa desigualdade é abolida ou pelo menos seriamente ameaçada – como no caso americano – que o essencialismo surge sob a forma de racismo (desse modo, quando a escravidão foi ameaçada no Sul dos Estados Unidos, surgiram teorias racistas nos estados confederados). Creio que isso explica bem alguns pontos historiográficos tanto da história brasileira quanto da sul-africana como, por exemplo, a ausência ou debilidade aparentes do racismo na colônia do Cabo antes da segunda metade do século XVIII. Foi somente quando os negros libertos e livres começaram a constituir um grupo mais visível – ainda que minoritário – que regulamentos contra eles se tornaram mais e mais frequentes. Ou seja, é a perspectiva da igualdade que faz surgir o racismo (este, como veremos adiante, seria a forma de manter o essencialismo num sistema que se creía igualitário).

11. A análise de Arendt se baseia em *A history of South Africa*, conhecida obra do historiador sul-africano De Kiewiet. Contudo, muitas das opiniões de Arendt são próprias. Ela considera a África do Sul como um campo de experiências importantes para o desenvolvimento do racismo, no que provavelmente está certa. Infelizmente, ela considera os negros como um povo para o qual a natureza continuou sendo a "única realidade avassaladora", devido ao que os africanos seriam apenas "fantasmas" ou seres "irreais". Espalhados em pequenos números por um amplo território hostil, os bóeres (africâneres) teriam perdido todas as suas características civilizadas e se transformado em "deuses brancos" que assombravam a vida dos "fantasmas negros". Apesar de ser em outros sentidos bem informada e erudita, em sua visão da África do Sul Arendt propõe um quadro tipicamente distorcido de um tipo que costumava ser muito comum entre intelectuais europeus e que está longe de desaparecer da mentalidade popular.

12. No sistema jurídico tradicional, sob o domínio holandês, havia as seguintes categorias: funcionários da Companhia das Índias Orientais (dona oficial da colônia), *burgers* (cidadãos de origem européia, muitos dos quais fazendeiros), *khoikhoi* (popularmente conhecidos como "hotentotes") e escravos. Os negros livres não se encaixavam em nenhuma dessas categorias.

13. Minha análise de Theal se baseia em Saunders (1988).

14. Os *sans* eram grupos de caçadores e coletores popularmente conhecidos em inglês como *bushman* e em português como "bosquímanos". Durante o século XIX, os *sans* sofreram genocídio nas mãos dos fazendeiros africanos – hoje praticamente não habitam mais a África do Sul, tendo-se refugiado nas regiões áridas e desertas de Botsuana e da Namíbia. Juntamente com os grupos *khoikhoi*, os grupos *sans*, através da miscigenação com os brancos e outros grupos, desapareceram em grande parte, dando origem à população mestiça, principalmente na província do Cabo. Muitos estudiosos hoje juntam os dois grupos num só, denominado *khoisan*.

15. As opiniões de Theal não são mais levadas a sério por estudiosos verdadeiramente profissionais na África do Sul ou no estrangeiro, embora tenham feito parte, por muito tempo, da visão corriqueira que os sul-africanos brancos têm dos negros. Para uma refutação da teoria da "terra vazia", que postula que tanto os brancos como os negros são imigrantes na África do Sul, ver, por exemplo, os primeiros capítulos em Davenport (1987), onde se mostra que, pela evidência arqueológica, os grupos negros habitam o país desde o primeiro milênio da era cristã. Ver também Cornevin (1979) para uma lista de concepções historiográficas tendenciosas relacionadas à África do Sul, que aparecem em fontes sul-africanas tais como livros escolares.

16. As opiniões de Theal se baseavam claramente na ideologia inglesa do século XIX. Como Saunders (1988, p. 27) diz, Theal era um darwinista social ("social darwinist"). Arendt (1989, p. 208-9) menciona o darwinismo social como uma teoria racial importante na Inglaterra da segunda metade do século passado, que unia a idéia de evolução à noção de sobrevivência dos mais fortes. Esta última noção tendo sido posteriormente descartada, a raça branca (ou os ingleses) foi considerada como sendo o ápice evolutivo da humanidade e como a raça que produzia mais heróis e gênios que qualquer outra raça (*id.*, *ibid.*, p. 211). Talvez Theal se afastasse dessa perspectiva só no sentido de que dava ênfase ao parentesco entre os holandeses e os ingleses na África do Sul.

17. Nessa campanha, Milner (alto-comissário britânico na África do Sul) tentou fazer com que os africanos perdessem sua identidade separada e sua língua própria, obrigando-os a assimilar-se à população de origem britânica.

As principais explicações que conheço, especialmente aquelas de estudiosos de língua inglesa, sobre o processo de construção da identidade africana apontam para a mobilização étnica após a guerra e, posteriormente, nos anos vinte e trinta, interpretando-o meramente como um mecanismo político para alcançar o poder. Implícita ou não, em grande parte da bibliografia está a opinião de que a identidade africana é algo que foi artificialmente construído como um instrumento político. Esse tipo de interpretação no fundo não tem sentido, pois, como vimos acima, todas as identidades nacionais e étnicas são construídas artificialmente e todas elas podem ser (e frequentemente o são) utilizadas num contexto político.

18. "Nação" é uma noção essencialista que pressupõe a homogeneidade ou homogeneização de suas partes constituintes. Embora nações diferentes ajam de maneira diferente com respeito a esse pressuposto, a idéia de nação sempre implica algum tipo de discriminação, assimilação, expulsão ou simplesmente diferenciação de elementos percebidos como dessemelhantes, seja sob a forma de um projeto a longo prazo ou de uma política concreta (ou ainda de ambos), quer isso se torne institucionalizado em nível estatal (como na África do Sul até recentemente) ou não (como no Brasil).

19. Esse caráter isolacionista vem acompanhado de uma idéia de pureza: a nação tem de ser um todo íntegro, homogêneo e puro. Toda alteridade a polui e é, portanto, perigosa. Devido a isso, as minorias sofrem frequentemente pressões assimilacionistas ou são simplesmente expulsas da nação, ou ao menos perseguidas (a Europa Central e a do Leste, em particular, apresentam muitos exemplos disso). No tipo de pensamento africano que estamos examinando aqui, essa noção de pureza (no sentido antropológico do termo) se expressa pelo termo *insyepeling* (ver Crapanzano, 1986, *in passim*). Esse termo se aplica à noção de pureza do próprio sangue (ou do sangue do *Volk*). Embora não mencione o termo *insyepeling*, Coetzee (1988, cap. 8) faz uma análise importante da

idéia de poluição do sangue, através dos trabalhos de uma escritora sul-africana inglesa, Sarah Gertrude Millin. Incidentalmente, como o uso da idéia por parte de Millin mostra, essa noção de poluição do sangue está longe de ser um conceito exclusivamente africâner. Uma tradução brasileira de *insypeling* poderia ser *inoculação*, um termo que expressa a idéia de sangue negro se infiltrando em sangue branco (ou de veneno se infiltrando no sangue). Ver menção em Seyferth, 1989, p. 12.

20. A respeito dos pontos de vista de Cronjé, ver De Klerk, 1975, p. 216.

21. Contudo, aparentemente Theal nunca se preocupou em pensar um sistema que permitisse o progresso dos negros.

Desnecessário dizer, *volkskap* ("volk-idade") ou etnicidade é um demônio essencialista africâner (e ocidental) que não é necessariamente relevante para os conceitos de identidade negra. Como Monica Wilson mostra na *Oxford history of South Africa*, "zulu", "xhosa" etc. são, na realidade, rótulos linguísticos mais ou menos arbitrários usados pelos europeus no século passado. Esses rótulos seriam mais tarde transformados oficialmente em identidade de *Volk* durante o governo nacionalista a partir de 1948. Ver os vários artigos na coletânea de Bonzaier & Sharp (1988), embora eu não esteja de acordo com a tendência destes (especialmente na introdução e artigo de Sharp) de reduzir a etnicidade a um mero mecanismo político.

22 Dumont (1966, "Appendice D") menciona a importância capital do território no pensamento moderno.

23. Por exemplo, entre os Oranjewerkers, uma organização liderada pelo filho de Verwoerd (o primeiro-ministro que implementou a política das *homelands*) que propõe a criação de uma pátria africâner onde todo trabalho seria feito pelos próprios brancos e onde nenhum negro residiria. Orania, uma cidadezinha no interior da província do Cabo, é atualmente o núcleo dessa pátria, onde só habitam africâneres.

24. Há um fato interessante que aponta tanto para o essencialismo quanto para a conveniência política: os brancos são oficialmente considerados como um único grupo étnico, enquanto os negros, anteriormente rotulados todos como "nativos", foram divididos em diversos *Völker*. Havia um plano da Broederbond (organização secreta africâner cujos membros pertencem aos altos escalões do governo), no início dos anos sessenta, de africanizar os brancos de língua inglesa que nos recorda a campanha de anglicização dos brancos de língua holandesa, levada a cabo por Milner no começo deste século: a nação tem de ser homogênea a qualquer custo e, portanto, as diferenças incomodam mesmo quando existem entre os brancos.

25. Os Estados Unidos são um caso paradigmático nesse sentido. Através de toda sua história, persistiu a "questão negra" (para usar um termo antiquado empregado pelos brancos) e, mesmo hoje, quando os negros podem fazer uso de quotas étnicas para empregos e acesso à educação universitária, e estão protegidos por uma série de leis tanto no nível local quanto nacional, a diferenciação continua (existe aquele ditado famoso no sentido de que "*a black man can never forget the color of his skin*" ("um negro nunca pode esquecer a cor de sua pele")). Não se descarta facilmente o essencialismo porque ele está muito enraizado no pensamento ocidental. Embora eu não possa aprofundar a questão aqui, nossa própria concepção da realidade como "natureza" (isto é, como algo fundado na suposta concretude do fato e da biologia) está intimamente vinculada à maneira como pensamos sobre "raças" e pessoas em geral. Não estou alegando que não exista uma maneira de sair desse sistema de pensamento: como é algo que foi historicamente construído, também pode ser desconstruído. Contudo, para isso, uma consciência e análise profundas de algumas das premissas do pensamento ocidental seriam necessárias.

26. Talvez se possa dizer que o caso argentino seja um dos extremos numa gama ideológica onde o Brasil estaria no outro extremo. A tendência dominante tem sido a de pensar a Argentina como uma nação quase exclusivamente branca. Na realidade, como Segato (1990) mostra em seu ensaio pioneiro, há proporcionalmente mais índios na Argentina do que no Brasil e a população negra argentina era bastante substancial até o final do século passado. Contudo, a ideologia nacional argentina propôs uma visão muito homogeneizante da população nacional na qual nem os índios nem os negros tinham um lugar. A ênfase foi dada à criação de uma nação baseada num contingente imigrante europeu, sem a ênfase dada no Brasil à miscigenação. É muito provável que a população negra da Argentina tenha emigrado para o Brasil na virada do século, talvez para escapar de uma sociedade que não levava em consideração sua própria existência. Os negros que atualmente vivem na Argentina parecem ser imigrantes recentes vindos do Uruguai.

27. Pode haver objeções à minha tentativa de comparar a África do Sul com os Estados Unidos, já que as duas são sociedades muito diferentes sob vários aspectos. No entanto, meu objetivo aqui é fazer ressaltar o fato de que existe uma similaridade entre eles no que diz respeito à ideologia, especialmente quando contrastamos essas duas sociedades com o Brasil. Embora tenham dado lugar a uma política e a um sistema que não parece igualitário em absoluto, os valores igualitários estavam presentes na ideologia de *apartheid* tal como postulada, por exemplo, por Cronjé. Acredito que interpretar esses valores meramente como uma forma maquiavélica de encobrir a "verdadeira natureza" da ideologia não tem sentido sociologicamente falando (contudo, não acredito tampouco que, devido à "visão de justiça" para todos supostamente contida no *apartheid*, seria necessário ser mais tolerante com relação a este último e aos africanos que o propuseram, como De Klerk [1975, p. 24] parece querer dar a entender). Não creio que seja um exagero dizer que o *apartheid* possa ser considerado como a noção de separação e igualdade levadas às suas últimas conseqüências, dentro do arcabouço da ideologia de *Volk*. Uma comparação histórica mais profunda mostraria essa semelhança estrutural entre as ideologias americana e sul-africana, que, nesse sentido, não aparece numa comparação com o caso brasileiro.

28. É preciso ter em mente que não se trata de uma hierarquia fixa, com posições estanques e permanentes: o princípio do sistema é hierárquico, mas o *locus* concreto ocupado por cada um pode estar sujeito a um grau considerável de manipulação, de acordo com o caso individual, a situação etc.

29. Daí seu enorme êxito no exterior, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando *Casa-grande & senzala* apareceu em inglês e mais tarde também em francês, italiano e alemão (para não mencionar traduções posteriores para o húngaro, polonês e espanhol). O trabalho foi aclamado como sendo a descrição da que seria possivelmente a primeira sociedade não-racista do Ocidente.

30. Carlos Hasenbalg, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, no Rio de Janeiro, chamou minha atenção para o fato de que ele próprio e outros já haviam indicado as limitações desse pressuposto antes de Marinho de Azevedo.

31. Ver Marinho de Azevedo, 1987, p. 25-7. Hoje já existem trabalhos que lidam com o caráter capitalista da escravidão e que contestam a oposição tradicional entre escravidão "pré-capitalista" e trabalho assalariado capitalista (novamente, ver Marinho de Azevedo, *id.*, *ibid.*). A discussão que se segue baseia-se no trabalho de Azevedo.

32. Na virada do século XVIII para o XIX, a elite branca de origem francesa do Haiti foi derrubada e dizimada ou expulsa do país pela população negra e mestiça.

33. Na realidade, para propósitos ideológicos, talvez possamos datar a independência brasileira a partir de 1808, com a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro e a subseqüente elevação do Brasil ao *status* de reino unido a Portugal. Embora esse assunto, que eu saiba, nunca tenha sido investigado a fundo, imagino que essa mudança de *status* tenha sido um ponto crítico no que poderíamos chamar de uma consciência nacional: em todo caso, é a partir daí que surgem as memórias mencionadas por Marinho de Azevedo.

34. Para citações de trabalhos de Couty, ver Marinho de Azevedo, 1987, p. 78. Couty postula que no Brasil o liberto era admitido na sociedade como um igual; além disso, não existiria, segundo ele, preconceito racial. As uniões entre as raças seriam frequentes e tantos os mestiços como os negros se misturariam abertamente com os brancos. Joaquim Nabuco elaboraria mais tarde essa perspectiva numa obra de 1883 (ver novamente Marinho de Azevedo, *id.*, *ibid.*, p. 91).

35. No mais das vezes, pode não ser fácil perceber esse sentimento generalizado, principalmente em declarações explícitas, devido à predominância entre nós da ideologia da democracia racial. Carvalho (1985, p. 35) nota que o negro simboliza para o branco brasileiro o que este último vê como sua incapacidade de se tornar europeu.

36. Ver o trabalho de Seyferth, 1982, *in passim*, em particular as acusações de racismo dirigidas contra as comunidades teuto-brasileiras de Santa Catarina (que eram alvo de ataques, pelo menos desde a virada do século, por se recusarem a se misturar e por não quererem o contato) e o relato da campanha de nacionalização de Vargas nos anos trinta, com a descrição das razões apontadas pelos militares para a campanha.

37. Esperava-se que, com a ajuda de imigrantes da Europa, que se miscigenariam com a população local, essa futura nação mestiça seria mestiça-clara, pois, a despeito do ideal de miscigenação, ser branco, como vimos, permaneceu como valor cardinal da ideologia.
38. A edição de 1975 de *Aurélio* dá como definição de “preto de alma branca” uma pessoa negra que é boa, generosa, nobre e leal; isto é, uma pessoa negra que, a despeito de sua cor, é boa, generosa etc.
39. Interessantemente, ouve-se às vezes também a opinião contrária (embora com muito menos frequência): o racismo brasileiro seria tão difícil de desmascarar que o *apartheid* seria preferível, pois neste último o racismo é evidente e claro e, portanto, supostamente mais fácil de combater. Não compartilho dessa opinião e nem da opinião anterior, de que a versão brasileira é melhor. Sociologicamente falando, não tem sentido pesar os méritos e deméritos relativos do que no fundo são apenas versões diferentes do mesmo fenômeno, isto é, do essencialismo.
40. Carlos Hasenbalg me forneceu gentilmente as informações sobre os censos no Brasil.
41. Note-se que, tradicionalmente, a nacionalidade sul-africana, tanto como construto ideológico quanto como instrumento jurídico, se resumiu essencialmente aos brancos e, em menor grau, aos indianos e mestiços: em grande medida, os grupos negros literalmente não tinham direito à nacionalidade. Isto é, fez-se um esforço enorme para expulsar os negros da nação sul-africana, retirando-lhes a nacionalidade e imputando-lhes arbitrariamente uma outra nacionalidade construída pelo governo (como xhosa, zulu, venda, tsuana etc.). Na concepção do governo nacionalista, todos os negros no país seriam trabalhadores estrangeiros com direito apenas temporário de residência: sua verdadeira pátria seriam os diversos bantustões que o governo criou para eles, territórios *nacionais* supostamente autônomos ou mesmo independentes da África do Sul propriamente dita. Os negros em geral não possuíam documentos de identidade sul-africanos, como os dos brancos, mestiços e indianos, mas apenas um *pass*, uma espécie de passaporte interno que lhes permitia transitar e trabalhar nas áreas brancas da África do Sul. Eles podiam residir em áreas especiais só para eles (as *locations* ou *townships*), mas mesmo nessas áreas não tinham em geral direito de residência permanente ou a propriedade da terra ou das casas onde viviam. O sistema todo foi concebido de modo a dificultar ao extremo ou impedir mesmo qualquer forma de cidadania sul-africana por parte dos negros.
42. Devido à desvalorização (em termos de uma ideologia igualitária) de outras raças que não sejam a branca, embutida na ideologia da democracia racial, as pessoas tendem a usar para si próprias algum termo tirado de uma série enorme e variada de eufemismos para designar negros e mestiços. Alguns dos mais pitorescos, citados num panfleto da companhia do censo (1991), incluem “marrom-bombom”, “moreno chegado”, “acastanhado” etc. Nessa linha de raciocínio, quase qualquer termo serve, desde que não se use o termo preto ou negro em autodesignações.
43. Uma medida do poder enorme da ideologia é o fato de que os próprios negros acreditaram nela. O problema mais espinhoso dos movimentos negros no Brasil nos últimos anos tem sido convencer os negros de sua identidade racial e desse modo conscientizá-los plenamente a respeito da discriminação que acompanha o fato de ser negro. Essa relativa “falta de consciência” da própria cor não foi sempre o caso no Brasil: nas primeiras décadas deste século existiam associações e grupos negros importantes em várias regiões do país. Aparentemente, foi o predomínio e difusão da ideologia da democracia racial a partir de certa época que fez com que esses grupos desaparecessem ou perdessem sua importância.
44. Esse é o caso do Movimento Negro Unificado, ligado ao Partido dos Trabalhadores – embora reconhecendo a importância da questão racial, o PT a subordina à questão de classe. No Brasil, a ideologia da democracia racial tem sido tão poderosa que informou o pensamento de todos os partidos políticos do país, sem exceção.

BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, Graça (s/d – publicado pela primeira vez em 1901). *Canaã*. Rio de Janeiro, Ediouro.
- ARENDR, Hannah (1973). *The origins of totalitarianism*. New York, Harcourt Brace Jovanovich [*Origens do totalitarismo – Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989].
- BELLAH, Robert N. (1988). "Civil religion in America". *Daedalus*. Summer (publicado pela primeira vez em *Daedalus*, Winter 1967).
- BERLIN, Isaiah (1976). *Vico e Herder*. Brasília, Editora Universidade de Brasília [*Vico and Herder: two studies in the history of ideas*. London, The Hogarth Press, 1976].
- BIKO, Steve (1988). "Black souls in White skins?". In: *I write what I like* (selected and edited by Aelred Stubbs CR). London, Penguin (existe tradução brasileira).
- BOONZAIER, Emile & SHARP, John, org. (1988). *South African Keywords: the uses & abuses of political concepts*. Cidade do Cabo/Joanesburgo, David Philip.
- CARVALHO, José Jorge de (1988). "Mestiçagem e segregação". In: *Humanidades*, 17. Brasília.
- COETZEE, J. M. (1988). *White writing: on the culture of letters in South África*. New Haven/London, Yale University Press.
- CORNEVIN, Marianne (1979). *L'apartheid: pouvoir et falsification historique*. Paris, Unesco.
- CRAPANZANO, Vincent (1986). *Waiting: the Whites of South Africa*. London, Paladin, Grafton Books.
- DAVENPORT, T. R. H. (1987). *South Africa: a modern history*. London, Macmillan Press.
- DE KLERK, W. A. (1975). *The puritans in Africa: a story of Afrikanerdom*. Pelican Books.
- DUMONT, Louis (1966). *Homo hierarchicus: le système des castes et ses implications*. Paris, TEL/Galimard.
- (1983). *Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*. Paris, Esprit/Seuil.
- (1984). *Homo aequalis: il genesi e trionfo dell'ideologia moderna*. Milão, Adelphi.
- DU TOIT, André (1985). "Puritans in Africa? Afrikaner 'Calvinism' and Kuyprian Neo-Calvinism in late nineteenth-century South África". In: *Comparative Studies in Society and History*. April issue.
- ELPHICK, Richard and GILIOMEE, Hermann, org. (1979). *The shaping of South African society: 1652-1820*. Cidade do Cabo, Maskew Miller Longman.
- FERNANDES, Florestan (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus/Edusp.
- FREYRE, Gilberto (1987). *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- HOBBSAWM, Erik (1990). *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. Cambridge University Press [*Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio/São Paulo, Paz e Terra, 1990].
- IBASE e outros (1991). "Não deixe sua cor passar em branco: responda com bom c/senso". Panfleto para a campanha do Censo de 1991, Rio de Janeiro.
- MARINHO DE AZEVEDO, Célia Maria (1987). *Onda negra, medo branco – o negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio/São Paulo, Paz e Terra.

- MATTA, Roberto da (1981). "O mito das três raças". In: *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis, Vozes.
- MAUSS, Marcel (1969). "La nation". In: *Oeuvres - 3. Cohésion sociale et divisions de la sociologie*. Paris, Minit.
- MONTAGU, Ashley (1950). "A consideration of the concept of race". In: *Cold Spring Harbor Symposia on Quantitative Biology* (vol XV: *Origin and evolution of man*). New York, The Biological Laboratory, Cold Spring Harbor, Long Island [tradução brasileira em *Evolução, raça e cultura*, org. Gioconda Mussolini. São Paulo, Pioneira].
- MORA, Ferrater (1971). *Diccionario de filosofia*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana.
- RIBEIRO, Fernando Rosa (1990). "Apartheid: o reino de Deus na terra". Dissertação de mestrado. Brasília, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- SAUNDERS, Christopher (1988). *Making of the South African past*. Cidade do Cabo, David Philip.
- SEGATO, Rita Laura (1990). *Uma vocação de minoria: a expansão dos cultos afro-brasileiros na Argentina como processo de reetnicização*. Brasília, Série Antropologia 99, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- SEYFERTH, Giralda (1982). *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa companhia do Vale do Itajaí*. Florianópolis, Edições da Fundação Catarinense de Cultura.
- (1989). "As ciências sociais no Brasil e a questão racial". In: *Cativeiro e Liberdade, seminário do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- TORRES, Alberto (1982). *O problema nacional brasileiro*. Brasília, Companhia Editora Nacional/Universidade de Brasília.
- WEBER, Max (1958). *The Protestant ethic and the spirit of capitalism* (traduzido por Talcott Parsons). New York, Charles Scribner's Sons.
- WILSON, Monica and THOMPSON, Leonard, org. (1969). *The Oxford history of South Africa* (vol. I: *South Africa to 1870*). Oxford at Clarendon Press.

## SUMMARY

### Apartheid and racial democracy: race and nation in Brazil and South Africa

This article uses the concept of ideology to interpret the process of nation building in South Africa and in Brazil. It attempts to show that in the two countries, the nation was ideologically constructed based on similar premises which, however, developed along different lines. Further, this article shows that in both cases "race" was a central concept and the

reason for this similarity is due more to a common European origin of the two ideologies than to the specific conditions of the two countries. Finally, the article attempts to understand both the South-African case as well as the Brazilian within a clearly comparative perspective in which each case helps to clarify the other.



## RÉSUMÉ

### **Apartheid et démocratie raciale: race et nation au Brésil et en Afrique du Sud**

Cet essai a pour but d'expliquer, à l'aide du concept d'idéologie, les tentatives de construction de la nation faites en Afrique du Sud et au Brésil. On s'efforce d'y montrer que, dans ces deux pays, la nation a été construite à partir de prémisses idéologiquement semblables, même si ultérieurement leur évolution a été différente. C'est essai montre par ailleurs que, dans un cas comme dans l'autre, le concept de "race"

a joué un rôle central et que les raisons de cette similitude se trouvent dans les origines idéologiques européennes communes à ces deux pays bien plus que dans leurs conditions spécifiques. L'essai s'efforce finalement de rendre compréhensible le cas sud-africain et le cas brésilien selon une perspective pleinement comparative, de telle sorte chacun des deux cas contribue à l'élucidation de l'autre.

# Moçambique: desestabilização, Estado, sociedade e espaço\*

James Derrick Sidaway\*\*

\* Traduzido do original em inglês "Mozambique: destabilization, state, society and space" por Sieni Maria Campos. Recebido para publicação em abril de 1992.

\*\* Professor do Departamento de Geografia da Universidade de Readings, Whiteknights, Reino Unido.

---

## A SITUAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

---

*Angola e Moçambique são terras de extremos. A presença do colonizador talvez tenha ficado mais claramente marcada nas cidades, grandes e médias, da África portuguesa do que em qualquer outra região do continente africano. Em certo sentido, elas são Portugal. Na maioria das antigas cidades grandes do litoral, ou nas cidades de porte médio do interior, a arquitetura, as ruas, as praças, os jardins e parques, a cor, o espírito, todo o modo de vida são fundamentalmente portugueses. Contudo, fora das áreas urbanas, no mato, nos campos e aldeias africanas, a sensação é de que pouco mudou em 400 anos e pode-se dizer que muitas dessas zonas praticamente não foram influenciadas pela ocupação portuguesa. Apenas um trecho de ferrovia, uma estrada bem conservada ou uma casa portuguesa isolada atestam o avanço da Europa. (J. Duffey, 1961.)*

As percepções e ações de estrategistas estrangeiros desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da situação<sup>1</sup> de Moçambique, que continua sendo uma "terra de extremos". É muito significativo que, ao apoiar o movimento rebelde da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana)<sup>2</sup>, os militares sul-africanos visassem enfraquecer o Estado moçambicano, debilitando sua capacidade de se mobilizar contra a África do Sul e obrigando a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique)<sup>3</sup> a adotar uma posição mais transigente a nível regional e nacional. A desestabilização de Moçambique também aumentou a dependência de seus vizinhos que não dispõem de acesso ao mar em relação à África do Sul, dando, portanto, ao regime de Pretória, mais poder de pressioná-los (Hanlon, 1986; Simon, 1991). O Zimbábue, o Malavi e a Suazilândia, especificamente, dependiam muitíssimo das estradas que atravessam o território moçambicano.

Como reação à incapacidade da Frelimo em manter o controle e a segurança em seu terri-

tório, o Zimbábue mantém desde 1982 tropas protegendo o corredor da Beira. Sem essa operação militar, que em 1987 já mobilizava cerca de dez mil soldados, o acesso ao porto mais próximo do Zimbábue – e um oleoduto vital – teria sido fechado. Entre 1984 e 1991, uma divisão motorizada do Zimbábue também escoltava comboios comerciais que atravessavam o Tete rumo ao Malavi. Entre 1986 e 1988, a Tanzânia também enviou tropas ao norte de Moçambique e, no final da década de oitenta, um batalhão do Malavi protegia a ligação ferroviária de Nacala. Mas a relação mais importante da região é a que existe entre Moçambique e o Zimbábue, combinando a força militar deste último país com a posição estratégica do primeiro.

A presença de tropas estrangeiras indica a proeminência da situação geopolítica de Moçambique como rota de passagem para os Estados vizinhos. Além disso, as extensas fronteiras e a integração econômica de Moçambique com seus vizinhos facilitaram a desestabilização instigada do exterior. O Estado moçambicano foi vítima da estratégia geopolítica da Rodésia, em primeiro lugar, e, a seguir, da África do Sul (Hanlon, 1986). Na verdade, a geopolítica é o primeiro fator a que se deveria fazer referência ao se refletir sobre a incapacidade do regime moçambicano de se afirmar em todo o seu território nacional. Em sentido profundo, a geografia tem importância.

Forbes e Thrift (1987) chamaram nossa atenção para o impacto da guerra na organização espacial de muitos Estados pós-revolucionários do Terceiro Mundo.<sup>4</sup> Moçambique certamente não foi o único Estado do Terceiro Mundo a enfrentar uma desestabilização financiada do exterior na década de 1980. Mas a intensidade da violência em Moçambique, majoritariamente perpetrada pela Renamo, foi inusitada. São comuns as notícias de civis estuprados, mutilados e brutalmente assassinados. Relatos vívidos e pungentes, em primeira

mão, sobre a violência da Renamo contra os civis (Magaia, 1987; Gersony, 1988; Minter, 1989) atestam a intensidade do que um observador (Frelick, 1989) chamou de “o *khmer* Vermelho da África”, levando outros comentaristas sérios (Finnegan, 1989a e 1989b; Hall, 1990) a refletir sobre o “lado mais escuro” da natureza humana.

Saul (1985) sugeriu que o mundo exterior esqueceu, em grande medida, o conflito em Moçambique porque essa luta faz parte de uma guerra de desgaste contra os civis e o próprio Estado, e não de combates militares dramáticos. Em Moçambique, contudo, a guerra nunca está muito longe e o custo humano foi imenso. Chegou a um terço a parcela de sua população – de 16 milhões de pessoas – diretamente afetada pela guerra. Mais de 1,5 milhão de pessoas foram obrigadas a deixar suas casas – são os *deslocados* – e mais de seis milhões enfrentam uma escassez crônica de alimentos (Cammack, 1988; Ratilal, 1990). O Estado procurou minimizar as taxas de urbanização por meio de um sistema dual de autorizações de residência e da ampliação da infraestrutura social e econômica do campo, documentados por Friedmann (1980), mas esse objetivo foi irremediavelmente frustrado, pois, no intuito de escapar da Renamo, as pessoas fogem do campo para áreas que ofereçam um mínimo de segurança.<sup>5</sup>

A maior parte do território moçambicano está num estado caótico. Hoje em dia, a produção econômica total é de aproximadamente um terço, em termos reais, de seu nível da época da independência (Hermele, 1988b). Com a exceção parcial dos poucos *corredores* com proteção militar apontados acima, a maioria das ferrovias e das estradas está destruída ou é regularmente atacada. A insurgência rural está amplamente disseminada e, tanto para os estrangeiros como para os moçambicanos, viver e viajar para fora de Maputo, para fora das capitais de distrito e de província,

significa correr o risco de serem atacados pela Renamo. O risco é considerável, mesmo em alguns setores das rotas de transporte protegidas por tropas estrangeiras.

---

#### A RENAMO NO CONTEXTO INTERNACIONAL E INTERNO

---

A publicação de dois relatórios – o “Relatório Gersony”, do Escritório de Programas para Refugiados do Departamento de Estado dos Estados Unidos (Gersony, 1988), e o “Relatório Minter” (Minter, 1989), baseado em entrevistas com refugiados e combatentes que haviam pertencido à Renamo – apóia acusações anteriores de que se cometiam violações sistemáticas dos direitos humanos, atribuídas, em sua esmagadora maioria, à Renamo. Como aponta Finnegan (1989b, p. 72):

*O movimento é autoritário em grau extremo. Todos os seus fundadores e líderes têm um passado vinculado às forças armadas e à polícia e o discernimento político tanto de combatentes como de colaboradores, em sua maioria analfabetos, parece girar em torno de zero. A bandeira da Renamo, que parece ter sido inventada em Pretória, ostenta cinco flechas apontando para baixo sobre o slogan “Guerra e Morte ao Inimigo da Pátria”.<sup>6</sup>*

As longo da década de 1980, durante a primeira metade da qual a guerra inicialmente se estendeu a todas as províncias de Moçambique, a Renamo recebeu um decisivo apoio material da África do Sul. A evidência sugere que, apesar das mudanças na política sul-africana na década de 1990, o apoio continua, embora em escala muito menor. A pesquisa de Minter (1989) e os relatos subsequentes da imprensa (Koch, 1990) põem em dúvida a negativa de Pretória de que elementos de fontes

sul-africanas, militares e particulares, ainda dão apoio à Renamo.

De início, a Renamo era apenas irritante para o Estado moçambicano. A Renamo fora criada e financiada pela Rodésia com o objetivo de fornecer guias para as incursões do Exército rodesiano em Moçambique em busca de guerrilheiros do ZANLA (Exército de Libertação Nacional Africano do Zimbábue) e com vistas a desestabilizar áreas de Moçambique usadas por esse movimento como bases. Fauvet (1984), Johnson e Martin (1989), Metz (1986), Taju (1988), Nilsson (1990) e Vines (1991b) elaboraram exposições detalhadas sobre as origens da organização e sobre como, após a independência do Zimbábue em 1980, a rede de abastecimento e comunicações da Renamo passou para as mãos dos militares sul-africanos, que aumentaram a escala do apoio. Apesar de um acordo de “não-agressão e boa vizinhança” entre os governos de Moçambique e da África do Sul – acordo firmado em Nkomati em 1984, no qual a África do Sul concordava em interromper o apoio à Renamo em troca da suspensão do apoio material que Moçambique dava ao CNA (Congresso Nacional Africano) –, os sul-africanos continuaram, sem maiores mudanças, a fornecer suprimentos militares e a controlar a rede de comando e comunicações da Renamo.

Na verdade, o acordo foi sabotado pelos elementos de dentro do complexo sistema da política externa sul-africana que procuravam obter a desestabilização contínua de Moçambique. A idéia do serviço militar de inteligência da África do Sul, que foi a força externa mais significativa por trás da Renamo – embora a organização também seja apoiada por ex-colonialistas que agora estão na África do Sul e em Portugal e por alguns ultraconservadores da Alemanha e dos Estados Unidos (Nilsson, 1990) –, era de que a Renamo devia ser mantida para que a pressão sobre Moçambique não diminuísse. Os detalhes das divergências internas da África do Sul em relação

ao acordo não são totalmente claros, mas, segundo Hanlon (1986), tais divisões políticas, embora existissem, diziam respeito apenas ao grau em que o acordo de Nkomati deveria ser violado: não se discutia se devia ou não ser respeitado. Hanlon (1986, p. 50) observa que, antes do acordo:

*Parecia haver três opiniões divergentes quanto ao que fazer em relação a Moçambique: a solução militar ativa de derrubar o governo; continuar como antes, dando apoio à Renamo como parte de uma política destinada a criar o "cordão de instabilidade", pois assim os Estados vizinhos ficam ocupados demais com seus próprios problemas para "ameaçar" a África do Sul; ou, por fim, voltar à linha mais equilibrada da estratégia total, dar mais ênfase aos fatores diplomáticos e econômicos e firmar um pacto de não-agressão. A primeira alternativa nunca teve aceitação geral, de modo que o SSC (Conselho de Segurança do Estado)<sup>7</sup> parece ter escolhido uma posição "ampla, vaga" situada em algum ponto entre as duas últimas opções.*

Além disso, Hanlon (1986, p. 50) afirma que o SSC não tomou decisão alguma quanto ao que aconteceria após a assinatura de Nkomati, em parte devido à pressuposição comum – que mais tarde revelou ser falsa – de que Moçambique violaria o acordo.

Moçambique de fato expulsou o CNA, ao passo que a África do Sul logo ampliou o apoio que dava à Renamo. Por um tempo, no ano de 1986, temeu-se que Quelimane, capital da província moçambicana da Zambézia, caísse, pois combatentes da Renamo se infiltraram na província a partir de bases no Malavi.<sup>8</sup> Na verdade, a Renamo nunca teve condições materiais nem, ao que parece, a intenção de tomar Quelimane. De fato, apesar da ampla insurgência rural, nunca se fez uma ameaça militar substancial nem uma ameaça política direta ao

controle da Frelimo em Maputo nem nas capitais provinciais.

Em sentido estratégico, contudo, o acordo de Nkomati e as tentativas moçambicanas subsequentes de chegar a um acordo com Pretória e com a Renamo (Vines, 1991a) foram um fracasso para Moçambique. Não foi suspenso o apoio de fontes paraoficiais da África do Sul à Renamo, nem tampouco a atividade da Renamo e os danos dela decorrentes para o Estado, a economia e a sociedade moçambicanas. Frustrou-se a esperança da Frelimo de que o acordo lhe permitisse recuperar total controle sobre o território moçambicano. Assim, Moçambique é o principal exemplo da estratégia militar sul-africana de desestabilização regional. A incapacidade do regime moçambicano em controlar seu território está diretamente relacionada com o bem documentado apoio dos militares sul-africanos à Renamo.

Devemos rejeitar com firmeza as afirmações de quem, como Hoile (1989), diz que a Renamo é um movimento de libertação nacional com apoio popular maciço, pois está claro que a relação entre a Renamo e a população civil muitas vezes foi coercitiva e que a Renamo não dispõe de amplo apoio popular. Contudo, embora tenha sido instigado e continuado a ser alimentado por potências externas, é claro que também existe conflito entre moçambicanos. O apoio à Frelimo e a justificada indignação com as táticas terroristas da Renamo talvez tenham levado muitos observadores a subestimar a vinculação entre as debilidades e erros da Frelimo e a permanência da Renamo.

Antes da independência, a Frelimo construiu um vasto círculo de intelectuais e afiliados ocidentais que partilharam sua capacitação; depois, outros foram atraídos. A "produção de conhecimento" sempre é um fenômeno social e a simpatia de muitos intelectuais ocidentais para com as intenções da revolução moçambicana às vezes os levou a aceitar a li-

nha oficial da Frelimo de maneira bastante acrítica.

É evidente que essa questão é muito complexa e não é possível abstrair-la da luta em Moçambique e das polarizações mais amplas na região (Geffray, 1988; Young, 1990). No entanto, o resultado foi irônico, pois, como indica White (1985), grande parte do que se escreveu sobre as revoluções nos países africanos de língua portuguesa desde a independência foi a imagem simétrica do que se escreveu sobre o período colonial justificando teoricamente a política portuguesa. Assim, autores como Freyre (1961) afirmaram que Portugal gerara uma união não-racial dos europeus com os tropicais: um novo tipo de civilização "lusotropical", diferente de outros colonialismos. Contudo, após a independência, a "velha afirmação de que o lusotropicalismo era diferente de outras formas de colonialismo é simétrica à alegação de que as revoluções nas ex-colônias portuguesas são bastante diferentes das formas anteriores de independência (White, 1985, p. 321).

Nos últimos anos, temos assistido a debates mais críticos sobre o Moçambique pós-independência, inclusive um relativo à questão da base social e política do "sucesso" militar da Renamo, o que foi facilitado por uma maior abertura em Moçambique. Tornou-se claro que, apesar de suas táticas terroristas, é inadequado descartar a Renamo dizendo que seus integrantes são "bandidos sociais" ou "títeres da África do Sul", sem considerar outros fatores. A situação em Moçambique só faz dificultar a pesquisa, mas, como observou Minter (1989, p. 109), uma "compreensão profunda da complexa interação entre a Renamo, a Frelimo e a população civil exigiria estudos feitos a longo prazo em determinadas áreas específicas". Em meio a clãs que competem uns com os outros, é urgente desenvolver pesquisas para saber como os fatores interagem, gerando o que é uma tragédia humana complexa.

Atualmente é difícil desemaranhar a realidade das controvérsias.

Embora seja importante se conscientizar do vultoso custo econômico e humano da política externa sul-africana e chamar a atenção para o vínculo profundo que existe entre a estratégia da África do Sul e a situação em Moçambique, deve ser levantada a questão de até que ponto a Renamo tem raízes sociais e políticas internas. Nesse sentido, é importante apontar, de início, que são relativamente recentes as questões referentes à extensão de uma base etnotribal claramente delineada. Os líderes da Renamo em Moçambique são predominantemente ndau, grupo de língua shona da província de Manica, o que reflete em parte o recrutamento inicial pelas forças de segurança da Rodésia. Alguns observadores relataram que os combatentes parecem provir de todos os grupos étnicos (Minter, 1989), embora pesquisas subsequentes tenham ressaltado a tendência a encontrar mais ndaus na liderança militar (Hall, 1990; Roesch, 1991).

A identidade étnica é claramente um fator. No entanto, a maneira como funciona em Moçambique e sua contribuição para a guerra são extraordinariamente complexas. A nível geral, a guerra não pode, de modo algum, ser responsabilizada por tais fatores, mas a excessiva centralização do Estado, a acentuada preferência por pessoas do sul de Moçambique na liderança máxima – por exemplo, só um ou dois membros do Politburo não vêm de regiões ao sul do Rio Save – e uma discriminação similar no recrutamento e na promoção dentro do aparelho de Estado provavelmente contribuem para seu surgimento. Tanto as bases históricas (no extremo norte de Moçambique) como a origem dos líderes (do sul do país) da FRELIMO estão na periferia geográfica do país alongado que é Moçambique. Embora esses pontos tenham sido repetidamente, e muitas vezes bastante energeticamente, frisados em entrevistas<sup>9</sup> com funcionários do Estado

oriundos do norte ou do centro de Moçambique, e costumem ser reconhecidos por outros, as origens, a dinâmica e o significado desse viés espacial mereceram relativamente pouca atenção na bibliografia cada vez mais extensa sobre a situação moçambicana. Para responder a esse conjunto de perguntas, será preciso retornar à evolução da FRELIMO anterior à independência, processo que era, nas palavras de Young (1988, p. 166) “uma interação imensamente complexa de conflitos étnicos, de personalidade e ideológicos, muitos dos quais continuam obscuros”.

Isso é assim porque, por mais que a práxis revolucionária da FRELIMO tenha evoluído com a experiência de novas relações de produção nas zonas liberadas do norte do país, assistiu-se à evolução de outra característica que, combinada com a oposição colonial e externa à revolução moçambicana, também teria seu papel na história subsequente de Moçambique. As lutas virulentas pela hegemonia no movimento de libertação na década de 1960 criaram rachas e ressentimentos e levaram à exclusão de grupos e indivíduos da Frelimo.<sup>10</sup> Poucos desses grupos e indivíduos voltaram à cena mais tarde na Renamo, mas tanto essa história quanto a concentração de sulistas na liderança da Frelimo apareceram no discurso da Renamo.

Embora a história da FRELIMO, desde sua formação com base na fusão de três partidos protonacionalistas, tenha sido documentada por Cahen (1988), Isaacman e Isaacman (1983), Munslow (1983), Saul (1973, 1985) e outros, ainda resta muito a esclarecer. Por exemplo, como, numa interpretação mais ampla da experiência moçambicana, a solidariedade com os objetivos da revolução moçambicana se associou a uma aceitação bastante acrítica da linha oficial da Frelimo. De fato, mesmo um relato em outros pontos bastante simpático à Frelimo (Bragança e Depelchin, 1988, p. 95) observaria que:

*Os inimigos da revolução moçambicana podem distorcer deliberadamente sua história, mas o mesmo pode ser feito pelos que procuram defendê-la, em virtude de uma noção de afinidade, apoio e solidariedade. Infelizmente, o compromisso às vezes pode cegar a pessoa, fazendo-a ver apenas uma versão idealizada da realidade.*

Ao menos é possível dizer que, se muitos textos<sup>11</sup> frisaram a importância das novas relações sociais que surgiram nas zonas liberadas pela FRELIMO, um fator pelo menos igualmente importante foi a tendência à disputa acirrada e violenta entre os moçambicanos que diziam ser os autênticos representantes do nacionalismo moçambicano.

Em escala mais local, porém não menos complexa, há muitas provas circunstanciais e algumas mais substantivas, empíricas, de que alguns dos moçambicanos afastados pela política de transformação social da Frelimo, combinada com políticas “de cima para baixo” e freqüentemente com políticas autoritárias, entraram para a Renamo (Finnegan, 1989a, 1989b; Geffray e Pedersen, 1986; Geffray, 1990). Contudo, esses relatos frisaram a importância das condições sociais e políticas locais específicas, aspecto reforçado pelo trabalho de campo de Roesch (1991) na província de Gaza. Um estudo útil sobre a extensão e as limitações da evidência pode ser encontrado nas entrevistas de Halkes e Oppewal (1989), bem como em sínteses como as de Morgan (1990) e Young (1990). Mas o relato de Hall (1990), visto mais detalhadamente abaixo, oferece o melhor resumo desse material, pois a autora proporciona uma visão condensada de um debate crescente entre os que enfocam as causas internas (por exemplo, Clarence-Smith, 1989)<sup>12</sup> e os que concentram suas análises em



fatores externos (por exemplo, Darch, 1990) para explicar a guerra em Moçambique.

O fato de que a Frelimo possa reivindicar seu papel como líder da luta pela independência – bem como os avanços importantes que deram à massa de moçambicanos acesso à saúde e à educação – não nega a questão dos fatores internos. Em termos mais amplos, como apontam Halliday e Molyneux (1981, p. 272) :

*Uma vez que boa parte da literatura sobre regimes “socialistas” do Terceiro Mundo se preocupou, muitas vezes com razão, em criticar esses regimes por serem menos socialistas do que dizem, é importante registrar o outro problema – o de regimes que tentam acelerar o processo de transição para o socialismo e, ao fazê-lo, dão muito pouca atenção à realidade das relações sociais pré-capitalistas e capitalistas que persistem em seu território.*

A reorganização de cima para baixo feita pela revolução social e política da Frelimo enfrentou resistência interna. Contudo, a guerra em Moçambique não pode ser reduzida à mera resistência interna à transformação social, nem tampouco a qualquer outro termo unidimensional, como a desestabilização externa. A síntese de Hall (1990), mencionada acima, evidencia melhor a natureza multifacetada da guerra. Concentrando-se “nos processos internos que a desestabilização desencadeou”, a autora argumenta que, apesar de suas origens externas bem documentadas e de ter sido utilizada como instrumento de desestabilização, a Renamo criou raízes locais e, para isso, foi capaz de se alimentar do descontentamento com a Frelimo. No entanto, Hall afirma que, além e acima disso, os fatores de mais relevo, sobre os quais a análise deve se concentrar, são a violência que a Renamo pratica e a debilidade estrutural do Estado moçambicano.

## FRELIMO, o Estado, a sociedade e o espaço

Ao herdar o Estado após a dramática queda do colonialismo português, subseqüentemente ao golpe de 1974 em Lisboa, a FRELIMO teve de estender rapidamente sua hegemonia a todo o território moçambicano (sobre os processos de herança, ver Maxwell, 1982, e Bragança, 1988). Antes da independência, a FRELIMO controlava apenas áreas liberadas nas províncias setentrionais. O processo de extensão do controle e das transformações sociais, que a Frelimo planejara para que fosse lento, teve de ser fortemente acelerado. Um movimento que conduzira uma revolução de baixo para cima, através do processo gradual de organização e ampliação de zonas liberadas, agora liderava, na maior parte do território moçambicano, uma transformação social de cima para baixo. Relatos oficiais reconhecem a problemática que daí resultou. Assim, como observou Oscar Monteiro (citado em Munslow, 1983, p. 158), membro do Politburo, o “Estado é a forma organizada através da qual uma classe exerce o poder na sociedade e o aparelho de Estado é o instrumento por meio do qual esse poder é posto em prática”. E prosseguia, explicando:

*Agora podemos ver que, ao invés de imprimir ao aparelho de Estado, no país inteiro, o caráter popular e revolucionário que ele assumira nas áreas liberadas, ficamos atolados na máquina administrativa deixada pelo colonialismo. Ao invés de dirigir, éramos controlados e dirigidos.*

Na verdade, o Estado é mais autônomo do que Monteiro admite e foi inevitavelmente contraditória a tentativa da Frelimo de, ao mesmo tempo, governar e transformar o Estado moçambicano após a independência. Entre outras tensões, era claro que havia, e há, um conflito entre duas tradições: centralizadora, por um lado, e, por outro lado, mais participa-

tiva e descentralizada. Esse é um tema repetidamente apontado em relatos sobre Moçambique após a independência. Entretanto, Mackintosh e Wuyts (1988, p. 140) têm razão ao insistir em que seria errôneo vê-lo como um conflito entre duas linhas políticas opostas lutando para dominar a Frelimo: ao contrário, concordam com Saul (1985) em que se trata de uma contradição inerente (e principal) à estratégia de desenvolvimento. Segundo Saul (1985, p. 88), "foi precisamente esta dialética entre liderança e ação de massas que continuou presente no âmago da política moçambicana".

Mas tal situação também não deve ser entendida como um simples contraste, como às vezes se sugeriu, entre a FRELIMO das zonas liberadas, administrando esses territórios por meio de um procedimento democrático altamente participativo, e a Frelimo leninista, centralizadora, subsequente ao terceiro congresso do partido, em 1977. Na verdade, a realidade nas zonas liberadas estava longe de ser simples (Buijtenhuijs, 1989; White, 1985) e tais contradições já se encontravam em estado nascente. Poucos relatos tratam adequadamente dessas complexidades e a documentação disponível sobre a história militar da luta, como a apresentada por Coelho (1989) e Henriksen (1983), só em parte fornece o tipo de história abrangente da guerra em Moçambique que seria comparável à rica literatura existente sobre a guerra pelo Zimbábue. Porém, baseando-se em seu próprio trabalho anterior em Moçambique, Hermele (1988a, p. 25) observa que tinha havido:

*um exagero das novas relações sociais que se desenvolviam nas zonas liberadas – poder popular, produção coletiva, cooperativas – e uma atenuação da relação entre o progresso conseguido e a importância, que persistia, de formas sociais tradicionais tais como o papel do chefe e/ou régulo e a continuação da produção individual em lotes independentes.*

Sejam quais forem as experiências da luta e das zonas liberadas, e a despeito da retórica, o modelo leninista, talvez reforçado pela herança colonial, a seguir dominou a organização política da sociedade que a Frelimo promoveu (Cahen, 1985), o que consolidou o partido, mas não conseguiu consolidar o Estado. Uma combinação de má administração e contradições estruturais complexas (Littlejohn, 1988; Wuyts, 1989) fez com que a estratégia agro-econômica estatizante da Frelimo, planejada em Maputo – em muitos casos, as centenas ou milhares de quilômetros do lugar onde seria implementada –, fosse problemática, mesmo sem os efeitos da guerra. Além disso, a localização geográfica de Moçambique também pesou nesse caso, pois as longas fronteiras do país e as relações econômicas estreitas de partes de Moçambique com seus vizinhos Malavi, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue somaram-se às dificuldades de uma estratégia que mantinha os preços ao produtor agrícola substancialmente mais baixos.

Assim, na primeira metade da década de 1980, tendo pouco a ganhar vendendo para o Estado, e pouco para comprar dele, o campesinato se retirou do sistema oficial de comercialização (Raikes, 1984; Torp, 1990). Por conseguinte, a maioria dos moçambicanos foi forçada a recorrer ao *mercado negro* para comprar os artigos de primeira necessidade para o cotidiano. A decepção aumentou com a acusação da Frelimo contra os que faziam *mercado negro*, qualificando-os de elementos criminosos, e com a subsequente perseguição geral. Enquanto isso, a Renamo acionava uma economia de pilhagem (Wilson, 1991), extraindo o máximo de excedentes do campo. O dramático fracasso da tentativa feita pela Frelimo no sentido de implantar um planejamento econômico centralizado gerou – no contexto da dependência, combinada com a redução da renda gerada pelos trabalhadores migrantes e pelo transporte, com a guerra extremamente destrutiva e o sucesso da Renamo – a atual

conjuntura em Moçambique, onde um regime forte preside um Estado fraco. Um regime que não consegue se afirmar sobre seu espaço.

Antes da independência, Moçambique se caracterizava por um nível muito baixo de integração material, econômica e ideológica. No terreno tão básico da infra-estrutura de transporte, as principais estradas corriam no sentido leste-oeste, atravessando Moçambique a partir dos países vizinhos: Moçambique tinha menos um sistema de transporte do que de trânsito, destinado a atender à necessidade de acesso ao mar de seus vizinhos mais desenvolvidos. Na verdade, uma rodovia norte-sul só foi construída quando os colonialistas precisaram deslocar tropas para combater a Frelimo no norte (Campbell, 1984, p. 856; Newitt, 1981, p. 239). Do ponto de vista econômico, o que havia não era uma integração nacional orgânica, nem mesmo um sistema orientado para a metrópole, na distante Lisboa.

Na verdade, Moçambique se tornara, em grande medida, uma economia de serviços. Dependia da prestação de serviços de trânsito, em portos e ferrovias, para as economias da África do Sul e da Rodésia, bem como do fornecimento de mão-de-obra migrante para as minas sul-africanas e as fazendas de colonos sul-africanos e rodesianos (First, 1983). Enquanto o país era entrelaçado por sistemas comerciais, a maioria destes era controlada por comerciantes portugueses e asiáticos e essas redes se enfraqueceram muitíssimo com a partida dos portugueses. A base industrial colonial fora montada para abastecer a população portuguesa em bens de consumo, além de fabricar artigos básicos e implementos agrícolas, sobretudo para a população nativa. Num primeiro tempo, o êxodo dos povoadores implicou a perda, para o setor manufatureiro, de uma parcela importante de seu mercado e de seus gerentes. O setor que fornecia utensílios mais básicos foi gravemente afetado pela aniquilação da rede comercial e pela complexa

crise econômica em que Moçambique logo começou a mergulhar (Littlejohn, 1988; Wuyts, 1985, 1989).

A fragmentação econômica ia de par com a heterogeneidade étnica e cultural (Duarte, 1988; Rita-Ferreira, 1976). Mais de 20 línguas diferentes e dialetos ainda mais numerosos eram falados em distintas partes do país. A grande maioria desses diversos povos africanos vivia na zona rural. Essa população interagiu com o sistema colonial através da migração masculina para a África do Sul, em algumas áreas através do trabalho em plantações (Vail e White, 1980) e, por toda parte, por meio da venda do excedente de produção para pagar os impostos coloniais e comprar artigos básicos dos pequenos comerciantes (majoritariamente portugueses), e através do trabalho forçado. Em termos culturais e ideológicos, contudo, os portugueses nunca *capturaram* a maioria da população. Apesar da prolongada presença histórica portuguesa na África Oriental – mais tarde usada para elaborar uma mitologia de cinco séculos de domínio colonial (Pélissier, 1984, 1987; Newitt, 1981) –, a *pacificação* do interior só se completou em meados da década de 1920 e Moçambique só foi transformado num Estado legalmente unificado em 1946. Antes dessa data, o território era uma colcha de retalhos de zonas aduaneiras separadas, corredores ferroviários e concessões a empresas (Vail, 1976). A insuficiência dos recursos destinados por Portugal ao desenvolvimento humano do povo moçambicano não apenas deixou atrás de si um analfabetismo esmagador, como também significou o que aponta o jornalista William Finnegan (1989a, p. 58):

*O fato de que algumas pessoas mal percebam que vivem num país chamado Moçambique é decorrente de que, embora tivesse logo declarado que o lugar era uma unidade, Portugal jamais dispôs de recursos para transformá-lo em unidade.*

Lisboa afirmava que Moçambique era apenas uma província ultramarina de Portugal, mas faltavam recursos à metrópole para tornar o discurso realidade, mesmo nominalmente, em sentido econômico. A economia e a organização política coloniais, que, salvo nos setores de povoadores e urbano, permaneceram cronicamente subdesenvolvidas, não geraram uma forte identidade moçambicana para a maioria de sua população camponesa. No entanto, após a independência e no governo Frelimo, e visando gerar uma transição para uma nova organização política e uma nova economia, o Estado foi obrigado a integrar e centralizar. Os elementos participativos da práxis da Frelimo que podem ter existido na experiência das zonas liberadas foram amplamente abandonados no governo do novo Estado.

Após a independência, numerosas políticas da Frelimo foram populares, enquanto outras, como a coletivização forçada, muitas vezes foram impostas de cima para baixo como forma de acelerar a mudança social. Todas as revoluções implicam uma combinação de iniciativas de cima para baixo e de baixo para cima. Mas nos casos em que as primeiras são excessivas – como em tantas transformações sociais em países subdesenvolvidos –, o povo pode desenvolver uma resistência contra elas. A revolução social moçambicana envolveu a Frelimo em muitas tentativas de transformação. Por exemplo, a terra e as moradias alugadas foram nacionalizadas, praticamente interrompendo de repente a circulação de capitais privados na área da construção civil (Jenkins, 1990; Pinsky, 1985). A complexidade da propriedade da terra nas áreas rurais da época anterior (Borges, 1990) gerou um enorme potencial de conflito (Geffray e Pederson, 1986), o que contribuiu ainda mais significativamente para a situação. Assim, as perdas materiais diretas decorrentes das nacionalizações não atingiram apenas o capital estrangeiro e os ex-colonialistas, mas também prejudicaram segmentos da sociedade local.

Ao mesmo tempo, o novo governo que subiu ao poder em Maputo estava tentando afirmar uma identidade moçambicana e declarando que Moçambique se tornaria, conforme as palavras do hino nacional, “um túmulo para o capitalismo e o imperialismo”. No entanto, o país permaneceu tão enorme e diverso quanto antes e tal retórica não teve senão um significado limitado para grande parte da população camponesa – majoritária –, que sequer entendia a língua (ou seja, o português) em que o governo discursava. Particularmente nas áreas rurais, continuaram importantes as ideologias religiosas geradas a partir de formas particulares de encontro entre os *nativos* e os colonialistas e a partir do papel dos chefes, curandeiros tradicionais e feiticeiros folclóricos. É provável que a persistência de seu poder social e político e a rejeição de tais personagens pela Frelimo, que classificava suas atividades como *obscurantismo*, tenham sido capitalizadas pela Renamo.

A falta de muita informação empírica implica a existência de uma espécie de vácuo no qual os observadores projetam seus próprios relatos sem medo de que as evidências os contradigam. No entanto, White (1985) sugeriu há algum tempo que a natureza complexa e “extremamente localizada” da política camponesa em Moçambique exercera grande influência sobre as atividades da Renamo. Na verdade, o autor alega que a diferenciação dentro do campesinato deveria ser procurada *geograficamente*, e não em termos verticais convencionais, como tentou o trabalho clássico de Ruth First (1983), “com diferentes grupos levando diferentes ‘consciências’ à experiência de independência, ‘consciências’ estas baseadas em suas histórias diversas e nas estratégias distintas segundo as quais foram incorporados à economia colonial” (White, 1985, p. 329).

Para compreender melhor a implosão do Estado moçambicano e o relativo *sucesso* da Renamo, é preciso – além de obter mais in-

formação sobre a relação entre os sistemas de crenças tradicionais e a situação – analisar os mecanismos e bases de recrutamento para (e exclusão de) estruturas estatais em diferentes lugares. Há poucas dúvidas de que o Estado está paralisado em grandes áreas do campo e gravemente debilitado em outras, ao passo que, para muitos estrangeiros que visitam o Moçambique rural, a situação parece ser de desordem generalizada e profunda confusão quanto à situação da segurança e a identidade dos combatentes (Derlugyan, 1990; Finnegan, 1989a e 1989b).

Ao descrever e explicar a situação caótica e violenta no campo, os moçambicanos muitas vezes recorrem ao termo “confusão”. O dicionário traduz “*confusion*” por “confusão”, mas em português o sentido dessa palavra é bem mais amplo do que o do termo equivalente em inglês. Em seu relato sobre a guerra em Angola – país que apresenta paralelismos e contrastes interessantes com Moçambique –, Kapuściński (1988, p. 125) mostra que “confusão” tem um sentido específico, embora quase impossível de traduzir em inglês:

*Para simplificar as coisas: confusão significa tumulto, bagunça, estado de anarquia e desordem. Confusão é uma situação criada por pessoas que, no entanto, enquanto a estão criando, perdem o controle e a orientação, tornando-se elas mesmas vítimas de confusão. (...) Confusão é um estado de absoluta desorientação. As pessoas que se encontram dentro de uma confusão não conseguem compreender o que está acontecendo ao seu redor ou dentro de si mesmas. Também não podem explicar especificamente o que gerou aquele caso particular de confusão (...) A confusão pode reinar sobre um enorme território e varrer milhões de pessoas. Então há guerra.*

Por certo, muitos moçambicanos colocam os fatores psicológicos acima dos sociais ou

políticos ao afirmar que a guerra está relacionada com o “lado escuro” dos sistemas de crenças “nativos” ou que, em alguns casos, a destruição e, em particular, a brutalidade não são um prolongamento de nenhum objetivo ou valor, mas simplesmente refletem ações que, em caso de falta ou de fraqueza de uma autoridade do Estado, se tornaram automáticas.

Devido à relativa carência do tipo de “estudos locais” que poderiam lançar mais luz sobre a confusa situação moçambicana, o que se pode dizer é que, se o Estado colonial repousara no autoritarismo, na desunião do país e no equilíbrio de seus vários componentes isolados, o Estado revolucionário se baseou num novo sistema centralizado que ignorou os padrões tradicionais de autoridade. Era inevitável que houvesse conflito no processo de transição de um equilíbrio autoritário tradicional para uma nova fusão baseada na concepção estatizante de modernização que era a da Frelimo. A profundidade que o conflito assumiu é, contudo, função direta da localização geopolítica de Moçambique e de sua relação com as tensões mais amplas da África Austral.

Para voltar ao tema das estratégias militares, fica claro que as Forças Armadas moçambicanas não estão bem adaptadas à luta de contra-insurgência necessária para derrotar militarmente a Renamo. O controle territorial é o alicerce do Estado e constitui um pré-requisito essencial para o desenvolvimento econômico e social. A guerra de guerrilhas costuma ser difícil para o regime que está no poder, mas, em Moçambique, as debilidades e a incompetência dos militares na guerra contra a Renamo aumentaram as dificuldades. O antigo exército guerrilheiro da FRELIMO foi reestruturado logo depois da independência, tornando-se um exército convencional. Hoje, como aponta Finnegan (1989a, p. 66), “grande parte do Exército moçambicano está mal treinada, mal equipada, mal remunerada e mal alimentada”. Além disso:

*A aniquilação do sistema nacional de transporte, junto com a carência geral de capacitação administrativa, desintegra a logística militar tão completamente quanto dilacera a vida civil. As tropas no campo de batalha muitas vezes não recebem soldo, fardas, munição nem rações. O moral sofre e, quando os soldados são obrigados a conseguir comida da maneira que puderem, a reputação do Exército sofre. É muito comum a fuga dos convocados, especialmente nas cidades, e os comandantes provinciais, que parecem ter carta branca para recrutar tropas, recorrem ao alistamento à viva força, o que empana ainda mais a imagem do Exército.*

Após a independência, a estratégia das forças de defesa foi orientada para responder à ameaça de uma invasão convencional por parte da África do Sul. Baseada em treinamento soviético e armamento pesado, a estratégia territorial era estar preparado para a guerra com frentes fixas, do tipo travado em Angola. Por conseguinte, o Exército não estava bem preparado para lidar com a insurgência rural da Renamo (Campbell, 1984, p. 847-52; Morgan, 1990, p. 616-8). Além disso, a prioridade e o status político atribuídos às Forças Armadas eram baixos e as decisões táticas e as promoções se baseavam mais em critérios ideológicos e políticos do que no desempenho e na estratégia apropriada.

Na guerra moçambicana há poucas batalhas campais e nenhuma frente fixa. As estimativas do número de combatentes da Renamo variam entre oito mil e 25 mil homens – com frequência mais bem equipados do que o Exército moçambicano, além do que costumam ter a vantagem da surpresa e são sabidamente brutais. A estratégia do governo foi adaptada, mas ainda hoje os comandos especiais treinados em contra-insurgência pela União Soviética e o Reino Unido constituem apenas uma pequena

fração de uma tropa reduzida, menos de 30 mil homens, num país grande.

No período entre o quarto (1983) e o quinto (1989) congressos do Partido da Frelimo, foi criado um sistema de defesa e segurança territorial. O informe do quinto congresso do partido (Frelimo, 1989, cap. 5, p. 14) observa:

*Com esse sistema, pretende-se racionalizar o número do contingente, bem como concentrar unidades militares em ações ofensivas, sem criar, ao mesmo tempo, um vazio na defesa de distritos, aldeias, assentamentos humanos e centros econômicos estratégicos. Estes devem dispor de medidas de proteção que usem meios de defesa tanto modernos quanto tradicionais, mas sem grande despesa adicional para o Estado.*

O desenrolar dos acontecimentos revela uma concepção estratégica de defesa mais apropriada. Mas a falta de equipamento militar e a ausência de autoridade estatal na maioria das áreas rurais faz parte do que foi um círculo vicioso que se auto-reforça de derrocada política e econômica propícia à Renamo. Entrementes, a presença de tropas estrangeiras é vital para manter abertos os corredores de transporte chaves. Apesar da fraqueza crônica do Estado e de sua dependência em relação a forças militares externas, o regime permaneceu estável.

O fato de que a forma de pressão militar e econômica exercida sobre Moçambique desde a independência não tenha levado à queda do regime demonstra que, apesar da situação, o regime continuou forte. Até agora ainda não houve dentro da Frelimo divisões suficientemente profundas para provocar uma dissidência pública. O Exército está sob firme controle político e, dado seu enfraquecimento, tem menos condições de ameaçar dar um golpe do que de vencer a Renamo. Na verdade, a combinação do estado de desordem a nível militar com

a força política e a estabilidade do regime significou que, uma vez estando a FRELIMO bem estabelecida em Maputo, havia poucas possibilidades de golpe.<sup>13</sup> E embora esteja algo moribunda a nível provincial – segundo relatório não publicado, em 1989 só 28% das células do Partido da Frelimo estavam funcionando –, refletindo a crise mais ampla de Moçambique e a crescente desmobilização política, a Frelimo continua sendo um dos partidos políticos mais sofisticados que subiram ao poder na África pós-independência. Em 1989 Torp *et al.* podiam observar que:

*Os atuais dez membros do burô político mantiveram continuamente em suas mãos os principais cargos do partido, das Forças Armadas e do governo ao longo dos últimos quase 15 anos. Salvo pela ausência do falecido Samora Moisés Machel e a inclusão de José Oscar Monteiro no Quarto Congresso, 1983, o burô político da Frelimo não mudou desde sua eleição no Terceiro Congresso em dezembro de 1977. Por conseguinte, as mudanças no governo de Moçambique, que durante esses anos têm ocorrido após reconhecidos fracassos na formulação e na implementação de políticas, o que inclui fracassos de membros desse grupo, não afetaram a posição global dos dez membros do burô político. Esse grupo de homens representa, antes, uma notável continuidade na liderança partidária.*

Houve mais modificações no quinto congresso do partido, em 1989, quando o Politburo foi ampliado para 12 membros.<sup>14</sup> Mas a continuidade essencial permanece. De fato, o núcleo da liderança pós-independência foi bem consolidado em 1968. A transição da liderança subsequente à morte de Samora Machel, em 1986, foi pacífica e ordeira e não parece ter suscitado uma grande luta pelo poder (Munslow, 1988). Na face que mostra ao mundo exterior, o regime tem sido estável e unido desde a independência.

Contudo, no início da década de oitenta, a Frelimo controlava uma parte do território moçambicano menor que a dominada por Portugal em 1974 e a situação não melhorou desde então. A capacidade da Frelimo de se afirmar em todo o território moçambicano diminuiu devido à expansão do âmbito territorial das operações da Renamo. O informe do Comitê Central ao quinto congresso do partido, 1989, afirmava energeticamente que “a atividade do Partido devia continuar, nas formas apropriadas, nas áreas em que a população está vivendo compulsoriamente sob controle terrorista” (Frelimo, 1989, cap. 1, p. 8). Mas a realidade é que, como Estado, como espaço socialmente produzido e ativamente empenhado em sua própria reprodução, o Estado moçambicano dirigido pela Frelimo não conseguiu manter sua soberania. Assim, Howe e Ottoway (1987, p. 60) tiveram razões para dizer que:

*No início de 1987, o processo de consolidação do poder do Estado em Moçambique só podia ser considerado um fracasso (...) A combinação de ataques da Rodésia, da Renamo e da África do Sul, por um lado, e a incapacidade da Frelimo em defender o Estado e revigorar a economia, por outro lado, geraram um círculo vicioso. A força da Renamo dificulta o acesso de funcionários da Frelimo às aldeias, o que, por sua vez, fortalece ainda mais a Renamo ou, ao menos, cria um vazio de poder nas áreas rurais.*

Em termos gerais, o que Howe e Ottoway vêem como discrepância entre a força do regime e a força do Estado pode ser explicado pelo fato de que a primeira é sobretudo uma questão de organização interna e legitimidade, ao passo que a última é uma questão de poder e de mobilização de bens materiais. A opção política da Frelimo, sua organização interna, as relações pessoais criadas durante a luta contra

o colonialismo e os mecanismos usados para lidar com as divergências são os principais fatores que influenciam a legitimidade do regime e sua força interna.

A consolidação do Estado é algo muito diferente. A chave aqui é o poder, ou a capacidade de orientar o Estado e a sociedade civil, se necessário por meio de coerção. O poder exige bens materiais. Alguns desses bens são econômicos – um Estado falido tem uma capacidade muito limitada de fazer acontecer qualquer coisa. Alguns são de natureza organizativa – a existência de um vínculo entre o regime e a população que garanta a aplicação das políticas mesmo quando a população não sente entusiasmo por elas. Esse tipo de organização é muito diferente da organização interna do regime e está faltando no que Scott (1988) chama de “Estado brando” de Moçambique. Portanto:

*a colegialidade do Burô Político da Frelimo acentua sua legitimidade ao apresentar à população a imagem de uma liderança unida e coesa; o que aumentará o poder do Estado será a restauração da rede rural da Frelimo, bem como do aparelho administrativo e de segurança.* (Howe e Ottoway, 1987, p. 60.)

Os autores se referem essencialmente ao controle do Estado sobre a sociedade e a economia em todo o território moçambicano.

A revolução social, por mais que seja facilitada por um regime unido, é um processo sócio-espacial, dado que se desenvolve no espaço-tempo. Os temas de como o Estado pós-revolucionário se organiza no espaço e como se diferencia do da época colonial suscitam um conjunto importante de questões, mas que não podem ser abordadas em detalhe aqui.<sup>15</sup> Em poucas palavras, a transição para uma nova organização política e uma nova sociedade tanto exige como gera uma espacialização alternativa. O que é pertinente aqui é que a ten-

tativa feita pela Frelimo de afirmar sua concepção de uma nova sociedade precisou de controle territorial. Contudo, a política da Frelimo na verdade contribuiu para o desenvolvimento do que Cahen (1987) denomina “*la révolution implosée*”.

Quanto à recuperação econômica, o Programa de Reabilitação Econômica em curso, PRE, implementado desde 1987 em cooperação com o Banco Mundial e o FMI, só pode dar resultado nas áreas controladas pelo Estado. A taxa de crescimento do produto industrial e agrícola tem sido positiva desde que o PRE começou a ser posto em execução – mas será sustentável na medida em que as reformas puderem ser efetivas no contexto da guerra. Embora a reversão do declínio econômico nacional tenha sido muito bem recebida, hoje há grande preocupação quanto à distribuição desigual dos custos e benefícios, suas consequências a longo prazo (Bowen, 1989; Green, 1989; Hermele, 1989b; Marshall, 1990), e à “recolonização” do país pelo capital transnacional (Hanlon, 1991; Saul, 1991).

As reformas suscitaram, de maneira concreta, a questão da futura trajetória social e política de Moçambique. Está ficando claro que o PRE deu início a um processo decisivo de reforma, com enormes consequências para os rumos sócio-econômicos e políticos de Moçambique. O redirecionamento do país vai além do tipo de “ajuste tático” ou “recuo temporário”, em direção oposta às políticas leninistas (Young, 1988) ou à “reforma simbólica” (Ottoway, 1988) que alguns observadores postularam em 1988. A nova postura se evidenciou de maneira particularmente clara após o quinto congresso do partido (1989), durante o qual a Frelimo abandonou formalmente sua terminologia marxista e o compromisso com a transição para o socialismo. Desde então houve várias rodadas de conversações formais entre a Renamo e a Frelimo, mas, até agora,



com sucesso apenas parcial (*Africa Confidential*, 1991; Vines, 1991a; Hall, 1991). Simultaneamente, hoje está em andamento o debate sobre a reestruturação do Estado para permitir a implantação de um sistema pluripartidário e de eleições livres e, presumivelmente, a possibilidade de a Frelimo ser afastada do poder pelo voto; é provável que esse debate gere profundas mudanças.

Na perspectiva internacional, as reformas em Moçambique, embora possuindo certas características únicas, fazem parte de uma reavaliação mais ampla da questão de até que ponto a transformação revolucionária baseada num certo grau de auto-suficiência ou desvinculação do sistema mundial pode ser uma estratégia alternativa viável de desenvolvimento para um Estado do Terceiro Mundo, e particularmente para os que emergiram de revoluções sociais. A reorientação em Moçambique é, pois, parte do que Halliday (1989, p. 37) chama de "uma crise de transformação revolucionária". O autor observa:

*Nas décadas de cinquenta e sessenta, os Estados não-europeus pós-capitalistas, sobretudo a China, ao menos pareciam estar seguindo uma via alternativa auto-suficiente de transformação revolucionária, uma via que rejreava a influência estrangeira, mobilizava as populações do país e incentivava outras forças de resistência. Era uma alternativa revolucionária clara ao mundo capitalista e minimizava as relações com ele. Na década de oitenta, o isolamento e a auto-suficiência enfraqueceram. Houve, em seu lugar, uma crise que se entranhou nas sociedades pós-revolucionárias e tirou das lideranças e das populações muito da antiga certeza em relação a como mudar e desenvolver suas sociedades.*

As mudanças dramáticas nos Estados comunistas *centrais* da Europa Oriental desorientaram ainda mais os governantes dos Estados marxistas-leninistas do Terceiro Mundo. Se o marxismo-leninismo foi abandonado em "socialismos desenvolvidos" que se reconhecem formalmente como tais, quais seriam suas perspectivas de futuro nas sociedades periféricas subdesenvolvidas e freqüentemente cercadas? (Hutchful, 1991; Kühne, 1990). A transição da organização social da Europa Oriental para a democracia capitalista e os contínuos problemas políticos e sobretudo econômicos da União Soviética reforçaram a idéia de que o "socialismo realmente existente" desenvolvido não conseguiu, com raras e parciais exceções (como a ajuda soviética a Cuba), constituir um sistema econômico internacional alternativo dentro do qual os Estados do Terceiro Mundo pudessem se reorientar, afastando-se do mundo capitalista, ou negociar com ele de uma posição mais forte.

Em Moçambique, as reformas geraram um futuro incerto, agravando o conflito interno em torno da direção da organização política moçambicana. A nova estratégia orientada para o mercado tem conseqüências políticas e sociais problemáticas. Para ver como elas agem, devemos entender o que está ocorrendo onde e como tais fatos estão ligados à natureza espacial do Estado e da sociedade civil. Há questões em aberto, como a de saber se a Frelimo conseguirá manter seu poder e a unidade, à luz do que Torp (1989, p. 19) denominou "o desenrolar" do conjunto de valores e instituições políticas construídos em Moçambique após a independência. A resposta – e talvez o futuro desses valores – depende, em grande medida, dos rumos das lutas mais amplas na África Austral.

NOTAS

● Eu gostaria de agradecer a todas as pessoas em Moçambique e no Zimbábue que me deram apoio, opiniões e informações durante minhas visitas em 1989 e 1990. Obrigado também a Justin Jacyno, que desenhou os mapas (N.E.: não publicados nesta edição), e a David Simon, Ken Wilson e a um analista anônimo por seus valiosos comentários, bem como aos participantes da sessão sobre geografia militar e política da Conferência Anual do Instituto de Geógrafos Britânicos, Universidade de Glasgow, 3-6 de janeiro de 1990, na qual apresentei um esboço preliminar deste trabalho. A responsabilidade por eventuais incorreções cabe, contudo, ao autor.

1. Em Moçambique, a guerra e a crise dela decorrentes são chamadas de *a situação*.

2. Em inglês, a Renamo muitas vezes ainda é chamada de MNR, iniciais de Mozambican National Resistance: o nome Renamo foi empregado pela primeira vez pelo movimento em 1983 e agora seu uso é mais amplo. Até recentemente, o governo moçambicano se recusava a usar esses nomes e com frequência ainda se refere ao grupo como "bandidos armados". Muitos moçambicanos não utilizam nenhum dos dois termos, preferindo a palavra "matsanga", muito mais próxima do sistema fonético de línguas africanas e formada a partir do nome de André Matsangaissa, primeiro comandante das forças rebeldes, morto em 1979.

3. A FRELIMO, fundada no exílio em 1962 a partir de uma amálgama de grupos de resistência, desencadeou uma guerra de guerrilhas pela independência em 25 de setembro de 1964. A perda da iniciativa militar em Moçambique pelas Forças Armadas portuguesas contribuiu muitíssimo para inspirar o movimento das Forças Armadas que derrubou a ditadura portuguesa de Marcelo Caetano em 25 de abril de 1974. Portugal firmou o acordo de independência com a FRELIMO em 7 de setembro de 1974. Foi criado um governo de transição, conduzindo à independência com governo da FRELIMO, em 25 de junho de 1975. A Frelimo, por muito tempo influenciada pela ideologia marxista, declarou-se formalmente um "partido de vanguarda marxista-leninista" em seu terceiro congresso, em fevereiro de 1977. Embora nem todas as fontes citadas tenham acompanhado essa convenção, usei, seguindo o exemplo da frente/partido, caixa alta (FRELIMO) para me referir à Frente de Libertação de Moçambique, que existiu de 1962 até o terceiro congresso, em fevereiro de 1977, e caixa alta e baixa (Frelimo) para o partido, criado nesse congresso.

4. O trabalho de Forbes e Thrift (1987) faz parte de uma bibliografia mais ampla, porém relativamente pouco desenvolvida, sobre as políticas espaciais nos Estados socialistas do Terceiro Mundo. Ver Sidaway e Simon (1990).

5. Um número indefinido de *deslocados* foi tirado de seus locais de residência porque os militares moçambicanos os removeram de áreas rurais, numa tentativa de reduzir a esfera de ação do recrutamento ou da exploração de excedentes por parte da Renamo. Em entrevistas (ver nota 9 abaixo), alguns funcionários do governo moçambicano admitiram que até 30% dos *deslocados* se encaixavam nessa categoria. Ver também Wilson (1991).

6. Em 1989 a Renamo modificou seu emblema: substituiu a expressão "Guerra e Morte ao Inimigo da Pátria" por "A Vitória é Certa" e acrescentou dez estrelas, que informou terem sido inspiradas na bandeira da Comunidade Européia (Vines, 1991a, p. 23-4), para representar as dez províncias de Moçambique.

7. O Conselho de Segurança do Estado (sigla em inglês: SSC) foi o mais poderoso organismo de tomada de decisões na África do Sul durante a década de 1980. O papel destacado do SSC no sistema de tomada de decisões significou, de fato, o papel dominante dos militares e das forças de segurança.

8. A relação entre Moçambique e o Malavi é complexa e não pode ser aprofundada aqui. A ambigüidade do Malavi em relação à Frelimo já era evidente bastante tempo antes da independência de Moçambique (ver as referências em Coelho, 1989, p. 139). Banda, presidente do Malavi, tinha ambições territoriais: um Malavi maior, que incorporasse a parte setentrional de Moçambique. Ao menos até 1986, o Malavi era abertamente simpático à Renamo. Desde a morte de Samora Machel, que parece ter tido uma relação particularmente ruim com Banda, o governo do país vizinho tem adotado uma postura mais pró-Frelimo. Essas mudanças são, em parte, um reflexo das manobras internas da luta sucessória antecipada no Malavi. Também foi sugerido (Cahen, 1988, p. 11) que o autoritarismo e o Estado pró-capitalista de Banda são algo assim como um modelo vivo para a Renamo.

9. As entrevistas indicadas foram feitas pelo autor durante visitas ao Zimbábue e a Moçambique em julho-agosto de 1989 e março-setembro de 1990.
10. Para mais informações sobre as divisões no nacionalismo moçambicano na década de sessenta, ver os documentos em Chilcote (1972).
11. Para um estudo mais amplo sobre a relação entre as guerras de libertação nacional, a formação do Estado e a revolução social na África de língua portuguesa, ver Chabal (1983).
12. Ver também as respostas ao artigo de Clarence-Smith e uma contra-resposta em números subsequentes da *Southern African Review of Books*.
13. Noticiou-se que fora tramado um golpe em meados de 1991. No entanto, o governo continuou relativamente estável.
14. Mais mudanças foram introduzidas no sexto congresso do partido, realizado em 1991. O Politburo foi rebatizado de Comissão Política e ampliado para 15 membros, com sete novos integrantes e a substituição de quatro membros muito antigos.
15. Embora Moçambique reconheça oficialmente a importância da organização territorial para o exercício da soberania popular, a (re)organização territorial do Estado revolucionário em Moçambique continua sendo um tema vasto e pouco pesquisado. Assim, a documentação (Direcção Nacional de Geografia e Cadastro, 1988, p. 3) gerada como resultado de um processo de revisão da organização territorial desencadeada pelo quarto congresso do partido em 1983 observa que:

*A organização territorial é uma questão fundamental do exercício do poder popular, e (um requisito) para o surgimento de condições necessárias à vitória na luta contra o subdesenvolvimento. É a definição das escalas da organização territorial que determina as escalas ou níveis dos órgãos dirigentes do partido, do Estado e das organizações democráticas de massa. Desta definição dependem os níveis corretos de estrutura e participação no exercício do poder do Estado. A organização territorial é a base da direcção e do planeamento da economia nacional e das actividades sociais e culturais. A organização territorial é, pois, uma questão essencial. (N.T.: retraduzido para o português a partir da versão inglesa do autor do artigo.)*

## BIBLIOGRAFIA

- AFRICA CONFIDENTIAL (1991), 32(6):1-3. "Mozambique: RENAMO takes the warpath".
- BORGES, K. E. (1990) "Posse de terra em Moçambique, análise histórica do conflito entre a posse tradicional de terreno e a noção portuguesa introduzida pelo colonialismo". Tese não publicada. University of Stockholm.
- BOWEN, M. L. (1989). "Peasant agriculture in Mozambique: the case of Chokwe, Gaza province". *Canadian Journal of African Studies*, 23(3):335-73.
- BRAGANÇA, A. de (1988). "Independence without decolonization: Mozambique, 1974-1975". In: *Decolonization and African independence* (P. Gifford and W. M. Louis, eds), p. 427-43. New Haven and London, Yale University Press.
- BRAGANÇA, A. de and DEPELCHIN, J. (1988). "From the idealization of Frelimo to the understanding of Mozambique recent history". *Review Ferdinand Braudel Centre*, 11(1):95-117.
- BUIJTENHUIJS, R. (1989). "Peoples war in Africa: the quest for 'movements of maturity'". *Africa*, 59(3):381-90.

- CAHEN, M. (1985). "Etat et pouvoir populaire dans le Mozambique independent". *Politique Africaine*, (19):36-60.
- (1987). *Mozambique la révolution implosée. Etudes sur 12 ans d'indépendance*. Paris, L'Harmattan.
- (1988). "La crise du nationalisme". *Politique Africaine*, (29):2-13.
- CAMPBELL, H. (1984). "War, reconstruction and dependence in Mozambique". *Third World Quarterly*, 6(4):839-67.
- CAMMACK, D. (1988). "Mozambique: the human face of destabilization". *Review of African Political Economy*, (40):65-75.
- CASAL, A. Y. (1988). "A crise da produção e as aldeias comunais em Moçambique". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (8-9):157-91.
- CHABAL, P. (1983). "Peoples war, state formation and revolution in Africa: a comparative analysis of Mozambique, Guinea-Bissau and Angola". *Journal of Commonwealth and Comparative Politics*, (21):104-25.
- CHILCOTE, R. H., ed. (1972). *Emerging nationalism in Portuguese Africa, Documents*. Stanford, Hoover Institution Press.
- CLARENCE-SMITH, G. (1989). "The roots of the Mozambican counter-revolution". *Southern African Review of Books*, April/May, 7-10.
- COELHO, J. P. B. (1989). *O início da luta armada em Tete, 1968-1969. A primeira fase da guerra e a reacção colonial*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique/Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane.
- DARCH, C. (1990). "Are there warlords in Mozambique?". *Review of African Political Economy*, (45-46):34-9.
- DERLUGYAN, G. (1990). "Mozambique: a tight knot of problems". *International Affairs*, (Moscow) March, 103-12.
- DIRECÇÃO NACIONAL DE GEOGRAFIA E CADASTRO (1988). *Divisão territorial*. Maputo, Direcção Nacional de Geografia e Cadastro.
- DUARTE, R. T. (1988). "Contribuição para o estudo da problemática da unidade nacional em Moçambique: os conceitos de tribo, tribalismo e as realidades em que estão relacionadas". Maputo, Relatório para o V Congresso da Frelimo.
- DUFFEY, J. (1961). *Portuguese Africa*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- EGERÖ, B. (1987). *Mozambique: a dream undone; the political economy of democracy, 1975-84*. Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet.
- FAUVET, P. (1984). "The roots of counter-revolution: the Mozambican National Resistance". *Review of African Political Economy*, (29):108-21.
- FINNEGAN, W. (1989a). "A reporter at large" (Part I). *The New Yorker*, 22 May, 43-76.
- (1989b). "A reporter at large" (Part II). *The New Yorker*, 29 May, 69-96.
- FIRST, R. (1983). *Black gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant*. London, Harvester.
- FORBES, D. and THRIFT, N. (1987). *The socialist Third World, urban development and territorial planning*. Oxford, Blackwell.

- FRELICK, B. (1989). *Renamo, the Khmer Rouge of Africa: Mozambique, its killing field*. Washington, DC. Testimony of Bill Frellick, Policy Analyst US Committee for Refugees, before the House Subcommittee on Foreign Operations, 8 February.
- FRELIMO (1989). *Documents of the Vth Party Congress*. Maputo, Frelimo.
- FREYRE, G. (1961). *A integração dos portugueses nos trópicos*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- FRIEDMANN, J. (1980). "The territorial approach to rural development in the People's Republic of Mozambique: six discussion papers". *International Journal of Urban and Regional Research*, 4(1):97-115.
- GEFFRAY, C. (1988). "Fragments d'un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d'une reconnaissance scientifique". *Politique Africaine*, (29):71-86.
- (1990). *La cause de armes au Mozambique: anthropologie d'une guerre civile*. Paris and Nairobi, Cerdu-Karthalu.
- GEFFRAY, C. and PEDERSON, M. (1986). "Sobre a guerra na província de Nampula". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (4-5):14-24.
- GERSONY, R. (1988). *Summary of Mozambican refugee accounts of principally conflict-related experience in Mozambique*. Washington, US Bureau for Refugee Programs, Department of State.
- GREEN, R. (1989). *Estudo 'SDA': Estudo sobre o impacto social do Programa de Reabilitação Económica aos grupos populacionais mais desfavorecidos*. Maputo, n.p.
- HALKES, J. and OPPEWAL, J., eds (1989). *Moçambique, socialismo e solidariedade*. Amsterdam, Fundação Eduardo Mondlane.
- HALL, M. (1990). "The Mozambican National Resistance Movement (Renamo): a study in the destruction of an African country". *Africa*, 60(1):39-68.
- (1991). "The war in Mozambique and prospects for peace" (*paper não publicado*).
- HALLIDAY, F. (1989). *Cold War, Third World*. London, Century Hutchinson.
- HALLIDAY, F. and MOLYNEUX, M. (1981). *The Ethiopian revolution*. London, Verso.
- HANLON, J. (1986). *Beggar Your Neighbours*. Bloomington, Indiana University Press.
- (1991). *Mozambique: who calls the shots?* London, James Currey.
- HENRIKSEN, T. H. (1983). *Revolution and counter-revolution - Mozambique's war of independence, 1964-1974*. Westport, Greenwood Press.
- HERMELE, K. (1988a). *Land struggles and social differentiation in Southern Mozambique*. Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies.
- (1988b). "Guerra e estabilização. Uma análise a médio prazo do Programa de Recuperação Económica de Moçambique (PRE)". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (8-9):339-49.
- HOILE, D (1989). *Mozambique, a nation in crisis*. London, Claridge Press.
- HOWE, H. and OTTOWAY, M. (1987). "State power consolidation in Mozambique". In: *Afro-Marxist regimes: ideology and public policy* (E. J. Keller and D. Rothchild, eds), p. 43-60. Boulder and London, Lynne Rienner.
- HUTCHFUL, E. (1991). "Eastern Europe: consequences for Africa". *Review of African Political Economy*, (50):51-59.

YOUNG, T. (1988). "The politics of development in Angola and Mozambique". *African Affairs*, 87(347):165-85.

——— (1990). "The MNR/Renamo: external and internal dynamics". *African Affairs*, 90(357):491-509.

## SUMMARY

### Mozambique: destabilization, state, society and space

This article examines how the strategy of neighbouring South Africa has interacted with the post-independence policy of the Mozambican regime to produce a situation whereby the Mozambican state has been unable to exert its sovereignty throughout its territory. The jurisdiction of the state is confined to towns and a few main arteries. This situation has come about through a complex combination of external destabilization and internal resistance to Frelimo's policy of social and political transformation. These policies and the reactions to them are regarded as socio-spatial process given that they involve state power and transformation throughout Mozambican ter-

ritory. Although Frelimo's regime has remained strong and united, the state is beleaguered and weak. Because the state apparatus has disintegrated in many parts of Mozambique the regime is unable to project itself. Recent economic and political reforms in Mozambique associated with the collapse of Marxism-Leninism as a state ideology have so far not been accompanied by a significant improvement in the ability of the regime to assert its power throughout the country. When combined with Frelimo's inability to end the severe assault on the Mozambican state, the reforms have generated questions regarding the future prospects of the hitherto stable Frelimo regime.

## RÉSUMÉ

### Mozambique: destabilisation, état, société et espace

Cet article étudie la façon dont la stratégie mise en oeuvre par l'Afrique du Sud a interagi avec la politique pratiquée par le régime voisin du Mozambique après l'indépendance pour engendrer une situation interdisant à l'Etat du Mozambique d'exercer pleinement sa souveraineté sur l'étendue de son territoire. La juridiction de l'Etat se limite à quelques villes et aux principales voies de communication. Cette situation est due à une combinaison complexe de déstabilisation externe et de résistance interne aux politiques de transformation sociale et politique mises en oeuvre par la Frelimo. Ces politiques, ainsi que les réactions qu'elles ont suscité sont analysées ici en tant que processus socio-spatial car elles ont comme implication le pouvoir et la transformation de l'Etat sur tout le

territoire du Mozambique.

En effet, si le régime de la Frelimo continue à être fort et uni, l'Etat, lui, est assiégé et affaibli. Dans de nombreuses régions du pays, le régime ne parvient pas à gagner de projection du fait de la désintégration de l'appareil de l'Etat. De récentes réformes économiques et politiques et la faillite du marxisme-léninisme en tant qu'idéologie d'Etat n'ont pas jusqu'ici été capables de produire une amélioration significative de la capacité du régime à assurer son pouvoir sur le pays tout entier. Ces réformes, alliées à l'incapacité de la Frelimo à mettre fin aux graves attaques contre l'Etat ont suscité des questions se rapportant aux perspectives futures du régime de la Frelimo, pourtant stable jusqu'à présent.

## Aos colaboradores

- **Estudos Afro-Asiáticos** aceita trabalhos inéditos relacionados ao estudo das relações raciais no Brasil e na *diáspora* e às realidades nacionais e das relações internacionais dos países da África e Ásia.
- A publicação dos trabalhos será decidida segundo pareceres de membros dos Conselhos Editorial e Consultivo, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da revista.
- Serão aceitos originais com cerca de 30 laudas, datilografadas em espaço duplo e em 1ª via. Os originais deverão conter um resumo do texto, de aproximadamente uma lauda, e a qualificação acadêmica e profissional do autor.
- Tabelas e gráficos deverão ser apresentados em papel branco, com as respectivas legendas datilografadas e indicação de sua localização no texto, além das unidades em que se expressam os valores e das fontes correspondentes.
- As notas de referência, numeradas correlativamente, deverão ser apresentadas observando-se a seguinte norma:

### PARA LIVRO

a) nome do autor; b) título da obra (sublinhado); c) número da edição, se não for a primeira; d) local de publicação; e) nome da editora; f) data de publicação; g) número da página.

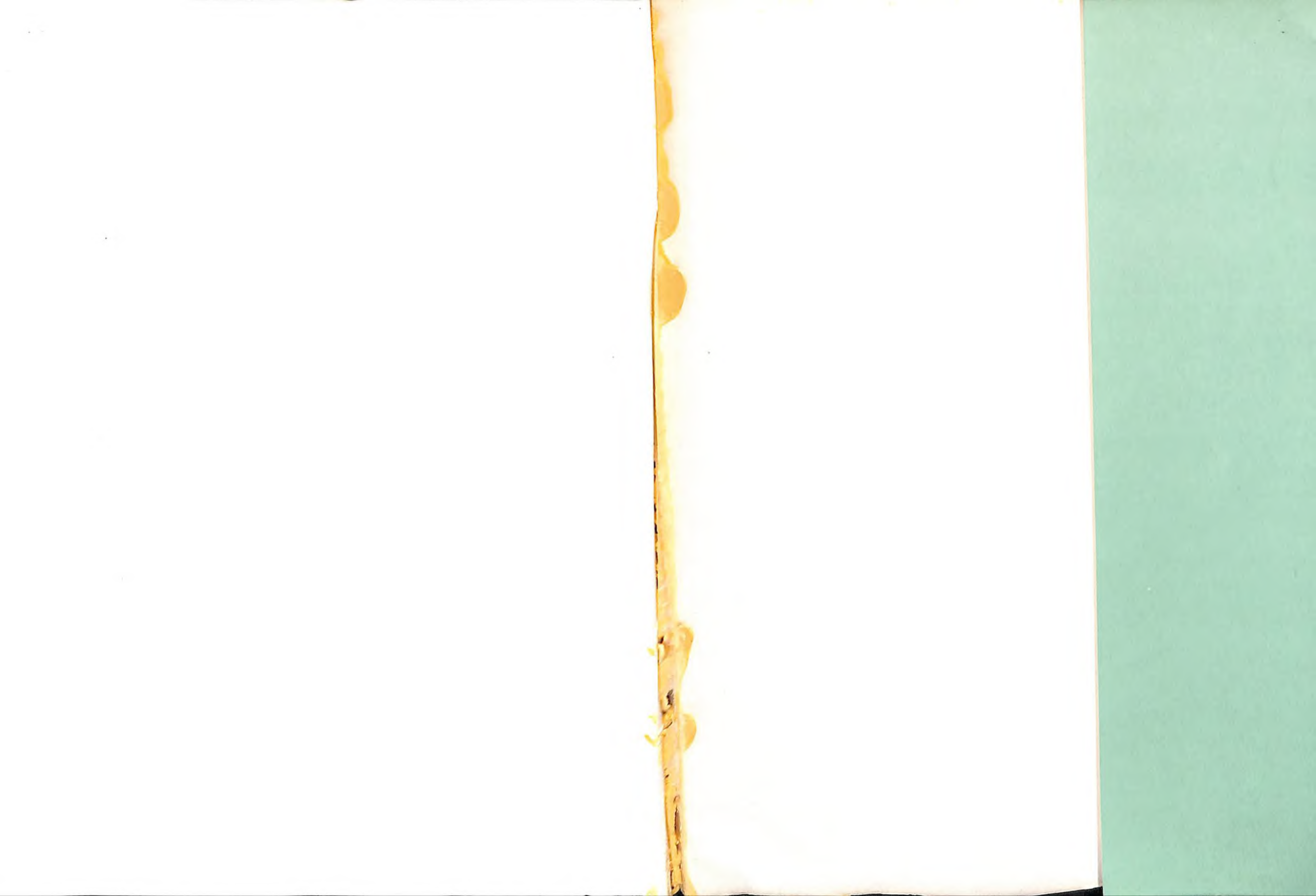
Ex.: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel, 1972, p. 25.

### PARA ARTIGO

a) nome do autor; b) título do artigo entre aspas; c) nome do periódico (sublinhado); d) local de publicação; e) volume e número do periódico; f) número de páginas; g) data de publicação.

Ex.: IANNI, Octávio. "Literatura e consciência". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (15):208-17, 1988.

- Não deve ser incluída bibliografia no final dos trabalhos. Todas as referências bibliográficas, assim como as demais notas, deverão ser incluídas nas notas de referência.
- Com a publicação do artigo, o autor receberá cinco exemplares da revista.
- Os trabalhos devem ser enviados para:  
*Editoria de Estudos Afro-Asiáticos*  
*Centro de Estudos Afro-Asiáticos*  
*Rua da Assembléia, 10, Sala 501*  
*20119-900 – Rio de Janeiro – RJ*





**NÚMERO ANTERIOR**

- Laboratório de Pesquisas sobre Desigualdades Raciais
  - Aspectos demográficos dos grupos raciais
  - Cor e seletividade conjugal no Brasil
  - Educação: um quadro de desigualdades raciais
  - Desigualdades raciais no mercado de trabalho
  - Raça, gênero e mercado de trabalho
- Família escrava e legitimidade
- Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia
- Artes negras: uma perspectiva afrocêntrica
- Novas direções na história etnográfica
- A DUI de De Klerk
- A guerra e as mudanças sociais em Moçambique

